

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA**

LUCAS MEIRELES DA ROSA

Variedades da experiência habilidosa

PORTO ALEGRE

2022

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA**

LUCAS MEIRELES DA ROSA

Variedades da experiência habilidosa

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação em Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Eros Moreira de Carvalho

PORTO ALEGRE

2022

CIP - Catalogação na Publicação

Meireles da Rosa, Lucas
Variedades da experiência habilidosa / Lucas
Meireles da Rosa. -- 2022.
190 f.
Orientador: Eros Moreira de Carvalho.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Porto
Alegre, BR-RS, 2022.

1. Filosofia da habilidade. 2. Teoria da
intencionalidade habilidosa. 3. Psicologia ecológica.
4. Epistemologia. 5. Filosofia da mente. I. Moreira de
Carvalho, Eros, orient. II. Título.

LUCAS MEIRELES DA ROSA

Variedades da experiência habilidosa

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação em Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Porto Alegre, 3 de junho de 2022.

Resultado: Aprovado com louvor.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Paulo Francisco Estrella Faria (UFRGS)

Profa. Dra. Nara Miranda de Figueiredo (UFSM)

Prof. Dr. Marcos Antonio da Silva Filho (UFPE)

Dedicado à memória de meu amigo Fernando Stoffels – o pior filósofo que o mundo já viu.

AGRADECIMENTOS

À minha amada mãe, Beatriz Alves Meireles, por tudo.

Ao meu irmão, Pablo Meireles da Rosa, por ser o melhor camarada que alguém poderia ter a seu lado.

Ao meu orientador, Eros Moreira de Carvalho, por todo o incentivo, elogios, críticas e valiosos conselhos que me ofereceu desde os tempos de minha graduação.

À professora Gisele Dalva Secco. Gostaria que um dia ela soubesse que o contato com as suas aulas e pesquisa foi de enorme relevância para a minha própria trajetória.

Ao professor Paulo Francisco Estrella Faria por mostrar, repetidas vezes, quão apaixonante pode ser o papo sobre nomes próprios, expressões denotativas e águas-gêmeas. A magnitude de tal feito não pode ser subestimada.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – por financiar esta pesquisa em meio às trevas de nosso tempo.

Às minhas amigas de longa data, Camilla Martins, Carolina de Almeida Wainstein e Lorenzo Fioreze, pela lealdade e benevolência com as quais me agraciaram.

Ao meu fiel amigo, Roberto dos Santos Stoll, pela incessante inspiração, companheirismo inabalável e, principalmente, por me entender.

Ao meu amigo, Sebastian Frederico Soares da Silva, por confirmar-me que o adequado objeto da devoção humana não corresponde a ídolos de ouro, prata ou cerâmica, mas ao próximo.

Ao meu precioso amigo, Gabriel da Silva Correa, por apontar o caminho a um novo mundo, emancipado de grilhões e ressentimentos, que me era até então desconhecido – e por ter me permitido fazer parte do seu. O impacto que o seu aparecimento teve em minha vida é comparável àquilo que acontece com as sombras após o nascer do Sol.

Ter consciencia é mais que ter côr?
Pode ser e pode não ser.
Sei que é diferente apenas.
Ninguem pode provar que é mais que só diferente.
(Alberto Caeiro, Poemas Inconjunctos)

RESUMO

Quais as relações entre ação altamente habilidosa e o mental? De acordo com John McDowell, a experiência e agência humanas são permeadas pela mentalidade conceitual. Hubert Dreyfus, por sua vez, sustenta que a mente emperra o desempenho perito. Quem está errado? Se eu não estiver enganado, ambos. Acredito que uma análise cuidadosa revela que o debate entre Dreyfus e McDowell se desdobra segundo os moldes de assunções escondidas e equívocos manifestos. Em particular, tais filósofos e a sua discussão são viciados por um silencioso plano-de-fundo teórico dicotômico que engloba mente, corpo e mundo. Tentarei mostrar que a abordagem ecológica da cognição é poderosa o suficiente para quebrar o feitiço do pensamento dualista tradicional. Junto de algumas descrições fenomenológicas de domínios distintos de perícia, apresentarei a teoria da intencionalidade habilidosa e irei contrapor-la às filosofias dreyfuseana e mcdowelliana. Argumentarei que diferentes tipos de mentalidade estão associados a diferentes habilidades e que a experiência habilidosa pode assumir formas dessemelhantes.

Palavras-chave: Filosofia da habilidade. Teoria da intencionalidade habilidosa. Psicologia ecológica. Epistemologia. Filosofia da mente.

ABSTRACT

What are the relations between highly skilled action and the mental? According to John McDowell, human experience and agency are permeated with conceptual mindedness. On the other hand, Hubert Dreyfus maintains that mind hinders expert performance. Which one is wrong? If I am not mistaken, both. I believe that a careful analysis reveals that the Dreyfus-McDowell debate unfolds within the frames of hidden assumptions and overt misconceptions. In particular, these philosophers and their discussion are vitiated by a silent dichotomic theoretical background that encompasses mind, body, and world. I will try to show that the ecological approach to cognition is powerful enough to break the spell of traditional dualistic thinking. Along with some phenomenological descriptions of distinct domains of expertise, I will present the skilled intentionality framework, and counterpose it to dreyfusean and mcdowellian philosophies. I will argue that different kinds of mentality are associated with different skills, and that skillful experience may assume different shapes.

Keywords: Philosophy of skill. Skilled intentionality framework. Ecological psychology. Epistemology. Philosophy of mind.

SUMÁRIO

1. BREVISSIMO PRÓLOGO.....	13
2. DREYFUS CONTRA MCDOWELL: DUAS LENDAS DE UM MESMO MITO.....	17
2.1. A doutrina da mentalidade conceitual.....	17
2.2. O argumento de apelo ao fenômeno e o mito do mental.....	18
2.3. Razões em ação e o mito do intelecto desencarnado.....	21
2.4. O retorno do mito do mental.....	23
2.5. A pervasiva autoconsciência.....	26
2.6. A inconsciência da perícia.....	28
2.7. A operatividade subpessoal da conceitualidade.....	38
2.8. O erro categorial de McDowell.....	44
2.9. O fundacionismo de Dreyfus.....	46
2.10. A tese não-pervasiva da pervasividade conceitual.....	52
2.11. O automatismo da excelência corporal.....	55
2.12. Dualismo no debate Dreyfus-McDowell.....	61
3. VARIEDADES DA EXPERIÊNCIA DE PERÍCIA.....	65
3.1. O modelo monolítico de Dreyfus.....	65
3.2. A multiplicidade fenomênica da absorção.....	67
3.3. Xadrez e pensamento declarativo.....	71
3.4. Reflexão corporificada.....	72
3.5. O pluralismo da mente habilidosa.....	74
4. A PSICOLOGIA ECOLÓGICA.....	76
4.1. A abordagem ecológica da cognição.....	77
4.2. A reciprocidade entre organismo e ambiente.....	78
4.3. O ciclo contínuo entre percepção e ação.....	82
4.4. A teoria das <i>affordances</i>	84
4.5. A coleta de informação.....	90
4.6. Cognição social.....	92
4.6.1. Lugares e cenários comportamentais.....	94

5. <i>LEBENSFORM</i> , <i>NORMATIVIDADE SITUADA E IMPROVISO</i>	100
5.1. Forma(s) de vida.....	100
5.1.1. Nível biológico.....	101
5.1.2. Nível cultural.....	102
5.1.3. Nível individual.....	108
5.2. (Des)contentamento direcionado e normatividade situada.....	108
5.3. A ubiquidade da improvisação.....	115
6. <i>APRENDIZAGEM</i>	121
6.1. Os três estágios da ecologia do aprendizado.....	122
6.1.1. Primeira fase: procura e exploração.....	122
6.1.2. Segunda fase: descoberta e estabilização.....	124
6.1.3. Terceira fase: extração.....	126
6.2. Atenção conjunta.....	128
6.3. Sintonização social.....	129
6.3.1. Sintonização social implícita.....	130
6.3.2. Sintonização social ativa.....	130
6.3.3. Sintonização social explícita.....	131
6.4. Solicitações.....	132
6.5. O ideal de perfeição.....	135
7. <i>TEORIA DA INTENCIONALIDADE HABILIDOSA E LINGUAGEM</i>	152
7.1. Intencionalidade habilidosa.....	152
7.2. Nicho ecológico linguajado.....	155
7.3. O pensamento como lida falada ou escrita.....	157
7.4. Jogos de linguagem.....	160
7.5. O caráter da reflexão conceitual.....	162
7.6. A impregnação de <i>affordances</i> linguísticas.....	165
7.7. A afetividade dos usos da linguagem.....	167
7.8. Fala falada e fala falante.....	167
7.9. Prática deliberada e cutucadas instrucionais.....	169
7.10. Informação ecológica e <i>affordances</i> linguísticas.....	174

8. CONCLUSÃO.....	177
REFERÊNCIAS.....	182

1. BREVÍSSIMO PRÓLOGO

O *saber-fazer* é uma espécie de entendimento prático que se exhibe ao realizarmos alguma atividade intencionalmente e com sucesso regular (DEWEY, 2002; RYLE, 1946; 2009). Uma boa maneira de entendê-lo, portanto, é por meio da noção de “*habilidade*”. Se a manobra for aceita, compreender a natureza das habilidades é compreender a essência do saber-fazer.

Habilidades podem ser melhor ou pior exercidas, e a sua posse pode apresentar maior ou menor grau de refinamento e destreza. Quando o domínio da competência é fluido e a qualidade do desempenho, ótima, o seu nível atinge a perícia. Correspondentemente, quando falamos da lida habilidosa do mais alto nível, aquele entendimento prático manifesto por uma competência adquirida chega até as alturas.

A investigação sobre a natureza das habilidades e da experiência de perícia apresenta alguns salientes embaraços. Em particular, a questão sobre quais as suas relações precisas com a mente, se alguma há, é notoriamente contenciosa. É no interior dessa polêmica que o debate entre o estadunidense Hubert Dreyfus e o sul-africano John McDowell se insere.

De acordo com Dreyfus, a lida habilidosa apresenta uma forma de inteligibilidade puramente corporal que não admite lugar a ser ocupado pela mente. McDowell, por outro lado, defende que racionalidade conceitual é operativa no todo da experiência perceptual e acional de seres humanos maduros.

A meu ver, a contenda entre os dois autores se ergue sobre pressupostos errôneos que acabam por viciar a querela. Meu interesse pela discussão é, nesse sentido, mais instrumental do que qualquer outra coisa: creio que as posições de ambos tipifiquem tudo que há de errado sobre nossas concepções filosóficas a respeito das relações entre corpo e mente. São um paradigma do fracasso em filosofia. Assim, abordar o debate a fim de trazer à luz o modo com o qual certas assunções implícitas podem informar a nossa concepção de mundo pode ajudar-nos a nos vacinar do assentimento tácito a certas ideias que devem ser repudiadas.

Sem mais mistérios, creio que o espectro mitológico que ronda a controvérsia entre Dreyfus e McDowell é o fantasma do dualismo. Em razão disso é tão significativo que tal diagnóstico seja realizado em detalhes – tanto o estadunidense quanto o sul-africano repudiam com veemência as dicotomias familiares da ortodoxia filosófica e

dela tentam escapar, ainda que de maneiras distintas. Isso sugere que talvez o problema não esteja tanto nos dois filósofos quanto na tradição de onde vieram. A filósofa e artista Camille Buttingsrud identifica essa questão com precisão e elegância:

No “debate da expertise” [...] os dois lados – John McDowell e o finado Hubert L. Dreyfus – parecem discutir no interior do quadro bem estabelecido de pensamento e terminologia filosóficos [...] [o] nosso pensamento, até onde vejo, ainda é influenciado pelo dualismo mente-corpo de nosso passado. Podemos ter posto a ideia filosófica de lado, mas as suas hierarquias e sua terminologia, sobre as quais construímos sociedades, sistemas educacionais e entendimentos da vida enquanto tal, ainda tornam difícil para nós reconhecer, verbalizar e valorizar a vasta variedade de nossos recursos corporificados e afetivos (BUTTINGSRUD, 2021, tradução nossa).

Correlativamente, romper com os dualismos presentes nas filosofias de Dreyfus e McDowell talvez equivalha a romper com aquilo que há de intolerável na ortodoxia. O objetivo do presente trabalho, então, compreende duas etapas: uma exposição crítica do debate e a proposta de uma alternativa para superá-lo. Procurei ser fiel com a progressão cronológica da discussão entre os filósofos – algo que nem sempre foi possível. À medida que os capítulos avançam, a exposição gradualmente dá lugar a considerações críticas mais volumosas. Já a parte positiva da dissertação consiste numa consideração ecológica sobre a natureza das habilidades e como ela pode soterrar o mito dualista em definitivo – nomeadamente, a partir de uma confluência entre o repúdio pela dicotomia fundamental entre organismo e ambiente e da mobilização da noção de “habilidade” para a explicação tanto de fenômenos mentais como corporais. O último ponto será realizado com a ajuda da teoria da intencionalidade habilidosa.

No capítulo 2, apresentarei detalhadamente a polêmica entre Dreyfus e McDowell. Começaremos pela exposição da doutrina mcdowelliana da mentalidade conceitual – segundo a qual o todo da experiência e agir humanos é informado pela atualização espontânea de capacidades judicativas. Dreyfus objeta a tal tese a partir de análises fenomenológicas que, supostamente, atestariam que a lida habilidosa é, em todos os casos, incompatível com a operação de conceitos, juízos, crenças, razões e afins. Como veremos, ao passo que o debate progride, McDowell enfraquece sua tese ao passo que Dreyfus fortalece a sua. Buscarei denunciar como ambas as posições se comprometem com pressupostos problemáticos, acarretam consequências indesejáveis e incorrem em pecados similares.

No capítulo 3, objetarei contra o modelo monolítico geral de perícia proposto por Dreyfus. Avaliarei alguns apontamentos sobre os critérios que distinguem perito de não perito. Irei expor descrições fenomenológicas – respectivas aos domínios de *expertise* musical, dançante e enxadrista – que sugerem a multiplicidade da experiência altamente habilidosa e que falsificam a teoria automatista de Dreyfus. Finalmente, consideraremos a ideia segundo a qual diferentes habilidades podem envolver formas de mentalidade sensivelmente distintas.

No quarto capítulo, veremos em que consiste a abordagem ecológica em ciências cognitivas e como esta pode superar as principais dificuldades apresentadas tanto pelas teses de McDowell como pelas de Dreyfus – em especial, como ela pode romper com o dualismo que assombra o debate entre os dois. Escrutinarei os princípios fundamentais da psicologia gibsoniana – nomeadamente, mutualidade entre organismo e ambiente, ciclo contínuo perceptivo-acional, teoria das *affordances* e coleta de informação ecológica. Num primeiro momento, tentarei demonstrar como esse programa de pesquisa pode dar conta de algumas formas de cognição social relacionadas a lugares.

No quinto capítulo, apresentarei duas das noções mais caras à teoria da intencionalidade habilidosa – “forma(s) de vida” e “normatividade situada”. Darei ênfase especial aos níveis de análise biológico e social oferecidos pelo conceito de “forma de vida”. Subsequentemente, atentaremos ao aspecto emergente e situado das normas de práticas socioculturais e à sua dimensão experiencial na vida dos diferentes integrantes de uma cultura. Terminarei o capítulo com algumas considerações sobre a ubiquidade do improvisado na lida habilidosa.

No sexto capítulo, focaremos na abordagem ecológica da aprendizagem e nos três estágios da ecologia da aquisição de habilidades. Avaliaremos igualmente o fenômeno da atenção conjunta e os processos de sintonização social. Como veremos, a noção de “solicitação” será enquadrada como um produto do aprendizado. Terminarei o capítulo com algumas considerações a respeito do aspecto contínuo da aprendizagem e da perícia. Retomando alguns pontos desenvolvidos no capítulo anterior, atacaremos a ideia de “automaticidade” na lida habilidosa.

No capítulo 7, a partir de conceitos expostos anteriormente, apresentarei a teoria da intencionalidade habilidosa e o modo pelo qual se propõe a explicar a

cognição linguística – em particular, a fala. Apontarei para as dimensões funcional, histórica, material, situacional e expressiva da linguagem e as utilizarei para criticar as concepções de Dreyfus e McDowell sobre a natureza do pensamento linguístico. Darei ênfase particular à noção wittgensteiniana de “jogo de linguagem” em conexão com a ideia de “*affordance*”. Tecerei algumas considerações sobre discurso e prática deliberada no contexto de aquisição e aprimoramento de habilidades. Por fim, responderei a uma crítica comum ao programa de expansão da psicologia ecológica para o domínio discursivo.

2. DREYFUS CONTRA MCDOWELL: DUAS LENDAS DE UM MESMO MITO

2.1. A doutrina da mentalidade conceitual

De acordo com McDowell (1994; 2001; 2007a; 2007b; 2009; 2013), para sensações servirem ao trabalho de justificação de crenças, capacidades conceituais – mentais, racionais, linguísticas, judicativas – devem ser operativas diretamente naqueles episódios que caracterizam a percepção. Isso significa que os dados dos sentidos não estariam circunscritos à receptividade sensória na qualidade de sensações brutas e inarticuladas, entregues apenas posteriormente à apreciação judicativa de um sujeito; mas seriam, eles mesmos, o resultado ativo de suas operações intelectuais: *“Para entender o conteúdo empírico em geral, precisamos visualizá-lo em seu lugar dinâmico em uma atividade autocrítica, a atividade pela qual alvejamos compreender o mundo à medida que afeta nossos sentidos”* (MCDOWELL, 1994. p.34, tradução nossa).

A percepção, quando falamos de seres racionais como nós, é inseparável da racionalidade. Ela está sempre informada conceitualmente pela operatividade ubíqua de potências mentais. Logo, o sul-africano defende que não há relações fundantes entre os dados sensíveis e aqueles juízos e crenças que, supostamente, os primeiros teriam o encargo de justificar à parte da própria atuação do entendimento:

A fim de evitar tornar inteligível como os dados da sensibilidade podem estar em relações fundantes com os exercícios paradigmáticos do entendimento, tais como juízos e crenças [...] precisamos insistir que o entendimento já está inextricavelmente implicado nos dados da sensibilidade eles mesmos (Ibid. p.46, tradução nossa).

No que diz respeito ao exercício de habilidades manuais e locomotivas, a doutrina da mentalidade conceitual de McDowell implicaria, no mínimo, que as percepções das quais o exercício de competências corporais depende são conceitualizadas (MONTERO, 2018. p.2). Por essa razão, como qualquer outro evento de nossas vidas que envolve a sensibilidade, a experiência habilidosa seria igualmente judicativa. Entretanto, a tese parece ser mais forte do que isso. Para o sul-africano, a própria noção de agência, de atividade intencional, está intimamente conectada com a aplicação de conceitos:

Kant diz: “Pensamentos sem conteúdo são vazios, intuições sem conceitos são cegas”. De maneira similar, [...] movimentos de membros sem conceitos são meros acontecimentos, *não expressões de agência*. Insisti que podemos acomodar o ponto da observação de Kant se aceitarmos esta alegação:

experiências são atualizações de nossa natureza senciente em que capacidades conceituais estão inextricavelmente implicadas. O paralelo é este: *capacidades corporais intencionais são atualizações de nossa natureza ativa em que capacidades conceituais estão inextricavelmente implicadas* (MCDOWELL, 1994. pp.89-90, tradução nossa) [grifo nosso].

Para que ações possam ser apreciadas como a satisfação, ou não, de requisitos racionais práticos impostos por uma situação concreta, a mentalidade conceitual deve ser atuante nos próprios exercícios de agência de um indivíduo. Conseqüentemente, todo o feito de um ser distintivamente racional é a efetivação de uma razão prática enquanto tal, responsável por motivar os atos de um agente (cf. MCDOWELL, 2007a). Segundo McDowell, a iniciação em capacidades conceituais faz com que seres humanos adquiram uma segunda natureza que os credencia a habitar aquilo que o filósofo estadunidense Wilfrid Sellars designara “o espaço lógico das razões” (SELLARS, 1997). Tal noção versa a respeito da atividade normativa de prover e pedir por razões para as nossas ações e para os atos de terceiros. A partir da generalização de uma leitura particular sobre a *phrónēsis* aristotélica, o sul-africano sustenta que a socialização numa comunidade linguística converte a totalidade dos episódios de atualização intencional de habilidades corporais em ocorrências de operações do intelecto. Essa operatividade espontânea do entendimento teria como efeito o posicionamento dos cometimentos humanos no interior do espaço de razões:

“Sabedoria prática” é o tipo certo de coisa que serve como um modelo para o entendimento, a faculdade que nos permite reconhecer e criar o tipo de inteligibilidade que é uma questão de posicionamento no espaço de razões. [...] seres humanos são [...] iniciados [...] no espaço de razões pela educação ética, que instila o formato apropriado em suas vidas. Os hábitos resultantes de pensamento e ação são segunda natureza [...] [A imposição] de um formato específico sobre o intelecto prático é um caso particular de um fenômeno geral: iniciação em capacidades conceituais, o que inclui responsividade a outras demandas racionais além daquelas da ética (MCDOWELL, 1994. pp.79, 84, tradução nossa).

Disso se segue que a atualização compulsória de faculdades judicativas estaria, então, impregnada no todo da experiência humana. Tanto as percepções quanto as ações de um sujeito tipicamente racional seriam tributárias da atuação ubíqua de capacidades discursivas. Em poucas palavras: sensações são conceitualizadas e atos, arrazoados. Todavia, em que precisamente tal operatividade conceitual consiste, em que nível age e quais as suas conseqüências exatas é algo sobre o qual McDowell, como veremos, repetidas vezes mudara de opinião conforme desdobrou-se a querela em que se enfiou.

2.2. O argumento de apelo ao fenômeno e o mito do mental

Segundo Dreyfus (2006; 2007a; 2007b; 2013), a tese da mentalidade judicativa proposta pelo filósofo sul-africano não faz jus ao fenômeno. Se for verdade que a operação de capacidades conceituais é, como sustenta McDowell, pervasiva, isso significaria que conceitos, juízos, crenças e razões impregnariam o todo da experiência de seres como nós. Contudo, de acordo com o estadunidense, análises fenomenológicas da agência humana revelariam que, quando os atores estão no pico máximo da lida habilidosa¹, a atualização de faculdades mentais tipicamente prejudica a qualidade de seu desempenho corporal:

[A] fenomenologia mostra que, ainda que muitas formas de expertise passem por um estágio em que se necessita de razões para guiar a ação, após muita experiência envolvida, o aprendiz desenvolve um modo de lidar em que o arrazoar não tem papel algum. Logo, em vez de se escorar em regras e critérios para decidir e justificar suas ações, o perito responde imediatamente à atual situação concreta [...] Quando um mestre precisa deliberar no xadrez ou em qualquer domínio habilidoso, é porque algum tipo de perturbação interrompeu a sua resposta intuitiva [...] Se nenhuma resposta [intuitiva] aparecer [...] a única alternativa é um tipo de deliberação racional em que o sujeito se torna apartado e vê a situação enquanto um objeto com características descontextualizadas, e então arrazoar o que fazer [...] Tais respostas [racionais], entretanto, perdem a especificidade situacional da expertise, e, sendo assim, são inferiores à resposta intuitiva (DREYFUS, 2006. p.47, tradução nossa).

Para peritos agirem enquanto peritos, faz-se necessário que estejam completamente absorvidos em sua lida (DREYFUS, 2007a; 2013). Devido a Dreyfus entender que a mente envolve, em todos os casos, a adesão de uma perspectiva distanciada que contempla o mundo de maneira objetiva, como constituído de um reino de fatos independentes, o estadunidense, correspondentemente, compreende que o aparecimento do mental romperia com tal absorção ao abrir um fosso entre agente e ambiente:

[...] quando respondemos transparentemente a nossas tarefas, não encontramos objetos contextuais-independentes com propriedades reidentificáveis sobre os quais podemos realizar juízos [...] atenção analítica acarreta uma transformação radical de nossa lida absorvida. Apenas então podemos ter a experiência de objetos com propriedades sobre os quais podemos formar crenças, emitir juízos e justificar inferências. Ao mesmo tempo, essa transformação encobre a percepção não conceitual e a lida que, em primeiro lugar, tornou possível a nossa abertura ao mundo (DREYFUS, 2006. p.48, tradução nossa).

¹ Lida habilidosa, do inglês *skillful coping*, pode referir-se tanto a algo que é realizado habilmente por um agente como à experiência em primeira pessoa de tal realização. Termos como “lida habilidosa”, “engajamento corporificado”, “experiência de perícia” e afins serão usados de maneira predominantemente intercambiáveis.

Assim, o fenomenólogo conclui que, para os episódios de perícia serem possíveis, a mente necessita estar devidamente interdita (DREYFUS, 2007a; 2007b; 2013). Chamo esse ataque à doutrina mcdowelliana de “*argumento de apelo ao fenômeno*”.

O argumento de apelo ao fenômeno pode ser reconstruído da seguinte forma:

P1. Se a mente estivesse presente na realização ótima de habilidades corporais, a atualização de faculdades mentais não degradaria a qualidade da lida habilidosa de excelência.

P2. A atualização de faculdades mentais degrada a qualidade da lida habilidosa de excelência.

C. A mente não está presente na realização ótima de habilidades corporais.

Como veremos, Dreyfus endereça ao sul-africano versões particulares desse argumento geral conforme McDowell reformula a sua doutrina da conceitualidade no intuito de escapar das críticas do estadunidense. A conclusão do argumento, muito influente na literatura², fora rotulada, por Montero, com a alcunha de “*princípio de automaticidade*” (MONTERO, 2013. p.304). Dreyfus a aplica indiscriminadamente para a perícia em atividades manuais, locomotivas, discursivas, dialógicas, cotidianas e profissionais (DREYFUS, 2006; 2007a; 2007b; 2013).

De todo modo, o estadunidense estigmatiza a doutrina mcdowelliana da mentalidade conceitual – nomeadamente, a tese segundo a qual o todo da experiência humana deve estar impregnado pela atualização de potências judicativas – com o epíteto de “*mito do mental*”:

[...] ao presumirem que toda inteligibilidade, incluindo aquela da percepção e lida habilidosa, deve ser, mesmo que implicitamente, conceitual – com efeito, que intuições sem conceitos devem ser cegas, e que deve haver uma máxima por trás de cada ação –, Sellars e McDowell juntam-se a Kant na aceitação daquilo que poderia ser chamado o Mito do Mental (DREYFUS, 2006. p.46, tradução nossa).

² Tal influência vai desde a psicologia (cf. BEILLOCK, 2007; FITTS & POSNER, 1967; SCHMIDT & LEE, 1999; SCHNEIDER & SHIFFRIN, 1977; CHASE & SIMON, 1973) e filosofia (DREYFUS, 2002; 2006; 2007a; 2007b; 2013) até o jornalismo esportivo (GOULD, 2000) e a sabedoria oriental (IVANHOE & VAN NORDEN, 2005). Para uma revisão crítica de parte da bibliografia, cf. MONTERO, 2010; 2016; 2018.

2.3. Razões em ação e o mito do intelecto desencarnado

McDowell se defende dos ataques de Dreyfus ao alegar que a tese segundo a qual a mentalidade conceitual necessitaria envolver a adoção de uma perspectiva contemplativa, apartada de envolvimento com o mundo a fim de ajuizá-lo objetivamente como assim-e-assim, não reflete adequadamente a sua teoria. De fato, o sul-africano afirma que, em sua visão, a ideia de que as capacidades mentais só poderiam se relacionar com contextos concretos mediante máximas de absoluta generalidade, ou via asserções de que tal-e-tal é o caso, deve, precisamente, ser repudiada:

Dreyfus concebe a racionalidade como destacada de situações particulares – apta a se relacionar com situações particulares apenas ao subsumi-las sob conteúdo determinadamente exprimível em abstração de qualquer situação. Se a racionalidade é essencialmente independente da situação, aquela característica da lida corporificada estabelece que não pode ser permeada pela racionalidade. Contudo, acredito que devemos rejeitar a imagem da racionalidade como independente da situação (MCDOWELL, 2007a. p.339, tradução nossa).

Desse modo, McDowell rejeita a concepção de que a presença pervasiva de razões práticas nas ações humanas corresponde, necessariamente, à atuação de princípios ou critérios universais de conduta cuja aplicação deve ser escolhida deliberadamente conforme melhor se enquadrem à situação presente com a qual o agente se defronta. Para o sul-africano, a impregnação da mentalidade judicativa se apresenta em cenários particulares de maneira igualmente singular por meio da atualização de conceitos específicos-a-situações:

A racionalidade conceitual é o que a linguagem nos permite expressar [...] O requisito de independência da situação excluiria o que poderia ser significado pela enunciação de, por exemplo, “Este é belo”, do domínio do linguisticamente exprimível e, portanto, do conceitual, uma vez que não há como dizer que pensamento tal declaração expressa em abstração da situação em que o pensamento é expresso. [...] o domínio da articulação conceitual inclui pensamentos que não são inteligíveis em abstração de situações particulares (Ibid. p.342, tradução nossa).

McDowell advoga que tais considerações sobre o aspecto contextual da racionalidade se aplicam, igualmente, para os episódios de lida habilidosa. Evocando, novamente, a *phrónēsis* do Estagirita, o sul-africano defende que a sabedoria prática é alcançada, caso a caso, mediante um tipo de entendimento específico-a-situações que discrimina as particularidades exigidas pelo contexto particular. E a substância judicativa desse entendimento, com efeito, não é a aplicação de máximas de absoluta generalidade, mas a articulação discursiva específica a uma situação:

[...] conceber a *phrónēsis* como um hábito, ou um conjunto de hábitos, é consistente com sustentar que o único modo de registrar a generalidade da *phrónēsis* é por uma descrição nestas linhas: “o hábito de responder a situações como requer a *phrónēsis*”. E isso mantém qual resposta uma situação conclamará do *phronimos* ainda necessitada de ser determinada pelo discernimento específico à situação. [...] a racionalidade prática do *phronimos* é exibida naquilo que ele faz mesmo se ele não decide fazê-lo como um resultado de arrazoar. [...] na visão de Aristóteles, o *phronimos* determina ações via discernimento específico à situação [...] Aristóteles não tem problema em combinar isso com a glosa do conhecimento prático do *phronimos* em termos da ideia de *logos* correto. Aqui [...] *logos* deve ser articulação conceitual específica à situação (Ibid. pp.341-342, tradução nossa).

Uma vez que McDowell generaliza o tipo de inteligibilidade prática cristalizada pela *phrónēsis* aristotélica ao todo da agência (1994. pp.79, 84), seguir-se-ia disso que o entendimento contextual manifesto pela lida habilidosa envolveria a operatividade de razões e conceitos específicos-a-situações. Destarte, as capacidades judicativas que se efetivam ao agir-se habilidosamente são ininteligíveis quando abstraídas de seus contextos particulares de aplicação. A concepção de acordo com a qual a racionalidade invariavelmente envolve uma espécie de distanciamento de mundo, urge o filósofo neokantiano, deve ser abandonada em definitivo.

Não obstante, a ideia de que a operatividade ubíqua de capacidades conceituais teria como resultado o aparecimento fenomênico pervasivo de conceitos, razões, juízos e crenças de maneira linguisticamente articulada simultaneamente aos dados da sensibilidade é uma tese que o sul-africano rejeita. Para o filósofo, a manifestação do mundo não vem à mente humana impregnada de legendas. Antes disso, a doutrina de McDowell é que a atualização, compulsória e espontânea, de poderes judicativos manufatura os conteúdos experienciais de tal modo a tornar-los instantaneamente aptos a integrar atos explícitos de discurso. A sua tese diz mais respeito, por assim dizer, à forma da percepção do que sua matéria:

[...] nossa relação com o mundo, incluindo nossa relação perceptual, é pervasivamente moldada pela nossa mentalidade conceitual. Uma implicação disso para o conteúdo perceptual pode ser posta assim: se uma experiência perceptual desvela o mundo [...] qualquer aspecto de seu conteúdo está presente numa forma apropriada para constituir o conteúdo de uma capacidade conceitual. [...] o conteúdo estar na experiência nessa forma é estar conceitualmente presente na experiência (MCDOWELL, 2007a. pp.346, 348, tradução nossa).

McDowell, juntamente com Kant, entende que a experiência possuiria uma unidade categorial – todo os aspectos de um conteúdo fenomenal já estão entrelaçados uns com os outros de maneira unificada e estruturada. O filósofo,

novamente com Kant, defende, também, uma conexão de tal unidade categorial com a unidade transcendental da apercepção. A consequência é que a sua tese da pervasiva mentalidade conceitual implica que o todo da experiência, e, portanto, da agência, não é apenas conceitual, mas aperceptivo. Destarte, mesmo que o sujeito da experiência ainda não possua as ferramentas discursivas necessárias para articular algumas parcelas de seus conteúdos perceptivos unificados, nada o impediria, a princípio, de meramente se municiar linguisticamente a fim de cumprir a tarefa:

Podemos nos equipar com novas capacidades conceituais [...] ao isolar e focar sobre – anexar bocados de linguagem a – outros aspectos do conteúdo categorialmente unificado da experiência, aspectos que, até então, não estavam no escopo de nossas capacidades para pensamento explícito (Ibid. p.347, tradução nossa).

Isto posto, o sentido relevante em que capacidades conceituais são diretamente operativas na experiência não é aquele que professa que a totalidade dos conteúdos perceptuais de um indivíduo lhe apareceriam, em todos os casos, já poluídos por bocados de linguagem – mas que os seus diferentes aspectos possuem uma forma distintiva, capaz de comportar a anexação de tais porções de discurso, que é, ela mesma, tributária da atuação espontânea do entendimento. A alegação fundamental parece ser que, por podermos articular linguisticamente nossos pensamentos, deve-se pressupor agência da mentalidade racional.

Desse modo, a racionalidade é atuante e se relaciona com situações particulares de duas maneiras: (a) a lida habilidosa envolve um entendimento contextual que é a articulação de conceitos específicos a situações; e (b) as diferentes parcelas de conteúdos perceptuais são compulsoriamente manufaturadas pelas potências do juízo de modo a tornarem-se aptas a integrar atos de discurso. Correspondentemente, McDowell retribui a gentileza de Dreyfus e nomeia a concepção, sustentada pelo estadunidense, segundo a qual a mentalidade judicativa sempre envolveria algum desengajamento com o mundo de “*mito do intelecto desencarnado*”:

O verdadeiro mito por essas bandas é [...] a ideia de que a racionalidade conceitual está apartada da vida corporal, caracterizável em abstração das especificidades das situações em que a lida corporificada é conclamada. Esse é – para dar-lhe um rótulo – o Mito do Intelecto desencarnado (Ibid. p.349, tradução nossa).

2.4. O retorno do mito do mental

Dreyfus insiste que a doutrina mcdowelliana da mentalidade conceitual não faz jus ao fenômeno. O estadunidense entende que, se os conteúdos perceptuais possuísem a forma conceitual, advinda da atualização ubíqua de capacidades judicativas, então conceitos, razões, juízos e crenças estariam presentes implicitamente na totalidade da experiência de atores. Se assim fosse, torná-los explícitos via atos discursivos não resultaria numa alteração qualitativa dos conteúdos em que outrora estavam embutidos ainda que de maneira implícita. Todavia, como a articulação linguística efetiva degrada o desempenho da perícia corporal, Dreyfus conclui que não pode ser o caso que a operatividade conceitual já estivesse presente antes da emissão explícita de atos discursivos. A atividade conceitual deve provocar alguma repercussão na fenomenologia dos engajamentos habilidosos:

McDowell diz que a reflexão apenas torna explícito o conteúdo conceitual que já se possuía implicitamente durante a lida (e o implícito “Eu penso” anexado a ela). Mas a reflexão deve introduzir algum outro tipo de conteúdo. Se fosse o mesmo tipo de conteúdo antes da reflexão, não haveria como explicar por que [o perito] desempenha tão bem numa condição e tão mal na outra (DREYFUS, 2007a. p.360, tradução nossa).

Temos, aqui, o *argumento de apelo ao fenômeno*¹. Reconstruo-o do seguinte modo:

P1. Se conceitos estivessem presentes implicitamente durante a realização ótima de habilidades corporais, a sua explicitação não degradaria a qualidade da lida habilidosa de excelência.

P2. A explicitação de conceitos degrada a qualidade da lida habilidosa de excelência.

C. Conceitos não estão implicitamente presentes na realização ótima de habilidades corporais.

Dreyfus defende que operações conceituais só têm lugar no domínio da ação quando estamos a aprender uma nova habilidade, resolvendo algum problema, recebendo instruções ou em alguma outra atividade igualmente intelectualizada. Elas não permeiam nenhuma parcela da experiência senão aquelas em que atuam explicitamente, como o monitoramento, o juízo, o planejamento etc. Pelo contrário. O estadunidense afirma, em concordância com seus mestres fenomenólogos Martin Heidegger e Maurice Merleau-Ponty, que a fenomenalidade do exercício perito de habilidades corporais revela um tipo de conteúdo que é não-conceitual, não-mental,

não-racional, pré-judicativo, pré-linguístico e irrefletido. O termo “conteúdo”, aqui, não deve ser colapsado com a ideia de uma satisfação de condições de correção semântica, mas compreende tão somente a noção de algum item que disponha de um modo de apresentação puramente perceptual (DREYFUS, 2002; THOMPSON, 2018).

Assim, Dreyfus entende que análises fenomenológicas dos conteúdos da experiência de perícia indicam tão somente a presença de um campo de forças atrativas e repulsivas que extraem a ação de um corpo ativo. Tal campo de forças é constituído pela rede de solicitações interconectadas de *affordances*. A noção de “*affordance*” é oriunda da psicologia ecológica (GIBSON, 1983; 2015) e a sua definição precisa, como veremos mais adiante, é matéria de controvérsia entre os próprios adeptos da disciplina. Desafortunadamente, o estadunidense caracteriza o conceito de maneira muito breve e lacunar:

“*Affordance*” é um termo introduzido por J. J. Gibson a fim de descrever características objetivas do mundo em termos de seu significado para as criaturas que as usam. Assim, um buraco *oferece* esconderijo a um coelho, mas não a um elefante (DREYFUS, 2013.p.37, nota 12, ênfase do autor, tradução nossa).

Presumivelmente, disso devemos compreender a noção segundo a maneira mais comum pela qual é considerada – i.e., enquanto possibilidades de ação. A ideia é que certas parcelas do ambiente oferecem algumas ações a certos organismos dotados de capacidades corporais apropriadas. Uma maçã, por exemplo, oferece dela alimentar-me, agarrá-la, atirá-la em alguém etc. etc. O mesmo não poderia ser dito relativamente a uma serpente. A depender de meus interesses e tendências motivacionais, certas *affordances* serão mais salientes do que outras. Elas possuirão um caráter convidativo aos meus exercícios de agência conforme a contribuição possível que fornecem à consecução de meus objetivos. Tais atos potenciais relevantes se identificam às “solicitações”. Logo, a tese de Dreyfus é que, quando agimos com perícia, estamos puramente abertos às atrações de solicitações que extraem os nossos atos conforme são percebidas.

Nessa imagem de lida habilidosa excelente, os vínculos entre ação e percepção não envolvem operações ubíquas da racionalidade por não haver lacuna alguma entre ator e engajamento. Aqui, há apenas uma relação direta entre as solicitações de objetos e os movimentos altamente habilidosos que atraem. O agente percebe o seu ambiente de acordo com as solicitações de elementos ecológicos relevantes aos seus

interesses e passíveis de discriminação sensório-motora segundo alguma de suas habilidades motoras. Desse modo, o mundo fenomenal da lida habilidosa consiste apenas daquelas forças atrativas e repulsivas às quais o ator responde de forma perita: “*O mundo é, então, a totalidade de solicitações interconectadas que nos atrai ou repele. Assim, as solicitações e o mundo que elas compõem são inseparáveis de nossa capacidade de sermos solicitados diretamente*” (DREYFUS, 2007a, p.357, tradução nossa).

Destarte, a análise fenomenológica da experiência de perícia mostra que ali não há qualquer espécie de operação judicativa – a lida perita não apresenta razões, crenças ou juízos implícitos; muito menos conceitos específicos-a-situações (DREYFUS, 2007b. p.371). Correspondentemente, Dreyfus alega que a tese segundo a qual a articulação linguística apenas torna explícito o conteúdo que já era implicitamente conceitual trata-se de um *retorno do mito do mental* (2007a. p.360).

2.5. A pervasiva autoconsciência

Como já dito, a unidade conceitual da experiência, para McDowell, está conectada com a unidade transcendental da apercepção. A fim de se esquivar das novas críticas de Dreyfus, o sul-africano abandona o recurso a articulações discursivas específicas-a-situações e passa a enfatizar o aspecto aperceptivo da lida habilidosa. Agora, o filósofo defende que o *locus* da atualização pervasiva da mentalidade racional residiria na autoconsciência – responsável por conceitualizar, assim, os conteúdos perceptivos do exercício perito de habilidades corporais:

Autoconsciência na ação é prática, não teórica. É uma questão de um “Eu faço” em vez de um “Eu penso” [...] Conceber a ação em termos do “Eu faço” é um modo de registrar o caráter essencialmente em primeira pessoa da realização de capacidades racionais práticas que o agir é. A presença do “Eu faço” em uma consideração filosófica da ação marca a forma distintiva de um tipo de fenômeno [...] como, ao menos, apto a acompanhar representações (MCDOWELL, 2007b. p.367, tradução nossa) [grifo nosso].

McDowell parece colapsar o caráter fundamentalmente em primeira pessoa da experiência com a onipresença fenomenal da apercepção. A consequência é que um “Eu faço” contaminaria a totalidade dos exercícios de agência de um sujeito. Dado o apontamento sobre o “Eu faço” tipificar a forma do fenômeno da ação humana, a operatividade ubíqua da autoconsciência teria como resultado a manufatura conceitual instantânea dos aspectos de conteúdos experienciais de tal modo a admitirem a sua integração em atos de discurso. Presumivelmente, o ator racional,

em todos os casos em que age intencionalmente, possuiria, assim, algum conhecimento, ainda que inarticulado, daquilo que faz e de por que o faz.

Uma vez que a apercepção conceitualiza a totalidade de conteúdos perceptuais, segue-se disso que todo ato corporificado, seja ele absortamente envolvido com o ambiente ou não, é racionalmente informado. As operações pervasivas da mentalidade judicativa converteriam espontaneamente cada ação de um ser racional na atualização de uma razão prática, de um conceito acional básico identificado a algo a ser feito pelo indivíduo. A forma conceitual da agência humana seria dada, então, pelo fato desta corresponder a capacidades conceituais de atos a serem realizados, tributárias da operatividade ubíqua da autoconsciência de atores – ainda que os últimos sequer tenham se apropriado linguisticamente de tais conceitos de maneira explícita. Tal operação compulsória de faculdades judicativas credenciaria, instantaneamente, toda e qualquer ação de um ser racional para a participação na prática normativa de oferecer e demandar razões. Desse modo, o filósofo sul-africano sustenta que a atuação da conceitualidade estaria presente na experiência habilidosa de duas maneiras distintas: (a) na consciência de si que contamina os exercícios de agência de um indivíduo; e (b) naqueles cometimentos corporais particulares que instanciam, sempre, conceitos práticos subjacentes exercidos pelo agente:

Os conceitos práticos realizados no agir são conceitos de coisas a serem feitas. Realizar um tal conceito é fazer a coisa em questão, não pensar sobre fazê-la. No tipo de caso mais fundamental [...] não há, por definição, espaço para pensar sobre como fazer a coisa em questão (Ibid., tradução nossa).

Destarte, o conteúdo da experiência de perícia seria incapaz de contornar o seu envolvimento pela roupagem egocêntrica da autoconsciência. Entretanto, ainda que as várias parcelas dos conteúdos experienciais relacionados aos engajamentos corpóreos sejam conceitualizadas, e, conseqüentemente, já posicionadas no interior do espaço lógico das razões na qualidade de aplicações de conceitos práticos, tais razões não precisariam estar presentes na consciência de agentes. Supostamente, a ideia seria que a aquisição de uma segunda natureza judicativa impõe ao funcionamento da lida habilidosa um formato particular (MCDOWELL, 1994) que emula ou reflete a racionalidade teórica possuída pelo indivíduo – estruturando, assim, o comportamento que, por sua vez, permanece conceitual devido à operatividade pervasiva da apercepção. Conseqüentemente, McDowell conclui que os corpos dos

atores acomodariam um simulacro daquela racionalidade meios-fim possuída pela coisa pensante:

Quando o sujeito está imerso irrefletidamente [...] ainda assim as capacidades operativas no perceber e agir são conceituais, e suas operações são conceituais [...] os movimentos dos membros que figuram em exercícios de uma habilidade são determinados [...] por um simulacro de racionalidade meios-fim possuída pelo corpo (MCDOWELL, 2007b. pp.366-368, tradução nossa).

Assim, embora as suas razões não estejam explicitamente formuladas, a apercepção ubíqua do indivíduo deve fornecer-lhe, ainda que de maneira irrefletida, alguma espécie de compreensão intelectual pré-discursiva sobre as motivações racionais de seus atos habilidosos – pois, afinal, o sujeito está autoconsciente. A determinação precisa dos movimentos executados (i.e., conceitos práticos) quando no exercício de competências adquiridas, todavia, fica ao encargo do corpo – que, por seu turno, instancia um simulacro da conceitualidade teórica. A confluência dessas posições me soa deveras nebulosa e titubeante. Tendo em vista tudo aquilo que McDowell diz a respeito da mentalidade conceitual, seria de se esperar que é justamente a racionalidade meios-fim possuída pelo agente, e não a sua emulação entretida pelo aparato corpóreo, a responsável por atualizar os conceitos práticos que se identificam aos atos intencionais. Aqui, evocar a operatividade pervasiva da apercepção parece inteiramente dispensável para a explicação do comportamento intencional.

Ademais, atribuir a realização de razões a um simulacro corporal do intelecto sugere fortemente que, no fim das contas, ações são efetivações de conceitos práticos apenas retrospectivamente, apenas a partir de uma subsequente reconstrução racional daquilo que o ator fazia de maneira irrefletida – algo que o filósofo explicitamente rejeita (MCDOWELL, 2007a; 2007b). Admitir que o aparato corpóreo é capaz de simular a racionalidade meios-fim, e que, em última instância, é ele que determina quais movimentos serão desempenhados durante a experiência perita, se aproxima muito de conceder, como queria Dreyfus, que o corpo possui a sua própria forma de inteligibilidade que prescinde do envolvimento de capacidades judicativas. Logo, o recurso de McDowell à pervasiva autoconsciência conceitual não passa de uma tentativa desesperada de salvar a sua doutrina da impregnação mental.

2.6. A inconsciência da perícia

Dreyfus, mais uma vez, alega que a tese da pervasiva apercepção fraudada a fenomenologia da perícia. Se for verdade que a autoconsciência está entranhada no todo da experiência, então o monitoramento consciente de atos altamente habilidosos não teria qualquer repercussão negativa na qualidade dos movimentos. Contudo, monitorar, ainda que marginalmente, o desempenho perito de faculdades corporais prejudica o seu exercício. Logo, não pode haver apercepção, mesmo que implícita, durante a lida habilidosa completamente absorvida. Disso se segue que tampouco há ego ou subjetividade durante a perícia:

[...] na ação atenta, deliberada ou [...] “imersa”, um ego está sempre envolvido. Mas [...] na lida completamente absorvida, não há ego imerso, nem mesmo implicitamente [...] Se o ego estivesse sempre a monitorar implicitamente a sua lida, atentar àquilo que se faz não degradaria o desempenho. Porém, em geral, atentar a uma solicitação em meio à sua resposta acarreta numa regressão da perícia à mera competência (DREYFUS, 2007b. p.374, tradução nossa).

Aqui, Dreyfus oferece o seu *argumento de apelo ao fenômeno*₂. Reformulo-o como se segue:

P1. Se a autoconsciência estivesse presente durante a realização ótima de habilidades corporais, então monitorá-la não degradaria a qualidade da lida habilidosa de excelência.

P2. O monitoramento degrada a qualidade da lida habilidosa de excelência.

C. A autoconsciência não está presente na realização ótima de habilidades corporais.

Segue-se disso que, para Dreyfus, os conteúdos fenomênicos da experiência de perícia não envolvem qualquer manifestação de autoconsciência ou autoafecção – apenas forças sedutoras e repelentes que extraem as ações corporificadas do agente. Assim, o mundo não-mental da atualização excelente de habilidades corporais é insensível a razões, sendo governado puramente por atrações externas que arrebatam o agente e o impelem a atuar de determinada maneira num processo que expurga a sua subjetividade. O perito não experiencia a si mesmo enquanto o sujeito de suas experiências – e, se quiser manter-se absorvido, sequer pode experienciar-se. A ação altamente hábil, de acordo com a imagem do estadunidense, por conseguinte, não apenas seria caracteristicamente não-deliberada, não-mental, não-conceitual e não-racional; mas ocorre, também, na ausência completa do ego.

De acordo com Dreyfus, se o ator habilidoso deseja permanecer absorvido e agir com perícia, ele deve responder diretamente às solicitações sem monitorar a execução de seus atos corporais e sem prestar atenção ao ambiente sobre o qual age. Logo, a realização excelente de movimentos altamente habilidosos não admite a participação de um sujeito implícito ou atento. Durante o fluxo, haveria apenas forças atrativas e repulsivas que engendram a ação apropriada do corpo exorcizado de “eu”:

Se o perito quer permanecer em fluxo e desempenhar o seu melhor, ele deve responder diretamente a solicitações sem atentar à sua atividade ou aos objetos que se solicitam. Não há lugar na fenomenologia da lida completamente absorvida para a consciência [...] a percepção pode ser vista como uma conquista corporal habilidosa que procede sem um senso explícito ou implícito de um “eu” que a realiza (Ibid. 374-375, tradução nossa).

Há, aqui, uma sensível dificuldade que não pode ser ignorada. Uma vez que o monitoramento é vital para o sucesso da correção, em tempo real, do curso de ações quando algo vai mal, coisa que o próprio Dreyfus admite, pareceria ser o caso que alguma espécie de mentalidade ou apercepção tenha de estar presente durante o exercício da perícia. Do contrário, tornar-se-ia obscura a própria possibilidade de alternância imediata entre as instâncias irrefletida e atenta que resulta da percepção de algum mau funcionamento da atualização de habilidades. Mesmo o filósofo norte-americano William James, que possui uma concepção quase tão automatizada sobre os hábitos quanto Dreyfus da lida habilidosa, sustenta que algum estado consciente subjaz à realização de atividades habituais:

Chamamos a, b, c, d, e, f, os antecedentes das sucessivas atrações musculares, pelo nome de “sensações” [...] Pode ser admitido de imediato que eles não são volições distintas [...] Contudo, se não atos distintos da vontade, *esses antecedentes imediatos da cadeia estão, de qualquer modo, acompanhados pela consciência de algum tipo.* São sensações as quais usualmente estamos desatentos, mas que imediatamente chamam nossa atenção se dão errado (JAMES, 1914. pp.41, 43, tradução nossa) [grifo nosso].

Desse modo, James explica o fenômeno da correção em tempo real pela saída mais óbvia: alguma espécie de mentalidade acompanha a execução de ações habituais – ainda que, evidentemente, tal mentalidade não se identifique à apercepção neokantiana evocada por McDowell. Pelo contrário: James parece entender que a consciência envolvida no hábito é fundamentalmente perceptiva e corporal. Consequentemente, quando o agente *sente* que algo vai mal durante as suas atividades rotineiras, a atenção se volta imediatamente à lida. A explicação sobre a alternância entre esses estados mentais se torna simples porque nunca deixou de haver mentalidade durante a execução de movimentos habilidosos.

Dreyfus, todavia, propõe uma alternativa diferente daquela oferecida por James:

O agente não precisa estar consciente de si mesmo que de maneira mínima, mas apenas necessita ser capaz de entrar uma alçada monitorada se o cérebro, que compara o desempenho vigente com como as coisas ocorreram no passado, envia um sinal de alarme de que algo deu errado. Então o indivíduo se torna atento ao seu desempenho (DREYFUS, 2007b. p.374, tradução nossa).

De acordo com Dreyfus, não é o sujeito ou a mente que monitora a qualidade do desempenho de engajamentos corporificados, mas o cérebro. Obviamente o estadunidense busca tal saída para preservar o resultado de análises fenomenológicas que, presume-se, atestariam a incompatibilidade entre mentalidade e perícia. Nisso, o estadunidense expurga aquele homúnculo contemplador, que, a seu ver, é implicado pela própria ideia de mental, do ego para o cérebro – como se essa manobra, ao invés de obscurecer e mistificar o processo pelo qual os agentes engajados percebem os seus vacilos, resolvesse o problema de como os atores habilidosos são capazes de corrigir o seu curso de ação quando algo vai mal. Dreyfus nos deve uma explicação do que significa a mente despertar a fim de corrigir o rumo dos movimentos corpóreos. Afinal, se mentalidade e subjetividade não residem ao menos implicitamente na lida habilidosa, como poderia ser que o sujeito esteja sensível à emissão de sinais do cérebro monitorador? Dispensando ou não o âmbito monitorador neural subpessoal evocado pelo fenomenólogo, parece que ainda precisamos de alguma espécie de consciência envolvida na experiência de perícia. A solução do estadunidense, portanto, não funciona.

Adicionalmente, Dreyfus nos diz que “*enquanto nos mantivermos absorvidos, [uma] habilidade nos torna abertos a sermos impulsionados a lidar com situações sempre novas*” (2013. p.23, tradução nossa). Entretanto, se é verdade que o cérebro compara o desempenho habilidoso atual com como as coisas ocorreram no passado de modo a, quando algo desviar do curso de ação costumeiro, evocar a mente para corrigir, em tempo real, as perturbações que por ventura vitimizem os engajamentos hábeis, é de se perguntar se as costuras da lida habilidosa tecidas pelo fenomenólogo são realmente capazes de manejar “situações sempre novas”. Pois o aparecimento de contextos substancialmente inéditos implica numa perturbação significativa do curso costumeiro de ações. Isso teria como efeito a evocação do mental a fim de orientar o engajamento do ator. Dado que, para Dreyfus, a atualização ótima de

aptidões adquiridas é fundamentalmente automatizada, e a manifestação de mentalidade é o mesmo que a obliteração da perícia, pareceria ser o caso que as únicas novidades de que a lida perita poderia dar conta seriam aquelas situações novas unicamente no sentido de configurarem uma nova ocorrência; mas que, fundamentalmente, não apresentam novidade alguma – i.e., situações “numericamente distintas” das que aconteceram no passado, mas “qualitativamente idênticas”. A teoria da perícia do estadunidense só funciona em meio a contextos rigidamente familiares.

Agora, por que razão deveríamos aceitar que, se a atenção explícita prejudica a qualidade do desempenho corpóreo excelente, então a monitoração implícita de um ego sobre a sua lida em andamento incorreria no mesmo problema? A diferença entre monitoramento explícito e implícito pode ser justamente a diferença relevante para a explicação da degradação do desempenho corporal, no primeiro caso, e para a possibilidade da correção bem sucedida de movimentos, no segundo. Dreyfus defende essa posição porque entende que, se havia subjetividade implícita no engajamento excelente, então a manifestação de um ego explícito não alteraria a substância fenomenal dos conteúdos perceptuais. Mas não está claro por qual motivo essa alteração qualitativa da fenomenalidade da perícia teria, necessariamente, de não ocorrer. Sem uma análise fenomenológica precisa do que seria uma monitoração implícita, a manobra do estadunidense não parece legítima.

Dreyfus possui outra razão, mais geral, para repudiar a presença do ego implícito na lida altamente habilidosa: descrições fenomenológicas revelam simultaneamente que, durante a perícia, não há experiência de si; e que todo processo mental, incluindo a autoconsciência marginal, degrada a qualidade do desempenho perito. O estadunidense cita uma passagem dos escritos do francês Jean-Paul Sartre para exemplificar o resultado obtido por tais análises:

Quando corro ao encalço de um bonde, quando olho para o relógio, quando estou absorvido na contemplação de um retrato, não há “eu” [...] Estou, então, submerso num mundo de qualidades atraentes e repelentes – mas eu, eu desapareci (SARTRE, 1957. pp.48, 49, tradução nossa).

Dreyfus defende que a maneira correta de compreender o resultado desse tipo de análise é que os agentes, quando imersos completamente em sua atividade corpórea, não experienciam a si mesmos enquanto sujeitos de experiência – apenas os conteúdos perceptuais, correspondente às solicitações, e nada mais. Quando

somos o melhor de nós, portanto, somos, para usar o jargão de Hume, meros feixes de impressões – ou, melhor: feixes de respostas às solicitações de *affordances*. Não há espaço, aqui, para qualquer tipo ou noção de autoconsciência ou autoafecção – o ego desvaneceu-se em sua inteireza. Logo, não há “eu” na lida habilidosa completamente absorvida. Entretanto, acredito que, como dito por aquele famoso vienense, desconfiar da gramática é o primeiro passo para se fazer filosofia.

Em outras palavras, é necessário escrutínio crítico de nossas descrições fenomênicas e dos termos que nelas empregamos. Dizer, em linhas gerais, que não há exercício de faculdades mentais que tomem conscientemente o “eu” enquanto sujeito da experiência em meio à lida habilidosa excelente é muito diferente de afirmar que ali não há ego em absoluto. Para que haja subjetividade na experiência de perícia, basta que o agente possua a capacidade de autoafecção implicada pela própria posse de modalidades sensório-motoras. Negar esse sentido de “ego” torna absurda a tese fenomenológica de Dreyfus. Assim, a interpretação que oferece para a análise de Sartre me parece uma maneira muito inadequada de traduzir os resultados obtidos pela tradição fenomenológica.

Experiências são bens pertencentes a seja lá quem as tenha. À medida que os nossos engajamentos habilidosos extraem de nossas faculdades perceptuais e motoras, toda afecção envolvida nas respostas corpóreas às solicitações será, também, uma autoafecção – pois afecções são, ou, ao menos, integram, conteúdos perceptivos obtidos mediante a operação de nosso aparato sensório-motor, e aparatos sensório-motores são constitutivos de sujeitos corporificados. A experiência de algo é sempre a experiência de alguém que tem a experiência deste-algo, ainda que a experiência de si mesmo, no exemplo de Sartre, seja apenas a experiência de vivenciar este-algo³. Isto é, a percepção e a agência sempre envolvem, ao mesmo tempo, componentes afectivos e autoafectivos. E isso independe do fato de que o aspecto sensorial particular de uma afecção ao qual o sujeito se atém seja o próprio modo como o seu aparato perceptual reage sensivelmente à estimulação (quando atentamos, p.e., à sensação particular que certa textura áspera imprime sobre nossos dedos), por oposição, e.g., a um objeto capturado pelo processo perceptivo e ao qual o agente responde irrefletidamente. A repercussão sensorial que os nossos

³ Dreyfus recusa até mesmo que a fenomenalidade da perícia envolva a posse da experiência de vivenciar algo enquanto este-algo. Veremos isso com mais detalhes nas secções seguintes.

movimentos causam é parte integral do “eu” envolvido na lida habilidosa e, correspondentemente, de uma consciência perceptiva e corporal – um sentimento de si:

[...] uma cadeia habitual de contrações musculares [...] excitam em nós [sensações respectivas] quando são desempenhadas com sucesso. Tais sensações usualmente serão de músculos, pele ou juntas das partes movidas, mas elas também podem ser efeitos do movimento sobre o olho ou o ouvido. Por meio delas, e apenas por meio delas, tornamo-nos conscientes se a contração ocorreu ou não (JAMES, 1914. pp.36-37, tradução nossa).

Se percebo e ajo sobre um item, eu o percebo relativamente à minha posição espacial e capacidades de ação. Se algum objeto solicita poderosamente os meus atos, ele os solicita conforme os meus interesses e minhas tendências motivacionais. Como veremos mais tarde, a percepção e a lida habilidosa sempre envolvem organismo e ambiente num sentido não trivial.

Acredito que a posição segundo a qual análises fenomenológicas não revelam ego algum em meio à lida perita é tomar uma metáfora ao pé da letra. Numa interpretação mais caridosa, o que Sartre pretendeu afirmar é que o componente autoafectivo de uma percepção não residia no centro daqueles conteúdos perceptuais vivenciados pelo agente. Além disso, alegar que o ego implícito, concebido enquanto uma espécie de autoafecção básica constitutiva de toda experiência possível, é responsável por monitorar, ou algo que o valha, o desempenho de um agente mediante um tipo de ciência puramente corporal, sensível a perturbações significativas na qualidade das ações, é muito menos misterioso do que postular que tal trabalho é cumprido num nível neural que, com efeito, caracterizaria bizarramente um âmbito subpessoal antropomorfizado que vigia o engajamento habilidoso para só então, caso algo dê errado, emitir um “alarme” e despertar a mente que, sabe-se lá por onde andava, engendra um estado monitorador a nível pessoal.

Dreyfus prossegue com a sua guerra contra o “eu”:

Mas como poderia se descrever a lida sem referência ao sujeito que a realiza? Homero já descreveu esse fenômeno. Sempre que descreve os seus heróis no jantar, ele poderia ser traduzido como dizendo que “seus braços dispararam para a comida que jazia pronta diante deles”. Claramente, isso não parece, a Homero, ser mero reflexo ou um caso de guerreiros enquanto agentes alcançando sua comida [...] todos nós possuímos mãos e braços que são mestres da lida cotidiana (DREYFUS, 2007b. p.374, tradução nossa).

Creio que a melhor resposta para essa pergunta do estadunidense é a seguinte: não se pode. Há sempre referência ao sujeito, mesmo que implícita. Caso

contrário, teríamos de admitir, como parece ser o caso de Dreyfus no excerto supracitado, que nossos braços e pernas são algo como agentes em seu próprio direito. Passaríamos do dualismo a um trilateralismo, tetralismo e além. McDowell enfatiza essa dificuldade:

Dreyfus [...] toma como dado que a mentalidade é apartada do engajamento na vida corpórea. Isso vem junto de um dualismo da corporificação e mentalidade que é reminescente de Descartes. Evidentemente, tal dualismo não é exatamente cartesiano; o corpo não é concebido como uma máquina. Pelo contrário, o corpo [...] é distintivamente pessoalizado. Supõe-se que ele possua conhecimento prático [...] Eu sou a única coisa personalizada (pessoa, na verdade) que é necessária numa descrição de minha atividade corporal. Se tu distingues a mim de meu corpo, e deres a meu corpo aquele caráter pessoalizado, tu terás muitas coisas personalizadas [...] quando tentares descrever meus feitos corpóreos. É a necessidade que Dreyfus pensa que há para essa separação embaraçosa de mim de meu corpo reflete uma concepção de mentalidade que acredito que deveríamos descartar (MCDOWELL, 2007b. p.369, tradução nossa).

A meu ver, tais considerações do sul-africano são irretocáveis. Como mostra o fracasso da solução estranhíssima que Dreyfus propôs para a questão da correção de atos corporais malogrados, deve haver alguma espécie de processo mental que acompanha a lida perita e está tão absorvido quanto ela. A nossa concepção sobre a natureza do mental, portanto, não precisa corresponder a uma noção que postule um desengajamento incontornável com o ambiente. Contudo, tal mentalidade não necessita, tampouco, envolver qualquer coisa similar à racionalidade pervasiva de McDowell. Como sugerido brevemente por James, o estado de consciência arraigada na lida habilidosa pode ser tomado como puramente corporal ou sensível. Não implicaria, portanto, na impregnação conceitual da experiência.

O problema fundamental, então, não é fazer justiça à existência de uma forma de inteligibilidade puramente corporal, inteiramente distinta da inteligibilidade conceitual, mas compatibilizá-las – ou, melhor: mostrar que, a rigor, não há duas intencionalidades em absoluto; que o discurso divisionista sobre intencionalidade corpórea e mental já é assentir ao pensamento dicotômico. Em outras palavras, a questão não é dar vida ao corpo para além da mente, como tentou Dreyfus, mas fazer sentido de nossa vida tal qual ela se apresenta – i.e., holisticamente integrada.

Retornemos ao exemplo de Sartre. Admitamos, por ora, que a melhor conclusão a ser extraída é aquela de Dreyfus – naquele caso mencionado pelo filósofo francês, não havia ego algum. Contenhamos, também, a vontade de questionar para qual lugar o “eu” fora extraditado e como retorna ao corpo. Ainda assim, tais análises

fenomênicas seriam tão decisivas quanto o estadunidense as faz parecer apenas se o seu resultado fosse, de fato, espelhado pela maior parte das descrições sobre a experiência perita. Entretanto, mesmo a fenomenologia falsifica a generalidade da tese de Dreyfus.

Recentemente, a filósofa e artista Camille Buttingsrud conduziu entrevistas fenomenológicas com cinco dançarinos e coreógrafos profissionais. Dois deles, Ole Birger Hansen e Antoinette Helbing, são integrantes do *Aaben Dans*, um teatro de dança localizado em Roskilde, na Dinamarca, e trabalham com dança contemporânea. Os outros três são Ellen Kilsgaard, uma dançarina contemporânea independente; Yael Gaathon, dançarina e diretora artística de dança butoh; e Eleanor Bauer, coreógrafa e artista cujo trabalho envolve balé, dança contemporânea e pesquisa em dança. Buttingsrud perguntou aos seus entrevistados se sentiam o seu ego desaparecer durante o pico máximo de seu desempenho corporal. Surpreendentemente para alguns, nem tanto para outros, a resposta negativa fora uníssona. Para boa parte desses dançarinos, a experiência de perícia é o momento em que mais sentem autenticamente o seu “eu”:

Muitos dos dançarinos entrevistados sentiam que eram “mais puramente eles mesmos”, ou “mais eles mesmos”, quando imersos na atividade da dança – e em outras atividades onde o corpo guia o caminho [...] Nas palavras de Eleanor, o ego dançante é “um agente interrelacionado, interdependente, sensitivo, receptivo, perceptivo e responsivo numa rede de relações” (BUTTINGSRUD, 2021, tradução nossa).

Mais chocante do que isso, entretanto, é que os entrevistados afirmaram que sentiam o seu ego desvanecer justamente quando o aparecimento do pensamento conceitual deslocava o foco integral de sua atenção sobre a lida. Assim, o que, para Dreyfus, constitui os episódios da manifestação do “eu” é, para esses dançarinos, a sua perda:

Yael experienciara raras ocasiões de se distrair ao pensar conceitualmente durante a dança. Isso aconteceu como consequência de estar extremamente entediada ou cansada, diz ela. Ao estar apenas parcialmente presente dessa maneira, ela sentiu que “desapareceu”. Para ela, a falta de correlação entre o que fazia e sobre o que estava consciente equivale a “perder a si mesma” [...] Os dançarinos que entrevistei não sentiam que o seu “eu” era esquecido quando estavam imersos na atividade corporal. Ao contrário, ter pensamentos conceituais involuntários durante a dança é que pode causar-lhes o sentimento de esquecer ou perder a si mesmos (ibid., tradução nossa).

Creio que os relatos dos dançarinos entrevistados por Buttingsrud são inteiramente intuitivos ao senso comum e fazem perfeito sentido. O estilo particular de

engajamento com *affordances* que, por exemplo, grandes esportistas apresentam, como Lebron James ou Lionel Messi, é parte fundamental daquilo que caracteriza tais sujeitos no imaginário popular. A maneira única como desempenham os seus movimentos habilidosos é o que define o seu ego para o grande público. Presumivelmente, esse aspecto de suas vidas é fundamental para a compreensão e sentimento do que constitui o seu “eu” aos próprios peritos. Logo, não parece correto descolar a agência sensório-motora excelente dos atores de seu ego: este é parcialmente composto por aquela em sentido relevante. Isso aponta, novamente, que a tarefa é procurar uma abordagem compatibilista entre mente e corpo, entre intencionalidade corpórea e conceitual. Não escaparemos satisfatoriamente de um dualismo neocartesiano ao postular um novo fantasma que anima a máquina por oposição ao tradicional fantasma que nela somente faz morada. Nas palavras de Buttingsrud: “*A noção de auto-esquecimento na atividade absorvida revela uma abordagem dualista do eu; ela fala do eu como exclusivamente mental, ignorando a auto-experiência do eu corporal*” (BUTTINGSRUD, 2015. p.121, tradução nossa).

Dreyfus nos diz que “*na lida completamente absorta, nós simplesmente não experienciamos a nós mesmos enquanto coisas pensantes*”. (DREYFUS, 2007b. p.376, tradução nossa). Talvez seja o caso. Mas, como atesta o depoimento dos dançarinos de Buttingsrud, experienciamos a nós mesmos enquanto coisas viventes, atuantes e corporificadas. Não parece haver razão para tomarmos a percepção de *affordances* mais ou menos salientes e nossas respectivas respostas àquelas mais pujantes como algo distinto da experiência de nós mesmos enquanto agentes – ainda que o aspecto fenomênico de respostas habilidosas às solicitações que corresponda a como é sentir a si mesmo respondendo a *affordances* relevantes não esteja, ou não possa estar, sob o foco da atenção do ator, ou mesmo que não haja atenção alguma. Ainda assim, o caráter em primeira pessoa da experiência de perícia deve necessariamente levar consigo um componente autoafectivo, mesmo que fenomenologicamente recessivo. Afinal, é o meu corpo que foi absorvido pelo meio: é o meu corpo que se move e age, que vê e ouve; é relativamente a meu corpo e a meus interesses e motivações que algumas estrelas da constelação de *affordances* que a me solicitam irão reluzir com maior fulgência. Sustentar que a lida habilidosa de excelência não envolve ego é obscurecer o fundamento da experiência perceptiva e acional. É privilegiar um dos polos do nexos agente-ambiente desnecessariamente. A

adoção de uma perspectiva subjetiva não implica, em absoluto, num afastamento relativo ao mundo; mesmo que o ego esteja presente explicitamente na experiência de um sujeito. Nós jamais estamos “livres e distanciados” daquilo que nos cerca – e nem poderíamos estar.

2.7. A operatividade subpessoal da conceitualidade

A certa altura do debate, Dreyfus intima McDowell explicitamente:

[...] para descrever o status de conceitos que, de algum modo, são “operativos” mesmo quando não são “experenciados” como operantes, McDowell introduz o termo técnico “conceitualidade”. Contudo, sem qualquer descrição fenomenológica de como é a nossa lida absorvida ser pervadida pela conceitualidade, não é claro que significado devemos dar a esse termo (DREYFUS, 2007b. p.372, tradução nossa).

A estratégia do sul-africano, porém, segue exatamente a via oposta.

Como vimos, McDowell entende que os assim chamados “dados da sensibilidade” são instantânea, imediata e espontaneamente manufaturados pelas operações compulsórias da mentalidade conceitual – de modo a estas edificarem judicativamente uma experiência inteligível e organizada de mundo enquanto a totalidade de fatos. No estágio anterior do debate, o sul-africano atribui essa operatividade, ao menos durante os episódios de perícia, à apercepção. Contudo, os ataques de Dreyfus contra a presença da consciência de si durante a lida absorvida obrigam o filósofo a recuar mais uma vez. Como McDowell concede que o fluxo corpóreo não exhibe nenhum sintoma fenomenal da atualização de faculdades judicativas, ele precisa postular que é a atuação subpessoal da conceitualidade a responsável por estruturar os conteúdos experienciais de maneira a torná-los aptos a admitirem a anexação de “porções de linguagem”. Assim, a operação de potências racionais na experiência perita não deixaria rastro fenomênico algum:

[...] no experienciar ele mesmo, capacidades que pertencem à racionalidade do sujeito estão em jogo: capacidades que o seu possuidor pode exercer [...] ao decidir qual razão é requerida para pensar sobre isto ou aquilo. Isto é o que significa que capacidades sejam conceituais no sentido relevante: *elas são capacidades cujo conteúdo é de uma forma que o ajusta para figurar na atividade discursiva*. A ideia não é que o nosso conhecimento experiencial é sempre o resultado de determinar qual razão é requerida para pensar sobre alguma questão. Normalmente, quando a experiência nos provê com conhecimento de que tal-e-tal é o caso, nós simplesmente nos encontramos na posse do conhecimento [...] em tal conhecimento, *capacidades que podem figurar naquele tipo de atividade intelectual estão em atuação* [...] O envolvimento de capacidades conceituais na experiência, em minha visão, exatamente *não é uma questão de atividade por parte do sujeito* (MCDOWELL, 2013. pp.42, 57, nota 3, tradução nossa) [grifo nosso].

Dessa maneira, a impregnação da conceitualidade, responsável por estruturar judicativamente os conteúdos perceptuais do indivíduo, não é o produto da atividade da coisa pensante, mas da operatividade subpessoal de capacidades conceituais possuídas pelo sujeito. Tal fato seria responsável por permitir que nos apropriássemos discursivamente de diferentes aspectos de conteúdos experienciais ao anexar-lhes, de maneira explícita, porções de linguagem e julgar que isto ou aquilo é o caso. Correspondentemente, uma estrutura proposicional subpessoal torna-se efetivamente consciente ao ser articulada numa sentença, seja ela silenciosa ou vocalizada.

Cabe aqui notar um paralelo interessante entre as teorias de Dreyfus e McDowell. Como as considerações fenomenológicas de Dreyfus teriam um impacto devastador à tese da mentalidade pervasiva, McDowell desloca a operatividade conceitual a um nível subpessoal, invulnerável a contra-argumentos fenomenais. Dreyfus, por seu turno, ao reconhecer que deve haver alguma mentalidade concomitante ao engajamento habilidoso para que o ego possa intervir e ajustá-lo caso algo dê errado, mas, ao mesmo tempo, comprometido com a tese de que não há mente na experiência da perícia, transfere o monitoramento para o nível puramente neural e, portanto, inconsciente.

Seja como for, o que McDowell parece afirmar com a sua doutrina reformulada da pervasividade é que a operatividade onipresente do juízo “prepara”, proposicional e inconscientemente, os aspectos de conteúdos experienciais de maneira a capacitá-los a serem articuláveis pelo discurso – o que dá vazão a um conhecimento perceptual irrefletido daquilo que pode ser posto explicitamente em palavras. Desse modo, o que a mentalidade conceitual efetivamente realiza é a adição espontânea, por assim dizer, de lugares de função e argumento a tudo aquilo que os sujeitos experienciam – lugares que só serão saturados pela atividade intencional linguística explícita do indivíduo. Entretanto, o que o sujeito já sabe de largada devido à realização instantânea de faculdades judicativas diretamente na percepção, e que, por seu turno, impõe à experiência de mundo a forma da linguagem, é que ali há um tal-e-tal assim-e-assim – mesmo que sequer esteja munido das palavras apropriadas para exprimir esse conhecimento, que só possa expressar o que sabe muito rusticamente; e mesmo que sequer saiba conscientemente que sabe dessas coisas.

A ideia é mais ou menos a seguinte: uma vez que a experiência de um sujeito S possui a forma conceitual, no sentido de que a parcela () de um conteúdo

experiencial X de S pode ser, ou já foi, apropriada linguisticamente por S de maneira explícita, então as suas capacidades judicativas são operativas mesmo quando os conceitos correspondentes não são experienciados por S como operantes. Se S é capaz de articular conceitualmente a parcela () de um conteúdo experiencial X, então a sua racionalidade deve ser atuante quer S efetivamente articule () linguisticamente ou não. Isso porque a própria forma do conteúdo perceptual “X” já é o resultado de sua conformação pelo intelecto. A mentalidade conceitual de McDowell converte a experiência em algo que, subseqüentemente, pode ser posto em palavras. Assim, o fato de que S pode se apropriar linguisticamente de aspectos de suas experiências fenomenais – quando satura os lugares de função e argumento admitidos por X() ao ajuizar explicitamente, p.e., que Fa – denuncia a operação de suas faculdades judicativas – ainda que S jamais articule discursivamente alguns dos traços de seus conteúdos perceptuais. De igual modo, a atualização espontânea da racionalidade conceitual fornece o conhecimento empírico irrefletido de X() a S. S sabe que X() é o caso mesmo que, novamente, nunca preencha os lugares de função e argumento com constantes; mesmo que nunca pense em X().

Isso significaria, pelo menos, que os conteúdos perceptuais dos quais o fluxo absorvido depende são, em todos os casos, permeados pela racionalidade. Quer dizer, são percepções do mundo como sendo objetivamente de certa maneira ou sob certa interpretação (MCDOWELL, 2007a. p.339; cf. MONTERO, 2018. p.2), ainda que tal conhecimento sobre ser o mundo de um modo assim-e-assim esteja escamoteado da consciência explícita do indivíduo (MCDOWELL, 2013. p.42). Destarte, podemos entender o exercício das capacidades racionais mcdowellianas em duas camadas distintas: (a) uma operatividade conceitual de nível superior, que envolve razões e juízos explícitos emitidos conscientemente; e (b) uma operatividade conceitual de nível inferior, responsável, ao mesmo tempo, por moldar ou entalhar subpessoalmente a totalidade dos aspectos da experiência segundo a forma conceitual e fornecer conhecimento empírico irrefletido ao sujeito.

O filósofo sul-africano afirma que algo similar ocorreria durante os exercícios de agência e, portanto, de experiência de perícia:

A absorção do [perito] não o impede de saber o que faz numa ocorrência de autoconhecimento que caracteriza um agente. É verdade que [...] se alguém o compelir a dizer o que ele assim sabe, em resposta à pergunta “O que fazes?”, o fluxo se quebraria [...] Mas ele possui esse autoconhecimento, mesmo que

não seja expresso e mesmo se não pensar explicitamente o seu conteúdo [...] Concedi que, se ele diz tais coisas, não mais age em fluxo. Mas se diz tais coisas, ele dá expressão ao conhecimento que já possuía quando agia em fluxo. O autoconhecimento que esses dizeres expressam não passa a existir apenas ao ser expresso (MCDOWELL 2013. p. 46, tradução nossa).

McDowell prossegue:

O autoconhecimento distintivo de um agente não é apenas conhecimento do que está fazendo, mas também conhecimento de o porquê o faz [...] E tal autoconhecimento está presente quando agentes agem em fluxo [...] se compelirmos um agente que age em fluxo a responder à questão “Por quê?”, isso quebrará o fluxo. Mas [...] [o] que importa é que o agente pode responder à questão “Por quê?” diretamente, sem necessidade de refletir ou investigar. Como com a questão “O quê?”, tal resposta dá expressão a algo que ele já sabia quando agia em fluxo, em uma ocorrência do autoconhecimento que caracteriza um agente (Ibid. p.47, tradução nossa).

Como no caso do conhecimento empírico, a operatividade judicativa subpessoal impregnada nos dados da sensibilidade e exercícios de agência identificados à lida perita engendraria ocorrências de autoconhecimento. O agente, assim, não apenas sabe o que faz, mas também a razão de o fazer – ainda que de maneira irrefletida. De modo correspondente, esses episódios de autoconhecimento poderiam ser, ao menos em princípio, articulados explicitamente em atos discursivos. Logo, por conta de tal manufatura experiencial espontânea, decorrente da atividade pervasiva da mentalidade, a perícia detém uma distintiva forma conceitual – a absorção habilidosa fatalmente aparece num molde judicativo que lhe habilita a admitir anexação de porções de linguagem.

Segue-se disso que, de acordo com McDowell, as ações de um perito são sempre efetivações de razões – mesmo que de modo subpessoal, uma vez que a atualização espontânea e irrefletida de capacidades do intelecto fornece ao sujeito, simultaneamente, conhecimento daquele tipo especial que pode figurar explicitamente no pensamento declarativo; e autoconhecimento sobre aquilo que faz e sobre o porquê ele o faz. Todo conteúdo advindo da lida habilidosa perita, como quaisquer aspectos fenomenais da experiência humana madura, é conceitualizado. Desse modo, ele já está, de largada, posicionado no interior do espaço lógico das razões na qualidade de realização de um conceito pragmático, de uma razão prática – ainda que o sujeito nunca a formule linguisticamente de maneira explícita ou jamais torne-se plenamente consciente de que ali agiu por uma razão. Os atos humanos, completamente absorvidas ou não, sempre possuem alguma razão de ser. Mesmo

que de forma velada ao ator que as realiza, tais ações são efetivadas por alguma razão cujo conhecimento o agente detém pré-tematicamente.

Por conseguinte, a teoria do sul-africano sustenta que a ação altamente habilidosa é tipicamente mental, conceitual, judicativa e racional. Que a mentalidade informe a agência, então, significa ao menos três coisas: (a) que a operatividade conceitual de baixo nível conforma os aspectos dos conteúdos experienciais relacionados àquelas percepções concomitantes ao engajamento corpóreo, tornando-os aptos para a articulação linguística; (b) que a realização de atos intencionais corresponde à efetivação de conceitos práticos (cf. 2007b. pp.366-367; 2013. p.49); e (c) que operações judicativas subpessoais atualizam-se espontaneamente no curso de ações corporais de maneira a engendrar autoconhecimento irrefletido, capaz de figurar explicitamente no discurso, sobre o que fazemos e o porquê de o fazermos.

Disso se segue-se, para o desespero de Dreyfus, que não há descrição ou análise fenomenológica do que é, ou como se pareceria, ser a lida absorta impregnada de conceitualidade – pois tal impregnação não deixa rastros fenomênicos pelo caminho. A pervasão da mentalidade conceitual sobre os engajamentos corporais se denuncia unicamente pela própria capacidade de todas as parcelas de seus conteúdos admitirem articulação linguística. Que possamos falar, uma vez ou outra, sobre o que percebemos e fazemos é a única evidência dessa impregnação. A conceitualidade de McDowell, como o Deus tomista, é puro ato: ela contamina e está ativa em todos os domínios da vida perceptiva, locomotiva e manual de seres humanos ainda que estes a neguem por três vezes.

McDowell afirma que, para rejeitar a tese da pervasividade, Dreyfus teria de mostrar que capacidades conceituais não são operativas na atividade corpórea de peritos em fluxo (MCDOWELL, 2013. p.50). Todavia, dado que a doutrina da conceitualidade, como já vimos, é insensível a contra-argumentos fenomenológicos, o que seria falseá-la? E, considerando que a operatividade conceitual de nível inferior não deixa sintomas fenomênicos, como confirmá-la? E por qual razão defendê-la? Como pode o sul-africano saber que há de fato tal atualização subpessoal? Afinal, pareceria que o modo mais razoável de sustentar a existência de atividade intelectual diretamente na percepção seria por meio de uma descrição fenomenológica que discriminasse algum rastro experiencial de sua operação. Mas tal manobra não está

disponível para McDowell. Sendo assim, o que o autorizaria a defender tal tese? E por que deveríamos aceitá-la?

Em dado momento da querela, o sul-africano pergunta: “*por que deveríamos aceitar que habilidades de lida corporificada são, assim mesmo, não-conceituais?*” (MCDOWELL, 2007a. p.339, tradução nossa). Bem ou mal, Dreyfus possui uma resposta: é o que mostra o fenômeno. Devemos, então, endereçar a pergunta a McDowell. Pressupondo que as descrições fenomenológicas da perícia oferecidas pelo estadunidense estão corretas, por que deveríamos aceitar que a lida habilidosa é conceitual? Porque não há dado indubitável:

Que as coisas sejam de um certo modo pode estar lá para um sujeito conhecer [...] a fim de evitar o Mito do Dado, nós temos que supor que estar lá para ele conhecer extrai de capacidades que pertencem à sua faculdade para o conhecimento daquele tipo distintivo, capacidades que pertencem à sua racionalidade (MCDOWELL, 2013. p.43, tradução nossa).

Ou seja: a motivação teórica basilar do sul-africano para sustentar a sua doutrina da mentalidade conceitual é, em última instância, uma tentativa de fugir do *mito do dado* (SELLARS, 1997). No que tange ao conhecimento perceptual, o mito do dado diz respeito à ideia, mais fortemente associada ao fundacionismo epistemológico empirista da idade moderna, segundo a qual sensações brutas e inarticuladas justificam as nossas crenças. Entretanto, Wilfrid Sellars demonstrou que esse não pode ser o caso. Para que a sensação de vermelhidão pudesse justificar a minha crença de que um objeto tal-e-tal é vermelho, seria necessário que eu pudesse distinguir tudo o que é vermelho daquilo que efetivamente não é vermelho. Em outras palavras, os dados dos sentidos já teriam de acomodar alguma organização prévia.

Em virtude dos contornos esdrúxulos que a doutrina da mentalidade conceitual passou a assumir durante o desenvolvimento da contenda contra Dreyfus, McDowell precisaria demonstrar que a operatividade judicativa, espontânea e subpessoal, é a única alternativa viável para escaparmos do mito do dado. Todavia, como já deve estar claro, a teoria do estadunidense mostra que tal rota não é a única disponível. A experiência é estruturada conforme a posse de um repertório habilidoso. E McDowell não se detém em explicar por qual razão a saída de Dreyfus não funcionaria. Segue-se disso que o sul-africano incorre numa petição de princípio: ele apenas pressupõe aquilo que deveria provar.

Reconhecer, como Dreyfus, que a experiência de mundo não é poluída por sensações desarticuladas, mas organizada pela posse de um repertório habilidoso e as correspondentes tendências motivacionais do agente, é suficiente para declinarmos da suposição segundo a qual o juízo é atualizado espontânea e ubiquamente na percepção como o único escape disponível para o mito do dado. Consequentemente, a doutrina da conceitualidade de McDowell é misteriosa e dispensável à medida que (1) postula uma operatividade de conceitos sobre a qual não podemos entender nem falar nada a respeito, a não ser que ela dá forma conceitual à experiência; e (2) é desnecessária para dar conta do mito do dado.

2.8. O erro categorial de McDowell

A suposição segundo a qual capacidades de algum tipo são atualizadas ubiquamente na experiência parece romper com um traço distintivo da própria noção de capacidade – nomeadamente, que são aplicadas apenas ocasionalmente. Por conta disso, Dreyfus acusa McDowell de incorrer num erro categorial:

A tese da pervasividade [...] parece estar baseada em um erro categorial. Capacidades são exercidas de quando em vez, mas isso não permite que se conclua que, mesmo quando não são exercidas, elas são, ainda assim, “operativas” e, por isso, pervadem todas as nossas atividades. Capacidades não pervadem nada (DREYFUS, 2007b. p.72, tradução nossa).

Talvez essa seja a crítica mais significativa que Dreyfus endereça às teses de McDowell em todo o debate – especialmente após o sul-africano tornar a sua teoria invulnerável a quaisquer considerações fenomenológicas. Capacidades só podem ser operativas quando atualizadas. Minha capacidade de andar de bicicleta, por exemplo, não é atuante naquelas experiências em que efetivamente não ando de bicicleta; e não me parece razoável chamá-la “operativa” nas situações em que não ando de bicicleta simplesmente porque poderia pedalar em alguma, caso aparecesse em minha frente, uma vez que possuo tal faculdade. Seria inteiramente contraintuitivo e demandaria boas e sólidas explicações defender que a capacidade de andar de bicicleta precisaria ser, de alguma maneira, atuante nos casos em que não a utilizo para que o andar de bicicleta seja possível nas situações em que não ando de bicicleta – que a experiência, assim, possui a forma do andar de bicicleta. Uma ideia dessas esvazia a própria noção de “capacidade” enquanto uma potência adquirida e atualizada em ocasiões assim-e-assim. Creio que o mesmo ocorra com a doutrina da mentalidade conceitual defendida por McDowell.

Se a racionalidade mcdowelliana, entendida enquanto faculdades conceituais pervasivas do sujeito, é atuante mesmo quando não é consciente e explicitamente exercida – ou, se a articulação linguística de conteúdos perceptuais, tomadas enquanto operações de nível superior de capacidades conceituais, depende da atividade permanente da conceitualidade subpessoal –, então as capacidades conceituais de McDowell não são potências, mas puras atualidades. Logo, o sul-africano deveria, ao menos, dispensar o termo “capacidade” e começar a falar em “atualidades conceituais” pervasivas. E a própria ideia de que conceitos que poderiam ser explicitamente articulados em atos discursivos configuram atualidades operacionais deve ser vista com suspeita e ceticismo.

Contudo, há, segundo o pragmatista John Dewey, um sentido em que se pode dizer que nossas capacidades são sempre operativas:

Na realidade, cada hábito opera durante todo o tempo da vida desperta; embora, como um membro de uma tripulação tendo sua vez no leme, a sua operação se torna o traço predominantemente característico de um ato apenas ocasionalmente ou raramente. O hábito de caminhar é expresso no que vê um homem quando se mantém imóvel, mesmo em sonhos. O reconhecimento de distâncias e direções das coisas a partir de seu lugar em repouso é a prova óbvia de tal declaração. O hábito de locomoção é latente no sentido que é encoberto, contrariado, por um hábito de ver que definitivamente está na dianteira. Mas o contrariar não é supressão (DEWEY, 2002. p.37, tradução nossa).

Assim, aquelas nossas capacidades que, à primeira vista, parecem inativas mantêm-se operantes pelo seguinte: trazemos conosco, a todo instante, o todo holisticamente estruturado de nosso repertório habilidoso. É esse aspecto de nossa constituição que nos permite alternar entre ações aparentemente muito distintas com tamanha fluidez – nossas diferentes habilidades estão sempre integradas umas com as outras, e, portanto, são sempre atuantes em algum grau. Como Dewey notou com exatidão, quando exercemos nossa habilidade de enxergar⁴, por exemplo, enxergamos o que está disposto em nosso campo visual conforme as suas direções e distâncias relativamente ao nosso ponto de observação. As nossas aptidões visuais e locomotivas estão intimamente conectadas. O mesmo vale para a demais competências que possuímos.

⁴ Supondo, evidentemente, que enxergar é uma habilidade. Isso será defendido explicitamente mais adiante.

Tais considerações indicam que nossas potências corpóreas intencionais nunca são somente sensíveis ou meramente locomotivas, mas sensório-motoras. Não há tal coisa como sensação inarticulada porque quaisquer dados sensíveis que possamos vivenciar já estarão organizados perceptivamente conforme a posse de uma capacidade sensório-motora. Seja como for, a consequência desse holismo habilidoso é esta: ao se apresentarem as circunstâncias propícias, podemos atualizar qualquer uma de nossas faculdades corporais – isto é, podemos colocar qualquer uma delas para a dianteira e puxar as outras para aquele posto tipicamente recessivo. Entretanto, tal aspecto de pervasiva operatividade de nossas faculdades corporificadas não se restringe às capacidades conceituais. Tampouco diz respeito à sua suposta atuação subpessoal. É uma questão de contexto, não de atividade irrefletida. Essa questão será desenvolvida com maiores detalhes mais à frente.

2.9. O fundacionismo de Dreyfus

Dreyfus não defende apenas que a experiência de mundo é organizada conforme a posse de habilidades. Adicionalmente, o estadunidense sustenta uma espécie particular de fundacionismo com respeito às relações entre lida habilidosa e atividade intelectual. O filósofo entende que aquele campo de forças sedutoras e repelentes serve de base para as operações do intelecto:

[...] no nível mais básico, nossas respostas completamente absorvidas a solicitações operam no plano-de-fundo para subjazer e suportar mesmo os nossos conceitos específicos-a-situações e atividade do agente. Mas isso seria introduzir uma nova versão da abordagem nível-básico/andar-superior que eu sugiro que deveríamos buscar e que McDowell rejeita como uma relíquia do fundacionismo (DREYFUS, 2007b. p.376, tradução nossa).

Dreyfus prossegue:

Fenomenólogos existenciais, como Martin Heidegger e Merleau-Ponty, sustentam que o acesso a um mundo independente e pensável requer como plano-de-fundo um mundo familiar e apreensível que, enquanto nele estivermos absorvidos, opera como um campo de forças, mas que se esvai ao tentarmos pensá-lo. A lida familiar de plano-de-fundo pode suportar uma lida em primeiro-plano cujo “Eu faço” é operativo. No exemplo de Heidegger, ao entrar na sala de aula ele lida com a porta, bancos e maçaneta sem estar ciente delas, ao mesmo tempo que, presumivelmente, foca sobre o que será dito em aula. Quando leciona, entretanto, se tudo correr bem, ele pode encontrar-se completamente em fluxo. Em tal lida inteiramente absorvida, a lida de plano-de-fundo vai até o topo para engolir o primeiro-plano, por assim dizer, e assim o conferencista estará [...] como sob um feitiço (DREYFUS, 2013. pp.16, 28, tradução nossa).

Segundo Dreyfus, quando pensamos sobre algo que fazemos ou iremos fazer, a lida acomoda um primeiro-plano onde o “eu” opera ao assentar-se sobre um alicerce

fornecido pelo entendimento familiar absorvido de plano-de-fundo. Seria dessa maneira, destarte, que o campo de forças atrativas e repulsivas serviria de base à atividade de nossas potências judicativas. Contudo, quando tudo corre bem, o plano-de-fundo se expande de modo a englobar o primeiro-plano, destruindo as divisórias entre tais âmbitos corporificados e exorcizando completamente o ego da lida. Ao ocorrerem episódios assim, o agente encontrar-se-á completamente absorvido. O que absolutamente não pode ocorrer é que o primeiro-plano se enraíze no plano-de-fundo sem que o fluxo seja interrompido, i.e., sem que a qualidade do desempenho degrade e a absorção seja perdida. Quando algo furtivo em nossa agência, que se guardava sorrateiramente nos bastidores sem ser notado, é trazido aos holofotes do pensamento, o entendimento familiar que lhe antecedia perde a sua excelência e torna-se, no máximo, somente competente. Todavia, aquilo que permanece impensado, de que não estamos cientes nem no nível mais baixo, mantém sua operatividade ótima. É assim que podemos perfeitamente pensar sobre algo quando, por exemplo, subimos escadas ou caminhamos pelo parque. O importante é que algo sempre se mantenha no plano-de-fundo para que possa servir de base fenomenológica ao juízo – se não pensarmos sobre o subir escadas ou o caminhar, subimos escadas e caminhamos enquanto peritos.

Como acabamos de ver, Dreyfus entende que a lida habilidosa compreende três modalidades algo distintas: (a) lida cotidiana de plano-de-fundo; (b) lida mental-judicativa; e (c) lida completamente absorvida. A primeira corresponde aos engajamentos corpóreos que servem de base e possibilitam a atuação das diferentes formas de mentalidade. Ela funciona, portanto, nos “bastidores” da atividade consciente ao fornecer-lhe suporte. Tal responsividade ao campo familiar de atrações e repulsões são como o fluxo à medida que não podem envolver um “eu” sem que a sua qualidade se degrade. Desse modo, a lida cotidiana familiar é um entendimento prático de plano-de-fundo, pervasivo e contínuo, que atua como condição de possibilidade para a atualização de faculdades mentais e que, para manter-se operativa, precisa permanecer nos proscênios – i.e., não pode ser pensada ou apreendida.

A segunda diz respeito àquela atividade que envolve juízos, crenças, conceitos, pensamento e atenção – seja esta puramente sensível, corpórea, “implícita”, ou explicitamente consciente. Tais potências da mente têm a sua efetivação possível

escorada sobre a pervasiva operatividade das respostas irrefletidas a um campo de forças atrativas e repulsivas que, por seu turno, desfaz-se quando alvejado por alguma forma de mentalidade. Assim, se noto que este martelo é muito pesado para minha finalidade, todo o restante do engajamento corporificado deve conservar-se impensado para que a lida vigente remanesça funcional – i.e., para que a qualidade do desempenho não seja significativamente prejudicada.

A terceira, também chamada por Dreyfus de “fluxo”, é aquele estágio da lida habilidosa em que não mais há divisões entre primeiro-plano e plano-de-fundo, mas apenas a completa absorção naquilo que faz o agente. Destarte, não haveria nenhum tipo de pensamento, atenção, juízo, conceito, crença, razão ou qualquer outra influência exercida pelo mental – apenas atos corporais, automáticos e irrefletidos, extraídos diretamente pelas solicitações. Aqui, o agente atuaria como se sob um feitiço ou transe (cf. 2013. pp.28, 38), vitimado por uma espécie de “sonambulismo hábil” que o faz responder excelentemente às forças familiares com as quais se depara. As ações do perito seriam, portanto, em seu pico habilidoso, completamente inconscientes.

Como a racionalidade conceitual é incapaz de impregnar tanto o fluxo absorvido quanto o entendimento familiar de plano-de-fundo, a consequência é que os peritos são incapazes de oferecer razões pelas quais agiram desta ou daquela maneira. Se alguém perguntasse por qual motivo agimos assim-e-assim quando, por exemplo, somos atraídos, irrefletida e diretamente, a um distanciamento interpessoal socialmente apropriado, seríamos incapazes de atender às suas demandas racionais. O mesmo ocorreria se algum mestre em artes marciais, gastronomia, vôlei etc. etc., fosse indagado sobre as suas motivações para realizar tais-e-tais atos. Logo, a inabilidade de indivíduos altamente habilidosos em prover razões para os movimentos corporais que desempenharam ilustraria o quão longe está a racionalidade de guiar, mesmo que implicitamente, os seus atos:

Se pudesse dizer qualquer coisa em absoluto sobre suas razões para realizar um lance particular, o mestre só poderia responder à demanda por uma razão ao dizer “Fiz a jogada porque fui impulsionado a fazê-la” [...] a inabilidade do mestre de fornecer uma explanação racional sobre o porquê de um certo lance funcionar é um exemplo da limitação da racionalidade (DREYFUS, 2013. p.35, tradução nossa).

A fim de esquivar de qualquer sugestão de que a sua tese recomenda a suposição de um dado indubitável, Dreyfus sustenta que o seu fundacionismo não é vertical, mas horizontal:

[...] nossa lida absorvida não-conceitual pode muito bem ser o plano-de-fundo sobre a base do qual a mentalidade conceitual é possível. Para evitar qualquer sugestão de um nível fundante indubitável de onde outros fenômenos são derivados, poderíamos [...] chamá-lo de uma relação de dependência horizontal, ao invés de níveis básicos e superiores (DREYFUS, 2007b. pp. 376-377, tradução nossa).

Chamar uma abordagem que claramente mobiliza níveis inferiores e superiores – no caso, a ideia de que a mentalidade conceitual depende do alicerce fornecido por engajamentos puramente corpóreos e absorvidos – de “horizontal” é utilizar um rótulo fraudulento para dissimular uma concepção vertical e, portanto, fundacionista. É verdade que a mentalidade conceitual é ontogenicamente dependente de outras faculdades corporais; é verdade, também, que a nossa história evolutiva compreendeu estágios desprovidos de linguagem. Contudo, tais fatos devem ser investigados pela biologia, antropologia, arqueologia e afins. Do ponto de vista fenomenológico e ecológico, de como se dá o nosso envolvimento efetivo com o ambiente, eles são desinteressantes – pois, como vimos com Dewey (2002), a totalidade de nosso repertório habilidoso é trazida conosco a todo instante, e a experiência de lida habilidosa é holística e unificada. Nesse sentido, qualquer habilidade que possuímos, linguística ou não linguística, possui a mesma relação de dependência com a corporificação – apenas corpos andam de bicicleta, usam conceitos e assim em diante.

Dado o presente estado da arte, a mente conceitual já contaminou aquilo que antes, em fases evolutivas prévias, poderia ser visto como o domínio experiencial discursivamente virgem da vida humana. Falar em níveis inferiores e superiores, onde o engajamento absorvido funcionaria como a baía em que aportam a mentalidade linguística e o ego, é, para ecoar as palavras do estadunidense, não fazer jus ao fenômeno. Corriqueiramente, nos encontramos absorvidos em pensamentos e atividades manuais de igual modo – às vezes de maneira concomitante, como quando alguém engata em uma cadeia de pensamentos ao trilhar um caminho pacato e familiar⁵. E não parece ser o caso que tais episódios configurem a abertura simultânea

⁵ Para Dreyfus, durante aqueles episódios em que se pensa reflexivamente sobre algo enquanto faz-se outra coisa, adotamos, simultaneamente, uma perspectiva contemplativa destacada, em “terceira

a dois mundos distintos – um factual, objetivado, contemplado de uma perspectiva distanciada; e outro constituído apenas pelo campo de forças para o qual somos absorvidos. Considerar as habilidades corpóreas e as faculdades mentais de uma perspectiva horizontal é, portanto, abandonar quaisquer postulados de dependência no que diz respeito aos níveis ecológico e fenomenal. Não há corporeidade na ausência do mental; não há mentalidade na ausência do corpo. Mesmo o francês Maurice Jean Jacques Merleau-Ponty, um dos heróis de Dreyfus, parece recusar o verticalismo sugerido pelo último:

Não estamos defendendo um mentalismo que distinguiria mente e vida ou mente e o psicológico enquanto dois “poderes do ser”. É uma questão de uma “oposição funcional” que não pode ser transformada numa “oposição substancial”. A mente não é uma diferença específica que seria adicionada ao ser vital ou psicológico a fim de constituir um homem (MERLEAU-PONTY, 1983. p.181, tradução nossa)⁶.

Assim, de acordo com Merleau-Ponty, experienciamos a atuação de nosso próprio repertório habilidoso como holisticamente integrada. Isto é, ao alternarmos mui fluidamente entre pensamento e ação corporal, não experienciamos uma abdução instantânea para reinos inteiramente distintos. Quando, por exemplo, refletimos brevemente sobre nossas obrigações do amanhã, após olhar ao relógio e antes de beber um gole de café enquanto ouvimos as queixas de um amigo com graus oscilantes de atenção, não vivemos esses diferentes atos como pertencentes a dois domínios apartados um do outro (RIETVELD ET AL., 2013) – um mundo conceitual da reflexão desengajada e outro de respostas absorvidas a solicitações impensáveis. As faculdades mentais e as potências corporais são dadas num contínuo de qualidade inexorável. É nisso que consiste uma abordagem horizontal da fenomenalidade da absorção habilidosa – isto é, uma que leva a sério a indecomponibilidade do nexos corpo-mente-mundo. Logo, o que é realmente problemático no fundacionismo de Dreyfus não é tanto um possível assentimento ao mito do dado, mas a adesão ao dualismo.

Como Dreyfus pressupõe que o funcionamento da mentalidade é fundamentalmente diferente da corporalidade, a sua teoria necessita de ferramentas explicativas muito distintas para descrever fenômenos concebidos enquanto

peessoa”, enquanto estamos absorvidos pelas forças de atrações impensáveis. Não há tal coisa como absorção em pensamentos.

⁶ Cuffari et al. (2015. p.1115) também interpretam Merleau-Ponty como recusando o fundacionismo à moda de Dreyfus (2007b; 2013).

essencialmente díspares. O resultado é que o estadunidense precisa apelar a uma abordagem verticalista para dar algum sentido ao fato de que apenas entidades corporificadas podem instanciar mentes. De todo modo, os atos internos de discurso e os atos externos do corpo ainda assim são vistos como alienígenas uns aos outros e em franca oposição:

Frequentemente é suposto (e.g., Dreyfus 2002, citação dos autores) que a ação irrefletida, por exemplo, na lida habilidosa absorvida, e juízos destacados são fenômenos muito diferentes com explicações diferentes e conceitos diferentes de ação. Na ciência cognitiva vigente, uma ideia similar é expressa na distinção entre formas de cognição “inferiores” e “superiores”. As assim chamadas formas de cognição “inferiores” corriqueiramente são tomadas como explicáveis em termos de uma interação direta com o ambiente imediato, enquanto as formas de cognição ditas “superiores” são supostas como requerendo intermediários representacionais (Clark & Toribio 1994, citação dos autores). Proponentes de explicações corporificadas da cognição defenderam que a distinção entre essas formas de cognição assim chamadas “inferiores” e “superiores” também pode ser caracterizada em termos de habilidades (VAN DEN HERIK & RIETVELD, 2021, tradução nossa).

Uma vez que Dreyfus incorpora os casos de conversas e lecionação de aulas ao seu modelo de fluxo absorvido (2007b. p.373), o filósofo explica atividades linguísticas, ao menos em parte, por meio da noção de habilidade. Presumivelmente, disso se seguiria que o estadunidense entende que a aquisição da linguagem abre a nós um mundo pela via de *affordances* linguísticas. Logo, as possibilidades de ação que percebemos seriam, de maneira correspondente, linguisticamente estruturadas – ainda que apenas parcialmente. Que o agente, e.g., ou atualize a capacidade de dizer que algo é assim-e-assim a um interlocutor ou desempenhe alguma habilidade manual dependerá de quais solicitações serão as mais salientes naquele momento. É de se perguntar por que, então, algo fundamentalmente distinto teria de ocorrer durante os episódios de pensamento consciente silencioso. Se mesmo as interações dialógicas são absorvíveis pelo fluxo e, assim sendo, transcorrem de maneira não-mental, parece que Dreyfus, com efeito, defende a tese de que a mentalidade enquanto tal se trata de um puro poder sobrenatural de contemplação livre e distanciada, anterior ao próprio uso da linguagem.

A mentalidade não precisa, por si mesma, necessariamente implicar numa lacuna perpétua entre mundo e os agentes com ele engajados – mesmo McDowell aponta uma maneira possível de evitar tal hipótese. Ademais, se recusarmos a imagem de faculdades sensório-motoras que servem de assento para capacidades intelectuais, poderemos, também, repudiar completamente a imagem enganadora do

exercício linguístico silencioso como distanciamento relativo ao mundo – um retrato ainda muito poluído por concepções cartesianas. Se, em contrapartida, adotarmos uma postura distinta sobre a linguagem que já a toma, de partida, como parte integral de nossas habilidades corpóreas para o engajamento com *affordances* – sem as distinções entre níveis “inferiores” e “superiores” recomendadas pelo fundacionismo de Dreyfus –, então poderemos considerar o pensamento discursivo como apenas mais um modo de envolvimento e absorção possíveis com nosso ambiente caracteristicamente humano, ao invés de um arrebatamento deste. Como dito por aquele famoso filósofo austríaco, a linguagem – e, portanto, a mentalidade conceitual – faz parte do organismo humano.

2.10. A tese não-pervasiva da pervasividade conceitual

Dreyfus assimila o seguimento irrefletido de normas socioculturais, como o distanciamento interpessoal socialmente apropriado, a casos de absorção em engajamentos corporificados:

Em nosso relacionamento cotidiano com os outros, encontramos um fenômeno não-conceitual similar. Nós já estamos sempre absorvidos em um entendimento de plano-de-fundo não-conceitual de nosso mundo social compartilhado. Assim, por exemplo, nós somos diretamente atraídos à distância apropriada destas pessoas, sob esta luz, neste elevador, com este barulho de fundo, e assim em diante. Nós não estamos conscientes do que fazemos, nem nossos pais, que passaram tal complexa habilidade a nós, estavam conscientes de que a possuíam (DREYFUS, 2013. p.23, tradução nossa).

Uma vez que o nosso entendimento prático sobre as normas sociais da cultura da qual fazemos parte é uma habilidade que realizamos em fluxo absorto, ela é, como todos os demais casos de perícia, não-responsiva a razões. Segundo o estadunidense, caso convidados a fornecer explicações racionais para o distanciamento que adotamos relativamente a outras pessoas quando dentro de um elevador ou durante uma conversa, diríamos que sequer sabíamos que estávamos a adotar tal postura. O fracasso em arrazoar o exercício de tais capacidades caso solicitados, portanto, seria uma evidência conclusiva de que a perícia não envolve qualquer resquício de mentalidade. Correspondentemente, tais episódios de lida altamente habilidosa configurariam um contraexemplo à tese segundo a qual capacidades conceituais são ubiquamente operativas na experiência.

Contudo, McDowell alega que tal malogro em oferecer razões para esse tipo de comportamento sociocultural não causaria dano algum à doutrina da mentalidade conceitual:

Suponha que alguém pergunte: “Por que você deu um passo para trás naquele momento da conversa?”. A resposta: “Oh, eu dei? Não estava ciente de que fiz aquilo” – se for verdade – mostra que o recuo não foi um exercício de agência que envolve o agente saber o que faz e o porquê. Não é um contraexemplo à tese da pervasividade, mas cai fora de seu escopo (MCDOWELL 2013. pp.50-51, tradução nossa).

Antes de tudo, cabe notar que é no mínimo curioso uma tese que se professe pervasiva não ser, afinal de contas, pervasiva. Seja como for, é contencioso que tal caso não configure de fato um contraexemplo à doutrina da pervasividade de McDowell – pois o que está em disputa é justamente se a perícia é ou não é tipificada por exercícios de agência que envolvam o ator saber simultaneamente aquilo que faz e a razão para fazê-lo. Nesse sentido, parece que, aqui, o modelo de Dreyfus apresenta certa vantagem sobre a teoria da mentalidade de McDowell, uma vez que o estadunidense consegue explicar ações irrefletidas no domínio de normas socioculturais de maneira unificada aos outros episódios de excelência corporal; ao passo que o sul-africano necessita podar o alcance de sua doutrina a fim de, novamente, torná-la invulnerável:

A tese da pervasividade não implica que informatividade pela racionalidade alcança todo aspecto de tudo o que fazemos. A racionalidade não precisa informar os passos que damos para trás e afins que refletem nossa responsividade às normas de distanciamento (MCDOWELL, 2013. p.51, tradução nossa).

Como vimos, o que tais passagens atestam é que McDowell admite que a sua tese da racionalidade não é pervasiva: nem todo agir perito é produto do exercício, subpessoal ou não, de conceitos. A questão relevante, então, passa a ser demarcar precisamente os limites da pervasividade não-pervasiva da mentalidade conceitual. Se for verdade, como alega Dreyfus, que a lida habilidosa absorta não envolve consciência de qualquer tipo – se, quando requeridos, as respostas dos mais variados peritos sobre os motivos racionais para aquilo que fazem não forem melhores do que aquelas que o sujeito emite ao ser indagado sobre a razão de ter tomado uma distância tal-e-tal de alguém em meio a uma conversa –, então o reconhecimento do alcance limitado da doutrina da mentalidade pervasiva não é uma concessão inocente, mas inteiramente fatal à filosofia do sul-africano.

O sociólogo e musicista improvisador estadunidense David Sudnow, por exemplo, relata que o seu professor de improvisação em piano apresentava dificuldade em reproduzir frases improvisadas anteriormente. Quando Sudnow requeria que o seu tutor demonstrasse mais detidamente o que acabara de tocar, o estadunidense era retorquido de maneira frustrante: “*Não estou seguindo regras, então realmente não sei o que acabei de fazer*” (SUDNOW, 2001.p. 25, tradução nossa; cf. BERGAMIN, 2017). Tal episódio tipifica o fenômeno, denominado pelos cientistas cognitivos Sian Beilock e Thomas Carr, de “*amnésia induzida pela perícia*”:

[...] teorias correntes de aquisição de habilidade e automaticidade sugerem que a perícia crescente mediante prática criará um tipo de amnésia de domínio-específico. Se uma habilidade é controlada pelo conhecimento declarativo para o qual se atenta durante o desempenho, memória episódica dos processos de exercício da habilidade deve ser explicitamente recuperável. Entretanto, se uma habilidade é suportada por conhecimento procedural que automatiza o desempenho em tempo real, então a memória episódica de tal desempenho deve ser minimizada (BEILOCK & CARR, 2001. p.703, tradução nossa).

Numa bateria de experimentos realizados com golfistas novatos e peritos, Beilock e Carr constataram que os golfistas excelentes apresentavam relatos muito mais escassos em informações sobre as jogadas que executaram do que os iniciantes no golfe. Obtiveram-se resultados similares mesmo quando os golfistas foram solicitados a detalhar suas experiências antes de serem realizados os testes. Os pesquisadores concluíram que a pobreza de memória episódica – i.e., memória autobiográfica que pode ser explicitamente declarada (SCHATER & TULVING, 1994) – associada ao desempenho altamente habilidoso deve ser interpretada como um forte indício de que a perícia procede de maneira primariamente automatizada e na significativa ausência de atenção:

[...] desempenhos altamente habilidosos são controlados por conhecimento procedimental automatizado que opera largamente para além do escopo da atenção e são, por isso, substancialmente fechados para análise explícita e relato. Como resultado, memórias de processos passo-a-passo envolvidos no desempenho são diminuídas em comparação com indivíduos menos habilidosos devido à dependência da memória explícita sobre a atenção [...] é como se peritos não pudessem prestar atenção suficiente para se lembrar tão bem como os novatos, ao menos quando desempenham sob condições rotineiras tão próximas daquilo que praticaram no passado (BEILOCK ET AL., 2003. pp.305, 310, tradução nossa).

Forem corretas tais conclusões, é razoável supor que os peritos envolvidos nos estudos de Beilock e seus colegas, se fossem indagados sobre o que fazem ou por que o fazem ao agirem com alta habilidade, responderiam algo similar àquilo que o professor de Sudnow lhe disse. Se for assim, pareceria que a perícia, em boa parte

dos casos, é não-responsiva a razões. Logo, de acordo com as considerações do próprio McDowell, a mentalidade conceitual não polui a lida habilidosa em sua inteireza. Que o sul-africano conceda que uma parcela tão significativa de engajamentos corporais altamente hábeis não caia sob o escopo da doutrina da racionalidade pervasiva é um tímido reconhecimento de sua ruína.

2.11. O automatismo da excelência corporal

Dado que McDowell escamoteia a operatividade conceitual para o nível subpessoal, a sua tese, como já dito, se torna invulnerável a contra-argumentos fenomenológicos. Agora, a única maneira disponível para atingir a sua teoria é sustentar que, durante os exercícios de perícia, não há qualquer coisa que pudesse de fato ser chamada “experiência”. E Dreyfus morde a bala:

Quando se está absorvido corporalmente nas respostas às solicitações, não há sujeito pensante nem características para serem pensadas [...] há apenas a tendência para manter o ajuste ótimo com o mundo [...] se as coisas correm bem, há apenas a solicitação para manter meu ajuste [...] uma sensibilidade a desvios [...] guia a lida, assim como um radiofarol não emite um sinal de alerta a não ser que o avião divirja do curso [...] Logo, não há experiência de se estar nos trilhos. Ao invés disso, quando o piloto está nos trilhos, não há experiência em absoluto (DREYFUS, 2007a. p.358, tradução nossa).

Num artigo mais recente, o estadunidense diz o seguinte: “*Quando o Dasein está totalmente fundido com o mundo, não há lugar para conteúdo, nem experiencial nem proposicional – não há nada que seja interno em qualquer sentido*” (2013. p.29, tradução nossa).

Como podemos ver, Dreyfus reformula sua posição – não é mais o caso que a lida absorta envolveria um conteúdo que é não-mental, não-conceitual, não-proposicional e não-linguístico. Com efeito, a absorção habilidosa não envolve conteúdo experiencial algum. Durante a lida absorta, não experienciamos nem a nós mesmos, nem aos objetos para aos quais respondemos excelentemente. Não há ciência fenomenal, não há discriminação realizada pelos sujeitos; logo, não há experiência. Tal afirmação possui consequências dramáticas para a nossa concepção de lida altamente habilidosa. O estadunidense dá o exemplo de alguém que, em fluxo, usa a porta para sair da sala:

Nosso modo de dar conta da maçaneta ao usá-la para passarmos pela porta não é de tal forma que, quando atendo a ela, encontraria algo visto enquanto uma maçaneta. Quer dizer, não vejo a maçaneta como uma maçaneta quando estou absorvido em seu uso, e o modo como dou conta dela, nesse caso, não

é uma versão implícita de vê-la enquanto uma maçaneta (DREYFUS, 2007b. pp.374-375, tradução nossa).

Dreyfus prossegue:

Para sermos verdadeiros com o fenômeno, devemos adicionar que, quando estamos prontos para deixar uma sala familiar, nós não apenas não precisamos pensar que a porta oferece sair. Não precisamos sequer responder à porta como oferecendo sair. Com efeito, não precisamos sequer apreender a porta em absoluto [...] Não precisamos nem mesmo estar cientes das solicitações para sair *enquanto* solicitações. Graças à nossa familiaridade de plano-de-fundo, quando é apropriado ir embora, nós simplesmente somos atraídos a sair (2013. p.18, grifo do autor, tradução nossa).

Visto que, para Dreyfus, a experiência de perícia não envolve, a rigor, experiência alguma, o filósofo conclui que, quando somos o nosso melhor no desempenho de habilidades corporais, estamos mais próximos de alguém “sonâmbulo” (Ibid. p.38) ou em “transe” (Ibid. p.28) do que de um sujeito pensante. Não há discriminação de objetos enquanto tais, nem mesmo discernimento de solicitações enquanto as solicitações que são. Durante a lida perita, nossas ações são engendradas por forças puramente externas. Uma vez que nela não há ego e, portanto, nada de “interno”, a execução altamente habilidosa de movimentos corporais recai inteiramente sobre as atrações e repulsões do ambiente e suas relações causais com um corpo exorcizado de “eu”. O resultado é que a perícia procede de maneira completamente automatizada⁷:

Pode ser que haja um modo de absorção não-mental tão total que o ator não percebe nada. Esse fenômeno de lida inconsciente é reconhecido como o caminho de desempenho máximo nos esportes. Numa descrição do treinamento de nadadores olímpicos, Chuck Warner nos diz que: “Na [...] pirâmide de qualidades de um campeão [...] a habilidade do indivíduo de desligar a mente consciente e permitir que o ‘piloto automático’ subconsciente assuma reside no topo” (Warner, *Four Champions, One Gold Medal*, p.96, citação do autor). Um nadador olímpico no piloto automático é, de certo modo, como um sonâmbulo, mas ele é um mestre nadador nadando em seu melhor”. (DREYFUS, 2013. p.38, nota 43, tradução nossa).

Creio que tal imagem da perícia seja intolerável. Se a percepção decorre da interação com parcelas do ambiente segundo os potenciais atos disponibilizados por habilidades corporais, então percebo essas possíveis interações ambientais enquanto tais quando no contato direto com *affordances* e seu caráter convidativo. Quando minha mão acomoda espontaneamente o formato da maçaneta ao dirigir-me a seu manuseio, estou, precisamente por tal razão, a percebê-la e a responder-lhe enquanto

⁷ Tanto críticos quanto defensores do modelo de perícia de Dreyfus o entendem como automatista. Cf. BERGAMIN, 2017; CAPPUCCIO ET AL., 2020; FRIDLAND, 2018; MIYAHARA ET AL., 2020; MONTERO, 2010, 2013, 2016; SUTTON, 2011; TORRANCE & SCHUMANN, 2018.

maçaneta. Se, no movimento espontâneo de comportar manualmente aquilo que antecipo enquanto maçaneta, acabo por deparar-me com um chapéu, como explicar esse caso de mau-funcionamento sensório-motor se não pudermos descrever o evento como a antecipação resultante de uma falha adaptativa advinda do insucesso de perceber a maçaneta como uma maçaneta? Certamente teria sido um episódio de resposta direcionada inadequada à situação. Mas direcionada a quê? Àquilo que, momentaneamente, pareceu-se com o que não é – no caso, uma maçaneta.

Dreyfus se recusa a admitir que a lida perita se dirige às *affordances* percebidas enquanto tais porque tal admissão equivaleria a aceitar que a fenomenologia da perícia envolveria algum tipo de experiência – e, portanto, discernimento, mentalidade ou consciência. Como o estadunidense entende que o aparecimento da mente implica em algum grau de desengajamento com a situação concreta, o resultado seria um rompimento com a absorção habilidosa. Contudo, tal solução radical, e, a meu ver, inapropriada, só é levada adiante porque o fenomenólogo estadunidense parte de uma concepção demasiadamente intelectualizada e fundamentalmente representacional sobre a natureza do mental. A mente, para ele, sempre envolve a adoção de uma posição livre e distanciada relativamente ao mundo, uma espécie de “perspectiva em terceira pessoa” que contempla o mundo enquanto uma realidade objetiva, independente. Assim, Dreyfus subscreve a uma espécie de neo-cartesianismo e seus esforços se encerram na tentativa de virá-lo de cabeça para baixo. O mito do intelecto desencarnado realmente descreve bem as suas posições. Perceber a maçaneta enquanto maçaneta, além de algo central para a compreensão da inteligibilidade comportamental exibida por tal episódio, não precisa envolver o carimbo intelectualizado da mente. Isto é, não necessita envolver a anexação de porções da linguagem à experiência, reflexão conceitual e por aí vai. Envolve, apenas, o acesso a *affordances* que a posse de capacidades sensório-motoras fornece, e aquele tipo de consciência perceptual que com elas vem junto. Em outras palavras, habilidades corporais são, também, capacidades mentais.

A concepção sobre as relações entre corpo e mente proposta por Dreyfus toma a mente como supérflua naquilo que diz respeito ao exercício perito da lida habilidosa – fora os casos de monitoramento consciente quando a correção de movimentos se faz necessária. De maneira similar, o fluxo absorvido é irrelevante para a mentalidade, assim como a investigação de suas funcionalidades, à parte de figurar como condição

necessária para a possibilidade do mental – no sentido em que apenas entidades corporificadas podem instanciar mentes. A mentalidade é, portanto, uma superestrutura que se assenta ocasionalmente sobre o corpo – como um castelo de areia incessantemente reconstruído e continuamente destruído pelos rebotes da maré. Não há horizontalidade entre o corpóreo e o mental. A visão de Dreyfus sobre o ser humano postula uma mente desencarnada e um corpo desmentalizado – a mente habita um mundo de fatos; o corpo faz morada num campo de forças atrativas e repulsivas. A operação das forças desvanece quando tentamos pensá-la; os fatos são inacessíveis quando estamos em fluxo. Haveria, por assim dizer, uma opaca e frágil ponte, tipicamente eclipsada por uma densa neblina, posta sobre um infindável abismo que conecta dois opostos e ermos picos – e, como Orfeu em rota de fuga do reino dos mortos, olhar para trás ao meio do caminho equivale a petrificar a infeliz Eurídice. Com exceção de tal evanescente ponto de contato, mente e corpo residem em realidades distintas que não conversam entre si. O exercício de faculdades mentais é uma espécie de prólogo fenomenológico de uma projeção astral; a perícia corporificada, um estado de transe ou sonambulismo. Todavia, assim como há apenas um mundo, há, também, apenas uma coisa que é, ao mesmo tempo, corpo e mente. Referir aos dois separadamente sempre envolve o risco de um assentimento, mesmo que tácito, àquele dualismo de que gostaríamos de nos livrar. No caso de Dreyfus, a sua teoria inclusive dá vazão a uma espécie de dualismo de mundanidades.

Desse modo, o resultado das considerações de Dreyfus parece ser apenas a inversão dos polos prioritários do velho cartesianismo – “nosso” modo primário de relação com o mundo é corpóreo. Ponho as aspas em “nosso” porque, dado que não há mente, nem ego, nem sujeito ou agente na lida de excelência, o que se parece é que a máquina em que nós residimos intermitentemente é autônoma. Seja como for, a mente continua a se relacionar com o ambiente de maneira independente senão sob o aspecto de que apenas corpos possuem mentes – algo *quasi*-universalmente aceito pelo grosso da ortodoxia filosófica.

Se abandonarmos a ideia de que respondemos a *affordances* relevantes enquanto as solicitações distintivas que caracterizam e, por conseguinte, se sustentamos que não apreendemos em absoluto os solicitantes enquanto os solicitantes que são, obscurecemos o fato de que um agente está interessadamente absorvido num campo de atrações e repulsões que engendram a sua ação de acordo

com os seus interesses e tendências motivacionais. É necessário que o agente apreenda perceptivamente o meio onde se encontra inserido para que, então, se engendre um curso de ação conforme as solicitações de *affordances* que melhor atenderem as suas preocupações correntes. O animal que procura sair de algum lugar específico, por exemplo, precisa apreciar os seus arredores na busca pela identificação das parcelas de ambiente que lhe oferecerão o escape e que convidarão os seus atos à medida que a criatura as encontra. Ele precisa detectar o que oferece a efetivação de suas preocupações por oposição àquilo que nada irá contribuir às suas finalidades. Portanto, é preciso que haja alguma espécie de ciência perceptual sobre o entorno – consequentemente, algum tipo de mentalidade.

Todavia, não há espaço para o mental no modelo automatista de perícia de Dreyfus. Segundo o estadunidense, presumivelmente os estímulos correspondentes aos itens que se alinham às tendências motivacionais de um ator irão disparar, compulsória e mecanicamente, as suas ações habilidosas – a percepção, se é que assim a podemos chamar, de uma *affordance* relevante, longe de um evento significativo ao indivíduo, não é mais do que um gatilho para o acionamento de movimentos realizados sem sombra alguma de consciência. Logo, Dreyfus parece cair numa espécie de versão afetiva do mito do dado – o ator não precisa discriminar aquilo que é relevante para si como algo que é relevante para si. Correspondentemente, toda a suposta vantagem de seu fundacionismo fenomenológico cai por água abaixo.

Adicionalmente, a formulação de Dreyfus obscurece, de igual modo, os casos de fracassos perceptuais dos quais os organismos corriqueiramente são vítimas ao se adaptarem de maneira inapropriada às demandas do ambiente. Se pretendo deixar a sala e respondo ao padrão de estimulação que se solicita enquanto maçaneta, mas, em seu lugar, encontro um chapéu, esse mau funcionamento de minhas habilidades só é satisfatoriamente explicado por conta do malogro em discriminar a *affordance* com a qual buscava engajar. A lida habilidosa não procede como um ímã que forçosamente atrai algum objeto metálico pela volta. A apreensão de solicitações enquanto as *affordances* relevantes para um organismo é, em si mesma, uma conquista cognitiva do ator; um produto da atividade corporificada responsável por identificar quais porções do entorno se alinham às suas tendências motivacionais – o que implica no fato de que tudo o que não lhe é favorável é igualmente discriminado e imediatamente descartado. Ímãs, ao contrário de nós, não possuem alma.

O fenomenólogo estadunidense continua: “[d]a perspectiva do indivíduo habilidoso absorvido na solicitação de uma *affordance* familiar, o objeto propiciador, como diz Heidegger, ‘se retira’” (DREYFUS, 2013. p.13, tradução nossa). Dreyfus crê que tal aspecto da “experiência” de perícia aponta para o fato que, fenomenologicamente, não atendemos a *affordances* enquanto as *affordances* que são. Não me parece que isso esteja correto. Numa leitura mais plausível, que o objeto “se retire” significa que não é apreciado linguística e reflexivamente como um item tal-e-tal que constitui parcialmente um mundo objetivo de fatos independentes – não que não seja apreendido perceptivamente enquanto o objeto (ou, melhor, ação potencial) que de fato é. Os atos extraídos pelas *affordances* relevantes podem se dar imediata e irrefletidamente a partir da apreciação perceptiva de porções ambientais pertinentes ao agente; contudo, isso não é, nem poderia ser, o mesmo que dizer que objetos “se retiram” até mesmo do horizonte fenomenal do ator. Quando imersos naquela lida altamente habilidosa em que tudo corre bem, o indivíduo hábil responde apropriadamente a x enquanto x, a y enquanto y etc. etc., e isso implica que ele discrimina de maneira bem sucedida objetos diferentes como as entidades distintas que são – ainda que, discutivelmente, nenhuma enunciação reflexiva esteja envolvida no sucesso de tais distinções.

Se apegarmos-nos à noção de que solicitações não são apreendidas enquanto solicitações, nós falhamos em dar sentido à capacidade fundamental que um agente possui de discriminar este-algo de qualquer outro-algo – de identificar tais-e-tais porções ambientais como pertinentes aos seus objetivos correntes e aspectos assim-e-assim dos arredores enquanto contraproducentes ou prejudiciais às suas finalidades do aqui e agora. Em outras palavras: se, aqui, seguirmos Dreyfus, não fazemos justiça ao fenômeno. Não somos verdadeiros com as capacidades primais de um ser vivo de discriminar x de não-x – i.e., das potências formativas que o ator possui de visar as parcelas de mundo que contribuem para a realização de seus objetivos e de evitar aquelas que a ameaçam. Objetos aparecem a um ator segundo a posse de uma habilidade – e por isso ele é capaz de distinguir um de outro e responder-lhes adequadamente.

Não há familiaridade possível que contorne a necessidade de discriminar *affordances* relevantes à lida vigente. E, se a necessidade de explorarmos aquilo que há em nosso meio se reduz dramaticamente devido a nos encontrarmos situados em

um lugar com o qual estamos habituados de maneira significativa, isso se deve a um tipo de ciência corporificada sobre como nos comportarmos em tal situação costumeira. Não obstante, a familiaridade de plano-de-fundo referida por Dreyfus não é infalível – a possibilidade de erro responsivo gerado por falhas perceptuais está sempre à espreita. Não há resposta a solicitações, sendo irrelevante o quão irrefletidamente absortos possamos estar, que esquive da apreciação sensório-motora imprescindível para o engendramento de comportamento adequado. Evidentemente, Dreyfus admite que algum tipo de discriminação situacional deve existir para que o exercício de habilidades seja bem sucedido (2006; 2007b; 2013). Entretanto, como nada de mental se faz presente na perícia, essa capacidade fica inteiramente a encargo do corpo. Atribuir sensibilidade a contexto ao aparato corporal, purgado inteiramente de qualquer forma de subjetividade, mentalidade ou consciência, é a maior prova de que o estadunidense é uma espécie de reformista do tradicional dualismo mente-corpo.

2.12. Dualismo no debate Dreyfus-McDowell

Dreyfus defende que *“quando o sujeito está completamente absorvido no mundo, a dicotomia mente/mundo desaparece”* (2013. p.36, tradução nossa). Segue-se disso que quando algo vai mal na lida habilidosa ou quando assumimos o posto de coisa pensante, o dualismo entre mente e mundo não apenas existe como configura a própria realidade fenomenal que confere a marca distintiva do mental. A existência da mente é o signo maior de nosso arrebatamento relativo ao ambiente, de nossa dessemelhança ontológica com respeito à natureza do mundo e do corpo. Se o estadunidense defendesse que as dicotomias entre mente e mundo, corpo e mente, não existem em absoluto, não sustentaria que a manifestação da mentalidade implica, em todos os casos, um afastar-se do ambiente. Com efeito, sequer defenderia que quaisquer afastamentos desse tipo são possíveis.

Assim, segundo Dreyfus, o mito da pervasividade do mental é *“a suposição de que há uma distância essencial entre mente e mundo que deve ser preenchida por conceitos, pensamentos e razões”* (Ibid., tradução nossa). Todavia, no que diz respeito à mente em geral, é precisamente nisso que o estadunidense crê. Tudo que envolve a operação de faculdades mentais diz respeito a um abismo aberto entre mundo e mentalidade que, inclusive, define a última para o estadunidense. O que acontece é que o fenomenólogo entende que essa distância essencial não é pervasiva

à medida que não há separação fundamental entre agente absorvido e a situação com a qual se engaja. Desse modo, tal distanciamento definidor entre mente e mundo é, normalmente, soterrado pela atividade do corpo em fluxo que sufoca a atuação do intelecto. A única discordância entre Dreyfus e a filosofia de McDowell, tal como o primeiro a enxerga, é que a desvinculação do corpo relativamente ao ambiente não é ubíqua porque a operatividade da mente não é pervasiva.

Isto posto, o que Dreyfus faz tão somente, ou tenta fazer, é mostrar que a máquina possui vida própria, que é dona de si – que, afinal, somos mais máquinas do que qualquer outra coisa. O fantasma que a assombra, entretanto, permanece ali dentro – mesmo que adormecido, ou, melhor: extraditado momentaneamente. De acordo com a imagem do estadunidense, o mental é uma espécie de entidade imaterial mística que só aparece quando invocada mediante certos ritos religiosos – pensamento, deliberação, monitoramento etc. – para resolver os problemas com as secas, pragas e por aí vai. Pressupor que a mente está sempre presente, segundo o fenomenólogo, seria o mesmo que admitir que estamos sempre distanciados do mundo, contemplando-o e espelhando-o por meio da adoção de uma espécie de perspectiva objetivista em “terceira pessoa” necessariamente implicada por qualquer forma de mentalidade.

Correspondentemente, para podermos apreender a totalidade dos fatos, precisamos nos desfazer do campo familiar de forças atrativas e repulsivas a fim de nos abirmos ao mundo conceitual. Dreyfus, portanto, não apenas pressupõe um dualismo entre mente e mundo, mas adere, também, a uma teoria de dois mundos – o fenomenal e o factual – ao defender que a investigação teórica e a reflexão sobre a realidade engendram uma dualidade incomunicável entre a dimensão do perito e o reino da coisa pensante. Tal dicotomia se esvai apenas durante a atualização excelente de uma habilidade – precisamente porque, durante a experiência de perícia, não há mente em absoluto.

Destarte, talvez o maior erro de Dreyfus seja “super-intelectualizar o intelecto” (NOË, 2013; RIETVELD ET AL., 2018): operações mentais são matéria de uma dissociação de mundo, dado que “rompem” com a absorção habilidosa ao abrirem um hiato entre ambiente e indivíduo, e não um outro modo, distintivamente humano, de nos relacionarmos com os entornos. Todavia, como já vimos, a realidade que pode ser capturada por sentenças declarativas não precisa ser concebida como destacada

ou oposta ao agente em fluxo e seu reino de atrações e repulsões. A apropriação de porções de mundo via linguagem é outra forma de absorção e envolvimento com o ambiente – do mesmo modo como o são os atos desempenhados pelos braços ou pernas.

O discurso é sempre uma forma de interagirmos com o mundo, não de abandoná-lo. Com efeito, mesmo o pensamento linguístico explícito, rigorosamente consciente, não necessita configurar uma alçada contemplativa. Como o próprio McDowell bem apontou (2013. p.47), podemos falar ou pensar silenciosamente sobre as mais variadas coisas com muita fluidez e naturalidade – sem necessidade alguma de reflexão ou introspecção:

Se digo “Claro que sei que aquilo é uma toalha”, emito uma enunciação. Não penso numa verificação. Para mim, é uma enunciação imediata. Não penso no passado ou futuro [...] É como apanhar algo prontamente, como apanho minha toalha sem dúvidas. E, ainda assim, esse apanhar algo prontamente corresponde a uma certeza, não a um saber. Mas não apanho [*take hold*] o nome de uma coisa assim também? (WITTGENSTEIN, 1972. p.67e, tradução nossa).

Não obstante, McDowell não está expiado daqueles mesmos pecados cometidos por Dreyfus:

[A] suposição de que a mentalidade implica em desanexação não se enquadra no que quero dizer quando falo que a mentalidade é pervasiva [...] Não deveríamos fingir que encontramos um ego apartado em todo nosso experienciar e agir (MCDOWELL, 2013. p.41, tradução nossa).

Ou seja, assim como Dreyfus, McDowell sustenta que há tal coisa como um “eu” apartado, desengajado da situação concreta. O que acontece é que não é sempre que encontramos a nós mesmos desconectados do mundo. A questão contenciosa entre os dois filósofos diz respeito ao *status* da possível secessão do intelecto quando manejamos a questão da perícia. Para o estadunidense, mente implica em destacamento; portanto é impossível que esteja presente durante os episódios de lida altamente habilidosa. O sul-africano, por outro lado, defende que a mente está presente no fluxo e, por isso, está tão absorvida quanto o exercício perito de habilidades corporificadas. No que ambos concordam, entretanto, é que a racionalidade desencarnada existe. Isto posto, a ortodoxa concepção cartesiana internalista de mentalidade, cuja tentativa de fuga mobiliza, em larga medida, todo o debate, é algo que tanto Dreyfus quanto McDowell aceitam – exceto, ainda que por razões algo distintas, durante as ocorrências de perícia corporal:

Nem Dreyfus nem McDowell pensam que tal modo de pensamento inexistente: eles pensam que, quando desempenhamos o nosso melhor, não estamos refletindo conscientemente, mas que, em outros momentos, às vezes estamos. Contudo, assim como confinar a atribuição de almas imortais apenas a humanos, ou talvez apenas a verdadeiros fiéis, não torna a imagem dualista tradicional menos dualista, confinar o pensamento explicitamente consciente ao desempenho sub-ótimo não parece tornar a imagem internalista de mente menos interna [...] a imagem da mente como refletindo conscientemente de quando em quando (não importa se quer-se chamar isso de “cartesiano” ou não) é uma imagem que eles aceitam (MONTERO, 2018. p.15, tradução nossa).

3. VARIEDADES DA EXPERIÊNCIA DE PERÍCIA

3.1. O modelo monolítico de Dreyfus

Que haja tantas habilidades no mundo quanto corpos moventes é uma observação deveras prosaica. Há habilidades ordinárias e mui cotidianas; habilidades de artistas e atletas profissionais; habilidades religiosas e ritualísticas; habilidades braçais e discursivas; e por aí vai. Igualmente mundana é a constatação de que tais aptidões adquiridas possuem contextos de aplicação muito distintos e visam finalidades substantivamente diferentes. Creio que essas considerações possam levantar certa suspeita sobre a adequação de um modelo fenomenológico monolítico, à moda de Dreyfus, para explicar a totalidade da experiência de perícia. Será mesmo que uma teoria única seja capaz de descrever apropriadamente tamanha vastidão de conteúdos experienciais, correspondentes ao exercício de competências tão díspares e oriundas de culturas significativamente dessemelhantes?

De acordo com o filósofo Joshua Bergamin, algo que diferencia sensivelmente, por exemplo, capacidades cotidianas de habilidades de nível profissional, também chamadas “esotéricas” (COLLINS & EVANS, 2007), são os critérios que utilizamos para avaliar a qualidade dos desempenhos hábeis. Enquanto o crivo aplicado para competências ordinárias é apenas que a tarefa à qual se proponham realizar seja cumprida, o parâmetro para ajuizar a atividade de artistas e atletas peritos costuma ser mais exigente:

Para muitos âmbitos de perícia esotérica – balé, por exemplo, ou música –, possuímos critérios muito claros sobre o que torna um perito um perito – nomeadamente, que possam realizar as tarefas envolvidas na perícia, e realizá-las bem. Podemos dizer que um violinista perito pode ler de imediato uma peça de Vivaldi, mas também que ele segura o violino de uma certa maneira, que seus dedos estão posicionados assim, e assim em diante. De igual modo, as condições de sucesso da perícia esotérica estão bastante claras. Um violinista perito toca bem a peça e sem erros; um atleta perito vence muitos jogos [...] Com a perícia [...] cotidiana, como pedalar ou cortar lenha, contudo, os critérios são muito menos rigorosos, uma vez que ser um perito nesse sentido significa apenas ser bom o suficiente para “fazer o trabalho” [...] um perito do dia-a-dia [...] realiza a tarefa sem problemas num nível que atende às suas necessidades (BERGAMIN, 2017. p.405, tradução nossa).

O que Bergamin quer dizer na passagem acima parece ser o seguinte: enquanto a avaliação sobre a adequação da atualização de competências cotidianas normalmente se reduz à conclusão, ou ao fracasso, da tarefa, a perícia esotérica envolve a apreciação do nível de qualidade dos movimentos desempenhados – i.e., do próprio meio pelo qual a tarefa é satisfeita. Contudo, mesmo os critérios

empregados para ajuizar a lida esotérica podem variar entre si. Enquanto boa parte de atletas peritos, por exemplo, são avaliados por conta do método de extrema eficiência do qual se utilizam a fim da realização de manobras excelentes, o desempenho de artistas pode ser apreciado primariamente segundo a sua capacidade de transmitir certas emoções em vez de sua técnica.

O caso do punk rock é bem conhecido. Muitos musicistas dessa vertente alcançaram fama e prestígio de uma ampla comunidade mediante composições consideravelmente pobres para os padrões formais de harmonia, ritmo e melodia. Esses músicos parecem ser mais valorizados pela sua atitude artística particular e sentimentos veiculados pelas peças musicais que criaram do que pelo domínio de seus instrumentos. Correlativamente, a autenticidade parece ser uma qualidade tão admirada na arte a ponto de a destreza artística convencional ficar relegada, muitas vezes, ao segundo plano. Ainda no caso da música, há um gênero inteiro, chamado de “*outsider music*”, devoto a classificar obras desenvolvidas por indivíduos com pouco ou nenhum treinamento musical ortodoxo. O notório disco *The Philosophy of the World*, e.g., composto pelo conjunto não menos notório The Shaggs – integrado exclusivamente por musicistas inteiramente ineptos segundo parâmetros tradicionais – fora qualificado como um dos cem álbuns alternativos mais influentes de todos os tempos e um dos cinquenta discos indie mais significativos (NEWMAN, 1995; STRAUSS, 1996; HULL, 1996; O’CONNOR, 1996). O musicólogo Adam Harper nos diz o seguinte sobre a percepção pública de tal grupo e o seu impacto subsequente na cena musical alternativa:

[A]inda que a banda costumasse ser “o objeto do ridículo” quando concertavam ao vivo, “as crianças mais novas amavam os Shaggs”. O alto valor de uma estética e habilidade musical mais primitivas, especialmente aquela de crianças, tornar-se-ia um tema recorrente no discurso da música independente ao longo dos anos 1980 (HARPER, 2014. pp.110-111, tradução nossa).

Cabe aqui notar que mesmo musicistas de vanguarda, altamente talentosos segundo as regras tradicionais de musicalidade, engajam-se na produção de músicas tão fora da curva que podem soar muito mais similares à *outsider music* do que qualquer sinfonia composta por um Beethoven ou um Brahms. Aos ouvidos de pessoas menos familiarizadas com a música experimental, ou para o gosto de críticos mais conservadores, um concerto do multi-instrumentista Tyshawn Sorey pode parecer tão desordenado e ridículo quanto os Shaggs foram considerados em seu

tempo⁸. Assim, parece que, ao menos no caso da arte musical, os critérios mobilizados para demarcar a classe de peritos podem variar drasticamente⁹ – e isso com respeito ao mesmo domínio habilidoso geral. Entretanto, Bergamin defende uma interpretação da teoria da lida habilidosa de Dreyfus, muito razoável a meu ver, segundo a qual, para o estadunidense, o que é importante à caracterização de perícia é a experiência de fluxo absorvido: “[O] *sentido de expertise que é central para a fenomenologia da lida de Dreyfus [é que] o que faz de alguém um perito é menos a qualidade de seu conhecimento ou técnica do que a sua experiência enquanto age*” (BERGAMIN, 2017. p.405, tradução nossa).

Destarte, a marca da perícia é a experiência de engajamentos corporais que procede sem a presença fenomenal da mentalidade – e não o nível da qualidade dos movimentos executados. Uma vez que Dreyfus descreve explicitamente a efetivação de competências cotidianas mediante o seu modelo de fluxo absorvido, e que é lugar comum que, normalmente, não nos empenhamos em aprimorar nossas aptidões mundanas depois que elas começam a fornecer-nos os resultados pragmáticos que esperamos ao desempenhá-las, a leitura de Bergamin parece uma aposta segura. Segue-se disso que qualquer um se torna perito em alguma coisa quando passa a responder, direta e inconscientemente, às solicitações de *affordances* ao agir no interior das fronteiras de uma prática hábil. Se de fato é essa a teoria do estadunidense, então a sua fenomenologia da lida altamente habilidosa é muito inapropriada para a caracterização de perícia. Pois é, no mínimo, bizarro que um modelo explicativo cuja função é descrever o fenômeno do engajamento perito não leve em conta a qualidade dos movimentos desempenhados e os diferentes critérios de diferentes domínios hábeis para a avaliação dessa qualidade. Contudo, vamos supor, por ora, que a experiência fenomênica deva ser tomada como o fator principal para a identificação de um perito. Resta a questão de se a modalidade experiencial descrita por Dreyfus é a mais apropriada para tipificar a fenomenalidade da perícia.

3.2. A multiplicidade fenomênica da absorção

⁸ Eu mesmo fui por algumas vezes vexado ao tentar apresentar peças de jazz vanguardista contemporâneo a indivíduos habituados com as camadas mais superficiais da música popular.

⁹ Imagino que o mesmo possa se aplicar às outras formas de arte contemporânea, geralmente tipificadas pelo próprio compromisso de romper radicalmente com a tradição.

Numa série de entrevistas fenomenológicas conduzidas com o Quarteto de Cordas Dinamarquês – cujos integrantes são os violinistas Frederik Øland e Rune Tonsgaard Sørensen, o violista Asbjørn Nørgaard e o violoncelista Fredrik Schøyen Sjölin –, o filósofo Simon Høffding observou que a perícia musical compreende uma variedade considerável de estados experienciais:

[A] absorção musical abrange um vasto escopo de diferentes experiências – do pensar sobre onde ir para beber cerveja após o concerto ao preocupar-se se a expressão facial parece interessante ao público, ao regozijo com o fato de que a música parece estar se desdobrando fluidamente, e finalmente a formas intensas de absorção em que o sujeito experiencia profundas transformações de consciência (HØFFDING, 2019. p.3, tradução nossa).

Høffding constatou que há cinco macro-categorias de experiências associadas ao desempenho habilidoso bem-sucedido da musicalidade: (1) absorção padrão, (2) execução distraída, (3) concertar frustrado, (4) absorção ausente e (5) absorção presente.

- (1) *absorção padrão*: o estado de consciência mais corriqueiro durante os episódios de lida musical excelente. O seu caráter preciso é substantivamente indeterminado, variando desde sensações de tédio até a concentração mais vigorosa. O tipo de agência que tipifica a absorção padrão é um sentimento de que as coisas estão se desenvolvendo como o esperado. Há uma confluência entre expectativas e execução das peças concertadas;
- (2) *execução distraída*: o musicista torna-se desatento ou começa a divagar. A experiência compreende uma mentalidade que se volta reflexivamente a coisas triviais sem relação com o concerto, como quais mantimentos estão em falta na despensa de casa. Durante esses episódios, o engajamento procede de maneira algo “automatizada” e normalmente não produz nada de valor experiencial ou artístico;
- (3) *concertar frustrado*: o concertista sente estresse e apreensão devido a alguma tensão na fluidez da peça e tem de se esforçar para não errar notas ou frases. O agente supera a aflição e logra sucesso na execução perita da composição;
- (4) *absorção ausente*: o episódio mais raro dentre aqueles escrutinizados. Os músicos não recordam o que viveram, apenas o tempo e o lugar onde o fenômeno ocorrera. Amnésia completa é causada por uma radical alteração da consciência dos agentes. A experiência é apreciada como de grande significância pessoal, emocional, estética e existencial;

- (5) *absorção presente*: o musicista adquire um senso de agência aguçado e relata o fenômeno de maneira contraditória. O concertista sente que possui controle soberano sobre a situação musical, mas a execução da peça é experienciada como algo alheio. O ator passa a perceber o mundo e a si mesmo de uma perspectiva neutra, desinteressada e externa.

Embora os integrantes do Quarteto de Cordas Dinamarquês tenham tomado as absorções ausente e presente como as vivências mais significativas quando em meio à lida musical, e ainda que seja muito razoável supor que ambos os fenômenos sejam exclusividades disponíveis apenas aos peritos de mais alto nível, quatro das cinco modalidades de experiência altamente habilidosa listadas acima foram por eles classificadas como as ocorrências de pico máximo de seu desempenho – excetuando, tão só, o concertar frustrado. Algumas observações fazem-se pertinentes. Em primeiro lugar, os traços distintivos do modelo de expertise proposto por Dreyfus, nomeadamente, automaticidade e inconsciência, aparecem somente em duas das variedades da fenomenologia de perícia musical. Em segundo lugar, dada a sua significância para os concertistas, o estado “inconsciente” da absorção ausente parece se assemelhar mais a uma forma singularíssima de mentalidade do que de sua completa ausência. Ademais, tal experiência caracteriza um tipo de evento reconhecidamente raro pelos próprios musicistas entrevistados. É improvável que tal fenomenalidade ultra especializada sirva para tipificar apropriadamente o todo dos engajamentos peritos; ainda mais aqueles associados ao exercício de aptidões mundanas, como subir escadas. Em terceiro e último lugar, com exceção da absorção ausente, todas as categorias experienciais sobre as quais falávamos envolvem alguma espécie de reflexão, apercepção, objetos intencionais e por aí vai – itens que, de acordo com Dreyfus, necessariamente abolem a perícia:

[A] absorção [presente] descrita parece se enquadrar muito bem com a ideia de uma observação destacada e distanciada, e contradiz o quadro explicativo de Dreyfus à medida que inclui um tipo de observação apartada e uma clara distinção sujeito-objeto. Para Dreyfus, a absorção [presente] deve ser qualificada como reflexão, e *qua* dualismo, ser hermeticamente selada para fora da lida absorvida; mas, para os musicistas, é um caso paradigmático de absorção em que o concerto procede em seu melhor. Quanto à sua posição sobre a lida absorta, apresentei o caso raro da [absorção ausente] que se encaixa na versão forte de Dreyfus da lida. Entretanto, a [a absorção ausente] é apenas um dentre quatro tipos de absorção [...] e o mais raro deles. Em oposição [à absorção ausente], os outros três não são desprovidos de distanciamento e são estruturados com objetos intencionais apresentados ao sujeito (HØFFDING, 2019. p.100, tradução nossa).

Como advertido previamente, o cuidado com o uso de metáforas é imprescindível para se fazer filosofia. A melhor maneira de interpretar o que nos diz Høffding, aqui, é que o exercício perito da agência musical envolve reflexão, atenção consciente e pensamento linguístico explícito. A operatividade de tais faculdades, por seu turno, deve ser concebida à moda holística e horizontal apontada tanto por Dewey (2002) como Merleau-Ponty (1983) – isto é, a atividade pensante é apenas outro modo de nos relacionarmos com o nosso meio. Logo, o “distanciamento” mencionado por Høffding não deve ser visto como necessariamente implicando qualquer coisa similar à teoria de dois mundos de Dreyfus. A própria ideia da possibilidade de apartar-se do ambiente, mesmo que de maneira “puramente mental”, configura, a rigor, manifesto contrassenso e deve ser descartada em definitivo.

Seja como for, os resultados de Høffding possuem pontos de contato com o trabalho de outros teóricos. A filósofa e ex-bailarina Barbara Gail Montero, por exemplo, atacou aquilo que denominara “princípio de automaticidade” (2013). Em sua análise de descrições fenomenológicas de atividades habilidosas fornecidas por diferentes músicos, dançarinos e esportistas profissionais, Montero (2010; 2016) conclui não apenas que a atualização de faculdades mentais explicitamente conscientes (pensamento declarativo, monitoramento, deliberação etc. etc.) é compatível com o desempenho de alto nível, como pode ser benéfica. A autora expõe o caso de Tobias Schaeffer, um violista clássico de Nova Iorque, que, apesar de muita prática, era incapaz de concertar apropriadamente as peças que treinara quando no momento das apresentações. Schaeffer revelara ter aprimorado consideravelmente suas habilidades musicais após passar a focar a atenção consciente sobre os movimentos realizados e pensar conceitualmente durante ensaios e concertos (MONTERO, 2010. p.112-113).

A ideia de que a atenção corporal puramente sensitiva, como no caso da propriocepção, possa ser encarada como categoricamente prejudicial à vida corporal de excelência é igualmente criticada por Montero. Evidentemente, isso não significa que os peritos devam estar atentos a todos os detalhes dos movimentos exercidos – algo também enfatizado por Høffding (2019. p.100). Para ilustrar essa consideração, a filósofa evoca o depoimento de Britt Juleen, uma bailarina do *Dutch National Ballet* que relatou buscar, durante o desempenho de sua dança, um estado experiencial em

que se encontraria “*totalmente imersa no sentimento*” de seu “*corpo movente*” (MONTERO, 2010. p.113, tradução nossa).

3.3. Xadrez e pensamento declarativo

A fim de averiguar a compatibilidade, ou falta dela, entre mente consciente e ação altamente habilidosa, Montero resolveu desenvolver o seu próprio experimento. Quatro enxadristas (dois mestres, um mestre nacional e um mestre internacional aposentado), peritos em xadrez de alta velocidade, foram orientados a vocalizar incessantemente as razões para as suas jogadas (i.e., caso houvesse alguma) de modo simultâneo à sua realização durante partidas relâmpago (tempo máximo de 1min para cada xadrezista) conduzidas em uma conhecida plataforma online¹⁰.

Se o engajamento habilidoso excelente no xadrez relâmpago é, como concordam Dreyfus e McDowell, automatizado – no sentido de ser guiado puramente pelo arco mecânico solicitação-resposta –, o protocolo de pensamento em voz alta presumivelmente resultaria numa grande perturbação na qualidade das partidas de enxadristas peritos. Seguir-se-ia disso que um significativo prejuízo no desempenho de tais xadrezistas seria flagrantemente aparente. Contudo, se a deliberação e o pensamento consciente tipicamente compõem as costuras da perícia xadrezista, então se esperaria que a exigência de pensamento em voz alta causaria, quando muito, apenas uma leve degradação no desempenho de enxadristas de alto nível. As suas partidas, assim sendo, não sofreriam prejuízo substancial. E é essa conclusão que Montero extrai de seus testes.

Os resultados empíricos obtidos pela filósofa parecem sugerir que, mesmo no exercício perito de alta velocidade, em que, a princípio, não haveria lugar disponível para atividades muito intelectualizadas, pensamento declarativo e deliberação explícita podem estar envolvidos sem aparente decréscimo na qualidade da atualização excelente de aptidões adquiridas – ao menos, quando falamos em xadrez relâmpago. Essa conclusão contradiz Dreyfus frontalmente, uma vez que o filósofo defende que a perícia, inclusive o xadrez ótimo, é não-responsivo a razões:

O resultado mostra que alguns jogadores de xadrez relâmpago de alto nível são capazes [...] de oferecer razões para a realização de seus lances enquanto jogam [...] Todos os meus participantes falaram bastante sobre as razões para a realização de suas jogadas, e em nenhum caso precisaram recorrer a algo

¹⁰ Internet Chess Club. Disponível em < <https://www.chessclub.com/>>.

mesmo vagamente similar a “Fiz a jogada porque fui impulsionado a fazê-la” (DREYFUS, 2013. p.35, citação da autora). Meu experimento mostra que enxadristas de alto nível podem pensar e deliberar durante o xadrez relâmpago quando requisitados, e que tal pensamento pode ocorrer sem impedir a habilidade significativamente [...] todos os meus quatro participantes comentaram que pensam e raciocinam durante jogos de xadrez relâmpago, mesmo que estivessem hesitantes em tentar verbalizar os seus pensamentos (MONTERO, 2018. pp.5, 9, 10, tradução nossa).

De fato, parece que as conclusões da filósofa suportam, em certa medida, a ideia mcdowelliana segundo a qual os episódios em que o perito pode oferecer retrospectivamente uma razão para a tomada de algum ato indicariam alguma espécie de mentalidade envolvida durante o fluxo absorvido do agente (MCDOWELL, 2013. pp.47-48) – ainda que não necessariamente a conceitualidade de baixo nível postulada pelo sul-africano. Ao comentar sobre a memória de suas cobaias a respeito das partidas que jogaram, Montero diz o seguinte:

[Algo] sugestivo da existência de processamento consciente durante os jogos dos participantes é que ao menos alguns dos participantes possuem memórias de longo prazo das partidas que jogaram durante os testes de um minuto por jogador. De fato, mantenho contato com esses jogadores e, mesmo após dois anos, um jogador [...] disse-me que possui recordações completas dos lances das partidas que jogara (MONTERO, 2018. p.6, n.10, tradução nossa).

Logo, parece que a amnésia induzida pela perícia, defendida por Dreyfus e elaborada por Beilock e seus parceiros, não é um fenômeno mnemônico pervasivo na lida altamente habilidosa.

3.4. Reflexão corporificada

Aborrecida pela falta de reconhecimento da ortodoxia filosófica para com as experiências corporais familiares que ela e seus pares viveram ao longo de suas carreiras artísticas, Camille Buttingsrud busca expandir o quadro conceitual da fenomenologia tradicional. Desde Husserl, os fenomenólogos se ocuparam primariamente de duas modalidades de ser-no-mundo: autoconsciência conceitual reflexiva e absorção corporal pré-temática (BUTTINGSRUD, 2015). Contudo, a filósofa argumenta que um tipo particular de estados conscientes, mais ou menos pervasivo na experiência de seres humanos, fora negligenciada pela fenomenologia. Tal categoria é uma forma de reflexão deliberada, tipicamente direcionada a aspectos globais da situação em toda a sua inteireza, que, por seu turno, não envolve o uso de conceitos – mas tão somente potências atentas, emocionais e moventes do corpo vivo. Essa espécie de pensamento corporal é chamada por Buttingsrud de “*reflexão corporificada*” (2015; 2021).

De acordo com a filósofa, a reflexão corporificada é um estado em que o agente se encontra plenamente atento e consciente do outro, do ambiente e de si mesmo de maneira integrada, em um nível puramente afetivo e corporal. Em entrevistas fenomenológicas com dançarinos e coreógrafos profissionais, citadas no capítulo anterior, os artistas relataram possuir ciência vívida, explícita, simultaneamente dirigida às sensações do próprio corpo, do espaço onde atuavam, dos movimentos de seus parceiros de dança, de como os seus atos os transportavam espacialmente pelo lugar, bem como das reações do público. Alguns, inclusive, alegaram ter alcançado o nível de experiências transcendentais, como um sentimento de conexão com a totalidade do universo.

Além disso, a reflexão corporificada, como o pensamento conceitual, é igualmente utilizada como um método de resolução de problemas. Os entrevistados relataram que, em certa ocasião, estavam a se contorcer para encontrar a temática específica de um concerto futuro. Por meio de uma exploração coletiva, distintivamente corpórea, da qualidade estética e emocional de movimentos altamente habilidosos, atentos e improvisados, os dançarinos testemunharam que o quebra-cabeça, finalmente, fora assim solucionado. O depoimento de tais artistas aponta para o caráter pervasivo, em sua experiência de lida dançante, daquele estado de consciência descrito pela reflexão corporificada:

Os dançarinos que entrevistei [...] experienciaram uma “liberdade corporal” que dá vazão à “significância, onde tudo se conecta”, e em que alguém “entende sem julgar”. Essa atenção corporal e afetiva é experienciada como “contemplação profunda”. Dançar pode ser um modo de fazer sentido da vida, um modo de pensar (corporalmente) sem pensar (conceitualmente) (BUTTINGSRUD, 2021, tradução nossa).

A coreógrafa e dançarina Eleanor Bauer, em particular, tece algumas considerações muito interessantes. Buttingsrud as transcreve:

[...] o tipo específico de pensamento que a dança permite é ativo. Segundo Eleanor, diferentes meios de pensamento refletem seus respectivos campos. “Se faço matemática, posso pensar certas coisas que não posso pensar se falo em francês. Posso falar francês e chegar a certas conclusões ou expressões indisponíveis se falo árabe. Diferentes caminhos se abrem ou diferentes limitações se revelam em diferentes meios de pensamento. Como então poderíamos considerar diferentes meios artísticos, também, enquanto meios de pensamento? Como estou pensando, ou quais tipos de pensamentos são possíveis de se chegar ou transmitir na pintura, música ou dança?” Para Eleanor, pensar por meio da dança é não-representacional. “Não é se referir à coisa, eu sou a coisa. Estou me tornando a coisa. (Enquanto dançarina) tu não estás realmente tentando mostrar ou representar tais coisas enquanto objetos ou formas” (BUTTINGSRUD, 2021, tradução nossa).

3.5. O pluralismo da mente habilidosa

Creio que as palavras de Eleanor sumarizem com perfeição as posições que aqui tenho tentado articular e que já devem estar claras ao leitor. Diferentes habilidades, distribuídas ao longo de diferentes comunidades humanas, podem não apenas apresentar diferenças sensíveis com respeito aos movimentos coordenados que as caracterizam e aos seus contextos de correta aplicação, mas podem, de igual modo, exemplificar formas de mentalidade e estados de consciência significativamente distintos entre si. Parece ser uma suposição razoável que, conforme nossas análises fenomenológicas sobre domínios habilidosos específicos se refinem e a respectiva coleta de detalhados relatos em primeira pessoa de peritos aumente, novos tipos de experiência de perícia sejam descritos. Pois foi justamente esse o resultado, testemunhado agora há pouco, quando passamos a avaliar com seriedade a fenomenalidade da lida perita caso a caso.

McArthur Mingon e John Sutton enfatizam algo muito similar:

O desempenho corporal habilidoso não envolve apenas processos motores, mas também uma série discrepante de processos cognitivos e afetivos. A prática de diferentes formas de movimento cultiva qualidades particulares de atenção e consciência sensorial juntamente a novas habilidades físicas. Mover-se com outras pessoas numa atividade grupal coordenada desenvolve, também, atenção intersubjetiva: maneiras hábeis de se relacionar com outros, compartilhar e coordenar pensamentos e intenções, bem como ações conjuntas. Diferentes modos de movimento podem, assim, constituir diferentes modos de pensar [...] Entender os tipos únicos de mentalidade envolvidas no desempenho habilidoso requer, portanto, estudo de tais sistemas arraigados de movimento e pensamento e os modos como regulam, transmitem e animam padrões de atenção, emoção e formação de crenças em ecologias cognitivas e cenários culturais específicos (MINGON & SUTTON, 2021, tradução nossa).

Espero que tudo o que foi dito até agora aponte convincentemente para a ideia segundo a qual é preciso dispensar o apelo a um único modelo monolítico de lida perita para a descrição das mais variadas experiências habilidosas – ou, ao menos, que levante suspeitas sobre a capacidade de uma tal teoria de cumprir satisfatoriamente essa tarefa epistêmica. A expertise acomoda uma pluralidade de fenomenalidades distintas e a sua pesquisa adequada deve ser levada adiante caso a caso, respeitando e levando em conta tanto os diferentes contextos particulares donde se originam as diferentes competências corporais quanto as situações concretas em que são corretamente aplicáveis. Aqui, aquela peste identificada à busca viciada por explicações de máxima generalidade, tão familiar à filosofia, deve, a meu ver, ser categoricamente rejeitada. Junto ao implacável passar do tempo, novas

habilidades surgem; outras, transfiguram-se; certos critérios de perícia se refinam, o restante é transgredido; emergem formas de mentalidade sem precedentes; algumas são perdidas para sempre. Logo, o estudo sobre a natureza da lida habilidosa é substancialmente aberto. Além disso, ele necessita agrupar contribuições colaborativas oferecidas pela sociologia, neurologia, etnografia, psicologia, biologia, linguística, filosofia e por aí vai. Se algo de mais geral pode ser dito sobre a “essência” das habilidades é o seguinte: elas apresentam uma “*semelhança de família*” (WITTGENSTEIN, 2009).

O último ponto me leva a uma consideração que, à primeira vista, parecerá infringir a íntegra daquilo que se acabou de dizer – mas não infringe.

Evidentemente, alguma generalidade e simplificação faz-se imprescindível quando buscamos descrever uma classe de fatos. Se recusássemos isso, teríamos de repudiar a própria possibilidade de explanação do fenômeno da lida habilidosa. Assim sendo, considero que a grande virtude da teoria do fluxo absorvido de Dreyfus seja a centralidade que dá à noção de “*affordance*”. Não porque esse conceito seja capaz de reduzir o todo da lida altamente habilidosa a uma única imagem de experiência perita – mas porque, como veremos a seguir, ele é poderoso e maleável o suficiente para dar sentido ao fundamento de sua multiplicidade.

4. A PSICOLOGIA ECOLÓGICA

Como vimos, Dreyfus assimila ao seu modelo de lida habilidosa tanto o exercício de faculdades locomotivas e manuais mais mundanas, tais quais atravessar a rua ou catar uma maçã, como o desempenho de práticas altamente especializadas, p.e., nado atlético e xadrez. Atividades fundamentalmente culturais, como a anuência corpórea irrefletida ao distanciamento interpessoal socialmente apropriado, e sociolinguísticas, e.g., conversações e palestras, são explicadas de igual modo. Uma vez que, em sua visão, a atualização de aptidões adquiridas transcorreria segundo respostas corporais a solicitações de atos possíveis, o conceito de “*affordance*”, advindo do quadro de referência da psicologia ecológica, também chamada “gibsoniana” (GIBSON, 1983; 2015), compreende o cerne conceitual da teoria do estadunidense.

Dreyfus toma como dado que a noção de “*affordance*” pode ser mobilizada para a explanação de comportamentos hábeis distintivamente culturais e sociolinguísticos. Mas é legítima tal manobra? Há grande polêmica, sumariamente ignorada pelo fenomenólogo, entre adeptos e críticos da psicologia ecológica com respeito a se tal abordagem é capaz de dar conta da cognição social – em particular, da linguagem. Ademais, o estadunidense pouco se preocupa em explicar como pode ser que as tendências motivacionais vigentes de um agente influam sobre seu horizonte fenomênico de modo a determinadas *affordances* relevantes serem atualizadas sem que o ator as apreenda enquanto tais. Sem uma consideração precisa sobre essa última questão, pareceria que Dreyfus acaba por se aproximar perigosamente de uma espécie de versão afetiva do mito do dado. Afinal, muitos dos interesses que a humanidade possui transcendem a sua esfera puramente biológica, orgânica ou metabólica.

A meu ver, a psicologia ecológica contém a chave para a dissolução dos pressupostos dualistas que informam o debate entre Dreyfus e McDowell. Assim sendo, ocupar-me-ei, neste capítulo, com uma exposição de seu sistema conceitual e tentarei mostrar como ele é capaz de desarmar as dicotomias fundantes da contenda entre os dois filósofos. Em particular, creio que o grande erro do estadunidense foi, precisamente, contrabandear isoladamente um único conceito da abordagem gibsoniana ao mesmo tempo em que não levava a sério tudo o mais que a disciplina tem a lhe oferecer.

4.1. A abordagem ecológica da cognição

A psicologia ecológica é tanto uma abordagem teórica quanto um programa de pesquisa empírica sobre os fenômenos cognitivos – em especial, aqueles associados à percepção – que visa explicar os estados e processos psíquicos a partir do apelo à relação ubíqua entre os organismos e seus ambientes correspondentes. Sua temática central orbita em torno da ideia de que dado animal e seus arredores característicos configuram uma unidade, um todo organizado indissociável (SHAW & TURVEY, 1981. p.95), por oposição à acepção tradicional que os toma enquanto dois tipos fundamentalmente distintos de entidades (RICHARDSON ET AL., 2008. p.164). Isto posto, a preocupação primária desde as origens da disciplina diz respeito ao funcionamento adaptativo dos agentes em seu meio (HEFT, 2007. pp. 85-86).

A abordagem ecológica, cujos pioneiros foram o casal de psicólogos James Jerome Gibson e Eleanor Jack Gibson, surgira polemicamente em relação às escolas até então predominantes no cenário *mainstream* das ciências da mente: respectivamente, behaviorismo e cognitivismo. Considerando que a sua emergência advém de um contexto de disputa no interior do ramo psicológico, é natural esperar que seja caracterizada tanto por aspectos negativos, correspondentes à recusa de certos pressupostos basilares das tradições com as quais rompera, quanto pelos positivos, donde efetivamente encontramos a novidade do programa proposto. Os primeiros se identificam às rejeições do argumento da pobreza do estímulo, bem como da concepção fisicalista da estimulação, do caráter passivo e indireto dos processos perceptuais e de uma série de dicotomias, legadas pelas ortodoxias psicológica e filosófica, cujas origens dualistas primais seriam oriundas da separação *quasi*-antagônica entre organismo e ambiente (LOBO ET AL., 2018. p.1; RICHARDSON ET AL., 2008. p.164). Do lado propositivo, seus princípios elementares são a consideração do animal-em-seu-meio como um único sistema, o ciclo contínuo entre percepção e ação, o estudo de *affordances* enquanto os objetos dos conteúdos perceptivos (LOBO ET AL., 2018. p.1) e uma apreciação substantiva pela história evolutiva das espécies naturais (HEFT, 2007. p.86).

A partir de diversas influências filosóficas (o pragmatismo de William James e a fenomenologia de Maurice Merleau-Ponty) e psicológicas (o behaviorismo de Edwin Holt e o gestaltismo de Kurt Koffka) (LOBO ET AL., 2018. pp.2-4), a abordagem ecológica do comportamento veio a oferecer uma imagem fundamentalmente ativa,

dinâmica, situada, adaptativa e corporificada das vidas mental e perceptiva dos organismos.

4.2. A reciprocidade entre organismo e ambiente

Um dos principais compromissos da psicologia ecológica é a superação dos vários dualismos que tradicionalmente assolam os campos teóricos cognitivo, filosófico e psicológico: a saber, as dicotomias entre percepção e ação; físico e psíquico; subjetivo e objetivo; corpo e mente. Discutivelmente, tais pares de separações categoriais espúrias se originariam de um mais abrangente e primal: aquele entre organismo e ambiente (RICHARDSON ET AL., 2008. p.164). Para a abordagem gibsoniana em psicologia, o animal e o seu meio característico não devem ser tomados como entes categorialmente distintos, mas, ao contrário, enquanto seres logicamente interdependentes (SHAW & TURVEY, 1981. p.96): o primeiro implica o último e o último, o primeiro. Há, portanto, uma relação recíproca incontornável entre os dois:

[É] costumeiramente negligenciado que as palavras “animal” e “ambiente” formam um par inseparável. Cada termo implica o outro. Nenhum animal pode existir sem um ambiente que o circunde. De igual modo, ainda que não tão óbvio, um ambiente implica um animal (ou, ao menos, um organismo) a ser circundado (GIBSON, 2015. p.4, tradução nossa).

Embora o candidato mais apropriado para ocupar o posto de “axioma biológico”, caso houvesse tal coisa, seja a alegação da impossibilidade de um ser vivo existir na ausência de um meio que o acomode – afinal, posso pensar o espaço sem a coisa, mas nunca a coisa sem o espaço (WITTGENSTEIN, 1974. p.7) –, parece contraintuitivo afirmar que o ambiente seja de alguma forma dependente do(s) organismo(s). Por essa razão, aqui é fundamental termos em mente a distinção gibsoniana entre espaço físico e ambiente. O primeiro é uma descrição do mundo mediante a métrica fisicalista; o segundo, em escala ecológica – i.e., relacionada às capacidades sensório-motoras adaptativas de agentes. Sendo assim, o ambiente nada mais é do que o mundo físico apreciado segundo o aspecto das habilidades e disposições das quais goza determinado organismo para interagir com o seu entorno. É uma abertura ao espaço físico que se escancara aos animais de acordo com as suas potenciais faculdades de engajamento ambiental.

É certamente uma manobra conceitual suspeita enunciar que a psicologia ecológica está comprometida com a cruzada antidualista e introduzir, de maneira

imediatamente subsequente, uma distinção entre espaço físico e ambiente. Por conta disso, faz-se imprescindível notar que tal diferenciação não diz respeito à postulação de dois tipos ontologicamente distintos de mundos, mas da diferenciação entre dois níveis de descrição possíveis de uma única e mesma realidade. Para entendermos o comportamento inteligente dos organismos, é de pouca ajuda explicar os eventos relevantes em termos de ondas, pressões, vibrações, massas, radiações, pulsos, volumes, *et cetera* – i.e., via um léxico teórico fisicalista que absolutamente não faça referência alguma aos organismos cuja atividade procuramos compreender. Por oposição à métrica física, os psicólogos ecológicos defendem que as porções significativas dos arredores de um agente devem ser descritas por meio de uma terminologia que envolva o uso de noções como superfícies, substâncias, objetos, eventos, lugares e outros agentes; logo, noções que estão intrinsecamente relacionadas às potências das quais dispõem os organismos:

[...] para entender percepção, ação e cognição, é preciso identificar as propriedades do ambiente relevantes ao organismo que definem o que é percebido, o que se age sobre e é conhecido [...] Descrições relevantes ao organismo [...] começam com substâncias, superfícies, lugares, objetos e eventos [...] Os últimos são realidades em escala ecológica (a escala de natureza em que sistemas [organismo-ambiente] são definidos) e são fatos ambientais de pertinência direta ao comportamento adaptativo (RICHARDSON ET AL., 2008. pp.167-168, tradução nossa).

Superfícies, substâncias, objetos, eventos, lugares e outros agentes, ao contrário de ondas, pressões, vibrações, massas, pulsos e volumes, estão inerentemente atrelados às capacidades dos organismos porque são possibilidades ou oportunidades de ação a eles oferecidas de acordo com as suas referidas potências (i.e., *affordances*). As realidades ambientais são preenchidas pelas parcelas de mundo físico relevantes à vida e agência dos animais e devem ser respectivamente explanadas mediante aquela escala de natureza que torna saliente como essas parcelas estão conectadas com as faculdades sensório-motoras adaptativas de tais entidades – nomeadamente, a escala ecológica de descrição. Os entornos imediatos de um ser vivo nunca lhe são matéria de desinteresse, e essa é, por si só, uma razão suficiente para que não sejam considerados de maneira isolada daqueles organismos que tipicamente habitam-no.

Uma vez que a psicologia gibsoniana rejeita a descrição de eventos psíquicos e comportamentais via escala fisicalista, ela repudia, conseqüentemente, o reducionismo. As conexões causais, predições e leis do comportamento devem ser

investigadas em seu próprio nível descritivo (GIBSON, 1994. p.71), e não em micro-níveis que dão conta tão somente de sub-domínios psicomotores cujas diferentes parcelas devem ser abordadas uma de cada vez e de maneiras desconexas entre si (KOENDERICK, 1992. p.124). Apenas aquela escala ecológica de natureza, capaz de abordar como um todo a multiplicidade de fenômenos que caem sob o escopo de pesquisa das ciências da mente, pode, efetivamente, oferecer explicações apropriadas:

Explicações significativas devem estar no seu próprio nível de funcionamento. Relações causais não existem entre níveis, mas em seu próprio. Procurar por correspondências entre níveis certamente é um grande interesse de cientistas; contudo [...] Correspondência enquanto tal não indica uma relação causal (GIBSON, 1994. p.70, tradução nossa).

Outro aspecto das trocas organísmico-ambientais que aponta para o seu caráter essencialmente recíproco e interligado é o fato de que os organismos não apenas passam a habitar o seu meio de uma maneira puramente passiva e resignada, mas alteram-no ativamente para melhor viver e funcionar nele (HEFT, 2007. p.85) – um processo chamado de “*construção de nicho*” (DRAKE, 2003; ODLING-SMEE ET AL., 2003). Ainda que as alterações dos arredores sejam uma característica mais pervasiva na espécie humana do que nas demais, há considerável evidência empírica de que grande parte dos organismos modificam os seus entornos durante o curso de sua existência (HEFT, 2007. p.85; cf. ODLING-SMEE ET AL., 2003). Os diques construídos por castores, os ninhos feitos por incontáveis subclasses de pássaros, as colmeias erigidas por abelhas, os túneis escavados por tatus, as teias fabricadas por diversos tipos de aranhas, além das igrejas levantadas por homens, são todos exemplos muito bem conhecidos de modificações ambientais ativamente perpetradas pelos seres vivos. Ademais, as construções de econicho engendradas pelos membros de uma determinada espécie natural podem acabar gerando condições de possibilidade para a existência de outros seres vivos, como foi o caso, e.g., da atividade fotossintética de estromatólitos durante os primórdios da vida na Terra:

Quando se começa a examinar os ambientes da perspectiva de construção de nicho, o que se torna aparente é que tais casos são ubíquas. Odling-Smee et al. alegam que a construção de nicho é uma característica de todas as relações animal-ambiente [...] atividades de organismos vivos não apenas possuem um peso imediato sobre sua própria existência, mas também podem criar condições que tornam possível a vida de outros organismos [...] *um econicho é um habitat moldado, em graus variados, pelos animais que o ocupam* (HEFT, 2007. p.91, tradução nossa) [grifo do autor].

Por tais razões, a psicologia ecológica sustenta que o dualismo entre organismo e ambiente precisa ser decisivamente abandonado. Renunciar a tal dicotomia significa apreciar não trivialmente o fato de os sistemas vivos estarem perpetuamente circundados, i.e., considerá-lo não como uma mera condição de sobrevivência para essas entidades, mas enquanto um elemento constitutivo dos episódios psíquicos eles mesmos (e algo similar poderia ser dito em relação aos demais dualismos citados anteriormente). Um animal particular implica necessariamente aquele meio que lhe é característico, utilizado e habitado a fim da extração de recursos imprescindíveis para a manutenção de sua existência – atividade que define a sua identidade. De semelhante modo, dado ambiente pressupõe um organismo correspondente de duas maneiras: (i) porque é definido como o mundo que se abre ao organismo relativamente às suas capacidades e (ii) porque é ativamente alterado pela agência dos seres que ali vivem. Destarte, a unidade de análise das ciências da mente e comportamento não deve ser o indivíduo tomado de forma apartada com respeito a seu meio, e sim o animal-em-seu-entorno; um único sistema organismo-ambiente (RICHARDSON ET AL., 2008. p.166):

[...] animal e ambiente são logicamente dependentes. Esta é a doutrina abrangente: a sinergia (ou reciprocidade) animal-ambiente, que identifica (uma espécie de) animal e seu ambiente enquanto componentes recíprocos que compreendem um ecossistema (epistêmico) [...] o ambiente é definido em termos que referem ao seu animal e o animal é definido em termos que referem ao seu ambiente (SHAW & TURVEY, 1981. p.96, tradução nossa).

Em consequência do abandono terminante do dualismo fundamental entre seres vivos e o meio que os rodeia, pareceria que o único modo de sustentar alguma dicotomia entre mente e mundo seria adotar uma concepção sobrenatural, antinatural ou mística de mentalidade. Entretanto, tal alternativa, pelo andar da carruagem, não está disponível para uma filosofia naturalista cientificamente informada. Segundo uma possível interpretação gibsoniana, os termos “mente” e “mundo” não são mais do que palavras diferentes para a descrição, em escala ecológica, das relações entre organismo e ambiente.

O mundo que se abre à mente é composto e determinado pelas possíveis interações que disponibiliza relativamente às capacidades do agente. De igual modo, a mente que tem acesso ao mundo é constituída e determinada por aquilo que o mundo lhe oferece e permite realizar. Ante o exposto, mundanidade e mentalidade formam um par ontologicamente dependente e mutuamente determinante. A primeira

implica a última e a última, a primeira. O mental é uma marca característica da agência e não há sistema organismo-ambiente possível na sua ausência.

Uma vez que se identifique a mente ao organismo descrito em escala ambiental, segue-se disso que a primeira absolutamente não é uma entidade distinta do corpo – mas a própria corporeidade considerada sob o seu aspecto ecológico: isto é, segundo as potenciais relações que é capaz de estabelecer com o seu meio. No caso humano, essas ações podem compreender atos locomotivos, manuais, perceptivos, linguísticos, reflexivos e por aí vai. *A mente é o corpo vivo da perspectiva ativa daquele corpo que vive*. Logo, contra Dreyfus e McDowell, mentalidade não acarreta necessariamente a operação, subpessoal ou temática, de conceitos, juízos, crenças ou razões. Semelhantemente, a própria ideia de um intelecto desengajado é, segundo a aceção exposta, uma contradição em termos. Toda forma de mentalidade implica um tipo de envolvimento com o mundo que a define – pois *não há dicotomia entre organismo e ambiente*:

[...] hábitos formados no processo de exercitar aptidões biológicas são os únicos agentes de observação, recordação, previsão e juízo: uma mente ou consciência ou alma em geral que realiza essas operações é um mito [...] hábitos concretos são os meios de conhecimento e pensamento [...] Hábitos concretos engendram todo o perceber, reconhecer, imaginar, rememorar, ajuizar, conceber e arrazoar que é realizado (DEWEY, 2002. pp.176-177, tradução nossa).

Corpo, mente e mundo andam sempre de mãos dadas. A unidade de análise do comportamento significativo é a relação dinâmica corpo-mente-mundo, e nenhum de seus elementos é apartável numa investigação apropriada. Afirmar que o mental é dependente do corporal ou vice-versa é, igualmente, uma maneira infeliz de formular a questão – pois sugere que configuram entidades distintas. Corporeidade, mentalidade e mundanidade são uma e a mesma coisa – pois o ambiente é tão dependente do organismo como o organismo é dele, no sentido que o “mundo” que se abre aos sistemas vivos é a totalidade de *affordances* a eles disponíveis.

4.3. O ciclo contínuo entre percepção e ação

Segundo a psicologia gibsoniana, os processos perceptuais estão intimamente relacionados com os atos efetivados pelos sistemas vivos de duas maneiras fundamentais: (a) os objetos dos conteúdos perceptivos são, por si e enquanto tais, possibilidades ou oportunidades de ação apreendidas via coleta de informação ecológica; e (b) a percepção é fruto de um processo contínuo e ubíquo de

coordenação sensório-motora ativamente engendrada pelos animais. Por hora, foquemos em (b).

Em meio à lida exploratória empreendida pelos agentes na busca por nutrição, refúgio, cópula ou o que mais for, a percepção das redondezas de um organismo (quer dizer, a detecção de informação ecológica correspondente às substâncias, superfícies, objetos, lugares e eventos que o rodeiam) irá limitar o escopo de ações possíveis para a satisfação de suas finalidades vigentes. Dito de outro modo, é com base nas informações ambientais coletadas pelo ser vivo que este irá se dirigir por este caminho e não por outro, que irá pisar aqui e não ali, que examinará o que se oculta por trás desta árvore e não daquela, que apanhará em suas mãos isto e não aquilo, *et cetera*. Semelhantemente, serão os movimentos e ações corporais, constituintes de seu engajamento explorador, os responsáveis por desvelar ou ocultar o múltiplo ecoinformacional distribuído em seus arredores. O possível alcance informativo dos padrões estruturados oriundos da matriz energética ambiente aos quais o organismo é sensível será limitado pelos seus atos. Em outras palavras, o rastreamento de tais-e-tais informações ecológicas será tributário do fato de que o animal põe seus pés sobre a grama e não sobre a lama, de que vira a cabeça à esquerda e não para a direita, de que as suas olhadelas se voltam para cima e não para baixo, e assim por diante. O perceber restringe a ação e a ação restringe o perceber (RICHARDSON ET AL., 2008. p.174). Como fora expresso por Robert Shaw e Michael Turvey, “*percepção e ação são do mesmo tipo lógico; simétrica, cíclica e mutuamente determinantes*” (SHAW & TURVEY, 1981. p.96, tradução nossa).

As maneiras distintas pelas quais determinado organismo se dispõe espacialmente em relação a uma miríade de realidades ecológicas alteram o perfil de informações sensivelmente capturáveis disponibilizadas em seus arredores, o que permite coletá-las com sucesso (ou fracasso), perceber as suas redondezas e, subsequentemente, concluir os seus objetivos (ou não). A percepção, portanto, envolve a coordenação dinâmica de faculdades passivas (os órgãos ou modalidades sensíveis) e potências atuantes (os movimentos de membros, músculos, juntas etc. etc.). Sem as últimas, temos apenas dados inarticulados e ininteligíveis da sensibilidade. Sem as primeiras, meramente movimentos desconexos e sem sentido. Não há ação sem percepção – apenas deslocamento espacial do corpo ou de alguns de seus membros – e, mais radicalmente, não há percepção sem ação – apenas

estimulação sensível desestruturada. As operações perceptivas são, ao mesmo tempo, processo e resultado da confluência entre tais capacidades receptivas e ativas de um sistema perceptual dinamicamente engajado e interessado na exploração de seu meio:

Nós não apenas vemos, nós olhamos. O sistema visual é um sistema motor bem como sensorio. Procuramos informação numa matriz óptica, a cabeça se volta, os olhos viram para fixar, as lentes se acomodam para focar e óculos podem ser aplicados e mesmo ajustados pela posição da cabeça para olhar de longe ou de perto (GIBSON, 1988. p.5, tradução nossa).

O ciclo contínuo e mutuamente determinante entre os processos sensorios e motores, que conjunta e coordenadamente dão vazão aos episódios perceptivos, é mais sinteticamente capturado pela seguinte formulação: *a percepção guia a ação*, visto que aquilo que se percebe são as informações responsáveis por discriminar as realidades ecológicas (i.e., possibilidades de ação) das quais certo observador pode usufruir; e *a ação guia a percepção* em razão de a atividade interessada de exploração ambiental engendrar a coleta bem-sucedida de informação ecológica – e assim *ad infinitum*. É de tal forma que a psicologia ecológica se desfaz da dicotomia tradicional entre percepção e ação – ambas estão continuamente unificadas na qualidade de dois aspectos de um único evento organísmico-ambiental incessante (RICHARDSON ET AL., 2008. p.175). Percepção, ação e exploração, conseqüentemente, compõem um único e uno processo (LOBO ET AL., 2018. p.5). Nas palavras de Heft:

[...] as atividades de perceptores são uma faceta integral do perceber; aqueles processos dinâmicos percepção-ação caracterizam mais adequadamente a percepção do que modelos padrões de *inputs* que tratam a percepção como algo unilateral (HEFT, 2007. p.91, tradução nossa).

4.4. A teoria das *affordances*

“*Affordances*” configuram o conceito central da abordagem ecológica em psicologia e ciências cognitivas (GIBSON ET AL., 1999. p.4). O termo fora originalmente cunhado por James Gibson e se trata de um neologismo advindo do verbo em língua inglesa “*to afford*” – que significa “proporcionar”, “fornecer”, “dar” ou “prover”. Gibson inventou a palavra por sentir falta de algum substantivo que exibisse a complementariedade e reciprocidade entre animal e seu ambiente logo de saída (GIBSON, 2015. p.119):

Affordance [...] refere à relação recíproca entre um animal e o seu ambiente. O ambiente fornece oportunidades, e o animal provê (ou deixa de prover) um sistema de ação que pode utilizar o que o ambiente oferece. Perceber a relação

é perceber uma *affordance*, um ajuste animal-ambiente (GIBSON, 1994. p.72, tradução nossa).

Affordances são os objetos primários dos conteúdos perceptuais – quando percebemos, percebemos *affordances*. São corriqueiramente descritas enquanto possibilidades ou oportunidades de ação oferecidas pelo ambiente relativamente a um membro de determinada espécie natural. Contudo, tanto as notas características quanto os itens aptos a caírem sob o conceito são matéria de controvérsia entre os teóricos da disciplina. Há, ao menos, dois grandes grupos de autores que endossam definições distintas. O primeiro as concebe enquanto propriedades disposicionais do ambiente que, de alguma forma, são complementadas pelas efetividades de organismos. A ideia é que efetividades, definidas enquanto disposições organísmicas, complementam *affordances* – tomadas, aqui, enquanto propriedades puramente ambientais (TURVEY, 1992; WARREN, 1984; cf. CHEMERO, 2003. p.189). O segundo as toma como propriedades do sistema organismo-ambiente unificado (cf. LOBO ET AL., 2018). Assim, *affordances* não seriam propriedades do habitat do preceptor *per se*, mas da própria sinergia entre o animal e seu meio (STOFFREGEN, 2003; CHEMERO, 2003). De qualquer forma, a maioria dos adeptos da abordagem ecológica entende que *affordances* (ou, ao menos, sua atualização) gozam de alguma espécie de dependência existencial em relação aos animais (CHEMERO, 2003. pp.193-194). Sua natureza é costumeiramente entendida, portanto, como relacional (HEFT, 1989. p.6; 2008, pp.124-126; cf. CARVALHO, 2021). Não obstante, aquilo que, no animal, dá origem às *affordances* também envolve polêmica. As alternativas variam entre propriedades corporais, disposições ou habilidades (CARVALHO, 2020. p.1; cf. CHEMERO, 2003)

Particularmente, considero que a caracterização segundo a qual certa *affordance* diria respeito a uma propriedade disposicional cativa de dado habitat, a ser correspondentemente complementada pela atividade dos observadores, deva ser evitada. Penso isso porque, a meu ver, tal manobra conceitual reintroduz por debaixo dos panos a dicotomia entre ambiente e organismo. Com efeito, tal definição nos leva a pensar que o ambiente *per se* acomoda um conjunto de possibilidades de ação quer um animal possa realizá-las ou não – i.e., independentemente da atividade possível de determinado agente. Ora, se aquilo que os derredores oferecem independe de alguém que possa se apropriar de tal oferta, então o ambiente é, por si mesmo, independente daquele que o habita. A mutualidade organísmica-ambiental seria,

assim, apenas contingente, à medida que uma *affordance* demandaria complementação mediante os atos do observador, e não necessária. Logo, não haveria verdadeira interdependência entre ambos. Para nos mantermos afastados daquele já mencionado dualismo fundamental que gostaríamos de conclusivamente rejeitar, é essencial tomarmos uma *affordance* enquanto uma propriedade da sinergia entre organismo e ambiente. Por essa razão, nossa exposição manter-se-á ocupada com a segunda definição citada não há muito.

Como ficará claro mais adiante, interessa-nos, aqui, expor o modo idiossincrático pelo qual Erik Rietveld e Julian Kiverstein, principais expoentes da teoria da intencionalidade habilidosa, caracterizam o conceito de “*affordance*”. Assim como Chemero (2003; 2009), Rietveld e Kiverstein expandem o alcance de tal noção, normalmente empregada para a explicação de comportamentos locomotivos e manuais, ao todo do repertório habilidoso de um organismo. Contudo, para definir com precisão o conceito, diferentemente de Chemero, os autores evocam a noção wittgensteiniana de “*Lebensform*” e defendem que *affordances* são melhor entendidas *enquanto relações entre aspectos do ambiente e habilidades disponíveis a uma criatura que instancia uma forma de vida particular* (RIETVELD & KIVERSTEIN, 2014. pp.328, 335; KIVERSTEIN & RIETVELD, 2015).

Destarte, *affordances* podem ser encaradas como relações bioecológicas entre porções de dado ambiente e aspectos de um organismo correspondente (CHEMERO, 2003. p.189), caracterizadas pelas possíveis interações abertas ao último segundo o possível repertório habilidoso de sua espécie (RIETVELD & KIVERSTEIN, 2014. p.335). É nisso que consiste a ideia de que *affordances* constituem os objetos primários da percepção: o meio aparece a certo organismo em termos daquilo que nele pode ser feito (CARVALHO, 2020. p.1). Desse modo, superfícies apropriadas acomodam suporte e vários modos de locomoção; objetos e substâncias oferecem nutrição, enfermidades, manipulação e manufatura; lugares proporcionam abrigo, perigo, fontes de alimentação, esconderijos, depósitos e por aí vai; animais fornecem um amálgama de possibilidades infindáveis, desde alimentação até a domesticação direcionada a variados fins (como proteção tanto de localidades quanto de rebanhos de outras criaturas domesticadas); e, por fim, a comunidade de seres humanos dá origem à totalidade das constelações de significados socialmente constituídos (JAEGGI, 2015. p.17). Todas essas realidades ecológicas são percebidas em termos

das possibilidades de ação que abrigam relativamente a um ator. Não obstante, as *affordances* das redondezas imediatas não são ofertas brutas – i.e., propriedades do ambiente tomadas em isolamento do reino de seres vivos que dela faz morada. Aquilo que certa porção ambiental oferece é constitutivamente determinado pela disposição anatômica, dimensões corporais e, mais importante, conjunto de capacidades sensório-motoras de certo observador, que pode tirar vantagem ou ser prejudicado pela primeira. Por essa razão, *affordances* e habilidades limitam-se mutuamente: “O ponto chave, aqui, é que *affordances* e habilidades não são apenas definidas umas em termos das outras [...], mas interagem causalmente em tempo real e são causalmente dependentes uma das outras” (CHEMERO, 2009. pp.150-151, tradução nossa).

Como *affordances* são melhor vistas enquanto propriedades relacionais emergentes de um sistema orgânico-ambiental que instancia uma *Lebensform* particular (RIETVELD & KIVERSTEIN, 2014. p.335; KIVERSTEIN & RITEVELD, 2015), segue-se disso que a mesma parcela dos arredores oferece distintas possibilidades de ação para diferentes tipos de organismos (CARVALHO, 2020. p.1). Afinal, “[uma] superfície aquática com tensão adequada pode oferecer locomoção a um inseto, mas não para um humano” (RICHARDSON ET AL., 2008. p.179, tradução nossa). Cabe notar, também, que, devido às diferenças entre processos ontogênicos e aos diferentes históricos de interação e exploração do ambiente, as *affordances* fornecidas pelo meio podem variar, também, com relação a indivíduos da mesma espécie (GIBSON, 2015. p.130). Uma piscina olímpica oferece a um nadador profissional a possibilidade de nado borboleta, mas não a alguém ainda não iniciado em tal modalidade. Em todo caso, a totalidade de atos potenciais entrelaçados, disponibilizada a um sistema vivo por conta de suas competências distintivas, configura o seu nicho ecológico (CHEMERO, 2003. p.128): “um nicho ecológico é uma rede de *affordances* interrelacionadas, disponível em uma forma de vida particular, sobre a base das habilidades manifestas em suas práticas – seus modos estáveis de fazer as coisas” (RIETVELD & KIVERSTEIN, 2014. p.330, tradução nossa).

Uma vez que, como já dito, *affordances* dependem ontologicamente de habilidades corporais e estas não são inatas, mas adquiridas, a consequência é que *affordances* são normativas. Como dito por Chemero, “há algo inerentemente normativo nas habilidades. Supõe-se que indivíduos com habilidades se comportem

de maneiras particulares, e eles podem deixar de fazê-lo” (2003. p.189, tradução nossa). Por conseguinte, tanto a percepção como a atualização de atos possíveis envolvem o exercício de competências que, por seu turno, pode fracassar:

O exercício de uma habilidade pode ser melhor ou pior, adequado ou inadequado, correto ou incorreto no contexto de uma situação particular; por isso, há uma dimensão normativa nas habilidades de seleção de *affordances* [...] de modo mais geral, um tipo muito básico de normatividade pertence ao engajamento com *affordances* em situações particulares (RIETVELD & KIVERSTEIN, 2014. p.326, tradução nossa).

A percepção é sempre um evento normativo. Percebemos as possibilidades de ação oferecidas pelo nosso entorno segundo a adequação de tais possíveis interações bioecológicas – algo que propicia ser manuseado é percebido conforme tal possível manuseamento; e incita, imediatamente, caso essa oportunidade de interação seja relevante aos interesses do organismo, uma prontidão corpórea para a atualização da *affordance*. Se percebemos o meio enquanto as possibilidades de ação que comporta, percebemos aquilo que é necessário acontecer para que certo ato seja adequadamente efetivado. Percebemos aquilo que é forçoso realizar-se no mundo para que determinado fim seja cumprido. Desse modo, o processo de aquisição de aptidões envolve o que Gibson chamara da “*educação de atenção*” (GIBSON, 2015. p.254). Discriminar *affordances* implica a capacidade de voltar o foco de atenção àqueles lugares onde podemos encontrar os possíveis atos relevantes em dadas circunstâncias. Assim, a educação da atenção é, ao mesmo tempo, a educação do afeto. No caso de seres humanos, somos instruídos a nos importar com certas coisas, relevantes às atividades comunais em que somos iniciados, em detrimento de outras:

O processo de educação da atenção envolve, crucialmente, outros praticantes que seletivamente introduzem o novato aos aspectos corretos do ambiente e suas *affordances* [...] no processo de educação de atenção, o novato é levado a um aspecto selecionado do mundo que é significativo a dada prática e lhe são exibidos marcos que orientam suas atividades. Desse modo, o novato aprende quais possibilidades de ação um aspecto do ambiente fornece [...] Nesse tipo de situação, o infante aprende a se importar com a coisa certa, isto é, adquire as preocupações de sua comunidade (RIETVELD & KIVERSTEIN, 2014. pp.331-332, tradução nossa).

Considerando que a posse de capacidades corporais implica, ainda que primitiva e rudimentarmente em muitos casos, uma perspectiva temporal – pois toda ação envolve um “de onde viemos” e um “para onde vamos” –, ser um ator habilidoso é, ao mesmo tempo, ser um antecipador hábil. Dado que movimentos intencionais são simultaneamente retrospectivos e prospectivos (pois perceber uma *affordance* é perceber algo que pode ser feito no mundo segundo aquilo que trago comigo), a

conquista de repertório habilidoso municia os organismos das ferramentas necessárias para a antecipação do revérbero sensitivo, afetivo e ambiental de tais movimentos – pois perceber uma possibilidade de ação é, ao mesmo tempo, perceber algo que, em certo sentido, não está imediatamente presente no ambiente do organismo: a própria atualização concreta da *affordance*. Por essa razão, a antecipação sensório-motora-afetiva deve ser vista como um episódio mental que, além de condição necessária para os exercícios de agência, de maneira alguma implica na adoção de uma posição “livre e distanciada” relativamente ao mundo. Tal capacidade de antecipar a repercussão bioecológica da realização de atos corporificados advém da aquisição de um entendimento prático quanto às relações causais oriundas da pragmática perceptivo-acional. Além disso, a prospectividade da lida habilidosa permite coordenar nossa atividade de acordo com a ciência dos efeitos engendrados por ações que, como dissemos, não se exibem imediatamente nos arredores do agente.

A perspectiva temporal da qual gozam os sistemas cognitivos é, portanto, fundamental para fazermos sentido da noção de “agência”. É por meio daquela que os organismos antecipam as consequências de seus movimentos sobre o fluxo sensório-motor (NOË, 2004) e a repercussão de suas respostas habilidosas na paisagem de *affordances*. A temporalidade da lida corpórea nos permite, igualmente, compreender com maior acurácia o lugar que ocupa o ego nos engajamentos bioecológicos absortos. A faculdade antecipatória é adquirida, juntamente com o repertório de habilidades que ela parcialmente constitui, via histórico de interações com o ambiente. Segue-se disso que as maneiras pelas quais os atores engajam com o seu meio são, em larga medida, ditadas pela história ontogênica: indivíduos trazem, para o momento presente, o seu histórico de interações ecológicas em suas modalidades comportamentais particulares. Portanto, ser um agente necessariamente envolve, ainda que rudimentar e opacamente, uma apreciação pela sua própria rota experiencial no mundo – um discernimento, ainda que evanescente e fugidio, de um “de onde vim”. O “eu”, assim, é um produto emergente da pragmática perceptivo-acional, e não apenas o exercício, supostamente desanexado do ambiente, da autoconsciência linguística.

Conclui-se que o ego não tem o seu aparecimento fenomenal restrito aos contextos em que nos tomamos enquanto sujeitos de nossas experiências – quando

anexamos um “Eu penso” a um pensamento ou um “Eu faço” a um ato. O “eu” está arraigado na discriminação, mediante o entendimento prático implicado pela posse de repertório habilidoso, de nós mesmos – ou, melhor: de nossas ações – enquanto causas eficientes de uma ampla classe de alterações ambientais controláveis; ou seja, na própria coleta de informação ecológica. Pois uma *affordance* aponta simultaneamente para o ambiente e para o ator. Discriminar as repercussões ecológicas promovidas pelo nosso próprio ser-no-mundo, em oposição às alterações engendradas por fatores alheios à nossa atividade, é fundamental para o funcionamento adaptativo que caracteriza a agência.

Assim, a lida habilidosa envolve um tipo de autoconsciência – embora não necessariamente aquela que tome a coisa pensante enquanto o sujeito de seus próprios pensamentos e experiências. Existe, em meio ao exercício de capacidades inteligentes, excelente ou não, uma autoafecção necessariamente presente em nossas ações hábeis à medida que a percepção envolve um entendimento tácito daquilo que os agentes causam no mundo e daquilo que o mundo causa neles. Adicionalmente, os processos perceptuais são engendrados por um ator que se encontra sempre em um ponto de observação donde interage com o ambiente. Segue-se disso que estamos, a todo instante, sentindo como é estar no mundo e interagir com seus diversos recantos. Sentir como é estar no mundo é perceber como ele nos afeta e como podemos alterá-lo controladamente a partir de nossos atos e perspectiva particular. Logo, um ego deve marcar presença na totalidade de nossos engajamentos absorvidos – ainda que esse “eu” não precise se manifestar, como não se manifesta no mais das vezes, de maneira consciente ou demasiadamente intelectualizada.

4.5. A coleta de informação

Falamos um bocado sobre aquilo que percebemos. Resta, agora, versar sobre como percebemos *affordances*.

A percepção de *affordances* é produto da coleta de informação ecológica. Tal noção diz respeito a padrões estruturados oriundos da matriz energética ambiente (luminosa, sonora, mecânica, térmica etc.) que especificam realidades ecológicas – superfícies, substâncias, objetos, lugares, eventos e outros agentes – de acordo com uma relação nômica que se estabelece causalmente entre porções do ambiente e as estruturas de energia correspondentes (por exemplo, conforme as leis da óptica)

(CARVALHO & ROLLA, 2020. pp.3-4). Assim, tais padrões estruturados de energia ambiental precisam as *affordances* dos derredores imediatos para um animal porque co-variam legitimamente com as porções do meio que lhe fornecem tais-e-tais oportunidades de ação – A é informativo sobre B porque A co-varia nomicamente com B segundo um nexos de correspondência causal. No caso do sistema visual, p.e., o fato de que a luz solar é refletida diferencialmente pelas superfícies de objetos em concordância com as suas distintas texturas, formatos, composições e disposições espaciais constitui uma matriz óptica ambiente que especifica as oportunidades de ação dos derredores para um organismo sensível a radiações luminosas em virtude de elos invariantes entre tais padrões energéticos e os objetos respectivamente irradiados (LOBO ET AL., 2018. p.6):

A luz que se origina da fonte de energia, como o sol, é seletivamente absorvida e refletida pelas superfícies de objetos (que são as interfaces entre as substâncias das quais os objetos são feitos e o meio – nesse caso, o ar). Conforme a luz reverbera nas superfícies, ela preenche o meio com luz ambiente. Dado que as superfícies de objetos diferem em sua orientação relativa à fonte luminosa assim como em formato, textura, pigmentação e movimento, a luz ambiente assume uma estrutura (heterogênea) correspondente (GLOTZBACH & HEFT, 1982. p.111, tradução nossa).

O resultado é que um conjunto de informações ópticas A acaba por exibir ao agente o modo como as suas redondezas estão dispostas – i.e., B – relativamente ao seu ponto de observação (Ibid.). Nas palavras de Richardson et al.: “*restrições ecológicas tornam padrões encontrados na matriz energética ambiente não-ambíguos com respeito a certas propriedades do mundo*” (2008. p.177, tradução nossa). Visto que a percepção decorre via atos sensório-motores sucessivamente efetivados ao longo do tempo e do espaço, Eleanor Gibson entende que as informações de *affordances* são disponibilizadas por aquelas unidades espaço-temporais chamadas de “eventos” – tanto externos quanto internos ao observador:

[...] a informação para o que é percebido, que inclui relações invariantes em eventos ao longo do tempo [...] é encontrada em eventos que incluem as propriedades ambientais relevantes, a atividade do organismo e as consequências que se sucedem, bem como a relação entre eles (GIBSON, 2000. p.54, tradução nossa).

Se considerarmos o caso de um organismo dotado de um aparato sensório adequado para a captação de ondas luminosas, o fato de que determinada realidade ecológica (p.e., uma superfície ou objeto) tenha as suas dimensões espaciais expandidas no campo visual do animal à medida que este se locomove é informativo de que o agente se aproxima do item considerado. Alternativamente, se a relação for

inversamente proporcional – i.e., se a entidade passa a ocupar menos espaço na zona de visão conforme o organismo se desloca –, isso significa que o agente dela está a se afastar. Por outro lado, na hipótese de que o observador se mantenha inerte em dado ponto fixo de observação e um respectivo item se alargue visualmente, o estado de coisas informa ao agente que o objeto está em processo de aproximação relativamente à sua perspectiva (CARVALHO & ROLLA, 2020. p.5.). Em contrapartida, caso o objeto tenha as suas dimensões minguadas, ao longo do tempo, na paisagem visual de um agente fixado em certo sítio observacional, o fenómeno discrimina que tal característica ambiental se afastou. É nesse sentido que a informação está presente em eventos internos e externos ao observador. Informações, tais quais *affordances*, são relacionais: elas dizem respeito tanto ao ambiente quanto ao organismo (GIBSON, 2015. p.132).

Destarte, segundo a abordagem ecológica da percepção, as redondezas de um agente são ricas em padrões estruturados de energia ambiente, distribuídos ao longo de diferentes eventos e nas relações que estes mantêm entre si, capazes de veicular informações sobre as possibilidades de ação que aquelas comportam (CARVALHO, 2020. p.1). Uma vez que tais complexos informacionais estejam dispersos em unidades espaço-temporais interconectadas (que envolvem simultaneamente o meio e seu observador), não basta aos organismos estarem apenas munidos dos equipamentos sensoriais apropriados para captar as estruturas energéticas: eles precisam explorar ativamente os seus entornos a fim de detectar as informações que especificam as *affordances* dos derredores imediatos (Ibid.). Assim sendo, um caso bem sucedido de percepção equivale à coleta de informação ecológica responsável por precisar as possibilidades ou oportunidades de interação disponíveis nas porções ambientais com as quais o agente correspondente é capaz de engajar. Alguns autores acreditam que a maior parte da agenda experimental da psicologia ecológica se atém à busca pelas fontes informacionais responsáveis por denunciar as *affordances* do ambiente para diferentes espécies de organismos (RICHARDSON ET AL., 2008. p.177).

4.6. Cognição social

Visto que a psicologia ecológica repudia uma variedade de dicotomias tradicionais, supor-se-ia que ela procurasse, também, romper com o clássico dualismo entre o “natural” e o “cultural”. Abre-se, portanto, a questão de como a abordagem

gibsoniana seria capaz de consistentemente rejeitá-lo e de qual o lugar que reservaria para o “social” no interior de seu programa.

Considerando a centralidade do aspecto social para a vida mental de uma diversidade de espécies naturais – em especial, a humana –, é de se esperar que a psicologia ecológica lhe reserve algum lugar privilegiado no interior de seu programa de pesquisa. Afinal, as realidades socioculturais parecem ser percebidas com tanta força e vivacidade quanto as demais características ambientais que compõem o nicho dos seres humanos:

O eonicho humano [...] é ele mesmo um domínio completamente material-social em que a marca de uma história de padrões socioculturais é diretamente perceptível nos artefatos da vida cotidiana e em padrões de ação. Modos costumeiros de comportamento, de engajamento com outros e as maneiras socialmente “apropriadas” de utilizar artefatos, por exemplo, são prontamente perceptíveis em atividades diárias no interior de comunidades onde aqui vivemos (HEFT, 2020. p.818, tradução nossa).

Se a abordagem ecológica admite o estudo de características psíquicas distintivamente sociais, um palpite algo óbvio de como integrá-las seria por meio de sua inclusão na ontologia ambiental desenvolvida pelos seus proponentes. Assim, práticas e interações culturais configurariam uma subclasse de *affordances* (RIETVELD ET AL, 2013. p.436), perceptíveis diretamente nos arredores de um indivíduo como qualquer outra possibilidade de ação. Contudo, é nebuloso se tal ferramenta conceitual poderia ser legitimamente empregada para a explicação de fenômenos psíquicos oriundos do domínio social. Donald Arthur Norman, simpatizante da psicologia gibsoniana, por exemplo, diz-nos o seguinte:

Corriqueiramente ouço *designers* gráficos falarem que adicionaram uma *affordance* ao *design* da tela quando não fizeram nada do tipo. Usualmente querem dizer que alguma representação gráfica sugere ao usuário que uma certa ação é possível. Isso não é uma *affordance*, nem real nem percebida. Honestamente, não é. É uma comunicação simbólica que funciona apenas se segue uma convenção entendida pelo usuário (NORMAN, 1999. p.40, tradução nossa).

De acordo com Norman, comunicações simbólicas não envolveriam o uso ou a apreensão perceptiva de *affordances*. Cabe notar que, como veremos adiante em mais detalhes, mesmo Gibson, pai fundador da disciplina, também resiste a essa expansão (GIBSON, 1983. pp.90-91; cf. HEFT, 2017). Se for esse o caso, a percepção e a atividade linguísticas deveriam ficar de fora do escopo de investigação da psicologia ecológica. Dado que boa parte das trocas socioculturais aparecem em um “invólucro de linguagem”, suspeitar-se-ia que a maior parte do domínio social, ao fim

das contas, não diria respeito à alçada da abordagem gibsoniana. Nessa esteira, Edward Baggs (2021) entende que a utilização da noção de “*affordance*” para a consideração de todo episódio da vida mental de seres humanos trivializa o conceito. *Affordances* deveriam explicar como um agente pode se relacionar significativamente com o seu entorno, não o todo da experiência (Ibid. p.264).

As inquietações de Norman serão rebatidas mais adiante. Quanto a Baggs, há de se dizer o seguinte. Expandir o alcance do conceito de “*affordance*” para outras áreas da vida mental dos indivíduos – incluindo a comunicação simbólica – nos permite entender o todo dos processos cognitivos de maneira holística e unificada, dispensando noções e explicações diferentes para aquilo que, de outro modo, se compreenderia como fenômenos muito distintos (VAN DEN HERIK & RIETVELD, 2021). Evidentemente, pode ser que o futuro revele que é justamente disso que precisamos. Todavia, acredito que os ganhos epistemológicos que podem resultar da aplicação pervasiva da noção de “*affordance*” justificam a tentativa.

Seja como for, iremos nos concentrar, por ora, em como a noção de “lugar” abre alas para a psicologia ecológica começar a incluir o domínio sociocultural no interior de seu escopo de investigação.

4.6.1. Lugares e cenários comportamentais

James Gibson, além de fornecer inúmeros exemplos de engajamentos ambientais que envolvem as dimensões culturais, tece algumas observações sobre os rudimentos da cognição social que podemos encontrar nas *affordances* correspondentes a lugares:

Um tipo importante de lugar [...] é um lugar que oferece oclusão, um lugar para se esconder. Note que isso envolve percepção social e levanta questões de epistemologia [...] um bom lugar para esconder o corpo não é necessariamente um bom lugar para esconder um tesouro [...] Animais, assim como crianças, se escondem e, também, escondem objetos como alimentos. Um observador pode perceber não apenas outros observadores revelados ou escondidos dele, mas também se está escondido ou à vista de outros observadores [...] Esconder-se é posicionar o próprio corpo num lugar que está resguardado dos pontos de observação de outros observadores. Um “bom” esconderijo é aquele que está velado de todos os pontos de observação (GIBSON, 2015. p.128, tradução nossa).

O ato de encontrar um bom esconderijo está assentado, em grande medida, sobre a posse de uma apreciação tácita e prática com respeito aos comportamentos exploratório e rastreador característicos tanto de animais coespecíficos quanto de

heteroespecíficos – além, é claro, do processo de coleta informacional correspondente às dimensões corporais e capacidades sensório-motoras daquele de quem se oculta. Uma criança engajada em desaparecer da vista de outros agentes quando em uma brincadeira de pique-esconde, ou até mesmo um sujeito adulto em fuga de um potencial linchamento, escolhem tais-e-tais locais que proporcionam refúgio enquanto seus escondedouros baseados na noção, adquirida mediante a coleta de informações distribuídas no ambiente e via o histórico de interações com os membros de sua comunidade, de que tais-e-tais lugares ou normalmente não são examinados em tais-e-tais situações, ou apresentam difícil acesso àqueles em seu encaixo. Isso vale, também, para animais de outras espécies afins de evitar o alcance de um potencial predador (CARVALHO, 2020. p.2). Somado a esse fato, agentes que escondem objetos de terceiros, coespecíficos ou não, demonstram possuir outra forma de compreensão acerca dos modos regulares com os quais vivem os demais organismos – dado que um comportamento catador é muito distinto de um engajamento predatório ou caçador. É seguro afirmar, portanto, que boa parte do reino animal exhibe traços de cognição social, ainda que de formas rudimentares – nomeadamente, percepção e antecipação das atividades comportamentais de outros observadores enquanto tais.

Cabe dizer que a cognição social envolvida no esconder(-se) não se escora apenas sobre a detecção informacional correspondente à escala corporal, repertório habilidoso e anatomia dos buscadores, ou somente na antecipação de quais locais normalmente são verificados e investigados por estes. Além disso, ela se fundamenta nas percepções de que o presente lugar onde o agente se encontra abrigado oculta o seu corpo relativamente ao ponto fixo de observação de terceiros, e, também, de quais outros lugares o ocultariam com sucesso das perspectivas observacionais de potenciais algozes. Como já dito, a percepção envolve a apreensão simultânea do ambiente e de si mesmo: uma *affordance*, assim como a informação que a especifica, sempre aponta para dois lados. Todavia, esconder-se é uma atividade intrinsecamente relacional de maneira mais ampla do que o são aquelas *affordances* sujeito-objeto no seguinte sentido: enquanto as últimas envolvem apenas um organismo e uma parcela ambiental com a qual se engaja (p.e., um animal terrestre e uma superfície de apoio que o suporta), as primeiras envolvem um agente, uma realidade ecológica inanimada e ao menos um observador adicional. Quem se esconde, se esconde de algo outro; quem esconde, esconde algo de alguém.

O ato de refugiar-se em certo escondedouro é, sabidamente, um evento ancestral da zoologia. A saga de presas e predadores se estende até pontos imemoriais da história natural do planeta onde vivemos. Nada mais plausível, portanto, do que sustentar que boa parte da agência encontrada no reino animal envolve formas de inteligência social identificadas à percepção e antecipação das atividades comportamentais de outros seres vivos, coespecíficos ou heteroespecíficos, responsáveis por determinar adaptativamente um amálgama infundável de ações de vários tipos de organismos em sua luta pela sobrevivência. Por essas razões, creio que tomar o domínio social como uma realidade ecológica por direito próprio, tão concreta e material quanto aquelas desveladas por percepções mais “simples”, deveria ser considerado uma manobra mais pacífica do que normalmente se supõe. Animais, em geral, são inerentemente sociais ou protossociais à medida que apresentam certa compreensão, vital para a manutenção de sua existência, da lida no mundo manifesta pelos membros de outras espécies ou de sua própria – ainda que tal compreensão possa ser tosca e incipiente. É provável que a cooperação, constatada em vários tipos de seres vivos, tornou-se possível a partir do desenvolvimento de tais aspectos protossociais, advindos das relações entre presas e predadores – cujas raízes mais remotas datam, pelo menos, do período cambriano –, que passaram a se tornar cada vez mais complexos ao longo da história natural de Gaia. Presumivelmente, são em tais fatos organísmico-ambientais “primitivos” que encontramos o berço evolutivo das cognições socioculturais complexas relacionadas à cultura e linguagem humanas.

Como já dissemos, animais alteram ativamente o seu ambiente natural de modo a melhor viver neles. Quando tal processo de construção de nicho atinge níveis qualitativos de extrema complexidade e passam a envolver manufatura, agricultura, religião, arte, assentamentos permanentes, divisão social do trabalho, comunicação simbólica, armazenamento de informações indiretas em depósitos de conhecimento e sistemas de ensino e transmissão de habilidades, podemos dizer, sem titubear, que estamos diante de uma cultura – que abrange tanto maneiras peculiares de nos relacionarmos com os outros, com nós mesmos e com o meio; como habitats forjados, em larga escala, por esses mesmos modos particulares de com eles interagirmos. Conectado com o aspecto ubíquo de alterações das redondezas perpetradas pela humanidade reside um traço muito importante dos locais que integram o seu econicho.

As localidades onde os seres humanos vivem não são simplesmente coleções de características ambientais “mortas”, cuja função é lhes dar morada ou guardar os seus diferentes artefatos, e sim realidades ecológicas animadas – visto que incluem outros indivíduos.

As mulheres e homens à nossa volta constituem as *affordances* mais ricas e complexas do nicho que nos circunda (GIBSON, 2015. p.127). Isso significa que outra pessoa abriga em si um conjunto de *affordances* singularíssimas em pelo menos dois sentidos interligados. Em primeiro lugar, ela é um item que integra a paisagem de entidades que constituem a composição de nossas redondezas – juntamente com pedregulhos, plantas, sapatos etc. – e pode ser correspondentemente tratada (de modo muito inapropriado, é verdade) tal qual um objeto ordinário. Em segundo lugar, e mais fundamentalmente, um indivíduo é uma realidade ecológica que oferece uma riquíssima variedade de oportunidades de interação (para o bem e para o mal) de tipo especial, distintivamente humano. Apenas seres humanos oferecem engajamentos como uma conversa agradável ou monótona, um jantar a dois, uma disputa de par ou ímpar, uma partida de sinuca e assim por diante. Pessoas, por meio de suas interações continuadas, podem rir, chorar, murmurar, esbravejar, conflitar, cooperar ou criar conjuntamente. O contato interpessoal abre um reino de interações aparentemente sem precedentes na história natural, e atividades interativas distintas normalmente ocorrem em diferentes lugares.

Por conseguinte, lugares distintivamente humanos não remetem apenas a sítios dotados de coordenadas espaciais específicas. Mais do que isso, eles abrangem a presença frequente de grupos de indivíduos. Logo, lugares configuram aquilo que o psicólogo ambiental e cientista social Roger Garlock Barker denominara “*cenários comportamentais*” (BARKER, 1968; BARKER & GUMP, 1964; BARKER & SCHOGGEN, 1973; cf. HEFT, 2008. pp.252-261). Ecoando a distinção gibsoniana entre espaço físico e ambiente, cenários comportamentais configuram localidades consideradas segundo o seu aspecto ecológico intersubjetivo – quer dizer, segundo as oportunidades de ação habilitadas pela confluência entre a atividade interativa de outros agentes e superfícies, substâncias e objetos presentes em certo espaço durante determinado intervalo temporal (HEFT, 2020. pp.819-820). Consequentemente, um cenário comportamental é uma ocorrência de um sistema interpessoal que se funda mediante os padrões dinâmicos de interação, coordenados

pelos seus diferentes partícipes e suportado, concomitantemente, por aspectos inanimados do ambiente imediato. Uma vez que a vida de seres humanos está distribuída ao longo de diferentes localizações em diferentes momentos, certo cenário comportamental goza de limites geográficos e temporais mais ou menos bem definidos e comumente traçados via consenso coletivo (HEFT, 2007. p.98). Os seus distintos participantes possuem papéis específicos, frequentemente afirmados pelas ações tácitas dos inter-atores, que detêm um caráter relacional com as funções desempenhadas pelos demais integrantes (Ibid. pp.98-100). Assim, um gramado com determinadas dimensões e nivelamento de solo, uma bola e determinado número de agentes proporcionam, conjuntamente, uma partida de futebol. Remova os integrantes ou a bola do contexto e o cenário comportamental se esvairá.

É com respeito aos cenários comportamentais que as ações são ditas “situadas”. O conjunto de atos socialmente admissíveis é prescrito pelos padrões dinâmicos coordenados de interações intersubjetivas, engendrados pelos diferentes membros da sociedade, que surgem a partir da comunhão de um grupo de dois ou mais indivíduos em determinada localidade a certo tempo (HEFT, 2020. p.820). Em outras palavras, aquilo que pode ser apropriado em meio a uma reunião entre amigos pode ser inteiramente antiquado em um velório – e, por essa razão, os atores limitam o escopo de suas próprias ações conforme alternam os horários e lugares onde marcam presença. A adequação normativa de nossas ações varia de acordo com onde, quando e com quem estamos. Correspondentemente, tal normatividade é essencialmente social porque é inteligível apenas quando posicionada sobre um cenário cuja composição primordial é lapidada por constelações de significados socialmente constituídos, identificados à corrente de práticas de um tipo especial, empreendidas pelos membros de uma comunidade caracterizada em termos socioculturais (JAEGGI, 2015. p.17).

Creio que, como apontado por Heft, tal conjunto de considerações a respeito de esconderijos, trocas entre presas e predadores e cenários comportamentais seja razão suficiente para a psicologia ecológica incluir as realidades ecossociais em sua ontologia ambiental. Os sistemas organismo-ambiente não acomodam apenas fatos “naturais” que envolvem exclusivamente parcelas inanimadas de ambiente alusivas ao observador, mas também características distintivamente socioculturais dos

econichos que incluem outros agentes relativos a um organismo e que, conseqüentemente, lhe oferecem possibilidades de ação ímpares.

5. *LEBENSFORM*, NORMATIVIDADE SITUADA E IMPROVISO

5.1. Forma(s) de vida

Visto que *affordances* são definidas por Rietveld e Kiverstein enquanto relações entre aspectos do meio e potências disponíveis a uma forma de vida (KIVERSTEIN & RIETVELD, 2015), a noção wittgensteiniana de “*Lebensform*”¹¹ é central para a explicação tanto da natureza de *affordances* como da lida habilidosa – pois perceber e engajar-se com *affordances* é exercer habilidades. De acordo com os autores, *uma forma de vida particular é constituída pelos seus padrões mais ou menos regulares de comportamento, historicamente estabilizados e compartilhados pela atividade de uma classe de organismos* (RIETVELD & KIVERSTEIN, 2014. p.328). As sequências de movimentos corpóreos, relativamente invariantes, quando desempenhadas em certos contextos similares; os engajamentos habilidosos, detentores de alguma reincidência, com tais-e-tais aspectos do ambiente em determinadas coordenadas espaço-temporais semelhantes entre si; em suma, o modo de ser completo de dado organismo – tudo isso exhibe os contornos gerais daquela forma de vida que o animal considerado exemplifica. Aquilo que é importante e significativo à criatura, o mundo que a ela se abre, o que se apresenta enquanto objeto de seus desejos, interesses e motivações na qualidade de membro de uma espécie natural será manifesto, portanto, pelas suas regularidades comportamentais concretas e publicamente observáveis (KIVERSTEIN & RIETVELD, 2015).

A meu ver, o conceito wittgensteiniano de “forma(s) de vida”, quando aplicado para a explicação do modo de ser do *sapiens*, acomoda muito satisfatoriamente duas dimensões existenciais distintas, mas interligadas: (a) as maneiras de ser e viver que comungamos em virtude de nossa constituição orgânica – i.e., os processos metabólicos característicos de nossa espécie enquanto tal, originados pelas trocas energéticas com o ambiente e engendradas de acordo com determinadas práticas – e (b) os diferentes sistemas de atividades sociolinguísticas normativamente estruturadas com os quais concordam os vários membros de uma mesma comunidade. Tais dimensões são analisáveis pela noção de “forma de vida” em três

¹¹ O conceito de “*Lebensform*” é objeto de notória controvérsia entre os comentadores de Wittgenstein. Há, ao menos, três maneiras de compreendê-lo: a partir de uma interpretação biológica (KRKAČ, 2019), cultural (CAVELL, 1988) ou lógica (MARTIN, 2018). Rietveld e Kiverstein, entretanto, pouco se importam com tal polêmica exegética, utilizando os escritos do vienense de maneira livre.

níveis distintos: (i) biológico, (ii) cultural e (iii) individual (RIETVELD & KIVERSTEIN, 2014. p.330).

5.1.1. *Nível biológico*

A primeira camada de análise oferecida pelo conceito de “*Lebensform*” enfatiza, no caso da humanidade, que o modo distintivamente “orgânico” como interagimos com nosso ambiente é sociolinguisticamente informado. Lidamos com o mundo, para usar o jargão aristotélico, na qualidade de “animais políticos” (quer dizer, enquanto seres socioculturais que se organizam comunitariamente via linguagem). Se tenho fome, vou à despensa procurar algum alimento. Se não encontro nada, dirijo-me à feira mais próxima. Se, porventura, me deparo com aquilo que não gostaria de comer no momento e esse evento impede a ação de nutrir-me, isso se dá por conta de minha imersão em uma cultura gastronômica: em certo sentido, dou prioridade à apreciação e ao prazer que o alimento me traz em detrimento da satisfação de minha apetência. Nota-se, portanto, que até mesmo o saciar de necessidades puramente fisiológicas está inserido em uma rede de práticas comunitárias socialmente informadas. Quando planejo um jantar para familiares ou amigos, por exemplo, evito me alimentar ao longo do dia para que o apetite se potencialize e coincida com o horário programado para a refeição de tal modo a saciar-me de maneira mais agradável – a satisfação das carências mais brutas de minha natureza dá lugar ao deleite sensorial, obtido e maximizado pelas técnicas culinárias e a presença de pessoas queridas. Semelhantemente, se o sono aparece durante uma reunião importante ou algo que o valha, aguardo que o evento acabe para, só então, atender minhas carências metabólicas. Mesmo a nossa relação com a “natureza não-humana”, “virgem”, é caracteristicamente cultural, uma vez que se distingue em vários períodos históricos e varia de grupo para grupo em um mesmo tempo, e em diferentes subculturas e comunidades. Há não muito tempo, a caça de animais exóticos e o desmatamento de florestas nativas eram vistos de maneiras muito distintas do modo como os concebemos hoje em dia.

Assim sendo, a noção wittgensteiniana de “*Lebensform*” recusa de largada o dualismo entre natureza e sociedade. O mundo distintivamente humano compreende uma totalidade sociomaterial à medida que as práticas culturais de tal forma de vida tipificam a nossa relação bioecológica particular com o ambiente e, portanto, nossa abertura a ele. Dentro do contexto da abordagem gibsoniana, tal repúdio é deveras

oportuno. Como já falamos *en passant*, um exame da história evolucionária das espécies naturais é imprescindível para a psicologia ecológica. Isso porque cabe a tal história nos dizer o que de fato aconteceu durante o percurso existencial de um tipo de organismo para que viesse a desenvolver os sistemas perceptivos que apresentam atualmente, habitar determinados ambientes e adquirir o compêndio singular de habilidades do qual dispõe para intervir ativamente naquele mundo que o rodeia. Nas palavras de Eleanor Gibson: “[o] funcionamento (*tanto cognitivo quanto ativo*) do todo do animal no ambiente onde evoluíra que é de interesse para nós” (1994. p.71, tradução nossa).

Porque o funcionamento adaptativo específico de um organismo está estreitamente interligado aos habitats donde evoluíra, estudar os processos perceptivos de uma criatura é, também, investigar a rota experiencial traçada pela sua espécie neste planeta em que vivemos. E isso não é diferente no caso da humanidade. No presente estado da arte, há abundante evidência arqueológica e paleontológica de que processos socioculturais já aconteciam na linhagem hominídea que precedera o aparecimento evolutivo do *sapiens*. Ao que tudo indica, o *ecônico* do *Homo erectus* apresentava características distintivamente sociais, como assentamentos grupais mais ou menos permanentes, ferramentas manufaturadas, migração extensiva, escambo, arte e por aí vai (HEFT, 2007. p.87). Se assim for, o aparecimento da cultura é um episódio que antecede a própria existência humana enquanto espécie, a nós legada pelos nossos antepassados.

5.1.2. *Nível cultural*

Dadas as particularidades dos seres humanos, a nossa maneira específica de viver pode significar não apenas o tipo de existência geral que a humanidade leva – i.e., sua dimensão “exclusivamente” biológica, por assim dizer, em oposição àquela que levam, por exemplo, as abelhas ou as serpentes –, mas também a constelação particular de práticas sociolinguísticas características de diferentes culturas. Por essa razão, quando falamos do *sapiens*, de sua dimensão fundamentalmente cultural, falamos, também, em *formas de vida* – no plural. Desse modo, o segundo nível de análise oferecido pela noção de “*Lebensform*” salienta que o repertório habilidoso de um indivíduo é tipicamente o produto da cultura da qual ele florescera e se encontra inserido – de uma comunidade humana singular cujas práticas socioculturais que a

definem estão mais ou menos bem definidas e são mais ou menos distintas daquelas pertencentes a outras sociedades:

[...] há, também, uma grande variedade nas práticas de que humanos participam, de tal modo a haver, semelhantemente, variedade em nossas formas de vida. Compare, por exemplo, as práticas daqueles que participam do mundo acadêmico com aquelas de artesãos. Ambos possuem vários modos comuns de fazer as coisas, mas também há muitas diferenças significativas (RIETVELD & KIVERSTEIN, 2014. p.329, tradução nossa).

Seguindo essa linha, é nesse sentido que podemos dizer que a espécie humana pode compreender diferentes formas de vida num mesmo tempo histórico. O mundo em que viviam os povos pré-colombianos e o dos colonizadores europeus eram, com efeito, distintos: suas relações com a flora, com os diferentes membros de suas comunidades, com povos estrangeiros, com animais não-humanos e com o sagrado eram muito diferentes entre si. Os seus conjuntos de habilidades e práticas socioculturais, assim como as modalidades de mentalidade que envolviam, distinguiam-se enormemente. De semelhante modo, estou aberto a uma realidade onde o planeta que habito é mais ou menos esférico e significativamente afastado daquela estrela em torno da qual orbita. Por outro lado, o infame e assim chamado “terraplanista” se abriga num mundo cuja longínqua distância relativa ao meu pode ser inversamente proporcional à proximidade do espaço físico que nos separa:

Se alguém me falasse que duvida possuir um corpo, eu o tomaria por um imbecil. Mas não saberia dizer o que significaria tentar convencê-lo de que o possui. E se acaso dissesse algo que removesse sua dúvida, não saberia dizer como nem o porquê (WITTGENSTEIN, 1972. p.34e, tradução nossa)¹².

Tal mundo em que a Terra é plana, inóspito e inabitável para a maioria de nós, só se faz observável mediante o auxílio de um potentíssimo telescópio: diálogo e observação comportamental. É apenas via observações e trocas dialógicas que podemos nos inteirar parcialmente da atmosfera, geologia, biomas e faunas constitutivas de mundanidades tão alheias aos nossos modos de agir. Creio que algo nessas linhas tenha sido o propósito de Wittgenstein quando afirmou que, se um leão pudesse falar, não o entenderíamos (WITTGENSTEIN, 2009). Não é, absolutamente, uma questão de impenetrabilidade da mente internista do leão – mas de que seu mundo particular lhe é aberto pelas habilidades constitutivas de sua forma de vida

¹² Assim como Rietveld e Kiverstein (2014), neste trabalho me utilizarei de algumas passagens da obra de Wittgenstein de maneira inteiramente livre. Não me preocupo em tomar qualquer partido no terreno espinhoso da polêmica exegética, Ao invés disso, o meu uso da filosofia wittgensteiniana se origina mais de uma inspiração do que de uma tentativa de interpretação rigorosa.

distintiva. É a sua relação específica com o ambiente que nos é, em certa medida, impenetrável.

A(s) forma(s) de vida humana(s) são fatos inerentemente socioculturais. São, portanto, normativas. Toda ação humana está aberta ao campo do exame crítico, pelos demais integrantes daquela comunidade donde se origina, enquanto melhor ou pior, suficiente ou insuficiente, correta ou incorreta, adequada ou antiquada. E tal avaliação sobre o mérito (ou falta dele) de certo agir não estará assentada apenas em sua presumível concordância com as modalidades comportamentais costumeiras, historicamente engendradas pelos diferentes membros da cultura onde se insere; mas, também, pela satisfação (ou fracasso) das demandas sociomateriais exigidas pelas especificidades de contextos concretos. Isto é, pelo sucesso ou insucesso, apresentado pelo ator, em atualizar aquelas *affordances* relevantes à atividade comunal. Assim sendo, a normatividade de práticas culturais envolve uma possível empreitada ecológico-material cuja realização bem-sucedida constitui um elemento da expectativa que terceiros projetam sobre o comportamento do agente.

A normatividade contextual de nossas atividades, distribuídas ao longo de coordenadas espaço-temporais mui variadas, é, portanto, tributária de nossa forma de vida distintivamente humana. Ao cambiarem as situações concretas onde nos encontramos, e, com elas, as práticas sociomateriais específicas abrigadas por tais contextos particulares, transfiguram-se, de igual modo, as expectativas projetadas sobre a agência de determinado sujeito pelos demais integrantes de sua comunidade. É devido a compartilharmos um modo de agir com essas pessoas – por concordarmos tacitamente com o *telos* das práticas em que agora estamos engajados, por todos termos passado por um processo de iniciação numa cultura tal-e-tal – que logramos sucesso, no mais das vezes, no desempenho hábil de um costume comunal. E é por essa razão, também, que a nossa lida pode ser ajustada e corrigida pelos demais até as maneiras apropriadas de agir quando nos desviamos ou entramos em desacordo com a forma de vida da qual fazemos parte.

Por conseguinte, não deveríamos tratar a dimensão social apenas enquanto uma subclasse de oportunidade de ação, investigadas pela teoria das *affordances* e pesquisadas experimentalmente; e sim, acima de tudo, como uma condição de pano de fundo para a emergência de operações perceptivo-acionais tipicamente manifestas pela humanidade (HEFT, 2007. p.86). Em seres como nós, os sistemas perceptuais

são eles mesmos estruturados e mediados socialmente. Perceber uma *affordance* compreende um processo sociocultural de aprendizado da habilidade correspondente, seja por instrução deliberada ou observação, e mesmo as capacidades sensório-motoras mais “basilares” de um *sapiens*, como a procura por alimento ou abrigo, estão igualmente condicionadas à matriz de interações e práticas comunais responsáveis, ao mesmo tempo, pela iniciação de novos membros da sociedade e pela manutenção das práticas distintivamente sociais que dão vida à cultura. Segue-se disso que o aparato perceptivo de um agente distintivamente humano é simultaneamente “cultural” e “natural” – ou, melhor dito: ambos e nenhum, dado que qualquer separação entre os dois aspectos seria artificial, enganadora e indesejável.

Em vista do que foi dito, quando tratamos da humanidade, os sistemas perceptivos *per se* são melhor entendidos como constituídos, em larga escala, por aspectos socioculturais. Isso ocorre por três razões: (1) porque as possibilidades de ação as quais somos responsivos dizem respeito a um ambiente extensamente fabricado pela mão humana; (2) porque as habilidades para discriminá-las e com elas engajar são adquiridas de maneiras socializadas; e (3) porque são, elas mesmas, culturalmente formadas. Isso se segue do fato de que, se a aquisição daquelas capacidades sensório-motoras que caracterizam a percepção é um episódio culturalmente mediado, que se dá no interior de um meio ostensivamente criado pelo engenho humano e que é direcionado com a finalidade de nele agirmos apropriadamente, então tais habilidades possuem uma natureza inerentemente socio-normativa. E, se é o caso que a operatividade das potências corporificadas, cujo produto são os processos perceptuais, se caracteriza pelo seu aspecto sociocultural, conclui-se que os sistemas perceptivos são, por si e enquanto tais, fundamentalmente sociais – não em sentido reducionista, como gostaria de defender o socioconstrutivista mais radical; tampouco no sentido dualista, em que o “social” está de algum modo apartado da esfera “natural”; mas em uma acepção “continuista”, por assim dizer, em que a cultura é tomada como essencialmente contínua em relação à biologia. Por conseguinte, o domínio sociomaterial, de maneira decisiva, não está meramente confinado a uma subcategoria de possíveis objetos de conteúdos perceptivos, como mais cedo sugerido, mas é uma marca característica dos próprios mecanismos e processos perceptuais que engendram a coleta de informação ecológica. Nas palavras de Alan Costall:

Objetos foram moldados, e mesmo projetados deliberadamente, mediante as atividades intencionais de outros; eles possuem um “lugar” em relação a práticas culturais definidas e “representam” vários propósitos humanos; o seu funcionamento confiável e seguro depende de um sistema social de mútuas responsabilidades e obrigações [...] De uma perspectiva de ação [...] o fato da mediação sociocultural deve ser intrínseco à própria explicação do saber, pois a realidade que é conhecida já é uma realidade social (COSTALL, 1995. pp.476-477, tradução nossa).

Segue-se disso que, em seres como nós, a reciprocidade cabal entre criatura e habitat adquire contornos distintivamente sociomateriais. Não há dicotomia entre o “biológico” e o “social” – pelo contrário, ambos formam uma sinergia inexorável. A mutualidade entre natureza e cultura, portanto, não é mais nem menos do que o aspecto macroscópico da interdependência inflexível entre organismo e ambiente. O modo como lidamos e somos no mundo é, fundamentalmente, cultural; e a cultura, em contrapartida, essencialmente biológica. Talvez pudéssemos considerar uma cultura enquanto um sistema animal-animal-animal-animal-...-ambiente, composto por incontáveis estruturas coordenativas interpessoais regulares que dão vazão a uma forma de vida.

Seja como for, a natureza cultural dos seres humanos é um elemento cuja influência no estado fundamentalmente nublado das fronteiras entre animal e ambiente, considerados em escala ecológica, faz-se particularmente notável. Com efeito, as práticas sociomateriais de determinada comunidade, responsáveis por conceder o sopro de vida da esfera cultural, alteram decisivamente o meio que a humanidade habita. O nicho humano só se torna inteligível à luz de tais práticas essencialmente situadas que, por seu turno, são compreensíveis apenas quando consideradas nos lugares que a situam. Embebido tanto de *affordances* socioculturalmente forjadas quanto de *affordances* coletivamente engajáveis, o ambiente de nossa espécie, feito à sua imagem e semelhança, é dinâmica e continuamente produzido, constituído e animado por outras pessoas. O resultado é um processo perpétuo de (re)demarcação dos limites entre o animal e o seu meio. Assim, os aspectos socioculturais configuram uma condição de pano de fundo para os fenômenos cognitivos e acionais de seres como nós. Isso quer dizer que, quando tratamos de pessoas cujo desenvolvimento e formação foram distintivamente humanos, o aspecto social, a rigor, não se encontra neste ou naquele lugar do mundo – mas, por assim dizer, está nos “limites do mundo” (WITTGENSTEIN, 1974. p.70): pois toda experiência de mundo é, em si mesma, social.

Por conta dessas considerações, creio que a metáfora da “segunda natureza”, ostensivamente utilizada por McDowell, expressa, no pior dos casos, um certo cartesianismo velado à medida que indica uma separação entre natureza e cultura; e, no melhor deles, é enganadora e imprestável se sugere que o aspecto sociocultural constitutivo da humanidade é, de alguma maneira, “menos natural” do que sua configuração “puramente” biológica. Nesse contexto, considere o que diz o sul-africano: “o espaço de razões é o espaço lógico ‘de justificar e ser capaz de justificar o que se diz’ [...] Adquirir o comando sobre uma linguagem, que é passar a habitar o espaço lógico das razões, é adquirir uma segunda natureza” (MCDOWELL, 2009. p.247, tradução nossa).

Logo, o aprendizado da linguagem nos alçaria para além da “mera biologia”; o discurso nos eleva para uma posição superior que nos distingue de todos os outros animais e nos confere uma “segunda natureza”, distintivamente humana, que credencia os falantes a habitarem o espaço lógico das razões. Me pergunto se os castores, ao adquirirem a habilidade de bater a cauda na água para alertar os seus pares sobre o perigo à espreita, ou quando aprendem a erigir barragens, alcançam, também, uma segunda natureza. Todo animal possui alguma característica que os distingue de todos os demais – de tal modo à totalidade das espécies naturais, ou muitas delas, possuem algo que poderia ser semelhantemente classificado à moda do status privilegiado que McDowell confere ao *sapiens*. Assim sendo, creio que a separação entre natureza “primeira” e “segunda” é tão prescindível quanto nociva. Considero, portanto, que Dreyfus está correto ao afirmar que

falar em segunda natureza é enganador se isso sugere que uma primeira natureza básica de disposições instintivas, isoláveis e sem significado é dada, em primeiro lugar, para depois ser moldada numa segunda natureza socializada (DREYFUS, 2013. p.25, tradução nossa).

As nossas disposições “naturais” ou “primitivas” já são, *per se*, sociais desde o início – uma vez que tenham sido adquiridas de modo socialmente mediado e que surjam sobre um pano de fundo igualmente sociocultural. Por isso, os nossos gestos, posturas e reações irrefletidas integram, desde o berço, um reino de significados sociomaterialmente constituídos. Todos os nossos “instintos” mais primeiros já possuem, e sempre possuíram, uma significação cultural. Segue-se disso que a “essência” da lida habilidosa em seres como nós é intrinsecamente social, que as possíveis expressões do corpo vivo se encontram posicionadas, em todos os casos,

no interior de práticas comunais. De semelhante modo, as nossas habilidades discursivas e reflexivas não pressupõem um entendimento de plano-de-fundo puramente corporal mais do que é pressuposto por uma capacidade manual qualquer, como subir escadas. As potências intelectuais não estão destacadas de nossa absorção num mundo familiar, mas, antes, são apenas outra expressão do envolvimento absoluto e inexorável com o ambiente. A recusa completa do dualismo exige uma compreensão da linguagem que a veja enquanto uma capacidade corporificada. A reflexão e os diferentes atos linguísticos, como veremos, são matéria de responsividade a *affordances* tanto quanto o caminhar ou o apanhar uma moeda deitada sobre o chão.

5.1.3. *Nível individual*

Por último, a terceira camada de análise da noção de “*Lebensform*” diz respeito aos engajamentos (socio)bioecológicos concretos dos integrantes de uma cultura tomados individualmente. Isto é, ao estilo ímpar com o qual um sujeito atualiza *affordances*, com o qual realiza uma habilidade específica que lhe fora legada por sua comunidade e que, ao longo do tempo, recebera a marca particular de sua agência. Em suma, ela versa sobre como o sujeito efetivamente responde às *affordances* que o circundam. Responder adequadamente a *affordances*, no caso de seres como nós, envolve a aquisição da capacidade de discriminar quais possibilidades de ação disponíveis em determinada situação atendem mais excelentemente as demandas do contexto de acordo com a iniciação e instrução que recebemos em uma prática comunitária. Assim sendo, a capacidade de ser movido por aquilo que é tomado como relevante por dada comunidade envolve a posse de afetividade.

5.2. (Des)contentamento direcionado e normatividade situada

Se não todos, grande parte, ao menos, dos aspectos específicos da lida habilidosa estão imediatamente disponíveis à nossa apreciação imediata, a um exame afetivo espontâneo sobre a qualidade e adequação dos movimentos hábeis que realizamos relativamente à tarefa em que estamos engajados. É a partir de tal componente intrinsecamente emocional¹³ do exercício de nossas competências adquiridas que somos levados a um ajuste ótimo com parcelas do ambiente, a

¹³ Uso os termos “afeto”, “emoção” e afins quase que exclusivamente no contexto da normatividade situada e, em grande medida, como sinônimos.

responder adequadamente às demandas específicas impostas por uma situação concreta. Tal aspecto afetivo de nossa agência, paradigmaticamente ilustrado pelos exemplos de arquitetos, alfaiates e artesãos oferecidos por Wittgenstein, fora chamada pelo vienense de “*descontentamento direcionado*”:

Há, em primeiro lugar, o caso em que se aprende as regras. O alfaiate aprende quão comprido um casaco deve ser, quão larga tem de ser a manga etc. Ele aprende regras [...] eu desenvolvo um sentimento pelas regras. Eu interpreto as regras. Posso dizer: “Não. Não está certo. Não está de acordo com as regras”. Ao aprender as regras, obtém-se um juízo cada vez mais refinado. De fato, aprender regras altera o juízo. Pode-se tomar as regras para o estabelecimento das medidas de um casaco como a expressão do que querem certas pessoas. Aquelas podem ser extremamente explícitas e ensinadas, ou não serem formuladas em absoluto [...] Talvez a coisa mais importante em conexão com a estética seja aquilo que se possa chamar reações estéticas, e.g., descontentamento, desgosto, desconforto. A expressão de descontentamento não é a mesma que a de desconforto. A expressão de descontentamento diz: “Mais alto... muito baixo!... faça algo com isto”. Temos, aqui, um tipo de desconforto que se pode chamar “direcionado”, e.g., se estou com medo de ti, meu desconforto é direcionado [...] Demos, por assim dizer, uma explanação gramatical [ao dizer que o sentimento é “direcionado”]. A expressão de desconforto toma a forma de uma crítica, e não “Minha mente não está em paz” ou algo que o valha. Pode tomar a forma de olhar para um retrato e dizer: “O que há de errado com isto?” (WITTGENSTEIN, 1987. p.5, pp.13-15, tradução nossa).

A lida habilidosa é, ao mesmo tempo, um episódio afetivo e comportamental – e não poderia não o ser. Uma vez que somos seres finitos, incompletos e ubiquamente em estado de desequilíbrio, encontramos-nos numa perpétua procura pelo ajuste ótimo com o ambiente (MERLEAU-PONTY, 2003. p.149), o que implica o exercício de diferentes competências conforme se alteram os contextos concretos em que estamos inseridos. Seres vivos estão inexoravelmente movidos por aquela saga correspondente à busca pela sua própria autocalibragem bioecológica, pelo equilíbrio com o entorno. Assim, na qualidade de entidades essencialmente inacabadas, caçamos incessantemente o que nos falta, i.e., a satisfação das carências estruturais de nossa natureza – sejam elas advindas da esfera metabólica ou cultural (KIVERSTEIN & RIETVELD, 2015). É por meio do (des)contentamento direcionado que somos capazes de orientar e modular nossas ações de modo a atender às exigências ambientais impostas pelos mais variados cenários comportamentais – exigências que devem ser satisfeitas se quisermos lograr nossos objetivos.

O descontentamento direcionado é um estado intencional de apreciação concomitante e dirigida ao engajamento habilidoso em andamento, responsável por regular pré-tematicamente a qualidade e correção dos movimentos hábeis e o

acoplamento organísmico-ambiental global segundo as demandas específicas de dada situação somadas aos interesses vigentes do animal. Com efeito, algum grau de equilíbrio bioecológico relativo é conquistado pelos diferentes sistemas organismo-ambiente devido a tal aspecto simultaneamente comportamental, afetivo e normativo da atividade corporificada. O aumento ou diminuição desse tipo de (des)conforto ambientalmente orientado atua como um revérbero emocional que ajusta o nosso curso de ação e o regula, de acordo com as normas de uma prática sociocultural, a fins do triunfo do encaixe ótimo com o meio. Logo, o descontentamento direcionado é a modalidade afetivo-comportamental pela qual nos situamos normativamente quando em meio a determinada atividade comunitária. Aqui, é importante notar que tal apreciação pelo desempenho hábil vigente é fundamentalmente direcionada. Ela está orientada à interação entre a criatura e o seu meio:

Correção e descontentamento/contentamento direcionado estão relacionados internamente [...] O descontentamento direcionado imediatamente orienta e “extrai” a ação do artesão para o aprimoramento ou a correção. Esse é um exemplo de ser movido a melhorar por um objeto incorreto (em seu contexto) [...] descontentamento direcionado expressa a apreciação por um objeto (em seu contexto) como (ainda) não correto. O descontentamento direcionado descreve uma relação interna entre, por um lado, o comportamento e a experiência vivida do artesão e, por outro, o objeto sobre o qual ele trabalha (RIETVELD, 2008. p.983, tradução nossa).

Rietveld (2008) generaliza a noção wittgensteiniana de “descontentamento direcionado”, chamando-a de “*normatividade situada*” ou “*normatividade vivida*”, para dar conta dos mais variados ramos da perícia corpórea em que os atores se encontram capazes de agir corretamente sem precisar fazer apelo à deliberação ou consideração de razões explícitas¹⁴. Destarte, o autor entende que a normatividade situada é o aspecto normativo da atividade irrefletida: “*A noção de normatividade implicada aqui é uma muito básica: é revelada quando distinguimos melhor de pior, correto de incorreto, ótimo de sub-ótimo, ou adequado de inadequado no contexto de uma situação específica*” (Ibid. p.974, tradução nossa).

Visto que os organismos são entidades intrínseca e perpetuamente incompletas, como já dito acima, uma criatura nunca é coisa desinteressada. No nível mais básico, tal qual escrito pelo roteiro da história natural deste planeta girante, um sistema vivo está engajado na manutenção de sua existência de maneira ubíqua.

¹⁴ Rietveld deixa em aberto se a sua noção de “normatividade situada” é capaz de dar conta dos casos de práticas cotidianas. Aplico-a indiscriminadamente tanto para habilidades cotidianas quanto as “esotéricas”.

Portanto, afetividade e emoção podem ser vistas como episódios cognitivos que o direcionam àquilo que lhe importa, para aquelas parcelas do ambiente relevantes às suas preocupações de acordo com a educação de atenção, envolvida no processo de aquisição de competências, necessária à discriminação bem sucedida de quais possibilidades de ação propiciam a satisfação dos interesses de certo animal. Quanto mais complexo um organismo – quanto maior o seu repertório habilidoso –, mais incompleto ele é; mais motivações e molas propulsoras detém – i.e., funções sensório-motoras (i.e., hábitos) inclinadas à autopropagação (DEWEY, 2002).

É por conta desse componente afetivo intrínseco à lida habilidosa – i.e., reações apreciativas imediatas e concomitantes aos desempenhos hábeis de competências corporificadas –, de tais avaliações emocionais identificadas ao (des)contentamento direcionado à qualidade dos movimentos do ator, que o exercício excelente de aptidões adquiridas pode ser monitorado pré-tematicamente pelo indivíduo. Como Dreyfus entende o afeto envolvido no fluxo absorvido a partir de seu modelo automaticista de perícia, em que as solicitações funcionam apenas como disparos de ações hábeis, o estadunidense não vê espaço para o seu papel regulador enquanto uma repercussão emocional-mental daquilo que o agente percebe ocorrer no mundo. Segundo o fenomenólogo, *affordances* relevantes aos interesses do organismo atuam tão somente como gatilhos para o acionamento de habilidades sem que quaisquer apreciações regulatórias ou foco atento estejam envolvidos. Entretanto, como aponta Montero,

parece que atenção corporal é requerida para a correção em tempo real de movimentos quando algo vai mal [...] Dreyfus & Dreyfus (1998, citação da autora) e Fitts & Posner (1967, citação da autora) admitem que isso ocorre, mas, de novo, raramente. Eles veem a perícia procedendo habitualmente sem falhas (MONTERO, 2010. p.117, tradução nossa).

Sem algum tipo de processo mental que acompanhe a lida corpórea de maneira a avaliar espontaneamente a sua qualidade via reações emocionais, parece muito difícil dar sentido aos episódios em que o pensamento discursivo e a consciência explícita aparecem a fim de corrigi-la. Como os últimos poderiam se manifestar para socorrer o corpo na ausência de alguma espécie de mentalidade responsável por detectar a incorreção de certos atos? Ciente da dificuldade, Dreyfus, conforme visto anteriormente, transfere o monitoramento do nível mental para o neural, deslocando o problema de lugar e antropomorfizando o cérebro. Cabe notar que tal saída, além de nada solucionar, aproxima o estadunidense daquele cognitivismo que tanto criticou

durante boa parte de sua carreira filosófica. Uma solução mais apropriada, a meu ver, é sustentar, como Rietveld, que agentes corporificados apreciam atenta e emocionalmente, de maneira continuada, a repercussão sensório-motora-ecológica de seus movimentos habilidosos. Desse modo, sistemas organismo-ambiente passam a ter ciência corporificada daquilo que fazem e de como o fazem. Eis uma das maneiras pelas quais a percepção caracteriza a percepção-de. Tal ciência sensório-motora, advinda de nossas respostas afetivas, é, por seu próprio direito, uma forma de mentalidade que apresenta continuidade relativa à consciência conceitual (VAN DEN HERIK & RIETVELD, 2021).

Como mencionado há pouco, no caso de seres como nós, a ideia é que a educação da atenção e afetividade envolvidas no treino de uma prática inserem, no iniciante, preocupações corporificadas relacionadas aos fins das atividades correspondentes. Em última instância, é a atualização de tais-e-tais *affordances* aquilo que realmente conta em atividades comunitárias assim-e-assim. A capacidade para sermos emocionalmente afetados pelos atos de aprovação e reprovação de terceiros é, portanto, responsável pelo sucesso do processo de aprendizagem – educando conjuntamente o foco atento e o comportamento emocional. Logo, a iniciação numa habilidade é, ao mesmo tempo, a conquista de esquemas comportamentais coordenados e de restrições socioculturalmente determinadas sobre nossas respostas emocionais concomitantes à atualização de uma aptidão adquirida. As normas socioculturais características de certa prática comunitária são vividas pelos diferentes membros de uma comunidade por meio de tal responsividade afetiva socialmente condicionada: “*a adequação normativa de um objeto em algum ramo de perícia [...] não está fundada em qualquer apreciação individual, mas numa prática sociocultural*” (RIETVELD, 2008. p.974, tradução nossa). Por isso, a correção ou adequação de uma atividade é cultural e sociomaterialmente determinada.

A aquisição de uma competência corporal é sempre um evento sensório-motor-emotivo comunitariamente situado. Engajar-se em uma prática não é apenas concordar, via ações, com aquilo que normalmente fazemos; mas, também, sentir como habitualmente nos sentimos. É compartilhar tanto os nossos padrões estabilizados de interação quanto as regularidades de nossa vida emocional. É dessa forma que o (des)contentamento direcionado ou a normatividade situada opera como uma reação espontânea de apreciação imediata sobre a qualidade de um

desempenho hábil, modulando-o (talvez de maneira parcial) instantaneamente. Por tais razões, a afetividade envolvida na lida habilidosa é a herança de uma tradição sociomaterial da qual somos representantes. Trata-se de um reflexo emocionalmente incorporado, encarnado pelo agente individual, da história ancestral de acordos massivos entre aquelas ações que passaram a configurar uma forma de vida conforme se estabilizaram com a passagem do tempo. O que se mostrou útil e desejável para a manutenção da existência da espécie é legado às novas gerações. Com efeito, sentirmo-nos assim-e-assim em tais-e-tais situações familiares diz respeito às nossas “credenciais emotivas”, por assim dizer, de filiação a uma cultura. Logo, ser governado pelas normas socioculturais de uma prática envolve a aquisição da capacidade de sentir-se como os demais¹⁵.

A capacidade fina, socioculturalmente forjada, de responder afetivamente de maneira imediata ao produto ainda inacabado da lida ainda em andamento e, assim, viver na pele, no domínio da experiência em primeira pessoa, a normatividade comunal que rege a prática em que o sujeito está integrado advém, portanto, da educação. Em razão disso, a normatividade de uma prática não é redutível nem ao indivíduo, nem ao social (Ibid., p.989). Os sujeitos só são iniciáveis numa dada comunidade porque dispõem da faculdade inata de serem afetivamente orientados e dirigidos aos fins característicos das atividades distintivas de uma cultura¹⁶:

Tal capacidade inata para essa forma de aprendizado baseado em valores é crucial porque mostra que as preocupações do indivíduo estão em jogo desde o começo. A capacidade inata do indivíduo de ser movido (tanto afetivamente quanto na ação) é fulcral para a aprendizagem e é pressuposta por aqueles que enfatizam exclusivamente a constituição social da normatividade da prática (Ibid., p.990, tradução nossa).

Assim sendo, as normas de uma prática comunitária devem ser encaradas como um fenômeno emergente, trans-pessoalmente distribuído entre a totalidade dos herdeiros de uma tradição.

Uma boa maneira de apreciar a qualidade essencialmente emergente das normas formativas de uma prática sociomaterial é voltar nossa atenção para o caso da arte improvisada. Considere, por exemplo, as formas mais livres de jazz. A emissão de uma nota ou acorde que, à primeira vista, parece violar a harmonia da

¹⁵ Arrisco dizer que não apenas os acordos entre definições e juízos são necessários à comunicação simbólica, mas também a concordância entre emoções.

¹⁶ Talvez seja esse o fundamento da prossocialidade.

música, e que, portanto, soa inapropriada para aquelas circunstâncias sonoras particulares, acaba servindo como um indutor responsável por reorientar as possibilidades musicais que se seguem. O que normalmente seria tomado como uma ocorrência de erro técnico é encarado, pelo jazz improvisado, como um ato sonoro legítimo que rearranja o desdobramento da peça musical, fabricada em tempo real, ao induzir aquelas interações harmônicas subsequentes entre os músicos que, por seu turno, contextualizarão retrospectivamente, numa sequência sonora temporalmente mais ampla, o que, há pouco, soara incorreto. Assim, o que foi percebido, em dado momento, como uma “falha”, passa a adquirir sentido pelo próprio andamento improvisado da música.

Nessa mesma direção, o aclamado pianista estadunidense Herbert Jeffrey “Herbie” Hancock relata um episódio de quando integrava o quinteto do lendário trompetista Miles Davis, ocorrido durante um concerto na década de ‘60 do século passado. Em tal ocasião, Hancock tocou um acorde que, em sua visão, soara desastroso para o contexto. Após alguns segundos, Davis respondeu-lhe, em seu trompete, com

algumas notas que tornaram [o acorde] correto [...] com a escolha de notas que tomou, e o sentimento que possuíam [...] [Davis] não ouviu [o acorde] como um erro. Ele o ouviu como algo que aconteceu, apenas um evento que fazia parte da realidade daquilo acontecia no momento. E ele lidou com isso (CHEADLE, 2015, tradução nossa; cf. TORRANCE & SCHUMANN, 2018. p.254).

É aqui que se vê com clareza que as normas de uma prática, que a adequação ou a inadequação de nossos atos, são sempre um evento passageiro – elas emergem e se esvaem conforme muda a configuração específica de nossos cenários comportamentais. Se, em certos casos, limites mais rígidos do que aqueles encontrados na arte improvisada moldam as costuras de algumas atividades comunais de tal maneira a serem vistas como governadas por regras explícitas – como, e.g., no funcionamento de instituições jurídicas –, isso se deve ao fato de que, quando participamos dessas práticas, impomos as regras uns aos outros quando nelas tomamos parte. Logo, é por conta de um histórico de imposições intencionais da regra, aceitas pelos seus integrantes como constitutiva daquela atividade, que esta pode ser apreciada como legislada por regras (VAN DEN HERIK & RIETVELD, 2021). Entretanto, o funcionamento de tal legislação forçosamente requer que os seus vários membros atuem como legisladores ativos ao aplicarem a regra e reprimirem quem não a emprega. A normatividade mais ou menos enrijecida de certas práticas não

está, por assim dizer, na “natureza” da atividade ela mesma, mas na maneira como agem os seus participantes e naquilo que desejam para a prática. Pois, como todos sabem, aquelas atividades comunais que compreendem normas explícitas frequentemente sofrem alterações em suas regras:

As regras da harmonia, pode-se dizer, expressavam o modo como as pessoas queriam que se seguissem os acordes – os seus desejos cristalizaram-se naquelas regras [...] Pode-se dizer que todo grande compositor mudou as regras, mas a variação foi mínima; nem todas as regras se alteraram (WITTGENSTEIN, 1987. p.6, tradução nossa).

O fato de que a música do século XX, ocidental e oriental, rompeu radicalmente com as regras tradicionais de harmonia (declaração facilmente verificável nas obras de compositores eruditos de vanguarda, como Arnold Schönberg e Charles Ives; pelos improvisos ubíquos de musicistas do *free jazz*, como John Coltrane e Ornette Coleman; ou mesmo nas abordagens sonoras experimentais que buscam desafiar e levar aos limites a própria distinção convencional entre “música” e “barulho”, representadas por artistas como Masami “Merzbow” Akita e Ryoji Ikeda) é um exemplo paradigmático de como a legislação regrada de certas práticas se deve, em última instância, à atividade intencional de legisladores que as legisla mediante regras – que, por sua vez, podem muito bem ser abandonadas ou substituídas caso os agentes assim concordem. Destarte, a normatividade de nossas atividades comunais emerge conforme se erigem cenários comportamentais que podem, perfeitamente, oferecer situações e demandas inteiramente imprevistas, incapazes de serem atendidas por normas explícitas prévias.

5.3. A ubiquidade da improvisação

Assim chegamos ao improviso. Na vida, nada é exatamente como aquilo que já foi e não há garantia absoluta para coisa alguma. Quem nos amou ontem despreza-nos hoje; a gentileza vem de onde menos se espera; entes queridos falecem tragicamente em acidentes tão repentinos quanto estúpidos; pessoas de nossa confiança contra nós conspiram na surdina; um infeliz incorre em parricídio e desposa a própria mãe por pura ignorância; um carpinteiro da plebe revela-se o Verbo encarnado; e assim em diante. Viver implica no manejo imediato de circunstâncias imprevisíveis cujo aparecimento é pervasivo, e mesmo os contextos mais familiares são capazes de escamotear surpresas a nós reservadas. Isso não é diferente no caso da lida habilidosa. Nunca nos deparamos exatamente com as mesmas situações as

quais experienciamos no passado: “*Tu jamais podes entrar no mesmo rio duas vezes, jamais jogas exatamente a mesma partida de futebol, jamais navegas teu carro através do exato mesmo tráfego ou cozinhas tua refeição preferida exatamente do mesmo modo*” (WALTON ET AL., 2015, tradução nossa).

É possível que, ao caminhar sobre um chão firme e seco – onde já pus os pés milhares de vezes em minhas errâncias, na ausência de qualquer intempérie, e perfeitamente são, sóbrio e consciente –, eu, ainda assim, devido a algum movimento canhestro ou coisa que o valha, perca o equilíbrio e precise reagir em tempo real, segundo as exigências da situação que agora se desdobrou, a fim de evitar a queda ou, ao menos, amortecê-la para que as suas consequências não envolvam um dano mais grave. Poderia ser o caso, também, que, enquanto transitava por ali, um gato inconveniente se atravessasse de súbito no lugar exato onde iria pisar, de modo a uma correção imediata do curso de ação fazer-se necessária se quero preservar a sua saúde e a minha.

Por não vivermos em ambientes inteiramente controlados, e porque a maneira como engajamos com o meio envolve a atualização de habilidades que, por serem intrinsecamente normativas, sempre pode fracassar, situações como as descritas acima aparecem aos montes ao longo de nossa rota experiencial pelo mundo. Segue-se disso que a lida improvisada é tão pervasiva quanto os próprios contextos imprevistos que a confrontam:

[...] a improvisação é ubíqua – talvez até mesmo a norma da vida. Considere caminhar por uma cidade, por exemplo. Na maior parte do tempo, poder-se-ia dizer, “apenas caminhamos”. Mas muitos aspectos da caminhada são espontâneos e improvisados. Inventamos muitas coisas conforme prosseguimos. Andamos vagarosamente, marchamos ou trotamos? Atravessamos a rua aqui ou pouco mais adiante? E assim com muitos tipos de ação na vida [...] Humanos improvisam quando fazem amor, quando lutam e até quando dão à luz – e talvez haja elementos improvisados mesmo em nascer ou morrer. Assim, parece que, em muito da vida, nós improvisamos mais do que seguimos um roteiro (TORRENCE & SCHUMANN, 2018. p.259, tradução nossa).

Conclui-se disso que um perito é, em grande medida, um improvisador habilidoso – é, por assim dizer, um soldado municiado apenas das armas que tem à mão numa guerra diária contra o inimigo oculto. Ao passo que os nossos inesperados antagonistas se põem à vista subitamente, eventos distintos podem se seguir. Se são abatidos, equipamo-nos com as carabinas, espingardas, fuzis e punhais que deixaram pelo caminho. Assim enriquecemos nosso arsenal para os confrontos seguintes. Se,

por outro lado, nossa investida é arruinada pela artilharia oponente, recuamos taticamente, aprovisionados ao menos de um conhecimento, ainda que parcial, sobre a disposição geográfica e estratégia bélica do exército adversário, útil para o próximo combate. Em ambos os casos, o que remanesce é o seguinte: manejar improvisadamente, de maneira bem sucedida ou não, pervasivas situações imprevistas faz com que aprendamos a lidar com o aparecimento de situações similares.

O resultado é o refinamento progressivo e incessante de nosso repertório habilidoso – pois o aspecto imponderável do mundo nos defronta, a todo instante, com oportunidades de aprendizado. Como nada é exatamente idêntico àquilo que passou, poder-se-ia dizer que é a própria vida a responsável por impedir que os nossos hábitos se tornem meras unidades motoras automatizadas que puramente se repetem. Se mesmo as nossas competências mais mundanas e rotineiras fossem, em todas as suas ocorrências, atualizadas sem rastro algum de mentalidade ou atenção, é fácil de ver não apenas como o seu exercício, numa infinidade de casos, fracassaria em lograr as finalidades que dela esperamos, mas, também, a razão pela qual isso poderia comprometer a própria manutenção de nossa existência. Pense, por exemplo, num homem que costumeiramente atravessaria sem olhar para os lados uma pacata rua familiar que, extraordinariamente, encontra-se mais poluída do que o normal pelo tráfego automobilístico; ou num assíduo fumante com parte do corpo momentaneamente embebida de gasolina.

Dado que todos sabemos sobre a imprevisibilidade do mundo, não é segredo algum para os peritos do mais alto nível que, corriqueiramente, o desempenho de suas habilidades altamente especializadas pode esbarrar em obstáculos inesperados. Por conta disso, atores habilidosos de ramos muito distintos buscam trazer variabilidade para o treinamento de suas aptidões adquiridas justamente como um modo de se prepararem, o tanto quanto possível, para o surgimento de circunstâncias imprevistas (FRIDLAND, 2018. p.775). Logo, o que efetivamente fazem os peritos e seus treinadores durante as suas práticas preparatórias intensivas é, precisamente, projetar métodos de treinamento que os previnam de ocupar uma posição onde a automaticidade, à moda da perícia absorvida de Dreyfus, tome de assalto o desempenho de suas habilidades e os impeça de lidar apropriadamente com circunstâncias não antevistas:

Em muitos domínios distintos, praticantes de elite especificamente resistem ao tipo de automação que Dreyfus atribui aos mais altos níveis de perícia, preocupando-se que confiar apenas no corpo para tomar as rédeas levaria a um desenvolvimento emperrado. Assim como desafiam a si mesmos constante e deliberadamente na prática, eles sabem que, durante a execução, estarão constantemente abertos a novos limites [...] Assim, peritos precisamente “contrariam a automaticidade” porque limita a sua habilidade de realizar ajustes específicos em tempo real (SUTTON ET AL., 2011. p.95, tradução nossa).

Compare essas considerações com a centralidade atribuída por Dreyfus a contextos familiares na experiência de perícia:

[...] quando respondo à minha cadeira ao sentar-me nela, não é apenas a minha cadeira que solicita o sentar. Ao invés disso, é a minha cadeira na mesa onde está meu computador, juntamente a meus livros espalhados por ela. Minhas habilidades de lida também estão levando em conta o tempo (a hora para trabalhar), a luz ambiente (suficiente para trabalhar) e o todo da sala (nada de errado que possa perturbar o trabalho). Assim, meu mundo é pervadido pelo estilo de trabalho árduo. Apenas o que entra em meu mundo, seja ao me ajudar a trabalhar ou ao se colocar no caminho de meu trabalho, conta para mim. Isto é, a cadeira atrai-me a sentar num cenário já organizado de acordo com meu modo de vida – uma organização que faz com que todas as relações façam sentido e que as solicitações me convoquem. Nada se solicita aos seres humanos independentemente de um contexto organizado pelo seu estilo de vida individual. Apenas quando as coisas não estão se desenvolvendo normalmente [...] o ego ingressa na consciência e, ao mesmo tempo, a mestria é perdida (DREYFUS, 2013. p.30, tradução nossa).

De acordo com o filósofo estadunidense, se a cadeira estivesse posicionada frente a uma mesa que, além de normalmente ocupar um outro lugar na organização habitual de meu escritório, carecesse de meus livros e computador (caso alguém, muito inconvenientemente, tivesse decidido “arrumar” as coisas por lá sem meu aval), o campo de forças costumeiro seria desfeito. Subsequentemente, apareceria, ali, o ego para, talvez após certas manifestações de confusão e indignação, buscar reconfigurar o cenário com o qual me defronto a fim de que possa voltar a trabalhar da maneira que mais me agrada ou que melhor funciona (Ibid. p.31). Disso se segue que, caso o contexto com o qual estivesse previamente acostumado perdesse sua familiaridade, já não saberia como me portar nele. A mentalidade, assim, teria de ser evocada com o intuito de que consiga reencontrar meu caminho no mundo ao passo que regrido à posição de um novato ou de um ator meramente competente.

Creio que tais considerações sejam de suma importância para nossa investigação. Se a situação não for suficientemente familiar, se os eventos não ocorrerem como normalmente ocorrem, abre-se um hiato entre ator e ambiente e a perícia não é mais possível. Uma vez que, segundo Dreyfus, o cérebro monitora o desempenho habilidoso atual a fim de compará-lo a como as coisas ocorreram

previamente (de maneira a invocar a mente caso algum desvio significativo do habitual seja discriminado), presumivelmente deve comparar, também, se as situações vigentes são sensivelmente distintas das progressas – pois, se forem, agir como outrora não será o bastante. Penso que a ideia de que circunstâncias inesperadas nos põem novamente ao nível de aprendiz, e que exijam atenção e mentalidade para que delas possamos dar conta com sucesso, esteja, em certo sentido, correta (cf. MONTERO, 2010; 2016). Todavia, o que o fenomenólogo não parece reconhecer é que o advento do imponderável é um fenômeno pervasivo em nossas vidas – seja no exercício de competências cotidianas ou em habilidades de nível profissional. As coisas sempre podem correr de maneira imprevisível, como frequentemente é o caso.

Parece-me que parte daquilo que constitui a natureza do perito é, justamente, sair habilmente, em tempo real, de enrascadas que não compunham suas expectativas prévias: em outras palavras, sua capacidade de improvisar. O resultado é que, em tais situações algo corriqueiras, o agente altamente hábil volta a aprender quando no momento de seu desempenha corpóreo:

[...] um aspecto desenvolvimental interminável da [lida habilidosa] deve ser enfatizado. No imprevisto, assim como na aprendizagem, o indivíduo é confrontado com uma certa “avaria” em suas habilidades habituais durante a continuada ocorrência de novas imposições advindas da interação com o mundo [...] Destarte, um [agente] deve, em certa medida, envolver-se continuamente com novas situações que, até agora, não havia percebido ou em que não havia agido. Isso cria uma adequação e normatividade (para ele, previamente inexistentes) que concernem o modo como percorrer o próprio caminho que se está a trilhar (TORRENCE & SCHUMANN, 2018. p.264, tradução nossa).

De maneira correspondente, o imprevisto pode ser visto como uma atividade em tempo real de exploração do afeto. Isto é, uma operação bioecológica de descoberta imediata sobre quais possibilidades de ação, emaranhadas num amálgama de alternâncias entre familiaridade e estranheza, satisfazem o perito quando no contexto da emergência espontânea de demandas ambientais imprevistas e expectativas socioculturais inesperadas. Numa janela temporal de pouquíssimos segundos, o surgimento na experiência de uma situação não-antecipada simultaneamente mobiliza o foco de atenção do agente para certos aspectos do ambiente e reeduca o seu afeto com relação aos últimos. O ator, então, passa prontamente a se importar com o cenário extemporâneo que encara. Normas não vividas até aqui se manifestam e o agente prepara-se corporalmente para atender às suas exigências.

Já munido de um repertório habilidoso maduro, as respostas emocionais inéditas do indivíduo, orientadas a circunstâncias igualmente sem precedentes, suscitam um “protótipo” de movimentos complexos¹⁷ – fruto da reorganização comportamental espontaneamente causada pela repercussão emotiva e disponibilizada pelo conjunto de aptidões adquiridas – a fim de manusear o contexto vigente segundo o crivo do afeto. O mencionado protótipo hábil funciona, por assim dizer, como uma hipótese (de ação) a ser testada pela experiência (de perícia) mediante o paradigma pré-existente (compêndio de habilidades). Se tudo corre bem, tal processo (i) engendra uma reação afetiva apta a apreciar o que é apropriado e inapropriado, correto e incorreto, ou melhor e pior naquela situação; e, de maneira síncrona, (ii) engendra os atos do animal conforme se solicitam aquelas *affordances* cuja atualização fora avaliada, instantânea e emocionalmente, como o melhor curso de ação a ser seguido. Esse fenômeno é tanto familiar como alienígena porque diz respeito à lida possível de um organismo, devidamente armado de capacidades acionais e preocupações corporificadas prévias, que esbarra na rigidez de um evento inaudito que lhe obriga a agir de novas maneiras de acordo com o seu histórico de interações ambientais.

Desse modo, o improvisado converte desempenho altamente habilidoso e aprendido numa única e mesma coisa. Ora, dado que o mundo está perpetuamente a impor-nos novos e imprevisíveis desafios, o que seria mais natural e razoável do que esperar que o aprendizado jamais termine? Se, contudo, o modelo de Dreyfus repudia atribuir excelência para além daquelas relações organismo-ambiente altamente controladas, em que tudo que o agente faz é comportar-se automaticamente do mesmo modo como agiu no passado, então rejeita, ao mesmo tempo, tanto a necessidade pervasiva do perito em responder com perícia às demandas de situações inéditas como o aprendizado contínuo que o contato com tais circunstâncias imprevistas e suas respectivas respostas habilidosas envolvem. Logo, acredito que tenhamos boas razões para considerar que a teoria do estadunidense não é uma explicação satisfatória ou suficiente para o fenômeno que busca descrever.

¹⁷ O protótipo que cito é constituído pela reestruturação dos distintos estados vigentes de prontidão para ação (FRIJDA, 1986), causada, por seu turno, pela emissão imediata de reações emotivas à medida que o afeto e a atenção do agente são espontaneamente reeducados. Falarei sobre isso de maneira detida mais adiante.

6. APRENDIZAGEM

Como, na maior parte dos casos, habilidades não são bens inatos, mas adquiridos, sistemas organismo-ambiente precisam desenvolvê-las mediante a prática. Uma vez que *affordances* são ontologicamente dependentes da posse de um repertório habilidoso, segue-se disso que as diferentes espécies naturais precisam, correspondentemente, aprender a perceber:

Se as *affordances* de uma coisa são percebidas corretamente, dizemos que se parece com o que é. Mas devemos, é claro, aprender a ver o que as coisas realmente são – por exemplo, que aquela folha de aparência inocente é, de fato, uma urtiga, ou que aquele político de ar solícito é, na verdade, um demagogo. E isso pode ser muito difícil (GIBSON, 2015. p.134, tradução nossa).

Em outra passagem, James Gibson é ainda mais enfático:

As *affordances* mais simples, como comida, por exemplo, ou um inimigo predatório, podem ser detectadas sem aprendizagem pelos filhotes de alguns animais; mas, em geral, aprendizagem é demasiadamente importante para esse tipo de percepção. O bebê aprende quais coisas são manipuláveis e como podem ser manipuladas, quais coisas são dolorosas, quais coisas são comestíveis, quais coisas podem ser postas com outras coisas ou dentro de outras coisas – e assim por diante, ilimitadamente. Ele aprende quais objetos podem ser usados como meios para a obtenção de um fim, ou para fabricar outros desejáveis, ou para fazer outras pessoas fazerem o que ele quer que façam. Resumidamente, o observador humano aprende a detectar o que fora chamado de valores ou significado das coisas, a perceber suas características distintivas, a colocá-las em categorias e subcategorias, a notar suas similaridades e diferenças, e até mesmo a estudá-las por si mesmas independentemente do aprendizado sobre o que fazer com elas (GIBSON, 1983. p.285, tradução nossa)

Normalmente, ao invés de apresentarem uma responsividade a *affordances* imediatamente posterior ao parto, recém-nascidos precisam aprender a engajar apropriadamente com os seus entornos. É a partir do aprendizado relativo às maneiras eficazes com as quais coletar informações advindas da matriz energética ambiente, oriundo do histórico de interações com os derredores forjado pelos próprios atos e movimentos engendrados ao longo do tempo, que os organismos passam a agir adaptativamente em seu meio na busca incessante pela conclusão de seus objetivos. Com o ganho de experiência, os animais passam a evitar aquilo que os prejudica, a procurar os recursos que lhes ajudam e a ajustar as ações constitutivas de sua lida exploratória de acordo com os determinantes ecológicos via detecção e antecipação dos efeitos de sua atividade sobre o contexto ambiental (GIBSON ET AL., 1999. p.5).

Assim, aprender a perceber inclui aprender a discriminar quais mudanças no fluxo sensorio são causadas pelo agente ele mesmo e não por eventos completamente alheios à atividade do observador. Ademais, a aquisição de formas de engajamento envolve não apenas a captura das consequências ambientais efetivadas pelas ações dos próprios sujeitos de percepção, mas também de como certas ocorrências ambientais caracteristicamente afetam a sua sensibilidade (GIBSON, 1994. pp.71-72). Novamente, a percepção aponta sempre para dois lados: para o observador e para o ambiente – i.e., perceber é perceber simultaneamente os entornos e a nós mesmos.

6.1. Os três estágios da ecologia do aprendizado

Numa parceria a dez mãos, Chris Button, Ludovic Seifert, Jia Yi Chow, Duarte Araújo e Keith Davids desenvolveram um quadro teórico ecológico-dinâmico para explicar o processo de aquisição de habilidades (2021; cf. DAVIDS ET AL., 2012; RENSHAW ET AL., 2015). Tal modelo explanatório compreende três estágios: *procura e exploração; descoberta e estabilização*; e, por último, *extração*.

6.1.1. Primeira fase: procura e exploração

Na primeira fase, o neófito dá início a operações exploratórias orientadas ao funcionamento possível daqueles componentes independentes, rearranjáveis flexivelmente de muitas maneiras distintas, que constituem os seus sistemas e subsistemas perceptivo-acionais (BUTTON ET AL., 2021. p.131). A ideia é que, aqui, o aprendiz começa a descobrir e assimilar, corpórea e ativamente, os modos como esses diferentes elementos psicomotores, chamados de “*graus de liberdade*” (BERNSTEIN, 1967; TURVEY, 1990; cf. BUTTON ET AL., 2021. p.39), podem ser concatenados coordenadamente a fim de que alguma tarefa seja concluída. Dado que habilidades estão inerentemente atreladas àquelas finalidades que buscamos obter ao atualizá-las, o processo que principia os rudimentos da manipulação intencional coordenada de tais graus de liberdade – que, no aparato perceptual humano, envolve músculos, juntas, segmentos de membros e órgãos sensíveis (BUTTON ET AL., 2021. p.39) – será orientado pelos fins característicos das capacidades que o iniciante está a aprender. O resultado é que os próprios componentes de seus sistemas e subsistemas sensorio-motores, outrora independentes, serão reorganizados de modo a adquirirem uma interdependência funcional (BERNSTEIN, 1967; 1996). Para que se

possa subir escadas ou acenar a um conhecido, músculos, juntas, membros e órgãos sensoriais necessitam formar uma sinergia e operar de maneira mutuamente determinante (BUTTON ET AL., 2021. p.40).

Uma vez que o ambiente ou uma situação qualquer possui uma infinidade de aspectos distintos, características diferentes e traços invariantes, é de suma importância que o neófito aprenda a discriminar o que é relevante ao exercício daquelas capacidades de ação que está a assimilar para que o processo de aprendizado logre sucesso (GIBSON, 1983; RIETVELD, 2008; BUTTOEN ET AL., 2021). Considerando que habilidades são parcialmente definidas pelo *telos* que lhes corresponde, a educação de atenção e de afeto, sobre as quais falávamos nos capítulos anteriores, é, ao mesmo tempo, a educação da intenção (JACOBS & MICHAELS, 2007) – pois é forçoso que os organismos apreendam aquilo que precisa ser conquistado mediante a realização de uma aptidão (BUTTON ET AL., 2021. p.132). Destarte, é essa relação triádica de treinamento atento, emotivo e intencional a responsável tanto por fundar, no iniciante, as faculdades de detecção de exigências específicas oferecidas por um contexto concreto (RIETVELD, 2008), quando no momento de um desempenho habilidoso, quanto por organizar coordenadamente aqueles graus de liberdade, constituintes de seus sistemas psicomotores, que serão mobilizados para a realização da capacidade corporificada (BUTTON ET AL., 2021. pp.131-132). Assim, no caso de seres humanos, o aprendiz progressivamente torna-se apto a sintonizar-se não apenas com aqueles padrões estruturados da matriz energética ambiente que especificam as *affordances* que o circundam (FAJEN ET AL., 2009; GIBSON, 1983; 2015), mas, também, ao conjunto de exigências e expectativas socioculturais envolvidas no exercício de certas competências (RIETVELD, 2008; VAN DEN HERIK & RIETVELD, 2021) e como melhor atendê-las a partir de uma variedade de atos disponibilizados pelo meio (RENSHAW ET AL., 2015):

[...] educação da intenção não é apenas um processo guiado por informações. A intenção direciona a atenção do iniciante para explorar funcionalmente (agir) e perceber variáveis informacionais relevantes para outras ações. A educação da intenção resulta na convergência dos objetivos do aprendiz com os objetivos da tarefa por meio de um rearranjo contínuo dos graus de liberdade do sistema (BUTTON ET AL., 2021. p.132, tradução nossa).

Desse modo, o primeiro estágio da aquisição de competências corporais diz respeito àquela fase em que o aprendiz começa a explorar e descobrir, orientado pelo processo de educação de intenção, como estruturar e coordenar ativamente os graus

de liberdade dispostos em vários níveis de seu aparato perceptivo-acional a fim de satisfazer seus interesses – nesse caso, a resolução de uma tarefa (RENSHAW ET AL., 2015; BUTTON ET AL., 2021). A consequência é que as finalidades tipicamente visadas pelas habilidades que adquire e as suas próprias intenções e tendências motivacionais passam a coincidir (RIETVELD, 2008; VAN DEN HERIK & RIETVELD, 2021). Como o iniciante ainda está num estágio muito incipiente de familiarização com a atividade, a organização funcionalmente interdependente dos elementos de seus sistemas e subsistemas psicomotores será, na maior parte dos casos, demasiadamente rígida e tosca (BERNESTEIN, 1967; 1996; NEWELL ET AL., 2003; TURVEY, 1990; VEREIJKEN ET AL., 1992). Por conseguinte, as manobras executadas pelo neófito normalmente não corresponderão àquelas mais eficientes ou eficazes para a aquisição do *telos* alvejado pelo exercício da habilidade (BUTTON ET AL., 2021).

6.1.2. Segunda fase: descoberta e estabilização

À medida que o aprendiz explora as organizações possíveis de graus de liberdade e descobre padrões coordenativos de movimentos corporais suficientes para a satisfação de suas intenções, engendra-se um histórico de interações organismo-ambiente que o torna mais ou menos familiarizado com certas estruturas sensório-motoras devido à sua reincidência. Tal familiarização permite ao iniciante reorganizar os componentes de seus sistemas e subsistemas psicomotores de modo a redescobrir soluções funcionalmente mais econômicas e estabilizá-las a fim de atender a demandas impostas pelas situações de desempenho habilidoso com maior grau de refinamento (DAVIDS ET AL., 2012; RENSCHAW ET AL., 2015). Nesse estágio do aprendizado, embora as intenções do animal, correspondentes à obtenção dos fins das habilidades que está a adquirir, mantenham-se as mesmas, a sua atenção, por outro lado, é reeducada – o neófito torna-se perceptivamente sintonizado com informações ecológicas mais úteis e específicas (BUTTON ET AL., 2021. p.132).

Se a atenção do aprendiz é reeducada com sucesso, o agente torna-se apto a coletar informação ecológica responsável por especificar aquela *affordance* que, devido ao andamento do processo de aquisição de competências, ele possui a preocupação corporificada, mesmo que rudimentar, de perceber (JACOB & MICHAELS, 2007; RIETVELD, 2008; VAN DEN HERIK & RIETVELD, 2021). Isso significa que a aprendizagem faz com que o iniciante consiga se orientar, gradual e

intencionalmente, às voltas de padrões de energia ambiente com o intuito de detectar invariantes informacionais que discriminem possibilidades de ação mais úteis e eficazes para a conclusão de tarefas (BUTTON ET AL., 2021. p.132). O agente, agora, não apenas explora para aprender; mas aprende a explorar (HACQUES ET AL., 2020; BUTTON ET AL., 2021). Logo, a aquisição e aprimoramento progressivos de uma capacidade inteligente permitem que o novato tanto selecione as informações-estímulo que precisam os atos potenciais que pretende perceber e atualizar, quanto explore o seu meio a fim de descobrir novos complexos energéticos estruturados responsáveis por especificar possíveis acoplamentos orgânico-ambientais que possam melhor lhe servir (DAVIDS ET AL., 2012).

A estabilização e reestruturação funcionalmente mais eficazes dos graus de liberdade constituintes do aparato sensório-motor do agente, somadas ao aparecimento da capacidade de detecção de invariantes informacionais especificadoras e descoberta de novas *affordances*, bem como das informações-estímulo que as discriminam, permitem que o aprendiz consiga otimizar a regulação de seus movimentos corporais em concordância com fatores ecológicos particulares (BUTTON ET AL., 2021. p.132). Nesse estágio do aprendizado, o iniciante adquire certa mestria e fluidez sobre as suas competências psicomotoras (BERNSTEIN, 1967. 1996) e passa a ter mais sucesso na realização de tarefas habilidosas: “*Junto ao controle aprimorado de movimentos vem a estabilização temporária de acoplamentos informação-ambiente preferidos e, assim, maior consistência na conquista dos resultados desejados de tarefas*” (BUTTOEL ET AL., 2021. p.132, tradução nossa).

Contudo, o objetivo do processo de aquisição de habilidades não é a estabilização completa daqueles padrões estruturados de movimentos coordenados. Como a configuração ambiental muda constantemente, o organismo necessita alternar entre soluções hábeis padronizadas e a disposição flexível de ações corpóreas para dar conta das demandas apresentadas por situações que desviam, mesmo que diminutamente, do curso costumeiro de acontecimentos (TORRENCE & SCHUMANN, 2018. p.264; BUTTON ET AL., 2021. p.133; cf. DI PAOLO ET AL., 2014).

Disso se segue que, devido ao alcance limitado de certa organização robustecida de movimentos ser essencialmente incapaz de oferecer uma resolução definitiva a todos os casos possíveis de realização satisfatória de uma tarefa

habilidosa, o agente deve sempre manter-se aberto a adaptar os seus atos corporais conforme a batuta do ambiente rege o contexto concreto que o situa. Dado que o mundo nunca é exatamente como foi (KAHN, 2009), e que nunca fazemos as coisas exatamente do mesmo modo como as fizemos no passado (WALTON ET AL., 2015), o exercício de aptidões adquiridas invariavelmente envolverá ajustes específicos a situações, ainda que mínimos, que as tornarão apropriadas às particularidades dos cenários particulares de sua aplicação. Contra Dreyfus, o funcionamento de habilidades é mais similar a uma bússola que orienta analogicamente a nossa rota pelo mundo do que a um piloto automático.

6.1.3. Terceira fase: extração

Ao passo que o agente pratica intensivamente os padrões estabilizados de movimentos coordenados, e, concomitantemente, explora o ambiente a fim de flexibilizar suas competências e aprender meios mais convenientes de satisfazer as suas intenções, o animal expande o conjunto de *affordances* com o qual está familiarizado (BUTTON ET AL., 2021). O resultado é que o aprendiz acaba por sintonizar-se com uma miríade de informações ecológicas que especificam com maior precisão maneiras mais eficientes de concluir os objetivos visados pelas suas habilidades (JACOBS & MICHAELS, 2007).

À medida que o organismo passa a ter acesso a aspectos ambientais muito sutis, finamente discriminados pela coleta de tais invariantes informacionais de extrema especificidade, ele se torna, ao mesmo tempo, habilidosamente responsivo a *affordances* altamente sofisticadas. A partir daí o ator, novamente, reorganiza os graus de liberdade de seus sistemas e subsistemas sensório-motores de acordo com as discriminações cada vez mais finas que o seu aparato perceptual, agora, lhe permite realizar (WITHAGEN & MICHAELS, 2002; BUTTON ET AL., 2021; cf. BERNSTEIN, 1967).

A consequência é que o agente se torna apto a adaptar funcionalmente os seus atos corporais às variadas especificidades impostas pelo contexto concreto de acordo com as finalidades da habilidade que está a desempenhar. Porque o animal tornou-se sintonizado, via coleta de informação ecológica, a uma multiplicidade de *affordances* extremamente sutis e requintadas, ele passa a ser capaz de alternar flexivelmente entre os diferentes padrões estruturados de coordenação sensório-

motora que assimilara até então (SEIFERT ET AL., 2016). À vista disso, a abertura hábil a uma riquíssima paisagem de possibilidades de ação, oferecida pelo refinamento progressivo de capacidades inteligentes, permite que o agente extraia dos padrões estruturados da matriz energética ambiente aqueles atos mais pertinentes para a satisfação ótima de seus interesses:

[...] o comportamento habilidoso corresponde à capacidade de modificar ações para realizar a mesma função eficientemente (referindo-se à propriedade de degeneração). Nesse estágio final, o aprendiz está a se tornar muito eficiente na extração da degeneração do sistema para uma adaptação imediata às demandas situacionais e conquista efetiva de objetivos (BUTTON ET AL., 2021. p.133, tradução nossa).

A degeneração do aparato psicomotor, à qual Button e seus colegas fazem referência na passagem acima, diz respeito à “*capacidade de elementos estruturalmente diferentes [dos sistemas psicomotores] executarem a mesma função ou produzirem o mesmo resultado*” (Ibid. p.240, tradução nossa; cf. SEIFERT ET AL., 2016). A ideia é que, ao fazer-se cada vez mais sofisticado no exercício de suas aptidões adquiridas, o animal não apenas torna-se capaz de selecionar informações-estímulo responsáveis por especificar aquelas ações ultra-especializadas que melhor ajustam o seu acoplamento com o ambiente. Adicionalmente, ele passa a estar habilitado a reconfigurar a ordenação funcional dos próprios componentes de seu aparato perceptivo-acional – já mobilizados de maneira controlada durante a execução dos padrões estabilizados de movimentos coordenados, previamente adquiridos pelo organismo. Logo, o aprendiz converte-se num ator engenhoso tanto na extração de *affordances* da matriz energética ambiente como na exploração dos diferentes arranjos possíveis entre os vários elementos de seus sistemas e subsistemas psicomotores que podem cumprir fins similares de modo satisfatório (KOMAR ET AL., 2015).

Desse modo, a lida habilidosa, como todo o mais, aponta sempre para dois lados: para o organismo e para o ambiente – não no sentido trivial de envolver, por definição, o agente e o meio sobre o qual o primeiro age; mas, antes disso, essa consideração significa que o próprio processo de aprendizagem, bem como as habilidades finas a que dá origem, implicam na manipulação sofisticada tanto de aspectos ambientais particulares e sutis quanto das próprias miudezas funcionais do sistema pelo qual o indivíduo atua sobre o seu nicho. Ser um ator habilidoso é, portanto, combinar, em tempo real, diferentes esquemas de coordenação sensório-

motora que melhor executam uma tarefa e atendem aos interesses do organismo mediante a seleção e exploração da matriz energética ambiente.

Contudo, é importante frisar que a teorização desses três estágios do modelo ecológico de aprendizado acima exposto, desenvolvido por Button e seus parceiros, não busca exaurir por completo a explicação do fenômeno da aquisição e refinamento de habilidades. Com efeito, diferenças individuais podem gerar variações sensíveis nos episódios de desenvolvimento de aptidões (NEWELL ET AL., 2003), e mesmo um perito de alto nível pode continuar a aprimorar progressivamente as suas competências (FRIDLAND, 2018; MONTERO, 2010; 2016; TORRENCE & SCHUMANN, 2018). Além disso, as características que tipificam as diferentes fases do processo de aprendizagem podem aparecer, também, em outros estágios da assimilação de capacidades inteligentes:

[...] processos como educação de intenção [e] sintonização perceptual [...] podem ocorrer e ocorrer novamente em todos os três estágios [...] Ademais, exploração não é uma estratégia apenas para iniciantes, mas também a peritos. De fato, enquanto novatos exploram para aprender, praticantes avançados aprendem a explorar e peritos exploram eficientemente. Assim, o avanço de um indivíduo através dos estágios não é previsível nem contínuo (BUTTON ET AL., 2021. p.133, tradução nossa).

Dado que o mundo está sempre a mudar e novos obstáculos frequentemente aparecem pelo caminho, os indivíduos hábeis precisam responder à altura se quiserem alcançar a consecução de suas tarefas e a satisfação de seus interesses. Isso significa que a exploração ambiental, com vistas à seleção de ações mais profícuas, e a reorganização de padrões de coordenação de movimentos caracterizam traços pervasivos da lida habilidosa de sistemas organismo-ambiente. Como veremos em detalhes mais adiante, tanto a experiência de aprendizagem quanto a de perícia são, portanto, contínuas.

6.2. Atenção conjunta

O processo de aprendizagem, ao menos em seres humanos, não é empreendido por indivíduos solitários apartados da influência dos demais integrantes de sua comunidade, mas envolve a cooperação ubíqua entre coespecíficos. Como dito anteriormente, aprender exige a capacidade inata de ser movido afetivamente pelos demais (RIETVELD, 2008). Assim, grande parte de nossas capacidades sensorio-motoras, assim como a educação de atenção, afeto e intenção, tem sua base na faculdade para “*atenção conjunta*” (cf. HEFT, 2007; METCALFE & TERRACE,

2013; SEEMANN, 2012). Essa noção versa sobre as interações que envolvem dois ou mais agentes que, coletivamente, mobilizam os focos individuais de sua atenção em direção a um objeto, superfície, substância, lugar, outro animal, evento ou tarefa comuns de maneira coordenada e, no mais das vezes, intencional. Adicionalmente, os atores estão cientes que o outro está atento à mesma realidade ecológica, e, portanto, que ambos atentam aos mesmos aspectos do ambiente:

[...] se dois agentes atentam um ao outro, cada um atenta para o outro, mas, também, para a atenção do outro; e a atenção do outro à sua atenção para a atenção do outro, [...] e assim em diante. Um conjunto de relações complexas assim se estabelece – como dois espelhos postos em oposição podem gerar um “túnel” de imagens de reflexos no interior de reflexos (TORRANCE & SCHUMANN, 2018. p.254, tradução nossa).

Destarte, a atenção conjunta diz respeito a uma sofisticada habilidade sociocultural (1) de detecção informacional voltada àquelas parcelas de ambiente imediato visadas por um terceiro e (2) de ajuste à mesma atividade atenta em que este se encontra (HEFT, 2007. pp.92-93). Tal capacidade é essencial para o iniciante aprender aquilo que é relevante às práticas sociomateriais de sua comunidade e com elas passar a se preocupar (RIETVELD, 2008). Mediante esse tipo de interação trans-subjetiva, a atenção de bebês e crianças é direcionada a uma variedade de artefatos pelos cuidadores e indivíduos mais experientes, que, engajados no ensino dos modos socialmente apropriados de manipulação de objetos e interação com os arredores, orientam a iniciação dos inexperientes na comunidade que lhes fora legada (HEFT, 2007).

Correlativamente, o processo de aprendizado não necessita decorrer exclusivamente de uma orientação, implícita ou explícita, de terceiros. A partir da observação dos modos como os integrantes das nossas sociedades regularmente se comportam em situações assim-e-assim e em tais-e-tais lugares, crianças de colo passam a imitar padrões regulares de ações daqueles que os circundam (GIBSON, 1994). Mesmo nos estágios mais maduros de desenvolvimento, seres humanos aprendem continuamente tanto mediante o uso de métodos de instrução deliberada como pela imitação de comportamentos percebidos como socioculturalmente apropriados.

6.3. Sintonização social

A sofisticada faculdade para atenção conjunta, em seres como nós, dá vazão aos processos de “*sintonização social*” (VAN DEN HERIK & RIETVELD, 2021). É por meio de tais episódios que os agentes da comunidade humana se inserem em diferentes práticas oriundas da sua comunidade e delas se tornam participantes atuantes e competentes (REED, 1995; RIETVELD, 2008; VAN DEN HERIK & RIETVELD, 2021). Van den Herik e Rietveld distinguem três tipos de sintonização social: *implícita*, *ativa* e *explícita*.

6.3.1. *Sintonização social implícita*

A *sintonização social implícita* compreende o processo pelo qual um ator torna-se responsivo a uma atividade comunal sem o auxílio de instrução deliberada de terceiros. Dessa forma, aquela procede por meio da observação e imitação dos padrões regulares de comportamento, percebidos, pelo iniciante, enquanto socialmente apropriados (VAN DEN HERIK & RIETVELD, 2021). Salvo raras exceções, não se ensina uma criança a gesticular, por exemplo. Aprendemos essa capacidade ao observar e reproduzir a agência sociocultural de outras pessoas. Ainda assim, a importância da gesticulação é amplamente reconhecida para a comunicação simbólica e é uma prática pervasiva em nossas vidas. De igual modo, outros padrões comportamentais normativos, como papéis de gênero, estereótipos étnicos (DREYFUS, 2013; BOURDIEU, 1977), e distanciamento socialmente apropriado (VAN DEN HERIK & RIETVELD, 2021), são assimilados pela criança na ausência de ensinamento deliberado.

6.3.2. *Sintonização social ativa*

A *sintonização social ativa* envolve ao menos dois agentes que assumem explicitamente os papéis de tutor e tutelado. Todavia, esse processo ainda não envolve o uso de regras explícitas para a condução da instrução deliberada. Aqui, o instrutor conduz a assimilação de certos comportamentos pelo aprendiz mediante reações de aprovação ou desaprovação dos atos realizados pelo último. O educador, então, pode apontar para certos aspectos do ambiente ou situação relevantes à atividade que visa ensinar; mostrar o que deve ser feito em tais-e-tais contextos; exemplificar como isso deve ser realizado; e emitir expressões de apreciação, positivas e negativas, pelas respostas de seu pupilo (VAN DEN HERIK & RIETVELD, 2021). A ideia, aqui, é que o tutor visa legar ao tutelado os seus próprios padrões

comportamentais normativos, regulando a aprendizagem mediante a exploração e modulação das emoções do iniciante conforme exige a prática em que o último começa a se integrar (INGOLD 2001):

Nesse sentido, a sintonização ativa não se assenta sobre a transmissão de conhecimento do professor ao novato, mas, antes, consiste num instrutor que estabelece as condições que habilitam o novato a notar e responder àquilo que é relevante numa situação particular (VAN DEN HERIK & RIETVELD, 2021, tradução nossa).

O resultado dos processos de sintonização ativa pode ser observado desde os primórdios do desenvolvimento humano. Em um estudo comparativo das diferenças comportamentais entre bebês advindos das culturas estadunidense e japonesa, constatou-se que, logo nos primeiros meses de idade, crianças de colo já apresentavam traços distintivos das comunidades donde nasceram e foram criados:

Um bebê japonês parece passivo [...] ao passo que sua mãe [...] tenta acalmar e aquietar a criança, e se comunicar com ela fisicamente ao invés de verbalmente. Por outro lado, o recém-nascido estadunidense é mais ativo [...] e explorador de seu ambiente, e a sua mãe, ao cuidar-lhe, realiza mais olhares e conversa com seu bebê. Ela parece estimular a atividade do bebê e suas respostas vocais. É como se a mãe estadunidense quisesse ter um bebê ativo e vocal, enquanto a mãe japonesa quisesse um bebê quieto e contido. Em termos dos estilos de cuidado das mães nas duas culturas, elas conseguem aquilo que aparentemente queriam [...] Uma grande quantia de aprendizado cultural já ocorre pelos três ou quatro meses de idade [...] a essa altura, os bebês aprenderam a ser bebês japoneses e estadunidenses (CAUDILL & WEINSTEIN, 1972. p.78, tradução nossa).

6.3.3. *Sintonização social explícita*

Finalmente, na *sintonização social explícita*, dois ou mais atores ocupam os papéis de mestre e pupilo num processo de instrução em que o educador recorre ao uso de regras articuladas (VAN DEN HERIK & RIETVELD, 2021). Um clássico exemplo desse tipo de ensino é a iniciação em jogos de tabuleiro, como o xadrez. Em um caso como esse, o iniciante é introduzido ao xadrez por meio da explicação das regras que sancionam as jogadas legítimas admitidas pelas diferentes peças. Nas primeiras partidas, o novato terá de lembrar-se explicitamente das regras a fim de empreender lances lícitos. Com o tempo, porém, o neófito estará suficientemente familiarizado com o funcionamento do jogo para dispensar a rememoração de tais regras e poderá, então, concentrar-se em outros aspectos do jogo – como, e.g., a estratégia do oponente ou a sua própria:

[...] mesmo um enxadrista moderadamente habilidoso não mais necessitará de uma ciência dessas regras [...] O seu comportamento simplesmente torna-se conforme as regras. À medida que um jogador aprende a jogar xadrez, referir

às regras para mover as peças não mais é requerido para guiar o comportamento do xadrezista (Ibid., tradução nossa).

De maneira semelhante às considerações expostas sobre o modelo triádico de aprendizagem, proposto por Button e seus colegas, os diferentes processos de sintonização social podem ocorrer e se repetir em estágios de desenvolvimento muito distintos da vida de um sujeito. Mesmo um agente maduro pode se utilizar da sintonização implícita numa multiplicidade de contextos. Pense em alguém que, mudando-se de cidade ou país, começa a observar e imitar certos comportamentos que, até agora, lhe eram estranhos; mas que, em tal novo cenário, são percebidos como socialmente apropriados. Aderir a um novo grupo social ou integrar-se num cenário comportamental, para o agente, inédito, igualmente pode demandar novos procedimentos de sintonização ativa e explícita.

6.4. Solicitações

Habilidades são esquemas de coordenação sensório-motora para o acoplamento intencional entre organismo e ambiente, mente e mundo. Como já dito, o treino no exercício de uma competência em processo de aquisição envolve a educação da atenção, intenção e, subsequentemente, do afeto. Aprendemos não apenas a desempenhar uma certa capacidade prática, mas, também, a nos importarmos com ela, com os atos específicos necessários à sua correta realização ou ao seu aprimoramento. Como a nossa vida é permeada por aptidões de tal modo a sempre encontrarmos-nos em meio à atualização desta ou daquela, estamos ubiquamente abertos e responsivos às possíveis interações que melhor servem à efetivação do *telos* da atividade que lhe corresponde. Aprendemos certa prática; e, com ela, aprendemos, igualmente, a nos importarmos com tudo o que é necessário ao seu correto desempenho. O interesse no sucesso do exercício de uma competência adquirida nunca é, por assim dizer, apenas matéria de vaidade por parte do agente, mas é a preocupação de que a charada posta pelo mundo seja desvendada. O ajuste ótimo com o meio é uma conquista obtida pela correta realização de uma habilidade.

É a partir da apreciação prática imediata sobre as possibilidades concretas que o ambiente oferece que um animal poderá avaliar afetivamente se o seu ajuste com o ambiente é ótimo ou não, se exerce suas habilidades de modo apropriado às demandas da situação específica em que se encontra. Isso significa que a aquisição

de uma aptidão não envolve apenas a capacidade de realizar com destreza uma sequência de movimentos continuados, mas, também, a faculdade de ser movido adequadamente por aspectos do ambiente devido aos seus efeitos para a satisfação dos interesses do organismo. Tal caráter convidativo que as *affordances* exercem sobre a agência de um ator é chamado de “*solicitação*” (RIETVELD & KIVERSTEIN, 2014. p.342).

Affordances atraem ou repelem mais proeminentemente dado ator de acordo com as suas tendências motivacionais vigentes. Se, por exemplo, um animal esfomeado, capaz de ingerir frutas, se defronta com uma macieira em certo momento de suas errâncias pelo mundo, o ato possível de devorar a maçã apresentará um caráter convocatório *quasi-irresistível* devido à pertinência para seus objetivos momentâneos – no caso, nutrir-se. Alternativamente, caso o agente se encontre em uma situação de fuga em relação a um predador e alcançar de determinada altura relativa ao solo for suficiente para contornar a ameaça, a possibilidade de ação mais saliente será a de escalar aquela árvore encontrada pela presa. Desse modo, tais-e-tais *affordances*, em detrimento de outras, se “solicitam” ao agente devido a seus efeitos para a obtenção dos objetivos do último – por causa de sua relevância relativa aos interesses e preocupações do animal que com elas se envolve (RIETVELD ET AL., 2013. p.436). Assim, ainda que aquilo que percebamos sejam as possibilidades ou oportunidades de interação identificadas às *affordances*, nossas ações efetivas são extraídas pelas suas solicitações – pelo caráter convidativo que influem sobre nossa agência graças aos resultados que oferecem às finalidades correntes que possuímos (DREYFUS, 2007. p.357).

É, portanto, a inserção no modo de vida característico de uma comunidade o fator responsável por fundar os nossos interesses e tornar algumas *affordances* mais salientes do que outras quando em tais-e-tais contextos. Possuímos preocupações, oriundas do processo de mestria de um repertório habilidoso, de atuar conforme o regime normativo daquela atividade na qual estamos engajados. Em outras palavras, somos ensinados a nos importar com certos aspectos do ambiente sociomaterial, a ser por eles afetados de certas maneiras. A distinção entre *affordances* e suas solicitações é oportuna porque a maior parte das *affordances* que rodeiam um organismo serão por ele desprezadas. Apenas aquelas que melhoram o seu ajuste

ótimo com o ambiente, que se conectam, de alguma forma, com as suas motivações, serão relevantes e, por conseguinte, convocarão a sua ação:

[...] serão apenas aquelas *affordances* que irão melhorar o ajuste de um indivíduo com uma situação particular [...] que convidarão ou solicitarão as ações de um indivíduo [...] As *affordances* que normalmente somos impulsionados a agir sobre são aquelas relevantes às nossas preocupações (RIETVELD & KIVERSTEIN, 2014. p.342, tradução nossa).

Ser convidado a atualizar uma *affordance* devido à sua relevância para dada atividade é, sem dúvida, um triunfo cognitivo nada trivial. Alcançamos tal refinamento afetivo por conta da aprendizagem e aprimoramento contínuos de certa habilidade – que, por seu turno, torna-nos aptos a perceber aquilo que é mais apropriado diante das particularidades apresentadas por uma situação ímpar. Nesse sentido, chamar de “solicitação” o apelo acional-afetivo impresso, no ator, pelas *affordances* relevantes pode ser enganador. Com efeito, o aparecimento de uma solicitação não é, absolutamente, um evento passivo – como se o sistema cognitivo fosse mero espectador de revelações proféticas ambientais. Pelo contrário: trata-se de um reflexo da realização de uma competência altamente especializada, adquirida pelo animal via treino intensivo e prolongado. Logo, o aprendizado e aprimoramento progressivos de uma aptidão explicam como um organismo pode adquirir a capacidade de discriminar afetiva e pré-tematicamente o que é melhor ou pior em dado contexto. A posse de uma competência nos torna aptos a perceber uma *affordance*; os nossos interesses vigentes e preocupações corporificadas convocam a sua atualização. Trazemos conosco, a todo instante, o todo de nosso repertório habilidoso amalgamado às nossas motivações particulares.

Assim, o aparecimento de uma solicitação no horizonte fenomênico de possibilidades acionais, experienciado por um organismo particular, é sempre uma via de mão-dupla: do mundo ao sujeito – uma vez que é certa realidade ecológica que oferece a ação – e do sujeito ao mundo – dado que o surgimento fenomenal da *affordance* relevante advém do próprio exercício exploratório de um agente, devidamente municiado de aptidões adquiridas e preocupações corporificadas. Com efeito, a ação do organismo não se manifesta apenas quando responde ao caráter convidativo de um ato potencial específico, mas a própria estruturação da solicitação no espaço perceptivo do agente já é, mesmo que parcialmente, o resultado de suas ações e de seu histórico de interações com o ambiente. Disso se segue que *affordances* relevantes e as suas atualizações habilidosas estão dadas num contínuo

perceptivo-acional que remonta à história ontogênica do ator e sua rota experiencial pelo mundo. É esse fato que garante que as solicitações sejam discriminadas enquanto tais, e não dadas brutaemente ao organismo – i.e., a sua feitura advém da exploração ativa de indivíduos, quando interessadamente absorvidos em sua lida, e do processo de aquisição de aptidões.

6.5. O ideal de perfeição

Organismos são entidades intrinsecamente finitas, fundamentalmente inacabadas e substancialmente falíveis que precisam autorrealizar-se no mundo, a todo instante, a fim de lograr seus objetivos particulares. De maneira correspondente, quando falamos do *sapiens*, tratamos de um “*ser humano jamais-acabado, perceptivo, atuante e pensante*” (GIBSON, 1994. p.75, tradução nossa). Dado que esses traços caracterizam a própria natureza de sistemas cognitivos, caracterizam, similarmente, os seus possíveis repertórios habilidosos. Assim, a imperfeição e finitude essenciais das aptidões adquiridas de um animal se expressam de duas maneiras: a sua atualização sempre pode fracassar (CHEMERO, 2003) e a sua qualidade sempre pode se aprimorar (MONTERO, 2010; 2013; 2016; RYLE, 1946; 2009).

À vista disso, Gilbert Ryle sustentou que um dos traços distintivos de capacidades inteligentes é que sempre aprendemos algo novo ao exercê-las:

[...] um alpinista que avança por cima de rochas cobertas de gelo sob forte vento no escuro não move seus membros por hábito cego; ele pensa no que está a fazer, ele está pronto para emergências, ele economiza esforço, ele realiza testes e experimentos; em resumo, ele caminha com algum grau de habilidade e juízo. Se comete algum erro, ele está inclinado a não o repetir, e se descobre um novo truque efetivo, ele está inclinado a continuar a usá-lo e melhorá-lo. Ele está concomitantemente caminhando e ensinando a si mesmo como caminhar em condições desse tipo. É da essência de meras práticas habituais que um desempenho seja uma réplica de seus predecessores. É da essência de práticas inteligentes que um desempenho seja modificado pelos seus predecessores. O agente ainda está a aprender (RYLE, 2009. p.30, tradução nossa).

Nessa passagem, fica translúcido não apenas que, para Ryle, episódios de perícia e ocorrências de aprendizado coincidem, mas, também, que a experiência perita não é indefectível. À luz do que tem sido dito sobre a concepção gibsoniana de lida habilidosa e aprendizagem, tais considerações do filósofo britânico fazem perfeito sentido. O que igualmente fica claro no trecho citado acima, porém, é que a teoria do fluxo absorto de Dreyfus se assemelha muito mais à aceção ryleana de hábito do que a de práticas inteligentes.

Para o estadunidense, a perícia se perde nas ocasiões em que algo impede um desempenho habilidoso de ser uma mera réplica de seus predecessores. Quando ocorrem tais interrupções, a mente aparece e o sujeito, só então, pode aprender algo novo. Desse modo, Dreyfus esquarteja a experiência perita e a circunscreve apenas àqueles momentos em que tudo corre bem. Seguir-se-ia disso que a lida completamente absorta seria infalível enquanto dura – ao ser convocada a consciência para remediar o andamento incorreto das ações do agente, i.e., assim que o corpo “não mais sabe o seu caminho”, cessou a perícia; e o refinamento de aptidões adquiridas, da mesma forma, estaria fora de seu escopo:

Em *Ser e Tempo*, Heidegger descreve um caso de martelar em que o martelo não se retira, mas aparece *como* muito pesado [...] Quando deparado com uma perturbação, uma distância se abre entre o agente e aquilo sobre o qual ele age que é preenchida por um conceito específico-a-situação. O agente pode ajuizar que o martelo é muito pesado (DREYFUS, 2013. p.19, tradução nossa) [grifo do autor].

Analogamente ao musicista e seu instrumento musical, precisamos ajustar, a todo instante, a coordenação de nossos movimentos de modo a alcançarmos a afinação desejada com as demandas específicas de situações concretas – que, por sua vez, se desdobram incessantemente uma após a outra. Como já vimos, essa parece ser uma das marcas do comportamento inteligente (cf. BUTTON ET AL., 2021). A própria ideia de um ajuste ótimo com o ambiente, ubiquamente almejado pelo animal, implica que as condições normais, o ponto de partida de nosso trato com o meio, são as de inadequação – rompida mediante a atividade de um organismo cujo repertório habilidoso necessita de constante aprimoramento conforme novas situações imprevistas o desafiem (TORRANCE & SCHUMANN, 2018).

Destarte, tal busca perpétua pelo equilíbrio bioecológico relativo está sempre suscetível a perturbações que, conseqüentemente, exigem a regulação espontânea e o reajuste imediato dos movimentos do organismo para que, assim, possa satisfazer seus interesses. O fenômeno, tipificado por Dreyfus, de notar um martelo como “*muito pesado*” (2013. p.19) é, portanto, um traço tão disseminado em nossa rota experiencial pelo mundo como é o seu retirar-se. Considerando que a correção, em tempo real, do curso de ações malsucedidas, independentemente de utilizar conceitos ou não, é uma das maneiras pelas quais nos adaptamos às circunstâncias ambientais a fim de conquistarmos o ajuste ótimo com o meio, é de se perguntar quais ganhos explicativos se obtém ao exorcizá-la da experiência de perícia. Afinal de contas, se esperaria que

peritos reparassem as avarias de seus engajamentos de maneira igualmente excelente. Isto é, aquilo que faz de um agente um *expert* presumivelmente deve fazer, também, que o modo como retifica seus atos malogrados seja diferente do método utilizado pelo novato.

Trocando em miúdos, os engajamentos altamente habilidosos não deveriam ser equacionados com sucesso ubíquo por conta da observação mui mundana de que peritos, como o resto dos mortais, são falíveis. Ainda que, “*do ponto de vista do leigo, a rotina do ginasta possa ser perfeita, o ponto de vista do ginasta apresenta as coisas de outro modo*”. (MONTERO, 2010. p.117, tradução nossa). Não há infalibilidade nem na crença, nem na ação; e alguns estariam dispostos a sustentar que, frequentemente, os erros são até mesmo mais importantes do que os acertos na experiência de perícia. Ademais, mesmo no erro – e, principalmente, o que se faz com e após ele –, peritos e principiantes se distinguem enormemente. Os equívocos do experto, poder-se-ia dizer, são tão sofisticados quanto os seus êxitos.

De semelhante modo, o espaço que se abre para o refinamento da qualidade do desempenho habilidoso, cuja apropriação é vital nos casos em que cenários extemporâneos surgem (TORRANCE & SCHUMANN, 2018), não deveria ser visto enquanto um episódio alheio aos contornos formativos da perícia; mas, ao contrário, como uma de suas partes integrantes. Esse é o cerne da aprendizagem continuada que toma os peritos de assalto. Muitas vezes, como vimos no caso do imprevisto, as consequências de nossos movimentos hábeis não são antecipáveis, e a disposição, simultaneamente afetiva e atenta, para aprender com a imprevisibilidade do mundo é peça chave para respondermos com sucesso a circunstâncias inesperadas quando em meio ao desempenho excelente de competências adquiridas. E isso vale tanto para o exercício de habilidades cotidianas quanto para a atualização excelente de capacidades inteligentes de nível profissional. Pois mesmo o desempenho de aptidões mais prosaicas e estacionárias, como subir escadas, apresenta-nos desafios imprevistos e potenciais prejuízos à qualidade das ações. Há, aqui, a justaposição entre os momentos de engajamento habilidoso e aprendido que não deixa brecha para uma concepção mecânica e automatizada de perícia.

Como já dito reiteradas vezes, as coisas nunca são exatamente do mesmo modo como já foram. Acredito que a força desse fato, tão enfatizado como esquecido desde a era arcaica de Heráclito (KAHN, 2009), não pode ser subestimada. Dado que

os eventos sucessivamente dispersos pelo tempo e espaço são sempre únicos e irreplicáveis, os contextos apropriados de utilização de habilidades jamais serão idênticos uns aos outros. Segue-se disso que a atualização possível de aptidões adquiridas, para lograr sucesso, irremediavelmente possuirá variações que espelharão as dissimilaridades, mesmo que diminutas, das situações em que são corretamente exercidas. Creio que esses apontamentos amarram a ideia segundo a qual sempre aprendemos algo com a realização de práticas inteligentes (RYLE, 1946; 2009) à tese sobre a ubiquidade do improviso (TORRANCE & SCHUMANN, 2018) e, simultaneamente, as resignifiquem de maneira mais radical.

Sempre aprendemos algo novo quando agimos inteligentemente porque sempre estamos a lidar com situações essencialmente ímpares e irreproduzíveis – cenários que nunca se repetiram antes e jamais voltarão a se repetir. Isso quer dizer que os nossos exercícios bem-sucedidos de agência invariavelmente envolvem, em todos os casos possíveis, o manejo de contextos diferentes que devem ser respondidos diferencialmente. Em outras palavras, para que a particularidade de exigências particulares, requeridas por circunstâncias únicas, seja atendida de maneira adequada, deve haver, sem exceções, algo de particular no próprio modo como são satisfeitas. Isto é, aqueles elementos responsáveis por particularizar os eventos em que aptidões adquiridas são utilizadas não podem escapar, sob pena de malogro, ao alcance da lida habilidosa. É por essa razão que mesmo as competências mais mundanas e vulgares, empregadas em ambientes tão controlados quanto a vida cotidiana permite, podem fracassar. Nas palavras de Montero: “*Deixar que o corpo se mova automaticamente pode resultar em padrões de movimento que carecem de novidade*” (2010. p.117, tradução nossa). Dado que toda situação é uma novidade que demanda uma reação igualmente inédita, segue-se disso que não existe, nem poderia existir, uma ação automática bem sucedida.

Isto posto, aprende-se algo novo a cada exercício de competências corporais porque estas precisam, inexoravelmente, superar conjunturas nunca vistas até então; nem pelo perito, nem por qualquer outro – porque, devido à natureza do mundo, o próprio agir necessita, sempre, confundir-se com o aprender. Talvez essa consideração explique a razão pela qual Dreyfus acredita que “*em todos os domínios, mestres aprendem primariamente não da análise de seus sucessos e fracassos, mas dos resultados de centenas de milhares de ações*” (2013. p.35, tradução nossa). De

todo modo, dado aquilo que foi dito no capítulo anterior, conclui-se que a lida de improvisação é ubíqua por causa da onipresença do aprendizado. Evidentemente, se as situações em que a habilidade é desempenhada forem muito similares entre si – i.e., se as variações contextuais forem mínimas –, a aprendizagem será praticamente desprezível e o improviso, imperceptível. Contudo, conforme a disparidade entre as circunstâncias de correta aplicação de capacidades inteligentes se alastre, a magnitude do aprendizado será maior e o agente terá de se utilizar de movimentos cuja coordenação possui menos familiaridade.

Seja como for, o resultado é que não pode haver pura repetição cega, automatizada, de padrões comportamentais. Com efeito, isso aniquilaria completamente a faculdade do comportamento inteligente de atender às especificidades impostas por um cenário substancialmente singular – o adjetivo “inteligente” estaria mal posto. Faz-se necessário, portanto, que o ator instancie alguma espécie de mentalidade e algum grau de atenção e afeto enquanto desempenha as suas aptidões adquiridas. Caso contrário, o agente seria incapaz de estar suficientemente sensível às variações sutis que particularizam o contexto vigente de tal modo a responder-lhe habilmente da forma igualmente particular exigida por essa situação. Na ausência do mental, o ator não conseguiria aprender coisa alguma em absoluto:

Se a mente do perito está desligada durante o desempenho, por que ele deveria continuar a aprender? Aprender algo novo, ou alterar rotinas excessivamente praticadas, requer reflexão esforçada [...] Logo, se peritos devem aprender continuamente, isso sugere que a mente é mais ativa na ação habilidosa do que previamente sugerido (BERMÚDEZ, 2017. p.2, tradução nossa).

Em consonância com o que fora exposto até aqui, Montero especula que o desejo pelo aprimoramento incessante da qualidade do desempenho de habilidades pode ser a real marca distintiva dos peritos de nível profissional:

[...] o perito [...] está continuamente melhorando. [...] peritos de muitos ramos estão sempre esforçando-se para melhorar [...] pode ser que esse desejo pelo aprimoramento continuado, uma atitude que, em japonês, é chamada de *kaizen*, torne o novato em um perito. Para a maior parte dos peritos, o esforço para melhorar nunca termina (MONTERO, 2010. pp.112, 115-116, tradução nossa; cf. 2013; 2016; 2018).

Uma vez que peritos estão sempre deliberadamente engajados no aperfeiçoamento de suas habilidades, eles jamais cessam de aprender em sentido relevante – i.e., não naquela acepção segundo a qual a atualização qualquer de

alguma aptidão adquirida traz aprendizado; mas no sentido implicado, por exemplo, pela variabilidade intencional de treinamentos (SUTTON ET AL., 2011). Como a aprendizagem se caracteriza, mesmo que parcialmente, pela capacidade progressiva de realizar discriminações perceptuais cada vez mais finas, ela abre, consigo, novos mundos ao agente à medida em que avança no aprimoramento constante de competências corporais: *“uma melhor concepção [de perícia] é aquela da contínua exploração e perfeição – especialmente para improvisadores de alto nível. Concertar novos mundos nunca tem fim”* (TORRANCE & SCHUMANN, 2018. p.265, tradução nossa).

Penso que seja nisso que consista a ideia de Montero segundo a qual a percepção do perito é atípica (2010. p.107). O refino continuado de habilidades extremamente especializadas faz florescer possibilidades de ação igualmente sofisticadas, inacessíveis aos olhos nus de leigos, que se disponibilizam acional e perceptivamente apenas a atores de excelência¹⁸ (cf. DI PAOLO ET AL., 2014). Por conta disso, os peritos possuem uma abertura perceptual privilegiada sobre a qualidade de seus próprios movimentos. Aquilo que, por eles, é passível de ser considerado como uma incorreção ou pobreza em seu desempenho pode estar completamente invisível a um expectador externo. Aqui, ocorrências de aprendizagem e episódios de perícia novamente colapsam uns nos outros. Sempre podemos tornarmo-nos melhores naquilo que fazemos; sempre há espaço para desenvolvermos novas maneiras de agir – e tal espaço se abre tanto no ensaio quanto na execução. Somos entidades fundamentalmente incompletas e isso não é diferente quando falamos sobre o requinte de nosso repertório habilidoso. De maneira correspondente, estar absorvido na lida talvez seja um dos únicos modos possíveis de visualizar onde há espaço para melhorias assim-e-assim; algo que, possivelmente, somente os melhores peritos são capazes de apreender: *“Assim como Sócrates é sábio por saber ser ignorante, é, ao menos em parte, a habilidade em reconhecer onde há espaço para aprimoramento que permite a atletas e artistas competentes alcançarem as alturas”* (MONTERO, 2010. p.116, tradução nossa).

¹⁸ Como somos seres sociais, o que é, em certa medida, exclusivo ao perito num primeiro momento pode posteriormente tornar-se acessível a outros agentes mediante o processo de aprendizado socialmente informado.

Em vista dessas considerações, acredito que a perícia do mais alto nível envolva a resignação a algo similar àquilo que Iris Murdoch denominara “*ideia de perfeição*” (2014). Em *The Sovereignty of Good*, a romancista e filósofa irlandesa defende que o emprego desejável de conceitos morais envolve um amor ao outro que impulsiona o agente a conhecê-lo melhor. Como tanto indivíduos quanto a linguagem que estes utilizam são entidades históricas que se alteram de maneira interminável, o conhecimento completo sobre uma pessoa e o domínio total sobre a aplicação adequada de termos éticos é impossível. Por conseguinte, a agência moral compreende a busca por um ideal de perfeição que é, por definição, impossível.

Murdoch dá o exemplo de uma mãe M ressentida com a sua nora N. M acredita que seu filho merecia coisa muito melhor e, correspondentemente, julga as ações de N de maneira não muito caridosa. Com o tempo, M percebe que as suas avaliações sobre N não são as mais apropriadas. A sua visão sobre N é progressivamente alterada. De maneira correspondente, as palavras utilizadas por M para descrever N também mudam. O que antes era adjetivado como “rude”, e.g., agora é tomado como “honesto”. De acordo com a irlandesa, essa transfiguração da apreciação moral de M por N tem como mola propulsora um interesse genuíno de M em conhecer N fidedignamente, em atentar ao comportamento de N com olhos de compaixão, justiça e verdade. Tal atenção amorosa engendra um processo de aprendizado sobre a própria emissão de juízos morais. Logo, não é o caso que, aqui, tudo o que ocorreu foi meramente uma substituição de termos depreciativos por outros mais favoráveis a N. Pelo contrário: por amor ao próximo, M aprendeu a atribuir virtude àquilo que, antes, era visto negativamente. Ela aprendeu novas aplicações corretas de conceitos morais.

Dado a historicidade incontornável de M, N e do sistema conceitual do qual M e N são usuárias, segue-se disso que o conhecimento que possuímos de outros indivíduos e a mestria sobre o emprego correto de conceitos são fundamentalmente incompletos e indefinidamente aperfeiçoáveis:

A atividade de M é algo essencialmente progressivo, algo infinitamente perfectível. Longe de atribuir-lhe algum tipo de infalibilidade, essa nova imagem foi erigida sobre a noção de falibilidade. M está engajada numa tarefa infinita. Conforme começamos a usar palavras como “amor” e “justiça” para caracterizar M, introduzimos em nosso quadro conceitual de sua situação a ideia de progresso, isto é, a ideia de perfeição [...] O amor é conhecimento do indivíduo. M confrontada com N tem uma tarefa infundável. Tarefas morais são caracteristicamente inacabáveis não apenas porque “no interior”, por assim dizer, de dado conceito os nossos esforços são imperfeitos, mas, também,

porque, à medida que nos movemos e olhamos ao redor, nossos próprios conceitos estão mudando (MURDOCH, 2014. pp.23, 27, tradução nossa).

Essas posições de Murdoch ilustram perfeitamente aquilo que aqui tem sido dito sobre lida hábil e aprendizagem, e, a meu ver, devem ser estendidas ao todo da excelência corporal. Logo, de maneira similar às propostas de Montero (2010; 2013; 2016; 2018), creio que o ideal de perfeição deva ser tomado como a marca característica da perícia do mais alto nível. Em sua consideração expandida, tal perfeição idealizada é melhor vista como uma espécie de utopia habilidosa responsável por motivar emocionalmente os agentes ótimos, fundamentalmente precários, quando na busca pela superação de sua finitude insuperável. Essa disposição afetiva, essa preocupação corporificada pelo refinamento inesgotável, é, portanto, aquilo que diferencia o perito do mero proficiente ou do novato¹⁹ – pois é por meio dela que os peritos de ponta se colocam numa posição de constante educação de afeto e atenção que lhes permite realizar discriminações cada vez mais finas e aprimorar a qualidade de seus movimentos.

Creio que a adesão resignada à ideia de perfeição seja também responsável pela distinção, no mais das vezes, entre a atualização de aptidões profissionais e o exercício de competências cotidianas. Numa entrevista fenomenológica realizada com a dançarina Eleanor Bauer, Buttingsrud transcreve com endosso as palavras da artista sobre aquilo que, em sua visão, diferencia habilidades de hábitos:

“[...] a diferença entre habilidade e hábito é a atenção”. Formação de hábito, ela me lembra, não é nenhuma proeza rara. “Todo conhecimento, todo tipo de conhecimento, é formação de hábito. É apenas questão de prática”. Adquirir uma habilidade, ou tornar um hábito interessante de se ver, é outro processo, que requer atenção: “Se uso meus hábitos habilidosamente, então estou os aplicando com uma certa posição, ou acurácia, para a tarefa em questão. Ou são aplicados de um certo modo, isso é resolução de problemas” (BUTTINGSRUD, 2021, tradução nossa)²⁰.

Desse modo, podemos dizer que a resignação ao ideal de perfeição insere, no agente, uma preocupação corporificada de ordem distinta. Peritos do mais alto nível não estão apenas interessados no produto de sua lida, mas na qualidade do próprio

¹⁹ Em concordância com o que dissera Murdoch, talvez seja por isso que muitos indivíduos alegam ter se tornado pessoas melhores a partir de um contato mais ou menos prolongado com alguém que professam amar. Em um caso desses, o sujeito encontra-se motivado a realizar boas ações àquele que ama – atos que, do contrário, não teria interesse algum em fazer ou que até mesmo lhe passariam completamente despercebidos. A partir do histórico de interações com o indivíduo amado, certas possibilidades de ação se tornam mais salientes ao agente e as suas habilidades morais se aprimoram.

²⁰ Interessante notar que essa é justamente a distinção de Ryle (2009) entre capacidades inteligentes e hábitos.

meio pelo qual a resolução de tarefas é atingida. Esse ponto é de suma importância para apreciarmos o aspecto distintivo da excelência de diferentes domínios habilidosos. Evidentemente, aprimorar a técnica que dá vazão à conquista de objetivos é um processo que, invariavelmente, otimizará os resultados de sua aplicação. Entretanto, quando tratamos daquelas aptidões mais mundanas, aquilo que normalmente nos interessa é apenas que a finalidade desejada seja cumprida. Damos-nos por satisfeitos se forem efetivadas as metas que o seu exercício se propõe a alcançar. Para a maioria de nós, competências cotidianas não passam de ferramentas cujo emprego é forçoso para realizarmos certas tarefas que, embora necessárias, constituem os episódios mais banais e desinteressantes de nossas vidas.

Já no caso de peritos em habilidades profissionais, ocorre algo muito diferente. Atores de alto nível não se preocupam apenas com que a realização de tal-e-tal tarefa seja obtida; mas, também, com a sua qualidade. Eles se interessam pela excelência associada à satisfação de finalidades assim-e-assim. Adicionalmente, aquilo que, no caso de capacidades cotidianas, seria um elemento não mais que instrumental, é, ao perito, um fim em si mesmo – nomeadamente, a própria técnica cujo emprego resulta no cumprimento de fins específicos:

[...] a prática não envolve apenas a tentativa deliberada de melhorar o desempenho em geral [...], mas também envolve visar o aprimoramento da técnica pela qual se é capaz de realizar uma ação habilidosa com sucesso. Isto é, durante a prática, agentes habilidosos frequentemente tentam melhorar não apenas os seus fins, mas também os meios pelos quais esses fins são alcançados [...] a prática corriqueiramente envolve que os meios de uma tarefa se tornem, ao menos temporariamente, fins em si mesmos (FRIDLAND, 2018. p.763, tradução nossa).

Em certo sentido, não há nada de instrumental na experiência de perícia. Agentes altamente hábeis não atualizam as habilidades que os definem enquanto os peritos que são porque precisam fazê-lo; porque querem tirar alguma obrigação inconveniente do caminho a fim de fazerem algo mais interessante na sequência – como um moleque que, obrigado pelos pais, precisa arrumar o seu quarto antes de brincar com os amigos da vizinhança. Longe disso. Quando um perito efetiva aquelas suas capacidades corporais de excelência, não há coisa alguma que, para ele, tenha, naquele momento, maior importância. Assim, do mesmo modo como, segundo Murdoch, o amor é necessário ao refinamento da agência moral, peritos dos mais variados ramos precisam nutrir uma paixão genuína pelo seu ofício para que possam afiar progressivamente o nível de desempenho de suas aptidões adquiridas. E é

precisamente tal paixão, essa jornada apoteótica de um feliz Sísifo rumo ao destino intangível da perfeição, que, em última instância, segrega perito de não-perito; habilidade de hábito.

A título de exemplo, considere-se o caso de enxadristas excelentes:

[Um] torneio sério de xadrez não é algo em que alguém apenas participa; é uma paixão. Enxadristas querem vencer. Desesperadamente. [...] enxadristas não perdem tempo pensando sobre outras coisas porque uma fração de segundo pode ser a diferença entre uma vitória e uma derrota, entre felicidade e desespero. Poder-se-ia dizer que é essa paixão por vencer, como prenunciado por Hume, que, em última instância, permite que xadrezistas de alto nível pensem e raciocinem conscientemente na ação. Habilidades cotidianas bem desenvolvidas, como caminhar (para a maior parte de nós que não somos maratonistas), dirigir para o trabalho, amarrar cadarços e digitar (para aqueles que não são datilógrafos profissionais), são desempenhadas desapaixonadamente, e raramente se está motivado a tentar melhorar nelas (MONTERO, 2018. p.13, tradução nossa).

Por conseguinte, acredito que o princípio de automaticidade parece ser corretamente aplicável àquelas competências mais cotidianas e prosaicas por conta de nossa disposição afetiva relativamente às últimas (cf. RIETVELD, 2008). Não buscamos excelência em lavar a louça porque pouco nos importamos com tal atividade; porque o atual nível de qualidade que alcançamos no desempenho daquela habilidade já nos é suficiente. Porque só nos interessa que, ao fim da atividade, a louça esteja limpa. Ou seja, porque a dedicação despendida em aprimorar a atualização dessa competência seria uma total perda de tempo. À vista disso, certas habilidades tornam-se “automatizadas” simplesmente devido a não as trazermos para o centro de nossa atenção, por estarmos preocupados com elas tão pouco quanto possível. Em suma, porque já nos basta que procedam da forma como normalmente se desdobram durante os episódios mais mundanos e desinteressantes de nossas vidas:

Atar os cadarços dos próprios sapatos não é como [o xadrez]. Além do tempo que se leva para aprender a habilidade quando criança, a maioria de nós sequer tenta melhorar, *mas deixa a habilidade tornar-se automática* a fim de que se possa ficar livre para focar em coisas como conversas difíceis (MONTERO, 2018. p.13, tradução nossa; cf. 2010, p.114) [grifo nosso].

A ideia de que *deixamos a habilidade tornar-se “automática”* é, aqui, da mais absoluta centralidade. A distinção entre as práticas de nível profissional e as competências do dia-a-dia não diz respeito, de maneira alguma, à natureza dessas diferentes capacidades – a disparidade é tão somente de afeto. Em princípio, nada impede que inclusive aquelas aptidões mais mundanas possam ser exercidas com o

mais alto nível de desempenho ou que se possua preocupação verdadeira em refiná-las (BERGAMIN, 2017; BUTTINGSGRUD, 2021). Pense, e.g., na culinária. Para boa parte das pessoas, preparar refeições para si ou a seus pares pode ser um puro fardo – algo que temos de fazer sem maiores interesses senão a mera satisfação de necessidades metabólicas. Entretanto, outra parcela considerável de indivíduos, que, por sua vez, não são cozinheiros profissionais, têm na gastronomia uma paixão. Eles buscam novas receitas, testam combinações de temperos, inventam pratos inéditos e por aí vai. Esses sujeitos dedicam-se a polir suas capacidades culinárias e cozinham com atenção e amor. Sendo assim, estão mais próximos de um enxadrista talentoso do que de um homem que atravessa a rua sem olhar para os lados. Admitidamente, mesmo alguém não muito afeiçoado à arte gastronômica, incumbido de aprontar um jantar romântico ao seu parceiro numa data especial, procurará confeccionar o rango com afeto, cuidado e atenção. Ou seja, até aquilo que, em condições normais, transcorreria de modo “automatizado” pode tornar-se o centro de nossas preocupações – como visto nas ocorrências supracitadas de perturbações inesperadas que se atravessam no meio da atualização de habilidades prosaicas. Talvez por isso os peritos que integraram a pesquisa empírica de Beilock e seus colegas apresentaram escassa memória sobre os episódios em que exerceram suas habilidades (BEILOCK ET AL., 2003. p. 310). As condições em que as suas aptidões foram atualizadas eram tão estacionárias e rotineiras, as exigências eram tão irrisórias, que eles sequer conseguiram se preocupar com aquilo que estava em jogo (a rigor, nada) – mesmo estando cientes de que participavam de um experimento e que seriam questionados.

Dado que até a atualização mais desatenta possível de aptidões cotidianas, ainda assim, envolve, em todos os seus episódios imagináveis, o ajuste do organismo a circunstâncias específicas que particularizam uma situação única, segue-se disso que a ideia segundo a qual existe automaticidade na lida habilidosa configura um mito – uma lenda que deve ser rejeitada de uma vez por todas. Pense, por exemplo, no caso de um tabagista. Não importa o quão adicto esteja o sujeito, ele não irá realizar as suas ações habituais viciadas em locais onde fumar é proibido e haja devida fiscalização, ou se estiver próximo a pessoas conhecidas que repudiem o cheiro de fumaça (RYLE, 2009. p.31). É bem provável que, quando for impossível de ignorar as suas necessidades fisiológicas, o fumante procure ativamente escapar daquele

cenário que o impede de satisfazer o seu vício para que, enfim, consiga pitar em paz. Entretanto, mesmo tal ato atesta que aquilo que de mais próximo há de repetições cegas na agência humana é sensível a contexto.

A fim de visualizarmos essa última questão com maior clareza, retornemos brevemente ao caso do xadrez. Montero (2018) procurou replicar um experimento, originalmente desenvolvido pelos irmãos Dreyfus, que teve como cobaia o mestre internacional Julio Kaplan (DREYFUS & DREYFUS, 1986). O objetivo do teste era mostrar que a perícia de xadrezistas se desdobra de maneira essencialmente automática e desatenta. Kaplan foi orientado a apresentar de forma oral, tão rapidamente quanto pudesse, a resolução de problemas básicos de adição, requeridos a cada um segundo, durante uma partida de xadrez relâmpago contra um oponente levemente mais fraco. O resultado foi que, *“privado do tempo necessário para enxergar problemas ou construir planos, Kaplan ainda assim produziu jogadas fluidas e coordenadas”* (Ibid., p.33, tradução nossa). Disso, Stuart e Hubert Dreyfus concluem que a atenção é desnecessária para que xadrezistas de alto nível desempenhem excelentemente.

No intuito de constatar a acurácia da conclusão extraída pelos irmãos Dreyfus, Montero conduziu o seu próprio experimento nos mesmos moldes daquele que expusemos acima. Dois enxadristas de nível mestre foram orientados a fornecer, em voz alta, a resolução de alguns problemas aritméticos enquanto jogavam partidas *online* de xadrez relâmpago contra adversários igualmente de nível mestre. Durante as partidas, os xadrezistas tinham de resolver adições básicas, como $2 + 3$ ou $1 + 1$, solicitadas a cada um segundo após a emissão da última resposta. Ainda que ambos tenham sentido que desempenharam a sua perícia do mesmo modo como ela funcionaria normalmente, a filósofa observou algo muito interessante. Quando os jogos se complicaram, os mestres interromperam a fluidez da realização de somas. Notoriamente, um deles demorou um longo tempo para oferecer o resultado da equação $8 + 1^{21}$, ao passo que o outro cometeu erros nas adições. Montero nos diz o seguinte sobre os relatos em primeira pessoa dos enxadristas: *“ambos afirmaram que, longe de suas mentes analíticas estarem atoladas pela tarefa de adição, focaram*

²¹ Lastimavelmente, Montero não nos diz qual foi a duração precisa desse longo período.

quase inteiramente no xadrez e deixaram a soma prosseguir sem pensamento” (MONTERO, 2018. p.12, tradução nossa).

Montero sugere que a melhor conclusão a ser extraída de tal experimento não é que as partidas de xadrez transcorreram de maneira automática – mas, pelo contrário, que as tarefas equacionais, inteiramente simples e triviais para qualquer ser humano matematicamente educado, é que foram realizadas automaticamente (Ibid. pp.11-12). Todavia, aquilo que de fato chama minha atenção, e em que a filósofa infelizmente não se detém muito, é que mesmo o fornecimento das soluções de operações aritméticas tão básicas, como $8 + 1$, tivera a sua fluidez interrompida e se sujeitaram a erros nos momentos acirrados dos jogos. Como ambos os xadrezistas de alto nível precisaram frear as adições mui elementares ao tornarem-se mais exigentes as suas partidas, é no mínimo de se suspeitar que a putativa automaticidade com a qual as operações equacionais foram desempenhadas não era, afinal de contas, tão “automática” assim. Em consonância com as minhas posições, uma interpretação possível dos resultados obtidos pelos testes de Montero é a de que não havia automaticidade alguma nos feitos dos mestres enxadristas – nem no xadrez, nem na aritmética. Pois, uma vez que as situações periclitantes dos jogos dos xadrezistas comprometeram o exercício de suas competências matemáticas, segue-se disso que um tanto de cuidado e atenção, ainda que marginais, estavam envolvidos na efetivação daqueles cálculos elementares. A sua realização extraía algo da concentração e afeto de peritos que, tão logo encontraram-se num contexto de preocupação relativa ao andamento da partida, voltaram todo o foco atento e emocional para o xadrez.

Assim, junto a Ryle (2009), sustento que é da natureza da lida habilidosa que algo se aprenda ao atualizarmos capacidades inteligentes. Contudo, difiro de Ryle por recusar a ideia de que o hábito se caracteriza pela reprodução cega de exercícios progressos – simplesmente porque tal repetição mecânica é, a rigor, impossível. Tudo o que diferencia a perícia de nível profissional da competência em aptidões cotidianas é aquela disposição afetiva (e, por conseguinte, atenta) sobre a qual falávamos, cristalizada pelo ideal de perfeição (MURDOCH, 2014). Como vimos, a busca continuada pelo máximo desempenho, o refinamento deliberado incessante de uma habilidade adquirida, bem como o desejo por tal aprimoramento, abre aos peritos um acesso atípico àquelas especificidades mais miúdas tanto do ambiente quanto de

seus próprios movimentos altamente hábeis. Em outras palavras, a reeducação contínua de atenção e emoção, quando intencionalmente empreendidas, funda aquele portal que dá para a dimensão experiencial ímpar da *expertise* do mais alto nível. E esse reino não está, em princípio, interdito para nenhuma de nossas capacidades corporais – desde que a paixão mencionada por Montero esteja envolvida. Com o perdão da pieguice, *não há barreiras possíveis ao amor*.

Por tudo aquilo que foi dito, creio que a perícia não deveria ser circunscrita unicamente, como queria Dreyfus (2002; 2006; 2007a; 2007b; 2013), aos episódios de fluxo absorvido ou sequer aos casos em que a habilidade do perito efetivamente é exercida. Ao invés disso, ela é melhor entendida como contínua. Agentes habilidosos de alto nível, cuja qualidade de suas faculdades corpóreas se aprimora de maneira incessante, raramente passam um dia sem pensar naquela atividade que os define enquanto os peritos que são – seja depois de atualizarem suas potências corporificadas ou até mesmo em dias de folga. Para o usar o caso do xadrez mais uma vez, o enxadrista talentoso compara e analisa os resultados e a qualidade de seus lances, avalia a estratégia de oponentes progressos e futuros, procura por jogadas mais eficientes em determinados contextos e por aí vai (MONTERO, 2018). Como constatado por Sutton e seus parceiros (2011; cf. ERICSON ET AL., 1993), ao tratar-se de peritos, esse tipo de treinamento é um fenômeno pervasivo que engloba os mais variados domínios de *expertise*.

Em vista disso, parece ser o caso que a perícia envolva, sobretudo, a adoção intencional de um estilo de ser no mundo que se esparrama por todos os lados da vida do indivíduo. Agir como um perito equivale a aderir a uma série de comportamentos que, à primeira vista, não estão imediatamente relacionados à realização de determinada competência – mas que, ainda assim, voltam-se diretamente ao seu cumprimento altamente habilidoso e se conectam entre si de maneira significativa justamente por tê-lo em vista. Considere, por exemplo, um futebolista que, para alcançar o pico de seu desempenho, precisa adotar uma certa dieta; dormir em horários regrados; rejeitar o consumo de certas substâncias; evitar determinadas atividades, conversas ou o que for que possam desconcentrá-lo antes de uma partida importante; e que, inclusive, precisa assentir a uma rotina mais ou menos metódica mesmo durante as suas férias. Dito de outro modo, o perito precisa agir como um perito até quando não exerce a sua perícia. Talvez seja esse o aspecto fundamental

que distingue os melhores dos apenas bons ou dos medíocres: no caso do *expert* de mais alto nível, a entrega completamente devota ao ideal de perfeição alcança todos os aspectos de sua existência.

Assim, quando visualizamos o comportamento inteligente do perito em todo o esplendor de sua excelência habilidosa, presenciamos o ponto para o qual todo o restante de sua vida convergiu. Presenciamos uma explosão de movimentos e emoções extremamente sofisticadas que dá para a qualidade irrepreensível de suas ações corporificadas. Nada mais lhe importa. Ali está todo o seu mundo e o seu “eu”. Correspondentemente, a ideia de que um ego inexistente durante o fluxo absorto pode ser posta da seguinte forma: não existe “eu” por trás da perícia porque não existe nenhum sujeito que possua crenças, volições, medos, vergonhas, pensamentos, e assim em diante, que não estejam intimamente relacionados à atividade que agora o ator realiza. Todo o foco de atenção, afeto e reflexão estão mobilizados em função do desempenho máximo de suas aptidões adquiridas. Naquele momento, não existe ego que a isso transcenda. E assim nos tornamos puramente aquilo que fazemos. Nesse sentido, quando o agente se encontra no pico de seu desempenho hábil, deveríamos tomar a sua absorção não como o desligamento da operatividade de potências mentais, mas enquanto uma dança finamente coordenada entre mentalidade, corporeidade e mundanidade que confere uma brevíssima concretude àquela perfeição idealizada (MURDOCH, 2014), tão desejada pelos mais variados peritos, que se esvai à medida que os indivíduos a tocam com as pontas dos dedos.

Compare o que tem sido aqui dito sobre a continuidade da experiência perita e do refino de habilidades com o influente modelo de aprendizagem desenvolvido pelos irmãos Dreyfus (1986; 2004; cf. TORRANCE & SCHUMANN, 2018; MONTERO, 2010). Hubert e Stuart Dreyfus entendem que o processo de aprendizado compreende cinco estágios: novato, iniciante avançado, competência, proficiência e perícia.

No primeiro estágio, o aprendiz é apresentado a um conjunto de regras, máximas, princípios e critérios independentes de contexto que lhe permitem desempenhar algumas ações, ainda muito rígidas e grosseiras, no interior daquele domínio ao qual está em processo de iniciação. No segundo estágio, o iniciante começa a adquirir alguma familiaridade com os atos demandados pela prática e passa a ser capaz de realizar algumas discriminações contextuais. No terceiro estágio, o ator acumula simultaneamente um domínio sobre o conjunto de critérios explícitos e

sensibilidades situacionais que o habilitam a realizar certas escolhas que podem ou não otimizar o seu desempenho. No quarto estágio, o aprendiz dá uma virada qualitativa: o indivíduo começa a abandonar o uso de máximas e passa a aprender a ser direcionado única e exclusivamente pelas sensibilidades que adquirira até então. No quinto e último estágio, o agente, agora perito, se desfaz por completo de regras e apenas responde automaticamente a solicitações de *affordances* na ausência de qualquer estado de consciência que possa guiar a ação. Aqui, o aparecimento de qualquer forma de mentalidade é, no melhor dos casos, dispensável; e, no pior deles, prejudicial à qualidade dos atos habilidosos (DREYFUS, 2002; 2006; 2007a; 2007b; 2013):

O motorista perito, geralmente sem qualquer atenção, não apenas sabe por sentimento e familiaridade quando uma ação como desacelerar é requerida; ele ou ela sabe como executar a ação sem calcular e comparar alternativas. Ele ou ela troca de marcha quando apropriado sem ciência do ato [...] O que deve ser feito simplesmente é feito. [Um perito] não arrazoa nem age deliberadamente. Ele ou ela simplesmente faz espontaneamente aquilo que normalmente funcionou, e, naturalmente, normalmente funciona (DREYFUS & DREYFUS, 2004. p.253, tradução nossa).

Desse modo, ao se concluir a última das cinco fases do modelo de aquisição de habilidades proposto pelos irmãos Dreyfus, o agente conquista a credencial de um mestre que, em geral, nada mais necessita aprender. Quando o contexto é suficientemente familiar, os atos do perito se desdobram fluida e irrefletidamente. O indivíduo altamente hábil, por assim dizer, possui um entendimento completo sobre como se orientar numa região já inteiramente desbravada de forma pregressa. Em razão disso, o *expert* pode – ou, melhor: deve – desligar a mente em sua inteireza e operar como um “sonâmbulo” (DREYFUS, 2013). Para Hubert Dreyfus, até mesmo a lida improvisada, longe de caracterizar desempenhos corporais que precisariam manejar, em tempo real, perturbações imprevistas correspondentes a um domínio particular de perícia (TORRANCE & SCHUMANN, 2018), transcorreria, semelhantemente a qualquer outra prática habilidosa, mediante o fluxo absorvido subpessoal: “[A improvisação] *alcança o seu clímax quando finalmente não mais há um eu que planeja, nem uma mente que visa adiante; mas uma mão de jazz que sabe, a cada momento, como tocar a música*” (DREYFUS, 2001. p.x, tradução nossa).

Considerando tudo aquilo que estávamos a defender há pouco, um problema imediatamente visualizável de tal concepção sobre a aquisição e refinamento de habilidades é que ela é insensível “aos processos de aprendizado, às vezes muito

sutis, com os quais peritos estão engajados tanto na prática quanto no desempenho” (MONTERO, 2010. p.116). Logo, o resultado do modelo de aprendizagem dos irmãos Dreyfus é uma imagem estática e finalizada da experiência de perícia²²: *“Dessa perspectiva, percebemos que uma fraqueza da visão de Dreyfus sobre a lida absorvida [...] é que ele parece presumir um domínio pré-dado que se torna não-mental uma vez que é dominado”* (TORRANCE & SCHUMANN, 2018. p.264, tradução nossa).

A lida altamente habilidosa, como nós, nunca é coisa acabada. Espero ter oferecido razões suficientes para que assim se pense.

²² Bergamin (2017) tenta superar essa dificuldade ao alegar que o processo de aquisição de habilidades em cinco estágios reinicia quando o perito deseja aprender algo específico.

7. TEORIA DA INTENCIONALIDADE HABILIDOSA E LINGUAGEM

De maneira mais geral, a grande pedra no sapato para a psicologia ecológica diz respeito à assim chamada “cognição superior”. Críticos representacionistas afirmam que linguagem, raciocínio lógico, imaginação, dentre outros, não poderiam ser explicados via dinâmica entre organismo e ambiente. De acordo com eles, esses episódios da vida mental de indivíduos teriam “fome por representações” (CLARK & TORIBIO, 1994; cf. HAUGELAND, 1991). Portanto, termos médios entre objeto e sujeito necessitariam ser evocados para que se oferecesse uma explicação apropriada de processos cognitivos superiores. Se for esse o caso, a psicologia ecológica encontrar-se-ia seriamente limitada.

Os teóricos responsáveis pelo desenvolvimento recente do sistema conceitual da *intencionalidade habilidosa* (RIETVELD ET AL., 2013; 2018; RIETVELD & KIVERSTEIN, 2014; KIVERSTEIN & RIETVELD, 2015; 2018; 2021; VAN DIJK & RIETVELD, 2017) prometem que a sua teoria pode dar conta de tais dificuldades. A ideia é que a “cognição superior” não diria respeito a um tipo inteiramente distinto de processo cognitivo, mas a diferenças entre os repertórios hábeis de diferentes espécies de organismos (RIETVELD & KIVERSTEIN, 2014. p.326). Acredito que tal quadro de referência é capaz de explicar o uso da linguagem a partir da noção de “habilidade” e, nesse sentido, salvar ao menos esse aspecto – correto, julgo eu – do modelo de perícia oferecido por Dreyfus. Por conta disso, atenção especial será dada à teoria da intencionalidade habilidosa na exposição subsequente.

7.1. Intencionalidade habilidosa

Toda variedade de intencionalidade tem sua base no afeto – isto é, em preocupações corporificadas e (des)contentamento direcionado internamente relacionados com certas parcelas do ambiente. Os rudimentos de quaisquer vertentes de estados intencionais se encontram na faculdade inata de direcionalidade afetiva, do poder importar-se com algo. Fiéis a tal ideia, Rietveld e Kiverstein desenvolvem a noção de “intencionalidade habilidosa” a fim de explicar tanto os assim chamados processos cognitivos “inferiores” quanto os “superiores”.

A intencionalidade habilidosa é composta pela prontidão para a realização de um conjunto de possíveis atos, imediatos e irrefletidos, constitutivos de uma constelação de solicitações mais ou menos interligadas que se apresentam ao ator

enquanto convidativas devido à sua repercussão no ajuste entre tal organismo e seu meio (KIVERSTEIN & RIETVELD, 2015). Caracteriza-se, destarte, enquanto uma responsividade seletiva a um campo de solicitações – uma abertura afetivo-acional a uma coleção de *affordances* relevantes aos interesses vigentes do ator. Estar aberto a um reino de sedutoras possibilidades de ação envolve, portanto, a posse de um repertório habilidoso que a elas dá acesso.

Dado que toda uma multiplicidade de possíveis atos pode ser objeto das preocupações de um agente ao mesmo tempo, o ator, correspondentemente, possui uma multidão de *estados de prontidão para ação* (FRIJDA, 1986) cuja intensidade vivenciada varia de acordo com a força atrativa exercida pelas *affordances* pertinentes (RIETVELD & KIVERSTEIN, 2014. p.342). Se, por exemplo, certo animal encontra-se esfomeado, mas a sua fonte de alimentação está rodeada por vários predadores, a interação possível mais saliente será a de esconder-se. Não obstante, as *affordances* de nutrir-se, oferecidas pelos alimentos alojados não muito longe dali, ainda continuarão a exercer um caráter convidativo sobre a ação de tal organismo – mesmo que algo obscurecido pelo ato momentaneamente mais relevante, i.e., manter-se longe do perigo. Tão logo o agente avaliar que suas redondezas já não comportam ameaça, a preparação comportamental de alimentar-se atualizar-se-á – a solicitação de buscar o alimento efetivamente engendrará a ação do ator. Desse modo, Kiverstein e Rietveld concluem que os organismos são responsivos não apenas a um possível ato de cada vez, mas ao todo de uma rede de *affordances* convocatórias e entrelaçadas – o que chamam de “campo de *affordances*” –, fato que explica a capacidade do animal de alternar espontaneamente entre diferentes interações com seu meio:

Um animal nunca está seletivamente responsivo a uma única *affordance*, mas ao todo de um campo de *affordances*, cada uma das quais possui um grau continuamente cambiante de relevância para um animal... Muitos [...] animais são comportamentalmente responsivos a múltiplas *affordances* relevantes simultaneamente [...] cada uma das quais com maior ou menor significância para o animal. A significância de uma *affordance* se manifesta na urgência com a qual a *affordance* correntemente impulsiona o indivíduo a preparar a si mesmo para a ação (KIVERSTEIN & RIETVELD, 2015, tradução nossa).

Assim sendo, é por conta da faculdade afetiva dos sistemas vivos de serem motivados por parcelas ambientais relevantes às suas preocupações que estes, por seu turno, tornam-se seletivamente responsivos e abertos ao entorno de modo a regular normativamente a sua lida e aprimorar o seu encaixe com o mundo, o seu

ajuste ótimo com os derredores. O contato perceptivo com a força convidativa de uma *affordance*, pertinente às circunstâncias em que está situado o animal, engendra um estado de preparação corpórea para a ação; quer dizer, uma tendência de ação causada pelo poder sedutor de um ato possível solicitado mais proeminentemente (RIETVELD & KIVERSTEIN, 2014. p.342). Dado que o campo de *affordances* que se abre a um sujeito é composto por diferentes oportunidades de ação que se apresentam ora como inteiramente urgentes, ora como apenas pertinentes, os múltiplos estados concomitantes de prontidão acional serão vividos, pelo indivíduo, com maior ou menor pujança. De maneira correspondente, podemos entender emoções e respostas afetivas enquanto “*mudanças na prontidão para ação geradas como uma reação a objetos ou eventos que são apreciados como relevantes às preocupações do indivíduo*” (RIETVELD, 2008. p.988, tradução nossa; cf. FRIJDA, 1986). A apreciação por determinada situação ou evento orienta a atividade de um organismo até a conquista momentânea de equilíbrio bioecológico.

Vejamos brevemente como essas considerações se aplicam ao caso do imprevisto. Dado que os atores estão abertos ao todo de um campo de solicitações que se amalgamam, capazes, por seu turno, de engendrar estados de prontidão acional muito distintos – e que, devido à natureza irreplicável e parcialmente incontrolável de eventos, podemos ser confrontados, a qualquer momento, com novos desafios endereçados pelo ambiente, incluindo o ambiente familiar –, a constelação específica de *affordances* relevantes geradas por uma situação imprevista causará, correspondentemente, uma nova rede de estados entrelaçados de prontidão acional²³. O efeito disso é que uma antecipação global das consequências bioecológicas de atos potenciais concomitante e sequencialmente executados, não realizados conjuntamente até então, é percebida (TORRANCE & SCHUMANN, 2018). Esse processo dá vazão a um novo modo de interagir com o ambiente que, caso obtenha sucesso, atende às demandas por ele impostas e satisfaz nossas preocupações corporificadas.

Visto que a responsividade e acesso a *affordances* são cativas das competências disponíveis em uma forma de vida, segue-se disso que diferentes tipos

²³ Cabe enfatizar que o aparecimento da constelação de solicitações e a rede de estados de prontidão acional que suscita emergem após – ou, talvez, simultaneamente – o processo espontâneo de reeducação de atenção e afeto.

de organismos apresentarão variedades distintas de intencionalidade habilidosa. A última sempre deve ser definida em termos de uma *Lebensform* particular (KIVERSTEIN & RIETVELD, 2015). Em razão disso, Rietveld e Kiverstein entendem que tanto os processos cognitivos ditos “inferiores” quanto os chamados “superiores” podem ser explicados em termos de nicho ecológico e engajamentos habilidosos apresentados por diferentes espécies naturais e modos de ser no mundo. Logo, o repertório habilidoso de um agente encontrar-se-ia holisticamente estruturado – não há divisão entre “baixo” e “alto” níveis. Haveria apenas uma abertura seletiva ao todo de um campo de *affordances* salientes que se torna acessível ao organismo devido à totalidade de aptidões adquiridas por um indivíduo que com o primeiro se defronta.

7.2. Nicho ecológico linguajado

De acordo com Kiverstein e Rietveld, as *affordances* do nicho ecológico humano são “*linguajadas*”. Isso significa que as diferentes possibilidades de ação que servem de composição aos ambientes distintivamente humanos estão entrelaçadas a uma ampla rede de práticas sociolinguísticas (KIVERSTEIN & RIETVELD, 2021. p.S176). Tal fato confere aos diferentes integrantes de uma comunidade linguística a faculdade para expressar em pensamento, seja ele publicamente observável ou silencioso, os modos com os quais estão efetivamente engajados com seu meio através de articulações discursivas. Em certo sentido, quando tratamos de seres como nós, o mundo oferece, de maneira mais ou menos proeminente, a oportunidade de pensá-lo – de considerar linguisticamente a forma como nele estamos situados:

Dentre as habilidades e capacidades que as pessoas desenvolvem numa forma de vida humana estão as habilidades para expressar, seja na atividade de fala ou escrita, modos de pensar sobre o mundo [...] Habilidades e capacidades para a expressão de coisas na fala e escrita transformaram a vida humana ao permear o nicho ecológico que humanos habitam. As *affordances* do nicho humano podem, então, ser ditas “*linguajadas*” porque foram formadas, em certa medida, mediante as atividades das pessoas que tomam parte nas práticas sociomateriais de fala e escrita (Ibid., p.S177, tradução nossa).

Para usar o exemplo wittgensteiniano, quando o arquiteto grita ao seu auxiliar, ou a quem mais for, “Muito baixo!”, ele veicula publicamente um modo de pensar sobre as dimensões do edifício no interior do contexto mais amplo das práticas distintivas de seu ofício e do projeto particular com o qual está a lidar: “*Ao emitir essa enunciação, [o arquiteto] está a se engajar com uma affordance da porta que se tornou linguajada*” (Ibid., p.S177-178, tradução nossa). Assim, uma determinada atividade sociocultural, oriunda da forma de vida humana, torna-se responsiva a possíveis atos de discurso.

Ela admite enunciações que exibem a maneira como nela estamos dispostos e, também, expõem em pensamento aquilo que é relevante ao cenário comportamental. E é devido ao conjunto de nossas atividades comunitárias ser sensível à apreensão de seus aspectos via pensamento, por terem sido fundadas, também, a partir da fala e da escrita, que as diferentes *affordances* do ambiente humano estão perfeitamente integradas ao discurso (Ibid.).

Logo, os possíveis atos constitutivos do nicho ecológico de nossa espécie e as práticas distintivamente sociolinguísticas em que nos situamos são co-determinantes e mutuamente restritivas: o costume comunitário parte das *affordances* disponíveis, mas transformam-nas por meio da construção sociomaterial, linguisticamente informada e coordenada, de um ambiente que, por seu turno, novamente restringirá a prática – e assim *ad infinitum* (Ibid., p.S179). As atividades da fala e escrita entrelaçam-se com o meio físico e dão vazão a oportunidades de ação linguajadas. Segue-se disso que, no caso da humanidade, o ambiente para o qual tem-se ingresso é ontologicamente constituído, mesmo que parcialmente, pelas nossas diferentes culturas simbólicas.

Seguindo Gibson e Merleau-Ponty, Kiverstein e Rietveld negam qualquer atribuição de imaterialidade à linguagem e demais itens tipicamente culturais. A comunicação simbólica sempre se realiza via padrões estruturados da matriz energética ambiente – seja pela manipulação do som, luz, mecânica ou afins (GIBSON, 1983. p.26). De acordo com Gibson, tanto a fala quanto a escrita configuram “*percepção em segunda mão*” (Ibid., p.234) – modos de transmissão de informações ecológicas que não se encontram disponíveis no ambiente imediato de um sujeito, mas que são veiculadas por meio da experiência acumulada de outros indivíduos de sua comunidade (quando armazenadas, por exemplo, em bibliotecas, museus e afins). Por tais razões, o pensamento linguístico é tão material quanto as demais *affordances* do nicho ecológico humano – ele é realizado mediante a atividade corporal concreta de sujeitos linguísticos (KIVERSTEIN & RIETVELD, 2021. pp.S178-S179).

Porque Dreyfus entende a linguagem representacional e imaterialmente, e a mente cartesianamente, dar vazão a certo pensamento discursivo de maneira simultânea à atualização ótima de uma habilidade corpórea lhe parece o mesmo que distanciar-se do mundo, espelhá-lo contemplativamente mediante aquela atividade

mental que, por necessidade, adota um panorama em “terceira pessoa”. Dado que uma representação é algo que está por alguma coisa para alguém, o sujeito pensante estaria num contato primário com aquele símbolo que refere o objeto concreto com o qual deveria estar fundido caso seu objetivo fosse o desempenho corporal perito. Segue-se disso que, conforme representamos algo pelo pensamento linguístico, afastamo-nos do representado. O resultado é que uma avaria na qualidade do engajamento habilidoso é incontornável: como não mais estamos absorvidos – pois aderir a uma perspectiva representacional em “terceira pessoa” que objetiva o mundo é distanciar-se dele em algum grau –, rompe-se, igualmente, com a perícia. Não obstante, se concebermos a linguagem de maneira pragmática e expressiva, a atividade discursiva se torna mais uma maneira de interagirmos habilmente com o ambiente. Assim sendo, articulações linguísticas silenciosas não implicariam em desengajamento algum – como vimos nos casos apresentados por Høffding (2019) e Montero (2010; 2018).

7.3. O pensamento como lida falada ou escrita

Segundo Merleau-Ponty (2002), o pensamento proposicional realiza-se apenas via atividade discursiva, seja ela pública ou “privada”. Não existe qualquer pensar de maneira prévia à sua realização efetiva na fala ou escrita. Quer dizer, os pensamentos (proposicionais) de um sujeito não estão dentro de sua cabeça aguardando articulação explícita. Por conseguinte, não há distinção entre a fala e o pensar (semântico) por ela expressa. Contra Frege, a linguagem não é um invólucro que reveste o pensamento (proposicional) – ela configura o próprio pensar (KIVERSTEIN & RIETVELD, 2021. p.S178). Antes da intervenção discursiva, “pensamentos” não passam de sensações rudimentares e indefinidas – episódios afetivos que nos direcionam, por exemplo, ao correto emprego de uma palavra de acordo com as demandas de uma situação específica:

[...] é na fala que o pensamento linguístico se realiza. O pensamento não existe previamente à atividade corporal expressiva de alocação porque é apenas no ato de falar, a nós mesmos ou a outros, que o pensamento é articulado e se torna um pensamento determinado. Antes de darmos voz a pensamentos, eles não são mais do que sensações incipientes (Ibid., p.S180, tradução nossa).

Se admitirmos como verdadeiras as considerações de Merleau-Ponty, Kiverstein e Rietveld, então fica claro outro motivo pelo qual recusar a doutrina da mentalidade conceitual de McDowell. Não é o caso que a atualização compulsória,

pervasiva e subpessoal de capacidades judicativas forneça conhecimento empírico proposicional que pode simplesmente ser articulado linguisticamente pela anexação de porções de linguagem. Esse tipo de saber só pode realizar-se mediante as atividades expressivas de fala e escrita. Crenças, juízos e razões não aguardam formulação discursiva explícita numa forma larval correspondente a conteúdos mentais pré-sentenciais e irrefletidos.

Como no caso das demais habilidades de um ser humano, o aprendizado de uma língua primária envolve a educação da atenção e afeto. Quando uma criança passa a ser iniciada numa comunidade de falantes, ela necessita aprender a reconhecer uma vasta gama de aspectos relevantes para determinadas práticas linguísticas. Em outras palavras, o aprendiz precisa começar a se importar com uma série de particularidades do ambiente e de como os seus pares com estas se relacionam, a reconhecer determinados padrões recorrentes de interações bioecológicas entretidos pelos diferentes membros de sua comunidade em situações assim-e-assim (GIBSON, 1983. p.244). Portanto, para um infante adquirir a posse do conceito de “triângulo”, por exemplo, ele necessita aprender a discriminar aquilo que há de distintivo nas porções ambientais que acomodam tais figuras de tal modo a distingui-las com sucesso de quadrados ou círculos, tamanhos ou cores, itens unidimensionais ou tridimensionais, no interior de uma ampla rede interrelacionada de atividades linguísticas e não linguísticas (KIVERSTEIN & RIETVELD, 2021. p.S180). Destarte, a mestria de uma língua nos habilita a pensar proposicionalmente sobre o ambiente como sendo tal-e-tal a partir do marco que as palavras imprimem sobre aspectos mais ou menos invariantes e reincidentes de um nicho ecológico (GIBSON, 1983. p.244; cf. HEFT, 2017):

[...] enunciações de um falante podem ser usadas para identificar e tornar articulado como são as coisas. O que faz um falante é tornar explicitamente manifesto um modo de entendimento ou de pensar sobre as coisas [...] Isso requer de mim, enquanto falante hábil, a realizar todo um conjunto de contrastes e distinções [...] O uso de uma palavra para apontar a um aspecto particular do ambiente implica mestria de um vasto número de outras palavras e muito coisas além (KIVERSTEIN & RIETVELD, 2021. p.S180, tradução nossa).

A linguagem compreende uma amplíssima família de maneiras distintas de interagir com o ambiente e nele – por ele – realizar tais-e-tais atos de discurso (KIVERSTEIN & RIETVELD, 2015). Configura-se, por conseguinte, enquanto um vasto compêndio de ferramentas recursivas (WITTGENSTEIN, 2009). Toda

enunciação oferece uma possível resposta; todo proferimento é, em si mesmo, uma reação distintiva a algo outro, a um contexto situacional sociolinguístico particular. Em suma, qualquer declaração propicia a possibilidade de servir de base para uma nova articulação discursiva. Logo, ter a posse de um conceito é ser o portador de um entendimento prático quanto ao funcionamento de todo um sistema de atividades linguísticas e não linguísticas – de uma constelação de significados socioculturalmente constituídos. Mediante a iniciação numa comunidade de falantes, passamos a compreender quais palavras são permitidas em tais contextos, quais possibilidades de interação linguística são legítimas quando postas sobre o plano-de-fundo de uma prática mais ampla. Desse modo, a expressão de um pensamento (proposicional) sobre a maneira como estamos ambientalmente dispostos pode extrair a ação de um agente na qualidade de solicitação de uma *affordance* linguajada:

Tipicamente, estamos prontos para muitas ações simultaneamente. Isso é o que nos permite alternar tão rápida e flexivelmente entre atividades [...] as *affordances* que são relevantes para nós são linguajadas – elas estão emaranhadas em nossas práticas de fala e escrita. Logo, dentre as possibilidades de ação que um indivíduo habilidoso pode ser impulsionado a realizar estão as atividades de tornar articulado e determinado os modos de pensar e ser envolvido pelo mundo (KIVERSTEIN & RIETVELD, 2021. p.S189, tradução nossa).

Como os aspectos de mundo com os quais gozamos de possíveis interações são, eles mesmos, linguajados, as ações que o meio oferece envolvem, também, possíveis atos linguísticos percebidos diretamente. A depender dos interesses vigentes do agente, as *affordances* que impulsionarão a sua atualização poderão ser, portanto, atos discursivos – seja numa interação com outros ou consigo mesmo. Se fito panoramicamente o estado atual de meu quarto, o ato mais atraente que aparece em meu horizonte fenomênico pode muito bem ser o de pensar o quão bagunçado se encontra – um curso de ação muito familiar àquelas pessoas mais acráticas e procrastinadoras, arrisco dizer. Assim sendo, nada impede, em princípio, que as solicitações mais pujantes sejam aquelas que dizem respeito à articulação linguística sobre aspectos de mundo.

De maneira correspondente, um pensamento como “Este quarto está uma bagunça” pode servir como engate para aquela interação com o ambiente que visa arrumá-lo – algo que mesmo Dreyfus admite (2007a). Contudo, a efetivação desse tipo de tarefa pode acompanhar pensamentos – como “Este fica aqui; isto, para lá” – que ajudam na coordenação da atividade; ou, ao menos, auxiliam o agente a manter-

se engajado em sua atividade corrente por meio de tais registros linguajados sobre aquilo ao que ele se atém no momento. Entretanto, se esse é o caso, Dreyfus rejeitaria tais episódios enquanto ocorrências de perícia. É ônus do fenomenólogo existencial à moda do estadunidense mostrar como e por que um engajamento corpóreo cotidiano como esse seria a exibição de mera “proficiência” em vez de “perícia”, e como seria a distinção da arrumação de um recinto meramente competente por oposição à excelente. E a resposta, sob pena de petição de princípio, não pode ser simplesmente que um envolve pensamento declarativo e o outro não.

7.4. Jogos de linguagem

É importante ter em mente que uma forma de vida está sempre situada no tempo e no espaço. Assim sendo, ela é, por necessidade, histórica. Ter ou não ter sentido uma sentença, então, é inteiramente dependente do contexto sociomaterial e temporal em que a enunciação é emitida – é a sua posição específica no interior da totalidade de um *jogo de linguagem* (WITTGENSTEIN, 1972; 2009) que lhe confere significado (KIVERSTEIN & RIETVELD, 2021. p.S186). Em última instância, o fator determinante para a correção dos diferentes usos da linguagem deve-se à situação concreta em que é empregada – jogos de linguagem desdobram-se necessariamente em cenários comportamentais específicos: não se joga xadrez numa privada; não se lava roupas numa biblioteca.

A noção wittgensteiniana de “jogo de linguagem” refere-se a “*todo o processo de uso de palavras [...] o todo: da linguagem e das atividades com as quais está entrelaçada*” (WITTGENSTEIN, 2009. p.8e, tradução nossa). Rietveld e Kiverstein a evocam para a explicação do aspecto linguajado das *affordances* do nicho humano. Aderir a tal noção para a compreensão da atividade linguística implica num comprometimento com a tese segundo a qual o significado das palavras é tributário das situações adequadas de sua utilização – com efeito, Wittgenstein leva o princípio fregeano de contexto às suas últimas consequências. Sendo assim, a generalidade irrestrita da linguagem reaparece, aqui, como um mito – um mito que vigora devido à nossa capacidade de imaginar as situações possíveis em que tais-e-tais enunciações fariam sentido:

Enunciações vocalizadas são emitidas no interior de contextos mais amplos de atividade prática. A fala serve para propósitos que se relacionam, de algum modo, a como as pessoas vivem na forma de vida onde estão situadas [...] Os contextos de atividade prática em que proferimentos são realizados impõem

restrições sobre o seu significado (KIVERSTEIN & RIETVELD, 2021. p.S186, tradução nossa).

Disso se segue que, como qualquer outra entidade, o significado linguístico está situado no tempo e no espaço, nas maneiras com as quais as pessoas agem concretamente em diferentes épocas. Não há tal coisa como um “espaço lógico das razões” inteiramente sublimado da história sociomaterial de uma cultura simbólica. Uma palavra ou sentença só possui sentido relativamente a um conjunto de práticas concretas – linguísticas e não linguísticas – que lhes dá vida; a um pano de fundo que lhes confere contorno e definição. E isso pressupõe não apenas que a atenção e o afeto dos falantes competentes de uma forma de vida tenham sido educados apropriadamente, mas que os agentes integrem conjuntamente contextos atentos específicos. Do contrário, em casos extremos, o significado (e, conseqüentemente, a prática de oferecer e requerer razões) corre o risco de colapsar:

Que palavras não são atemporais, que enunciações de palavras são ocasiões históricas, foi notado por alguns filósofos para alguns propósitos [...] Entretanto, todas as implicações desse fato, com as suas conseqüências para a imagem pretensamente atemporal da razão, não foram, em nossa filosofia moderna, completamente extraídas [...] palavras possuem, simultaneamente, contextos espaço-temporais e conceituais. Aprendemos ao atentar a contextos, o vocabulário se desenvolve mediante atenção a objetos e só podemos entender os outros se pudermos, em alguma medida, compartilhar os seus contextos (corriqueiramente não conseguimos). Usos de palavras por pessoas agrupadas à volta de um objeto comum são centrais e vitais para a atividade humana. Tal dependência da linguagem sobre contextos de atenção possui conseqüências. A linguagem é muito mais idiossincrática do que previamente admitido. Razões não são necessariamente, e *qua* razões, públicas. Elas podem ser razões para alguns e nada mais que isso. “Não consigo explicar. Tu tens de conhecê-la”. Se falta o objeto comum, a comunicação pode ser rompida e as mesmas palavras podem ocasionar diferentes resultados em diferentes ouvintes [...] Seres humanos são obscuros uns aos outros [...] a não ser que sejam mútuos objetos de atenção ou possuam objetos comuns de atenção, dado que isso afeta o grau de elaboração de um vocabulário comum (MURDOCH, pp.31-32, tradução nossa).

De maneira análoga àquilo que foi dito a respeito da dependência do sentido linguístico sobre os contextos de correta aplicação de palavras, a psicologia gibsoniana afirma que *affordances* são intrinsecamente significativas a um agente por dizerem respeito aos usos possíveis que o último é capaz de fazer de suas redondezas. Os significados se identificam às utilidades, benefícios e malefícios comportados pelas parcelas ambientais relativamente ao observador e são percebidos diretamente – perceber que determinada superfície proporciona locomoção, por exemplo, é perceber o seu significado (GIBSON, 2015. p.119. Cf. RICHARDSON ET AL, 2008, p.168; JONES, 2003. p.110). Se adotarmos a ideia

wittgensteiniana segundo a qual o significado linguístico é o uso efetivo da linguagem, uma consequência implicada, facilmente visualizável, é a de que algo similar dar-se-ia com o nosso ambiente distintivamente humano: perceberíamos o meio, ainda que parcialmente, enquanto possibilidades acionais linguísticas; como possíveis atos discursivos de interação interindividual (público) ou intrapessoal (“privado”).

A nossa experiência de mundo está impregnada de sentido porque o ambiente nos é dado segundo aquilo que nele podemos fazer – i.e., o vivemos de acordo com o acesso habilidoso que possuímos a determinadas parcelas ambientais, segundo a abertura conferida pela posse de um repertório de aptidões corporificadas. De igual modo, palavras e sentenças possuem significado porque com elas muitas coisas podemos fazer – aquilo que com elas, por elas, é possível realizar, constitui a sua significação. Percebemos o mundo diretamente de acordo, também, com aquilo que nele pode ser feito linguisticamente – conforme as possibilidades de atos discursivos, públicos ou silenciosos, que o ambiente material oferece. Logo, compreender o que é dito por alguém, por exemplo, é deter certo entendimento prático sobre as diferentes possibilidades de ação que o seu discurso oferece devido à comunhão, entre tais interlocutores, de uma (rede de) atividade(s) comunitária(s) – é apreender as possíveis interações dialógicas (inclusive o calar) propiciadas ao falante no interior de um contexto sociocultural particular.

7.5. O caráter da reflexão conceitual

Por tais razões, o pensamento contingentemente “privado” pode ser considerado, usando o jargão platônico, enquanto um “diálogo da alma consigo mesma”: todo o falar abre a possibilidade de um responder, seja por outro ou por nós mesmos. Assim, devido ao fato de o discurso ser uma atividade fundamentalmente dialógica, de sempre pressupor uma conversação, podemos emular a presença de um interlocutor quando no exercício de um pensamento silencioso – ou, melhor: o pensamento silencioso consiste em tal emulação (ROMDENH-ROMLUC, 2011. pp.189-191):

Quando se imagina uma conversa consigo mesmo, responde-se a uma demanda feita pelo mundo – responde-se a uma convidativa *affordance* linguajada [...] tanto na fala quando na fala imaginada, o pensamento não pré-existe, mas, ao invés disso, é o resultado da atividade de alocação, seja ela um ato imaginado ou um ato que a pessoa realiza ao falar com outras pessoas (KIVERSTEIN & RIETVELD, 2021. p.S181, tradução nossa).

Quando no fluxo de uma palestra ou conversação, os nossos pensamentos não são vivenciados previamente no espaço silencioso do diálogo virtual consigo mesmo, o que caracterizaria uma alçada reflexiva, para só então serem enunciados publicamente. Nesse caso, seguir-se-ia que a atividade pensante, como defendido por Merleau-Ponty, realizou-se diretamente em nossas vocalizações discursivas – e não, como pensou Dreyfus, que a lida linguística de absorção completa não envolveria mentalidade. Correspondentemente, ao nos engajarmos otimamente numa cadeia de reflexões, nós não pensamos sobre aquilo que estamos a pensar (como alguém que pensa sobre o que faz quando, por exemplo, lava a louça) ou no modo como o pensamos – estamos, simplesmente, pensando. Logo, pensamento discursivo não implica em reflexão (no sentido de um pensar que necessariamente ocorre de maneira silenciosa, numa atividade solo que contempla aspectos do ambiente como sendo de certo modo, para só então ser publicizado) e reflexão não decorre de afastamento de mundo (considere, por exemplo, o caso de alguém que reflete sobre o que dizer ao seu amigo ou irmão num contexto concreto assim-e-assim). Pensar é uma possibilidade de ação tanto quanto coletar uma maçã, e ambas podem ser atendidas ou não. A única diferença entre a reflexão solitária e a conversa a dois é que, na primeira situação, somos nossos próprios interlocutores. Ryle enfatiza essa última observação com destreza:

Esse truque de falar consigo mesmo em silêncio não é adquirido rapidamente ou sem esforço; e é uma condição necessária para adquiri-lo que tenhamos aprendido previamente a falar inteligentemente em voz alta e ouvido e entendido outras pessoas que assim o faziam. Conservar os pensamentos para nós mesmos é uma conquista sofisticada. Não foi até a Idade Média que as pessoas aprenderem a ler sem ler em voz alta [...] o silêncio, ainda que frequentemente conveniente, não é essencial, como não o é a restrição do auditório a um único recipiente [...] As pessoas tendem a identificar as suas mentes ao “lugar” onde conduzem seus pensamentos secretos. Elas até mesmo passaram a supor que há um mistério especial sobre como divulgamos nossos pensamentos ao invés de perceberem que empregamos um artifício especial para mantê-los para nós mesmos (RYLE, 2009.p.16, tradução nossa).

Vejamos como essas considerações se aplicariam ao exemplo fornecido por Sartre e citado por Dreyfus (2013. p.33):

Tenho pena de Peter e vou a seu socorro. Para minha consciência, apenas uma coisa existe naquele momento: Peter-ter-de-ser-ajudado. Essa qualidade de “ter-de-ser-ajudado” reside em Peter. Ela age sobre mim como uma força (SARTRE, 1957. p.56, tradução nossa).

No campo de *affordances* relevantes daquele que vai ao socorro de Peter, solicitam-no apenas aquelas que possuem alguma conexão com os seus interesses

– nomeadamente, a atividade de auxiliar, de algum modo, a Peter. Dentre tais atos potenciais salientes, há a solicitação de dizer-lhe alguma palavra de consolo ou um conselho; abraça-lo ou pôr uma mão amiga sobre seu ombro; olhar em seus olhos com expressão compassiva, talvez sorrir um sorriso de acolhimento – ou, ainda, dada a delicadeza da situação hipotética, há a possibilidade de refletir sobre qual o melhor curso de ação para ajudá-lo otimamente. Como diz Sartre, em minha consciência reside apenas o intento de amparar Peter, e todo o meu “eu” que a isso transcende não mais existe – todas as minhas demais preocupações, desejos, vaidades e o que mais for desvaneceram-se. O permanente é um pacto entre corpo e alma que se volta a fazer o possível para socorrer o amigo angustiado – o que pode muito bem envolver reflexão; que, como vimos, não necessita configurar qualquer tipo de desengajamento.

Dreyfus, entretanto, diz-nos que *“não se segue que, para agir gentilmente, a pessoa gentil precisa estar ciente da situação como uma situação clamando por gentileza”* (DREYFUS, 2013. p.2013, tradução nossa). Isso, a meu ver, é absurdo. Tal ciência, certamente, não requer proposições que ajuízem que isto ou aquilo é o caso. Entretanto, uma variedade de consciência é imprescindível – caso contrário, obscurecemos a resposta significativa de prestar socorro a alguém que decorre da apreensão de uma situação que exige tal atitude. Seria impossível identificar um contexto desses e, portanto, agir conforme os seus requisitos, se o agente fosse incapaz de distinguir um evento x de tudo o que é não-x – o que implica que o ator em questão está ciente de que se defronta com um x, ao invés de um não-x.

7.6. A impregnação de *affordances* linguísticas

Se aquilo que aqui tem sido exposto estiver correto, haveria um sentido em que a doutrina da impregnação conceitual de McDowell manter-se-ia: nomeadamente, por conta do fato de que as *affordances* que configuram o nicho humano são linguajadas – i.e., de que as realidades ecológicas que compõem os nossos derredores são percebidas, dentre outras coisas, enquanto ocasiões para atos potenciais de discurso; que o engajamento possível com o ambiente é sempre uma possibilidade de envolvimento linguístico. A linguagem é parte e integral de nossas formas de vida, e está embutida em nossa lida habilidosa enquanto um modo de interação disponível com aquilo que nos circunda.

Todavia, o sentido em que a teoria mcdowelliana da mentalidade se mantém, é, ao mesmo tempo, o sentido em que é dispensada. Que a lida habilidosa seja ela mesma linguajada não significa que haja operatividade subpessoal de capacidades conceituais na experiência; mas que o mundo é percebido, dentre outras coisas, em termos de possibilidades de ação discursivas. Esse é o resultado de considerarmos a linguagem como uma prática, como uma família de atividades interrelacionadas e integradas holisticamente ao todo de modalidades comportamentais comunitárias que constituem uma forma de vida. Não obstante, nossas potências linguísticas, como já dito, não são mais ou menos pervasivas do que a nossa capacidade de, por exemplo, caminhar, subir escadas ou o que mais for.

Nosso repertório habilidoso está unificado de tal modo a sempre trazermos uma totalidade de atos possíveis, mais ou menos integrados, ao aqui e agora. Contudo, nossas capacidades conceituais não são atualidades pervasivas mais do que qualquer outra das aptidões adquiridas das quais gozamos. As potências discursivas só são efetivamente exercidas quando no momento da articulação linguística explícita – seja ela silenciosa ou vocalizada; falada ou escrita. Não há juízo subpessoal, interno às cabeças de indivíduos, aguardando emissão explícita; não há organização fenomenológica de mundo via operatividade de faculdades judicativas recônditas à experiência do sujeito.

Segue-se disso que a realidade disponível ao acesso humano está, sim, linguisticamente impregnada; mas tal impregnação se deve ao entrelaçamento de nossas práticas sociomateriais às atividades de fala e escrita, e não devido à atualização espontânea e inconsciente de capacidades judicativas que manufaturam conceitualmente a nossa experiência de mundo. O fator causal para tal linguajamento sociomaterial e fenomênico do nicho ecológico humano é o arraigamento individual numa comunidade de falantes – em particular, na iniciação em suas práticas distintivamente sociolinguísticas – ao invés de alguma espécie de operatividade racional ubíqua, intrapessoal e subconsciente. Destarte, a forma da experiência é “conceitual” (“sociolinguística” seria melhor dito) porque todos os seus conteúdos já estão enxertados e advém do interior de um amálgama de práticas, discursivas e não discursivas, que os anima; porque seres humanos foram iniciados e se encontram situados no interior de uma comunidade cujas diferentes atividades envolvem o uso de conceitos e razões – i.e., porque somos membros de uma cultura simbólica, e

porque a totalidade de nossas atividades compartilhadas são linguajadas e socioculturais.

Desse modo, o jogo sociolinguístico de operar com conceitos, de fornecer e demandar razões, é apenas parte da dinâmica animal-ambiente pela qual o nosso mundo é trazido à tona, e tal capacidade é exercida somente quando nos utilizamos explicitamente de potências conceituais. As faculdades de ação que portamos para interagir com o mundo que se abre por elas, através delas, formam um contínuo entre organicidade e linguajamento cujo nexos é indecomponível no que diz respeito às habilidades e processos cognitivos da forma de vida humana. Por conseguinte, as potências racionais configuram um elemento da abertura que a humanidade possui, mas tão somente isso: um componente entrelaçado a um amálgama de capacidades simultaneamente orgânicas, sensório-motoras e culturais que pode ou não ser efetivado. Em outras palavras, a pervasividade linguajada não se encontra nas operações judicativas ubíquas de baixo nível, mas está lá: no mundo e em nossas vidas – naquelas nossas possíveis relações ambientais devidamente embebidas e originárias de uma tradição cultural e suas práticas singulares. Assim, como já dito, percebemos o ambiente, também, enquanto *affordances* linguísticas – e isso é tudo o que resta da doutrina da mentalidade conceitual de McDowell.

7.7. A afetividade dos usos da linguagem

Em vista disso, o uso de conceitos não deveria ser restringido exclusivamente ao papel de instrumentos epistêmicos relacionados à fundamentação de crenças e juízos. Dreyfus, porém, em concordância com McDowell²⁴, desafortunadamente os circunscreve à função única de “*ajustar pensamento à experiência*” (DREYFUS, 2013. p.19; MCDOWELL, 1994. p.47). Para o estadunidense, o emprego de capacidades conceituais sempre envolve o aparecimento de um mundo de fatos objetivos, proposicionalmente estruturado, que erradica o campo de forças sedutoras e repelentes à medida que dele adotamos uma postura livre e distanciada. Não obstante, como já deve estar claro, essa não é a única aceção possível sobre a natureza de conceitos e sua utilização. Ter a posse de um conceito implica, sobretudo, na mestria sobre uma ampla classe de práticas, discursivas e não discursivas, que está sempre a nos motivar afetivamente. Empregar corretamente certas palavras em

²⁴ Ou, talvez, em concordância com aquilo que Dreyfus vê como a filosofia de McDowell.

sequência a fim de articular determinado pensamento diz respeito, portanto, à realização de uma atividade com a qual nos importamos e à satisfação correspondente, ainda que parcial, de nossas preocupações incorporadas:

A linguagem é um instrumento. Seus conceitos são instrumentos. Todavia, pode se pensar que não é de grande diferença quais conceitos empregamos. Afinal, é possível fazer física em pés e polegadas assim como em metros e centímetros; a diferença é meramente de conveniência. Mas mesmo isso não é verdade se, por exemplo, cálculos em algum sistema de medida demandam mais tempo e trabalho do que podemos dispor. Conceitos [...] são uma expressão de nosso interesse e orientam o nosso interesse (WITTGENSTEIN, 2009. p.159e, tradução nossa).

Mais importante, então, do que a sua compreensão tradicional puramente designativa, conceitos orientam nossos interesses no mundo – algo que Dreyfus parece admitir implicitamente ao elencar casos de lida absorvida que envolvem conversações engajadas entre falantes, por exemplo. Possuí-los diz respeito à filiação naquele sistema compartilhado de disposições, emoções, reações, capacidades, atividades e comportamentos formativos de uma *Lebensform*. Ser o detentor de um conceito, portanto, é comungar, juntamente a uma comunidade de humanos, de um compêndio de práticas sociomateriais linguajadas com o qual nos importamos e que direciona a satisfação de nossas preocupações corporificadas, adquiridas via processo de iniciação numa cultura. Quando a solicitação de uma *affordance* linguajada extrai a minha ação, quando me sinto emocionalmente movido a pensar que as coisas são assim-e-assim, temos aí um exemplo claro e manifesto de como podem ser os usos da linguagem, *per se*, uma expressão de nossas tendências motivacionais. O indivíduo realizou um ato discursivo e, quando o fez, aquilo era o que mais lhe importava em tal momento. Dizer a Peter que o mundo é um lugar bom a fim de consolá-lo pode corresponder ao interesse máximo de determinado ator a certo tempo.

7.8. Fala falada e fala falante

Considerando que a linguagem é, dentre outras coisas, uma tradição, é de se esperar que determinados padrões historicamente estabilizados de atividade discursiva tenham se “sedimentado” ao longo do trajeto natural de nossa(s) forma(s) de vida (pense, por exemplo, nos vários ditados populares impregnados em muitas diferentes culturas). Em vista disso, o pensamento proposicional não pode ser reduzido às potências de certo agente corporificado considerado de maneira apartada de sua comunidade (Ibid., p.S187). Cientes de tais fatos, Kiverstein e Rietveld

empregam os conceitos, desenvolvidos por Merleau-Ponty (2012), de “*parole parlante*” (fala falante) e “*parole parlée*” (fala falada) (pp.196-221). Enquanto a *fala falada* diz respeito aos usos mais mundanos e ordinários da linguagem, o que acaba por expressar pensamentos profundamente arraigados em determinadas comunidades, a *fala falante* compreende usos originais e inovadores da atividade discursiva – manifestados, de maneira mais aparente, em atividades artísticas como a poesia (KIVERSTEIN & RIETVELD, 2021. p.S182). Portanto, a vida discursiva dos usuários da linguagem compreende uma alternância incessante entre fala falada e fala falante que, reciprocamente, determina a dinâmica da atividade discursiva de acordo com o significado já conhecido de uma sequência de palavras ao passo que mantém em aberto, como num “espaço de lances legais”, a possibilidade de sua transformação e reconfiguração.

Segue-se disso que todo uso de palavras é, ao mesmo tempo, inédito e antigo – pois, apesar de estar arraigado numa tradição, todo emprego de termos se dá em meio a uma situação necessariamente particular e, portanto, irreplicável. Logo, todo uso linguístico contribui para o desenvolvimento incessante e fundamentalmente aberto de nossas práticas linguísticas e não linguísticas – devido aos contextos em que nos encontramos serem sempre inéditos, mesmo que, por vezes, muito similares a cenários passados, as palavras podem ser sempre empregadas de novas maneiras. Assim como os seres humanos são entidades finitas e eternamente inacabadas, a linguagem, também, está, a cada momento, autorrealizando-se e caminhando para novas direções. A linguagem é como um rio – mesmo o leito de rocha firme pode se desenrijar com o tempo (WITTGENSTEIN, 1972).

Tanto aqueles pensamentos expressos pela fala falada quanto pela fala falante são, sobretudo, modos de interagir e engajar com o mundo. Assim como outras habilidades corporificadas, os diferentes pensamentos que se disseminam no interior de dada comunidades, em determinado estágio histórico, sedimentam-se e são passados de geração a geração na qualidade de uma visão de mundo comunitariamente compartilhada. Possuir uma visão de mundo proposicionalmente articulada é mais do que um mero item que figura na coleção de crenças de um indivíduo qualquer: é compartilhar uma forma de vida, é estar arrebatado concretamente por um conjunto de práticas – o que inclui um determinado modo de pensar. É isso o que está implicado na ideia wittgensteiniana de que uma *Lebensform*

envolve o acordo entre juízos. Romper com aquelas crenças que formam nossa imagem de mundo exige uma mudança de perspectiva, uma nova maneira de agir – uma emancipação, ainda que parcial, da forma de vida de onde surgimos e da qual fazíamos parte.

7.9. Prática deliberada e cutucadas instrucionais

Gostaria de abordar brevemente um aspecto da aprendizagem sobre o qual não versamos nas secções anteriores.

Dado que o nicho ecológico distintivamente humano fora historicamente lapidado, ao longo de incontáveis gerações, por padrões acionais interligados a práticas de fala e escrita que, por seu turno, são responsáveis, mesmo que de maneira parcial, por dar vazão e estabilidade a esquemas comportamentais comunitários, as *affordances* que compõem os ambientes humanos são ditas “linguajadas”. Isso significa que, dentre os múltiplos estados de prontidão para ação que possuímos, encontram-se aqueles atos que expressam modos linguísticos de pensar sobre os nossos envolvimentos com o ambiente e demais aspectos de mundo. Estamos, portanto, seletivamente responsivos e afetivamente abertos a um campo de *affordances* discursivas que podem extrair os nossos atos de articulação linguística.

Acredito que a noção de “prática deliberada”, desenvolvida por Ericsson, Krampe e Tesch-Romer, ilustra muito bem como o exercício excelente de habilidades corporais altamente sofisticadas pode se arraigar profundamente, no nível individual de engajamentos com *affordances*, às atividades de fala e escrita mediante o treino intensivo de um tipo particular – e, por isso, tornar-se responsiva ao pensamento discursivo concomitantemente à sua realização.

De acordo com Ericsson e seus colegas, a prática deliberada compreende um conjunto de atividades especificamente concebidas para aprimorar a qualidade do desempenho habilidoso e acelerar o processo de aquisição de aptidões corporais. Normalmente, ela envolve um instrutor que apresenta análises pormenorizadas dos resultados de execuções de ações; oferece comentários avaliativos; chama a atenção do aprendiz para as características mais relevantes dos contextos de correta aplicação de competências adquiridas; e o orienta a corrigir certos padrões coordenados de movimentos que são apreciados como inadequados ou ineficientes. Além disso, o tutor encarrega o iniciante de cumprir certas tarefas por si mesmo, fora

do expediente de treinamento que envolve as relações imediatas entre professor e aluno. Segundo os autores, a prática deliberada é a norma, empiricamente constatada, para a conquista da excelência em vários domínios de expertise – o que inclui xadrez, música, natação, medicina, matemática e por aí vai. Outro fator importante para o sucesso desse tipo de treino diz respeito à motivação do novato – este deve possuir o desejo de melhorar:

[...] o nível máximo de desempenho para indivíduos em dado domínio não é obtido automaticamente como uma função de experiência estendida, mas o nível de desempenho pode ser aumentado mesmo por indivíduos altamente experimentados como um resultado de esforços deliberados para melhorar [...] desempenho perito é adquirido vagarosamente, no decurso de um longo tempo que parece requerer ao menos cerca de dez anos de intensa preparação prévia. Sobre a base de milhares de anos de educação, juntamente à pesquisa laboratorial mais recente sobre aprendizado e aquisição de habilidades, certo número de condições para aprendizagem ótima e aprimoramento de desempenho foram descobertas [...] A condição mais citada diz respeito à motivação do sujeito em atentar à tarefa e depreender esforço para melhorar seu desempenho. Adicionalmente, o planejamento da tarefa deve levar em consideração o conhecimento pré-existente dos aprendizes de tal modo à tarefa ser corretamente entendida após um breve período de instrução. Os sujeitos devem receber comentários informativos imediatos e conhecimento dos resultados de seu desempenho (ERICSSON ET AL., 2003. pp.366-367, tradução nossa).

No nível sociocultural, conforme já exposto, as habilidades constitutivas de nossas formas de vida estão entrelaçadas às atividades de fala e escrita – de modo a serem elas mesmas linguajadas. É sempre possível emitir um pensamento que expresse a maneira particular como estamos envolvidos no mundo. E o mesmo pode ser dito relativamente à realização de uma competência corporal altamente especializada, como um esporte ou forma artística – pois essas práticas se originaram, mesmo que parcialmente, a partir da tradição linguística daquela comunidade de falantes que lhes deu vazão. Logo, articular um modo de ser no mundo pode auxiliar na qualidade do acoplamento entre organismo e ambiente – seja pela correção em tempo real de movimentos malogrados ou pela reestruturação do campo de solicitações. Tal aspecto da excelência habilidosa, perfeitamente ilustrado pela prática deliberada, mostra que a linguagem auxilia no aprendizado de aptidões corpóreas – algo que nem Dreyfus nega.

O que o fenomenólogo estadunidense se recusa a admitir, porém, é que os peritos de vários reinos hábeis distintos levam esse tipo aprendizagem adiante e se utilizam explicitamente de recursos sociolinguísticos e reflexivos para tal. O resultado é que essa espécie de treino intensivo pode permitir-lhes o uso mais ou menos fluido

e disseminado, a depender do contexto e da habilidade, de faculdades mentais ou linguajadas concomitantemente ao exercício excelente de uma aptidão corporificada. Montero, ao comentar sobre o caso da prática deliberada no xadrez profissional, diz-nos o que se segue:

[...] enxadristas de alto nível estão engajados numa busca contínua para melhorar: eles analisam seus jogos passados, assim como os jogos de outros, e estão constantemente pensando e falando sobre como aprimorar suas habilidades. E essa prática lhes permite trazer a mesma abordagem analítica e pensativa a suas partidas [...] a prática deliberada engloba trabalhar sobre aspectos que são difíceis, e, após a prática, analisar os próprios sucessos e fracassos ou, em resumo, buscar melhorar. A prática deliberada é bem ilustrada pelo xadrez de alto nível, em que é *de rigueur* que os enxadristas efetuem análises pós-jogo de quão bem jogaram (MONTERO, 2018. pp.13-14, tradução nossa).

Logo, a prática deliberada é capaz de arraigar, no campo de solicitações familiares de um agente, a pujança das forças atrativas de *affordances* linguajadas quando nos contextos corretos do exercício de suas aptidões adquiridas – de trazer a mente analítica para o desempenho. Ela pode, por assim dizer, entrelaçar mais estreitamente, no nível de engajamento habilidoso individual, as possibilidades de ação linguajadas a outros atos possíveis de modo a *affordances* discursivas convocarem a sua atualização a um sujeito com maior frequência quando este se encontrar em determinados cenários comportamentais. Destarte, a realização de ações linguísticas pode contribuir enormemente para o acréscimo de qualidade do desempenho habilidoso de várias maneiras – como um modo de reestruturar as atrações e repulsões, constitutivas do campo fenomênico do indivíduo, mediante a autopromoção discursiva de certas *affordances*; como um método para o agente manter sua atenção e afeto concentrados em determinadas parcelas do ambiente; como uma forma de coordenar com o seu parceiro de atividade etc. etc.

Porque o campo e a paisagem de *affordances* são linguajadas, os envolvimentos habilidosos concretos podem alternar mui fluidamente entre o exercício de capacidades inteligentes muito diferentes entre si – que vão desde movimentos intencionais de braços ou pernas; pensamento linguístico pontual; cadeia de reflexões sofisticadas; até planejamento para o que se fará amanhã. No caso de ações altamente habilidosas de nível profissional, como a perícia desportiva, algo similar pode ocorrer desde que, obviamente, o indivíduo passe pelo treinamento adequado sobre o qual falávamos há pouco. Quando o agente estiver inteiramente concentrado e absorvido em sua lida, presumivelmente qualquer ato potencial de discurso que

hipoteticamente será efetivado estará intimamente relacionado ao exercício da competência perita do sujeito. Quando, entretanto, o indivíduo estiver em meio a desempenhos menos exigentes e desinteressantes, a atualização da habilidade poderá aparecer de maneira simultânea a pensamentos linguísticos sobre assuntos triviais (cf. BERGAMIN, 2017; BUTTINGSRUD, 2021; HØFFDING, 2019).

De qualquer forma, o resultado é que a experiência perita se torna linguajada. Barbara Gail Montero, por exemplo, relata que, para manter-se focada na dança, sussurrava para si mesma frases como “esticar-levantar-*whoosh*” (aqui, o “*whoosh*”, de acordo com Montero, simbolizava vocalmente o tipo de movimento que buscava corporificar durante o balé) (MONTERO, 2016. p.138; 2013, p.313). Com efeito, o aparecimento de tais enunciações, significativamente turvas e lacunares, durante o desempenho de movimentos altamente habilidosos parece ser um fenômeno algo pervasivo nos mais variados ramos da perícia. Sudnow, ao contar em detalhes a sua jornada de novato a perito no improvisado jazzista, relata a sua frustração ao receber tal tipo de instruções pelo seu professor – como “*cante enquanto toca*” ou simplesmente “*mãos de jazz*” (SUDNOW, 2001; SUTTON, 2007. p.773; BERGAMIN, 2017. p. 410). Entretanto, conforme as suas habilidades de improvisação se refinaram, o sociólogo começou a perceber que tais sentenças faziam perfeito sentido no contexto específico dos engajamentos corporificados de um improvisador musical. Como o “esticar-levantar-*whoosh*” de Montero, elas funcionavam como máximas contextuais que o ajudavam a manter-se cativo do momento de lida habilidosa, a focar-se nele para assim orientar o seu ajuste ótimo com o ambiente. Sudnow as chamou de “*cutucadas instruccionais*” (SUDNOW, 2001).

Contudo, Sutton (2007; SUTTON ET AL., 2011) e Bergamin (2017) distinguem essa categoria de sentenças explícitas do pensamento linguístico propriamente dito. Uma vez que cutucadas instruccionais, como bem notou Sudnow, são comandos fundamentalmente orientados às situações concretas de exercícios habilidosos e, por isso, só são inteligíveis quando posicionadas em meio a um engajamento corporal já em andamento, então elas não podem ser caracterizadas como abstrações que se distanciam do contexto particular. Logo, não são emissões verbais que partem da mente para o corpo, como ocorreria na contemplação intelectual de regras explícitas, a fim de controlá-lo inteiramente de “cima-para-baixo”. Ao invés disso, Sutton entende

cutucadas instrucionais enquanto símbolos materiais que auxiliam o perito a orientar o seu curso de ação:

[...] o uso ocasional, por parte do perito, de máximas simples como “olhe a bola” ou “mexa os pés” não são instruções enviadas da mente para o corpo [...] ao invés disso, elas próprias são símbolos materiais com papéis causais temporários, mas cruciais, enquanto “um novo sustentáculo para o controle da ação”. Assim, um padrão corporal complexo ou conjunto de movimentos possíveis pode ser comprimido e parcialmente indicado por uma frase [...] que traz o perito de volta, em vez de distanciá-lo, a hábitos bem arraigados (SUTTON, 2007. p.774, tradução nossa).

Num artigo mais recente: “*A função de uma máxima verbal não é exaurida [...] pelo seu conteúdo semântico: em vez disso, ela opera em tempo real enquanto um símbolo material, um ciclo autoestimulante iterado e interativo*” (SUTTON ET AL., 2011. p.92, tradução nossa).

Penso que não haja muito o que se falar sobre as posições de Sutton com respeito a cutucadas instrucionais. Elas me parecem corretas. Contudo, há o que dizer sobre aquela acepção de pensamento linguístico que lhes serve de pano-de-fundo e informa os apontamentos de Sutton. Como vimos, o todo da comunicação simbólica humana é sociomaterial – pensamentos (proposicionais) só se realizam na fala ou escrita. Correlativamente, o papel que a teoria da intencionalidade habilidosa atribui a articulações linguísticas é, precisamente, o mesmo que Sutton confere às cutucadas instrucionais. Quando atendemos à solicitação de uma *affordance* linguajada em meio à lida, reestruturamos simultaneamente o campo de *affordances* relevantes e os nossos correspondentes estados de prontidão acional para assim aprimorarmos o nosso ajuste com o mundo. O problema da concepção de Sutton sobre a linguagem é que, tal como Dreyfus, ele concebe a verbalização declarativa enquanto matéria de distanciamento de mundo, de desengajamento com o ambiente. Por isso, Sutton considera que cutucadas instrucionais não caracterizam episódios de pensamento linguístico. Se, pela via oposta, considerarmos a linguagem como fundamentalmente corporificada, engajada, situada, material e absorvida ao ambiente, não precisaremos enxergar cutucadas instrucionais enquanto ocorrências de atos discursivos explícitos somente por conta de alguma cortesia (BERGAMIN, 2017. pp.410-411), ou a linguagem como material apenas ocasionalmente. Se passarmos a compreender o discurso segundo a noção de “habilidade”, então poderemos declinar da ideia segundo a qual “o inimigo da perícia é o pensamento” (DREYFUS, 2007a. p.354, tradução nossa).

7.10. Informação ecológica e *affordances* linguísticas

Por fim, abordarei uma crítica comum ao programa proposto pela teoria da intencionalidade habilidosa.

Um entrave para a expansão da psicologia ecológica para a explanação da linguagem diz respeito à informação ecológica responsável por especificar tais *affordances* tão peculiares. Críticos afirmam que padrões estruturados de energia ambiente podem discriminar superfícies, substâncias, suportes, texturas etc. etc., mas não a iniciação de uma conversa com um estranho ou a enunciação de que tal-e-tal é assim-e-assim (CARVALHO, 2021. p.1). A ideia é a seguinte: as *affordances* disponibilizadas a um agente são especificadas via leis físicas; em contrapartida, o significado de palavras se dá por convenção social (HEFT, 2017; NORMAN, 1999). Destarte, sem informação ecológica que especifique possibilidades de atos tipicamente sociolinguísticos, o apelo a *affordances* para a descrição de tais classes de fenômenos encontrar-se-ia interdito. Aqui, é revelador que mesmo James Gibson recusa a proposta segundo a qual a disciplina que ajudara a estabelecer deva se aventurar a explicar a cognição linguística em termos daquelas mesmas noções mobilizadas para a explanação da percepção e ação:

O significado simbólico é de uma ordem diferente do significado perceptivo [...] A relação de um estímulo perceptual com a sua fonte causal no ambiente é de um tipo; a relação de um símbolo com o seu referente é de um tipo diferente. Aquela depende de leis da física e biologia, isto é, da ecologia da estimulação. Esta depende de uma comunidade linguística que é uma invenção única da espécie humana. A relação de estímulos perceptivos com as suas fontes é uma relação intrínseca [...], mas a relação de símbolos com os seus referentes é uma [relação] extrínseca de acordo social. As convenções do discurso simbólico devem ser aprendidas (GIBSON, 1983. pp.90-91, tradução nossa).

A meu ver, a formulação dessa crítica se assenta sobre pressupostos equivocados. Como já vimos, a coleta de informação ecológica resulta na percepção de *affordances*. Todavia, o acesso que possuímos às realidades ecológicas que compõem o(s) nicho(s) ecológico(s) distintivo(s) de nossa espécie é determinado pela posse de um repertório habilidoso característico de nossa(s) forma(s) de vida. De igual modo, a detecção de padrões estruturados de energia ambiente será tanto tributária daquele exercício exploratório cativo das ações que nossas capacidades inteligentes acomodam quanto os próprios atos potenciais por ela especificados serão, por seu turno, sempre relativos ao conjunto de nossas potências corporificadas. Logo, a

informação-estímulo que discrimina, e.g., a superfície de um assim-e-assim é a mesma que especifica a possibilidade de enunciar “Isto é um tal-e-tal”.

É devido à falha em apreciar o fato de que *affordances* são relações entre aspectos do ambiente e habilidades disponíveis a um organismo segundo sua forma de vida que se origina a crítica de que não pode haver informação ecológica que discrimine possibilidades de ação socioculturais e linguísticas. Cabe notar que parece haver aí, também, uma espécie de dualismo ocluso entre natureza e cultura – padrões energéticos estruturados são capazes apenas de especificar realidades mais “básicas” e “cruas” do ambiente, e não os seus aspectos distintivamente sociais e linguajados. Não obstante, assim como a matriz óptica ambiental discrimina a um inseto a que a superfície da água pode servir de suporte, discrimina, para nós, que podemos, dentre outras coisas, dizer quão belo é o lago à nossa volta; mandar alguém encher um balde com aquela água; chamar a atenção de alguém sobre os seus perigos e por aí vai. A diferença, portanto, não está no nível da realidade que pode ser especificada pela informação, mas nos tipos de habilidade que diferentes espécies de organismos exercem.

Não obstante, mais do que apenas um sistema conceitual, a psicologia ecológica é, em primeiro lugar, um programa de pesquisa empírica. Logo, é preciso mais do que a adequação puramente teórica da ideia de “*affordances* linguajadas” para que esta seja legitimamente aplicada a fim de explicar a cognição sociolinguística. A hipótese quanto à existência de informação ecológica que as especifique deve ser confirmada laboratorialmente. Rietveld e Kiverstein (2014) e Van Dijk (2016) sugerem que um caminho profícuo para tal confirmação pode residir na investigação científica sobre sensibilidades contextuais. O fato é que há incerteza até mesmo sobre as maneiras pelas quais se poderiam desenvolver experimentos para pesquisar empiricamente a natureza do contexto. Rietveld e Kiverstein advogam que caracterizar a noção de “contexto” em termos da rica paisagem de *affordances*, constitutiva do(s) nicho(s) ecológico(s) de nossa(s) forma(s) de vida, pode ajudar os cientistas nessa empreitada (2014. p.346).

Seja como for, o aparecimento da teoria da intencionalidade habilidosa ainda é um evento muito recente. É natural que demore algum tempo para que a credibilidade de seu projeto seja comprovada ou conclusivamente desbancada. O futuro dirá se as suas propostas vingarão experimentalmente ou se fracassarão em fazê-lo. Contudo,

caso seja decisivamente constatado que não há informação ecológica que discrimine *affordances* linguísticas, creio que o programa de expansão da abordagem gibsoniana para a explicação da linguagem deva ser abandonado – ou, ao menos, que seja imperativo admitir que os atuais recursos conceituais oferecidos pela psicologia ecológica são insuficientes para a tarefa.

8. CONCLUSÃO

Embora Dreyfus e McDowell diverjam em inúmeros questões, ambos concordam com o seguinte: há tal coisa como reflexão conceitual, e tal modalidade mental implica necessariamente num desengajamento do ambiente – acontece que, durante os momentos em que uma aptidão adquirida é exercida de maneira altamente habilidosa, essa desvinculação reflexiva relativamente ao mundo não pode ocorrer a menos que o fluxo seja avariado. A partir da abordagem ecológica da cognição, vimos que não existe, e não pode existir, mentalidade desencarnada – seja conceitual ou irrefletida. Contra Dreyfus e McDowell, mesmo o pensamento declarativo explícito não é, em todos os casos, inimigo da perícia.

Outras dificuldades apresentadas pelas teorias desses dois filósofos também foram consideradas. McDowell postula a operatividade subpessoal ubíqua de conceitos, razões, juízos e afins numa tentativa desesperada de salvar a sua tese dos contraexemplos fenomenológicos oferecidos por Dreyfus. Sua motivação primordial é escapar do mito do dado – algo que, como vimos, pode ser obtido mediante outras rotas teóricas. Assim, a doutrina da mentalidade conceitual recai em grande descrédito uma vez que, em última instância, a razão cabal para defendê-la em detrimento de outras abordagens não parece ser tão urgente quanto supôs McDowell. Adicionalmente, conceber que capacidades são sempre operativas parece incorrer numa espécie de erro categorial dado que potências, sejam lá quais forem, são exercidas apenas ocasionalmente. Dreyfus, por seu turno, não parece fazer justiça à capacidade de discriminação perceptual da qual gozam os agentes ao expurgar completamente qualquer forma de mentalidade da fenomenologia da perícia. O seu modelo inteiramente automatista de lida habilidosa é incapaz de explicar fenômenos tão básicos como a correção em tempo real de movimentos malogrados. É necessário que haja, ao menos, alguma espécie de consciência sensório-motora para a própria possibilidade da ação intencional – seja ela bem sucedida ou não.

Correlativamente, as análises fenomenológicas de lida perita oferecida por Dreyfus não podem ser generalizadas como queria o filósofo. Descrições da experiência de perícia, em vários domínios distintos, apontam para o fato de que o fluxo absorvido pode acomodar diferentes formatos – inclusive aqueles que envolvem reflexão conceitual explícita simultânea, sem prejuízo para a qualidade do desempenho corporal. Com efeito, a perícia inconsciente parece ser, inclusive, uma

modalidade fenomênica de extrema raridade para figurar como melhor candidata ao posto de paradigma experiencial de perícia. Além do exercício altamente habilidoso de competências que se utilizam do pensamento declarativo, parece ser o caso que há formas de reflexão e pensamento puramente corporificadas arraigadas em atividades práticas. Tais considerações sugerem que o exercício de diferentes tipos de habilidade e diferentes formas de vida podem instanciar mentalidades sensivelmente distintas.

A abordagem ecológica da cognição nos mostra como diferentes expressões do dualismo podem ser rejeitadas de largada a partir da adoção de seus princípios fundamentais. O dualismo entre sujeito e objeto, ou entre mente e mundo, que aparece repetidamente no debate entre Dreyfus e McDowell, é recusado ao se aderir à ideia de sistemas organismo-ambiente. Por conta disso, não há dissociação possível relativamente ao mundo. Nesse sentido, a mente não é mais do que o conjunto de relações, interações e atos intencionais possíveis instanciados por um sistema organismo-ambiente – contra Dreyfus, a mente é o próprio corpo descrito em escala ecológica e é necessariamente implicada por qualquer entidade dotada de agência. De maneira semelhante, a dicotomia entre pensamento e ação é dispensada ao serem ambas analisadas mediante o conceito de “*affordance*”. Tal manobra teórica nos permite visualizar e explicar tanto capacidades manuais e locomotivas quanto poderes intelectuais de uma perspectiva holística e unificada. Por fim, considerar os aspectos socioculturais da vida humana enquanto uma condição de pano de fundo para a investigação de episódios e processos psíquicos nos habilita repudiar o dualismo entre natureza e cultura. Traços distintivamente sociais já estão presentes na luta entre predadores e presas assim como nas *affordances* de lugares.

Alguns dos conceitos centrais da teoria da intencionalidade habilidosa – particularmente, “forma(s) de vida” e “normatividade situada” – fortalecem algumas das considerações destacadas acima. Os variados níveis de análise oferecidos pelo conceito de “*Lebensform*” nos permitem simultaneamente enterrar o dualismo entre o biológico e o cultural e trazer ao primeiro-plano as diferentes mentalidades instanciadas por formas de vida distintas. Correspondentemente, a ideia mcdowelliana de “segunda natureza” é descartada. O domínio sociolinguístico da existência humana é tão “natureza primeira” quanto o é a produção de mel de abelhas. O conceito de “normatividade situada”, por seu turno, insere o afeto no centro da agência. É por meio

do amálgama de emoções, interesses e preocupações corporificadas que podemos regular e corrigir os nossos desempenhos habilidosos em tempo real. Assim, ao contrário de Dreyfus, a teoria da intencionalidade habilidosa entende que as solicitações de *affordances* não atuam apenas como gatilhos de ações hábeis que sequer são discriminadas por uma consciência perceptual, mas agem, também, como operadores do ajuste de qualidade da lida habilidosa a partir de uma repercussão afetiva voltada ao produto do exercício de competências corporais. Outro feito obtido pelo uso do conceito de “normatividade situada” é destacar a emergência da normatividade. Uma vez que normas são fenômenos emergentes, situados e tributários de práticas sociomateriais em constante mutação – reflexo de um ambiente que se altera incessantemente –, segue-se disso que o agente é, em larga medida, um improvisador. Ajustar-se às demandas concretas de diferentes situações sempre envolve a realização de algo percebido como mais apropriado e corriqueiramente implica a satisfação de requisitos imprevistos. Tais apontamentos são centrais para apreciarmos, contra Dreyfus, o aspecto não-automático da atualização excelente de habilidades.

Conectado ao imprevisto está o fenômeno da aprendizagem. De acordo com a abordagem ecológica, o processo de aprendizagem compreende três estágios. Ao contrário do modelo proposto pelos irmãos Dreyfus, porém, a satisfação da última fase não implica na mestria completa de um domínio pré-dado. A aprendizagem, assim como o ciclo perceptivo-acional, é contínua. Como o mundo nunca é exatamente como já foi, o exercício de competências adquiridas sempre envolve aprender algo novo. Quanto maior a dessemelhança da situação atual relativamente àquelas que a precederam, maior o aprendizado. Esse é o pensamento fundamental para a recusa da concepção automatista de perícia: a rigor, é impossível que um desempenho seja uma pura réplica de seus antecessores. Contudo, peritos do mais alto nível, advindos de diferentes áreas profissionais, distinguem-se de agentes meramente competentes por conta da aceitação do ideal de perfeição. Peritos desejam o aprimoramento infundável de suas competências distintivas. Isso implica que a melhora em sua atualização ocupa uma posição central no seu conjunto de interesses, tendências motivacionais e preocupações corporificadas. Em vista disso, a disposição afetiva envolvida na posse da habilidade é o aspecto que diferencia aptidões corporais de nível profissional daquelas mais prosaicas e estacionárias. Porque nos contentamos

em realizar as últimas da maneira medíocre pela qual normalmente as efetivamos, não lhes dedicamos atenção e afeto que transcendam o necessário para as tarefas associadas. Por isso, elas parecem transcorrer de modo “automático” e “não-mental”. Todavia, basta que algo dê errado para que figurem no centro de nosso foco atencioso e emocional.

A teoria da intencionalidade habilidosa, mediante os conceitos centrais de “*affordance*”, “forma(s) de vida”, “normatividade situada” etc. etc., oferece uma imagem de linguagem fundamentalmente (socio)material, situada, contextual e expressiva. Dado que o pensamento linguístico é, aqui, concebido como a atualização de uma *affordance* linguajada que convocou a ação do agente que a percebeu, atos discursivos – silenciosos ou públicos – jamais implicam em desengajamento. Pelo contrário: enunciar que as coisas são assim e assim é engajar-se concretamente com o ambiente de acordo com o conjunto de habilidades disponibilizado pela nossa forma de vida. Contra Dreyfus e McDowell, a reflexão conceitual não envolve a adoção de uma posição “livre e distanciada” em absoluto. Adicionalmente, uma vez que formas de vida jamais podem transcender espaço e tempo, segue-se disso que a historicidade do significado linguístico deve ser reconhecida. Tanto a tradição sociolinguística quanto contextos de atenção necessitam, em alguma medida, ser compartilhados por diferentes falantes para que a comunicação simbólica obtenha sucesso – não há funcionamento possível do “espaço lógico das razões” que escape das idiosincrasias situacionais.

A utilização da noção wittgensteiniana de “jogo de linguagem”, em conexão com o conceito de “*affordance*”, nos permite reivindicar outro aspecto da psicologia ecológica quando aplicada ao domínio da cognição sociolinguística. Dado que o sentido de expressões simbólicas se identifica aos seus diferentes usos legítimos no interior de um vasto compêndio de práticas comunais interligadas, e que a percepção de *affordances* é a percepção de seu significado, percebermos diretamente o significado de palavras e sentenças ao percebermos os seus possíveis empregos apropriados em nossas interações com o ambiente. Considerando que a atualização de uma *affordance* se dá mediante as suas solicitações, atos discursivos estão intimamente relacionados ao afeto. A utilização de conceitos é uma ação impulsionada pela percepção de *affordances* relevantes. É, portanto, uma expressão de nossos interesses neste planeta girante. Mais uma vez, contra Dreyfus e McDowell, a

atividade conceitual não é um distanciamento de mundo; mas, antes disso, uma evidência direta de nosso envolvimento e preocupação com este.

No último ponto relacionado à teoria da intencionalidade habilidosa e linguagem, o emprego da noção de “prática deliberada”, amarrada à ideia de “*affordances* linguajadas”, oferece uma explicação de como a atividade linguística ou reflexiva, concomitante ao exercício excelente de outras habilidades corporificadas, pode tornar-se arraigada na experiência de perícia no nível individual de engajamentos habilidosos. O treinamento intensivo que envolve motivação manifesta para melhorar, análise de desempenho, comentários, instruções explícitas e variabilidade de condições pode habilitar o agente a trazer a sua mente analítica para os momentos do exercício de aptidões adquiridas. O resultado desse processo é que o campo de solicitações do agente pode apresentar o aparecimento mais ou menos frequente de potenciais atos de discurso. Esse fenômeno é muito bem exemplificado pela noção de “*cutucadas instruccionais*” – i.e., sentenças que auxiliam o indivíduo a obter o ajuste ótimo com o meio ao contribuir na coordenação de suas ações excelentes. A partir da emissão silenciosa de cutucadas instruccionais, o agente pode reestruturar os seus estados de prontidão acional, manter-se focado ao aqui e agora e regular a qualidade de seu desempenho. Fica claro, portanto, que mesmo o pensamento linguístico não é inimigo da perícia.

Se o presente trabalho logrou sucesso, então concluímos que, ao desarmar os pressupostos dualistas que informam o debate Dreyfus-McDowell, podemos reconquistar uma concepção integrada de nós mesmos enquanto coisas simultaneamente vivas, atuantes e linguajadas por meio da noção de “habilidade”.

REFERÊNCIAS

- BAGGS, E. All affordances are social: Foundations of a Gibsonian Social Ontology. *Ecological Psychology*, 33, pp.257-278, 2021.
- BARKER, R. G. *Ecological psychology*. Palo Alto, CA: Stanford University Press, 1968.
- BARKER, R. G; GUMP, P. *Big school, small school: High school size and student behavior*. Palo Alto, CA: Stanford University Press, 1964.
- BARKER, R. G; SCHOGGEN, P. *Qualities of community life: Methods of measuring environment and behavior applied to an American and an English town*. San Francisco: Jossey-Bass, 1973.
- BEILOCK, S. L. "Understanding skilled performance: Memory, attention, and 'choking under pressure'". In T. Morris, P. Terry & S. Gordon (Eds.), *Sport & Exercise Psychology: International Perspectives*. Morgantown: Fitness Information Technology, 2007.
- BEILOCK, S. L.; CARR, T. H. On the fragility of skilled performance: what governs choking under pressure? *Journal of Experimental Psychology: General*, 130, pp.701-725, 2001.
- BEILOCK, S. L.; WIERENGA, S. A.; CARR, T. H. "Memory and expertise: what do experienced athletes remember?". In *Expert performance in sports: Vol.12*. Champaign: Human Kinetics, 2003.
- BERGAMIN, J. A. Being-in-the-flow: expert coping as beyond both thought and automaticity. *Phenomenology and the Cognitive Sciences*, 16, pp.403-424, 2017.
- BERMÚDEZ, J. P. Do we reflect while performing skillful actions? Automaticity, control, and the perils of distraction. *Philosophical Psychology*, 30(7), pp.896-924, 2017.
- BERNSTEIN, N. A. *The coordination and regulation of movements*. Londres: Pergamon Press, 1967.
- BERNSTEIN, N. A. *Dexterity and its development*. Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates, 1996.
- BOURDIE, P. *Outline of a Theory of Practice*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

BUTTINGSRUD, C. Thinking toes...? Proposing a reflective order of embodied self-consciousness in the aesthetic subject. *Proceedings of the European society for Aesthetics*, 7, pp.115-123, 2015.

BUTTINGSRUD, C. Bodies in skilled performance: how dancers reflect through the living body. *Synthese*, 199, 2021.

BUTTON, C.; SEIFERT, L.; CHOW, J. Y.; ARAÚJO, D.; DAVIDS, K. Dynamics of Skill Acquisition: An Ecological Dynamics Approach. Champaign: Human Kinetics, 2021.

CAPPUCCIO, M. L.; MIYAHARA, K.; ILUNDÁIN-AGURRUZA, J. Wax on, wax off! Habits, sport skills, and motor intentionality. *Topoi*, 40, pp.609-622, 2020.

CARVALHO, E. M. Social affordances. *Encyclopedia of Animal Cognition and Behavior*. Charm: Springer, 2020.

CARVALHO, E. M. "Psicologia ecológica: da percepção à cognição social". In *Escritos de Filosofia V: Linguagem e Cognição*. Porto Alegre: Editora Fi, 2021. No prelo. Disponível online em <https://www.academia.edu/49281758/Psicologia_Ecológica_da_percepção_à_cognição_social>.

CARVALHO, E. M; ROLLA, G. An enactive-ecological approach to information and uncertainty. *Frontiers in Psychology*, 11:588, 2020. <<https://doi.org/10.3389/fpsyg.2020.00588>>

CAUDILL, W.; WEINSTEIN, H. "Maternal care and infant behavior in Japan and in America". In Lavatelli C. S. & Stendler F. (Eds.), *Readings in child behavior and development*. Nova Iorque: Harcourt Brace, 1972.

CAVELL, S. *This new yet unapproachable America*. Albuquerque: Living Batch Press, 1988.

CHASE, W. G.; SIMON, H. A. "The mind's eye in chess". In W. G. Chase (Ed.), *Visual Information Processing*. Nova Iorque: Academic Press, 1972.

CHEADLE, D. Miles ahead. Arquivo de vídeo, Legacy Recordings, 2015. Disponível online em <<https://www.facebook.com/LegacyRecordings/videos/10154013041127996/>>.

CHEMERO, A. An outline of a theory of affordances. *Ecological Psychology*, 15(2), pp.181-195, 2003.

CHEMERO, A. *Radical Embodied Cognitive Science*. Cambridge: MIT Press, 2009.

CLARK, A.; TORIBIO, J. Doing without representing? *Synthese*, 101, pp.401-431, 1994.

COSTALL, A. Socializing affordances. *Theory & Psychology*, 5, pp.467-481, 1995.

COLLINS, H. M.; EVANS, R. *Rethinking expertise*. Chicago: Chicago University Press, 2007.

CUFFARI, E. C.; DI PAOLO, E.; DE JAEGHER, H. From participatory sense-making to language: there and back again. *Phenomenology and the Cognitive Sciences*, 14, pp.1089-1125, 2015.

DAVIDS, K.; ARAÚJO, D.; HRISTOVSKI, R.; PASSOS, P.; CHOW, J.Y. "Ecological dynamics and motor learning design in sport". In Williams M. & Hodges N. (Eds.), *Skill acquisition in sport: Research, theory and practice*. Londres: Routledge, 2012.

DI PAOLO, E. A.; BARANDIARAM, X. E.; BEATON, M.; BUHRMANN, T. Learning to perceive in the sensorimotor approach: Piaget's theory of equilibration interpreted dynamically. *Frontiers in Human Neuroscience*, 8, pp.1-16, 2014.

DRAKE, J. What has ecology to do with psychology? *Theory & Psychology*, 13, pp.573-576, 2003.

DREYFUS, H. "Preface". In *Ways of the hand: a rewritten account*. Cambridge: MIT Press, 2001.

DREYFUS, H. Intelligence without representations – Merleau-Ponty's critique of mental representation. *Phenomenology and the Cognitive Sciences*, 1, pp.367-383, 2002.

DREYFUS, H. Overcoming the Myth of the Mental. *Topoi* 25, p. 43-49, 2006.

DREYFUS, H. The Return of the Myth of the Mental. *Inquiry*, 50 (4), p.352-365, 2007a.

DREYFUS, H. Response to McDowell. *Inquiry*, 50 (4), p.371-377, 2007b.

DREYFUS, H. "The Myth of the Pervasiveness of the Mental". In *Mind, Reason, and Being-in-the-World: The McDowell-Dreyfus Debate*. New York: Routledge, 2013.

DREYFUS, H.; DREYFUS, S. *Mind over machine: The power of human intuition and expertise in the era of the computer*. New York: Free Press, 1986.

DREYFUS, H.; DREYFUS, S. The ethical implications of the five-stage skill-acquisition model. *Bulletin of Science, Technology & Society*, 24(3), pp.251-264, 2004.

FAJEN, B. R.; RILEY, M. A.; TURVEY, M. Information, affordances, and the control of action in sport. *International Journal of Sport Psychology*, 40(1), pp.79-107, 2009.

FITTS, P. M.; POSNER, M. I. *Learning and skilled performance in human performance*. Belmont: Brooks/Cole, 1967.

FRIDLAND, E. Longer, smaller, faster, stronger: On skills and intelligence. *Philosophical Psychology*, 32(5), p.760-784, 2018.

FRIJDA, N. H. *The emotions*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

GIBSON, E. J. Exploratory behavior in the development of perceiving, acting, and the acquiring of knowledge. *Annual Review of Psychology*, 39, pp.1-42, 1988.

GIBSON, E. J. Has psychology a future? *Psychological Science*, 5, pp.69-75, 1994.

GIBSON, E. J. Where is the information for affordances? In *Ecological Psychology*, 12, pp.53-56, 2000.

GIBSON, E.J.; ADOLPH, K.; EPPLER, M. "Affordances". In *The MIT Encyclopedia of Cognitive Sciences*. Massachusetts: MIT, 1999.

GIBSON, J. J. *The senses considered as perceptual systems*. Boston: Houghton-Mifflin, 1983.

GIBSON, J. J. *The ecological approach to visual perception*. New York: Psychology Press, 2015.

GLOTZBACH, M.; HEFT, H. Ecological and phenomenological contributions to the psychology of perception. *Nôus*, pp.108-121, 1982.

GOULD, S. J. The brain of brawn. *The New York Times*, 25 de junho. Nova Iorque: 2000. Disponível online em < <https://www.nytimes.com/2000/06/25/opinion/the-brain-of-brawn.html>>.

HACQUES, G.; KOMAR, J.; DICKS, M.; SEIFERT, L. Exploring to learn and learning to explore. *Psychological Research*, 85, pp.1367-1379, 2021.

HARPER, A. *Lo-Fi Aesthetics in Popular Music Discourse*. Tese (Doutorado em Musicologia) – Universidade de Oxford, Oxford, 2014. Disponível online em <<https://ora.ox.ac.uk/objects/uuid:cc84039c-3d30-484e-84b4-8535ba4a54f8>>.

HAUGELAND, J. “Representational genera”. In *Developments in connectionist theory. Philosophy and connectionist theory*. Nova Jersey: Lawrence Erlbaum Associates Inc., 1991.

HEFT, H. Affordances and the body: an intentional analysis of Gibson’s Ecological Approach to Visual-Perception. *Journal for the Theory of Social Behaviour*, 19 (1), p. 1–30, 1989.

HEFT, H. The social constitution of perceiver-environment reciprocity. In *Ecological Psychology*, 19(2), pp.85-105, 2007.

HEFT, H. *Ecological psychology in context: James Gibson, Roger Barker, and the legacy of William James’s radical empiricism*. New Jersey: Psychology Press, 2008.

HEFT, H. Perceptual information of “an entirely different order”: the “cultural environment” in *The Senses Considered as Perceptual Systems*. *Ecological Psychology*, 19(2), pp.122-145, 2017.

HEFT, H. Ecological psychology as social psychology? *Theory & Psychology*, 30(6), pp.813-826, 2020.

HØFFDING, S. *A Phenomenology of Musical Absorption*. Oslo: Palgrave Macmillan, 2019.

HULL, R. A. “The Original Punks: The Greatest Garage Recordings of the Twentieth Century”. In In Schinder S. (ed.), *Rolling Stone’s Alt-Rock-a-Rama: An outrageous compendium of facts, fiction, trivia and critiques on Alternative Rock*. Nova Iorque: Delta/Bantam Doubleday Dell, 1996.

INGOLD, T. "From the transmission of representation to the education of attention". In Whitehouse H. (Ed.), *The debated mind: Evolutionary psychology versus ethnography*. Nova Iorque: Routledge, 2001.

IVANHOE, P. J.; VAN NORDEN, B. *Readings in Classical Chinese Philosophy*. Indianapolis: Hackett Publishing, 2005.

JAEGGI, R. Towards an immanent critique of forms of life. *Raisons politiques*, 57(1), pp.13-29, 2015.

JACOBS, D. M.; MICHAELS, C. F. Direct learning. *Ecological Psychology*, 19(4), pp.321-349, 2007.

JAMES, W. *Habit*. Nova Iorque: Henry Holt and Company, 1914.

JONES, K. S. What is an affordance? *Ecological Psychology*, 15(2), pp.107-114, 2003.

KAHN, C. H. *A arte e o pensamento de Heráclito: uma edição dos fragmentos com tradução e comentários*. São Paulo: Paulus, 2009.

KIVERSTEIN, J.; RIETVELD, E. The primacy of skilled intentionality: on Hutto & Satne's the Natural Origins of Content. In *Philosophia*, 43, 2015. <<https://doi.org/10.1007/s11406-015-9645-z>>

KIVERSTEIN, J.; RIETVELD, E. Reconceiving representation-hungry cognition: an ecological-enactive proposal. *Adaptive Behaviour*, 26(4), pp.147-163, 2018.

KIVERSTEIN, J.; RIETVELD, E. Scaling-up skilled intentionality to linguistic thought. *Synthese*, 198(1), pp.S174-193, 2021.

KOENDERINK, J. J. Wechsler's vision: an essay review of 'Computational Vision' by Harry Wechsler. *Ecological Psychology*, 4, pp.121-128, 1992.

KOMAR, J.; CHOW, J. Y.; CHOLLET, D.; SEIFERT, L. Neurobiological degeneracy: supporting stability, flexibility and pluripotentiality in complex motor skill. *Acta Psychologica*, 154, pp.26-35, 2015.

KRKAČ, K. Resenha de "*Language, Form(s) of Life, and Logic: Investigations after Wittgenstein*", 2019. Disponível em <<https://ndpr.nd.edu/reviews/language-form-s-of-life-and-logic-investigations-after-wittgenstein/>>.

- LOBO, L.; HERAS-ESCRIBANO, M.; TREVIOSO, D. The history and philosophy of ecological psychology. *Frontiers in Psychology*, 9:2228, 2018.
- MARTIN, C. (Ed.). *Language, Form(s) of Life, and Logic: Investigations after Wittgenstein*. Boston: De Gruyter, 2018.
- MERLEAU-PONTY, M. *The Structure of Behavior*. Pittsburgh: Duquesne University Press, 1983.
- MERLEAU-PONTY, M. *Phenomenology of Perception*. Londres: Routledge, 2002.
- MERLEAU-PONTY, M. *Nature: Course notes from the Collège de France*. Evanston: Northwestern University, 2003.
- MINGON, M.; SUTTON, J. Why robots can't haka: skilled performance and embodied knowledge in the Māori haka. *Synthese*, 199, 2021.
- MIYAHARA, K.; RANSOM, T. G.; GALLAGHER, S. "What the situation affords: habit and heedful interrelations in skilled performance". In F. Caruana & Testa I. (Ed.), *Habits: Pragmatist Approaches from Cognitive Science, Neuroscience, and Social Theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 2020.
- MCDOWELL, J. *Mind and World*. Cambridge: Harvard University Press, 1994.
- MCDOWELL, J. *Mind, Value and Reality*. Cambridge: Harvard University Press, 2001.
- MCDOWELL, J. What Myth? *Inquiry*, 50(4), p.338-351, 2007a.
- MCDOWELL, J. Response to Dreyfus. *Inquiry*, 50(4), p.366-370, 2007b.
- MCDOWELL, J. *The Engaged Intellect: Philosophical Essays*. Cambridge: Harvard University Press, 2009.
- MCDOWELL, J. "The Myth of the Mind as Detached". In J. Schear (Ed.), *Mind, Reason, and Being-in-the-World: The McDowell-Dreyfus Debate*. New York: Routledge, 2013.
- METCALFE, J.; TERRACE, H. S. *Agency and Joint Attention*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2013.
- MONTERO, B. G. Does Bodily Awareness Interfere with Highly Skilled Movement? *Inquiry*, 53(2), p.105-122, 2010.

MONTERO, B. G. "A dancer reflects". In J. Schear (Ed.), *Mind, Reason, and Being-in-the-World: The McDowell-Dreyfus Debate*. Nova Iorque: Routledge, 2013.

MONTERO, B. G. *Thought in action*. Oxford: Oxford University Press, 2016.

MONTERO, B. G. Chess and the conscious mind: Why Dreyfus and McDowell got it wrong. *Mind & Language*, p.1-17, 2018.

MURDOCH, I. *The Sovereignty of Good*. Nova Iorque: Routledge, 2014.

NEWELL, K.M.; BRODERICK, M. P.; DEUTSCH, K. M.; SLIFKIN, A. B. Task goals and change in dynamical degrees of freedom with motor learning. *Journal of Experimental Psychology: Human Perception and Performance*, 29(2), pp.379-387, 2003.

NEWMAN, A. "Shaggs". In Weisbard E. & Marks Craig (ed.), *Spin Alternative Record Guide*. Nova Iorque: Vintage/Random House, 1995.

NOË, A. *Action in Perception*. Massachusetts: MIT Press, 2006.

NOË, A. "On overintellectualizing the intellect". In J. Schear (Ed.), *Mind, Reason, and Being-in-the-World: The McDwoell-Dreyfus Debate*. Nova Iorque: Routledge, 2013.

NORMAN, D. A. Affordance, conventions, and design. *Interactions*, 6, pp.38-43, 1999.

O'CONNOR, R. "The fifty most significant Indie Records". In Schinder S. (ed.), *Rolling Stone's Alt-Rock-a-Rama: An outrageous compendium of facts, fiction, trivia and critiques on Alternative Rock*. Nova Iorque: Delta/Bantam Doubleday Dell, 1996.

ODDLING-SMEE, F. J.; LALAND, K.; FELDMAN, M. *Niche construction: The neglected process in evolution*. Princeton: Princeton University Press, 2003.

REED, E. S. The ecological approach to language development: a radical solution to Chomsky's and Quine's problems" *Language & Communication*, 15(1), pp.1-29, 1995.

RENSHAW, ARAÚJO, D.; BUTTON, C.; CHOW, J. Y.; DAVIDS, K.; MOY, B. Why the constraints-led approach is not teaching games for understanding: A clarification. *Physical Education and Sport Pedagogy*, 21(5), pp.459-480, 2015.

RICHARDSON, M. J.; SHOCKLEY, K.; FAJEN, B. R.; RILEY, M.A.; TURVEY, M.T. "Ecological psychology: six principles for an embodied-embedded approach to

behavior". In *Handbook of Cognitive Science: An Embodied Approach*, pp. 161-187. Amsterdam: Elsevier, 2008.

RIETVELD, E. Situated normativity: The normative aspect of embodied cognition in unreflective action. *Mind*, 117(468), pp.973-1001, 2008.

RIETVELD, E.; HAAN, S.; DENYS, D. Social affordances in context: what is it that we are bodily responsive to? *Behavioral and Brain Sciences*, 36:4, p.436, 2013.

RIETVELD, E.; KIVERSTEIN, J. A rich landscape of affordances. *Ecological Psychology*, 26(4), pp.325-352, 2014.

RIETVELD, E.; DENYS, D.; VAN ESTEN, M. "Ecological-enactive cognition as engaging with a field of relevant affordances: The skilled intentionality framework (SIF)". In *The Oxford handbook of 4E cognition*". New York: Oxford University Press, 2018.

ROMDENH-ROMLUC, K. *The Routledge philosophy guidebook to Merleau-Ponty and phenomenology of perception*. Londres: Routledge, 2011.

RYLE, G. Knowing how and Knowing that. *Proceedings of the Aristotelian Society*, 46, pp.1-16, 1945-1946.

RYLE, G. *The Concept of Mind*. Londres: Routledge, 2009.

SARTRE, J.-P. *The Transcendence of the Ego*. Nova Iorque: The Noonday Press, 1957.

SCHATER, D.; TULVING, E. *Memory systems*. Cambridge: MIT Press, 1994.

SCHMIDT, R. A.; LEE, T. D. "The learning process". In R. A. Schmidt & T. D. Lee (Eds.), *Motor Control and Learning: A Behavioral Emphasis*. Champaign: Human Kinetics, 1999.

SCHNEIDER, W.; SHIFFRIN, R. M. Controlled and automatic human information-processing: 1. Detection, search, and attention. *Psychological Review*, 84, pp.1-66, 1977.

SEEMANN, A. *Joint Attention: New developments in Psychology, Philosophy of Mind, and Social Neuroscience*. Cambridge: MIT Press, 2011.

SEIFERT, L.; WATTLEBED, L.; ORTH, D.; L'HERMETTE, M.; BOULANGER, J.; DAVIDS, K. Skill transfer specificity shapes perception and action under varying environmental constraints. *Human Movement Science*, 48, pp.132-141.

SELLARS, W. *Empiricism and the Philosophy of Mind*. Cambridge: Harvard University Press, 1997.

SHAW, R. E.; TURVEY, M.T. Methodological realism. *The Behavioral and Brain Sciences*, 3, pp.94-96, 1980.

STRAUSS, N. "The 100 most influential alternative releases of all time". In Schinder S. (Ed.), *Rolling Stone's Alt-Rock-a-Rama: An outrageous compendium of facts, fiction, trivia and critiques on Alternative Rock*. Nova Iorque: Delta/Bantam Doubleday Dell, 1996.

SUDNOW, D. *Ways of the hand: a rewritten account*. Cambridge: MIT Press, 2001.

SUTTON, J. Batting, habit, and memory: the embodied mind and the nature of skill. *Sport in Society, Cultures, Commerce, Media politics*, 10(5), pp.763-768, 2007.

SUTTON, J.; MCILWAIN, D.; GREEVES, A. Applying intelligence to the reflexes: embodied skills and habits between Dreyfus and Descartes. *Journal of the British Society for Phenomenology*, 42(1), pp.78-103, 2011.

STOFFREGEN, T. A. Affordances as properties of the animal-environment system. *Ecological Psychology*, 15(2), pp.115-134, 2003.

THOMPSON, E. Resenha de "*Evolving Enactivism: Basic Minds Meet Content*", 2018. Disponível em <<https://ndpr.nd.edu/news/evolving-enactivism-basic-minds-meet-content/>>.

TORRANCE, S.; SCHUMANN, F. The spur of the movement: what jazz improvisation tells cognitive science. *AI & Society*, 34, pp.251-268, 2018.

TURVEY, M. T. Coordination. *American Psychologist*, 45, pp.938-953, 1990.

VAN DEN HERIK, J.C.; RIETVELD, E. Reflective situated normativity. *Philosophical Studies*, 178 (1), 2021. < <https://doi.org/10.1007/s11098-021-01605-4>>

VAN DIJK, L. Laying down a path in talking. *Philosophical Psychology*, 29(7), pp.993-1003, 2016.

VAN DIJK, L.; RIETVELD, E. Foregrounding sociomaterial practice in our understanding of affordances: The skilled intentionality framework. *Frontiers in Psychology*, 2017. <<https://doi.org/10.3389/fpsyg.2016.01969>>

VEREIJKEN, B.; VAN EMMERIK, R. E. A.; WHITING, H. T. A., NEWELL, K. M. Free(z)ing degrees of freedom in skill acquisition. *Journal of Motor Behavior*, 24, pp.133-142, 1992.

WALTON, A. E.; RICHARDSON, M. J.; LANGLAND-HASSAN, P.; CHEMERO, A. Improvisation and the self-organization of multiple musical bodies. *Frontiers in Psychology*, 6, pp.1-9, 2015.

WARREN, W. H. Perceiving affordances: visual guidance of stair climbing. *Journal of Experimental Psychology: Human Perception and Performance*, 10(5), pp.683-703, 1984.

WITHAGEN, R.; MICHAELS, C. F. The calibration of walking transfers to crawling: Are action systems calibrated? *Ecological Psychology*, 14(4), pp.223-234, 2002.

WITTGENSTEIN, L. *On Certainty*. Nova Iorque: Harper Torchbooks, 1972.

WITTGENSTEIN, L. *Tractatus Logico-Philosophicus*. Londres: Routledge, 1974.

WITTGENSTEIN, L. *Lectures and conversations on Aesthetics, Psychology and Religious Belief*. Oxford: Basil Blackwell, 1983.

WITTGENSTEIN, L. *Philosophical Investigations*. Oxford: Basil Blackwell, 2009.